



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

A Interpretação Analítica no Horizonte do Real:

Do (In)Decifrável ao Ato

Ana Giulia de Araújo Conte

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Cristina Maesso

Brasília

2025

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Ana Giulia de Araújo Conte

**A INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA NO HORIZONTE DO REAL:
DO (IN)DECIFRÁVEL AO ATO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC), vinculado ao Departamento de Psicologia Clínica (PCL), do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Cristina Maesso

BRASÍLIA

2025

A Interpretação Analítica no Horizonte do Real:

Do (In)Decifrável ao Ato

Banca Examinadora:

Presidente: Prof.^a Dr.^a Márcia Cristina Maesso

Universidade de Brasília

EPFCL-Brasil – Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano

Membro interno: Prof.^a Dr.^a Daniela Scheinkman

Universidade de Brasília

EPFCL-Brasil – Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano

Membro externo: Prof.^a Dr.^a Ana Laura Prates Pacheco

Universidade Estadual de Campinas

EPFCL-Brasil – Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano

Membro externo: Dr.^a Marcella Corrêa Laboissière Demartini

EPFCL-Brasil – Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano

Suplente: Prof.^a Dr.^a Eliana Rigotto Lazzarini

Universidade de Brasília

Agradecimentos

À minha querida orientadora, Márcia Cristina Maesso, pelos anos de companhia, por seu dedicado trabalho, suas intuições acuradas, apontamentos que reverberam no tempo, provocações delicadas e pacientes. Por me conceder tamanha liberdade nos rumos da pesquisa, puxando-me de volta para o centro sempre que as divagações me levavam longe demais.

Ao Mateus, meu grande amor, que faz de minha casa um lar. Torna a vida agradável, quente, descontraída. Companheiro de vida, desdobrou-se para possibilitar a dedicação a esta pesquisa, sendo um incentivo constante para qualquer projeto. Agradeço também pela meticulosa assistência nos conceitos da geografia. *O mundo lá, sempre a rodar / Em cima dele tudo vale / Quem sabe isso quer dizer amor / Estrada de fazer o sonho acontecer.*

Aos meus pais, Paulo e Rosângela, que me transmitiram o amor pelos estudos, pelo saber, pela curiosidade, e me incentivaram consistentemente. Possibilitaram o impossível, fizeram o que podiam e mais. Fizeram do amor uma coisa palpável. E me deram uma infância feliz. Ao meu irmão, José Luiz, e minha cunhada, Taline, que enchem as casas de vida, amam suas pessoas e fazem com que cada reencontro seja inédito, singular.

Ao Marcos, que, como os grandes artistas, ensina tanto aos psicanalistas. Deixou em mim as marcas profundas de um olhar atento e gentil sobre o mundo, de uma presença amorosa e de um interesse genuíno pela vida.

À Thaísa, leitora incansável, força inarrável de resistência e desejo pela vida. Por todas as contribuições à pesquisa, mas sobretudo pela amizade, por receber bolo quando bolo era tudo que eu tinha para dar, por me contagiar com sua força de vida, impelindo-me a prosseguir e a tentar deixar a vida doce mesmo diante da dor.

À professora Daniela Scheinkman, que em 2018 me recebeu, escreveu uma marca na lembrança ao caminhar até mim e me convidar gentilmente ao seu grupo. Desde então, é uma assídua leitora e comentadora de meus escritos, tendo produzido efeitos intensos com seu dizer.

À Carolina e Gabriela, pelos anos de estudo cheios de aventuras. À Thaís, pela companhia e pelas trocas.

À Gabriela Chediak, maior exemplo da força de um dizer sem palavras, do corte sem brutalidade, mas decidido, e que transmite admiravelmente aquilo que nos livros não consta.

Ao grupo de pesquisa, que faz laço onde a escrita faz solidão.

À banca, por ceder seu tempo e dispor de seu esforço para a leitura e discussão da pesquisa, generosidade pela qual não posso retribuir. Pelo incansável trabalho de transmissão da psicanálise, pela honra que me concedem. Ana Laura Prates Pacheco, cujas contribuições na qualificação são de valor inestimável. Daniela Scheinkman, por uma vez mais se voltar ao

que tenho a dizer. Marcella Laboissière, por suas pontuações precisas. E Andréa Hortélio Fernandes, pelos valiosos apontamentos na qualificação e seu instigante saber-fazer com a língua.

À Raquel, pela transmissão descontraída e rigorosa, pela marca indelével da experiência.

À encantadora bebezinha Laura, por me permitir o privilégio de presenciar suas experimentações sonoras, suas lalações. E aos seus pais, Maralize e Felipe, pela amizade e fascinante companhia.

Aos estudantes que me escutam, aos analisantes que me concedem o prazer de escutá-los.

À Aline Vidal e Claudia Beato, pela parceria.

Ao DPG, pelas nove parcelas de bolsa concedida.

SUMÁRIO

Resumo	9
Abstract	10
Início	11
Hipóteses	20
Objetivos	21
Divisão dos Capítulos	21

CAPÍTULO 1 – (A)LÍNGUA

O Percurso de Lacan com a Linguagem e a Invenção de Lalíngua

1.1. Tensionando a Linguística ao seu Limite	25
1.2. Linguisteria: Novo Estatuto da Linguagem	32
1.3. Da Função da Fala à Função da Escrita	35
1.3.1. <i>Compreender?</i>	44
1.3.2. <i>A Escrita Não É Para Ser Compreendida: Os Rastros de Freud</i>	46
1.3.3. <i>A Escuta Analítica</i>	48
1.3.4. <i>A Escrita Enriquecida com a Fala</i>	54
1.4. Do Sujeito Novamente em Questão	56
1.5. Gozo e Lalíngua: Origens	64

CAPÍTULO 2 – A INTERPRETAÇÃO EM FREUD

Interpretar e Construir

2.1. Notas Preliminares	69
2.2. Algumas Hipóteses	70
2.3. A Interpretação em Freud	73
2.3.1. <i>Os Estudos Sobre a Histeria</i>	73
2.3.2. <i>A Escrita dos Sonhos</i>	82
2.3.3. <i>Outras Produções Sobre os Sonhos</i>	91
2.3.4. <i>Interpretar Falhas e Esquecimentos: A Vida Cotidiana</i>	94
2.3.5. <i>Dora e o Impossível de Rememorar</i>	96
2.3.6. <i>Transferência, Interpretação Selvagem e a Formação do Analista</i>	100
2.3.7. <i>A Interpretação Significativa Freudiana</i>	103
2.3.8. <i>A Técnica – ou a Arte – Interpretativa</i>	105

2.3.9. <i>Interpretar é Traduzir?</i>	115
2.3.10. <i>As Construções em Análise</i>	121

CAPÍTULO 3 – A INTERPRETAÇÃO EM LACAN

O Horizonte do Real

3.1. Sobre Acompanhar o Trilhamento de Lacan	128
3.2. Os Primeiros Anos: As Críticas ao Formalismo Pós-Freudiano	129
3.2.1. <i>Seminário 1: Os Escritos Técnicos de Freud</i>	132
3.2.2. <i>Seminário 2: O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise</i>	134
3.2.3. <i>Seminário 3: As Psicoses</i>	138
3.2.4. <i>Seminário 4: A Relação de Objeto</i>	139
3.2.5. <i>Seminário 5: As Formações do Inconsciente</i>	145
3.2.6. <i>O Desejo na Direção do Tratamento</i>	149
3.3. Os Anos de 1960: Novas Perspectivas para a Interpretação?	157
3.3.1. <i>Seminário 7: A Ética da Psicanálise</i>	157
3.3.2. <i>Seminário 8: A Transferência</i>	157
3.3.3. <i>Seminário 9: A Identificação</i>	159
3.3.4. <i>Seminário 10: A Angústia</i>	160
3.3.5. <i>Seminário 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise</i>	163
3.3.6. <i>Seminário 14: A Lógica do Fantasma</i>	167
3.3.7. <i>Seminário 15: O Ato Psicanalítico</i>	169
3.3.8. <i>Seminário 16: De um Outro ao outro</i>	170
3.4. Os Anos Finais: Psicanálise pelo Averso	171
3.4.1. <i>Seminário 17: O Averso da Psicanálise</i>	171
3.4.2. <i>Seminário 18: De um Discurso que Não Fosse Semblante</i>	174
3.4.3. <i>Seminário 19: ...Ou Pior</i>	176
3.4.4. <i>O Aturdido</i>	178
3.4.5. <i>Seminário 21: Les Non-Dupes Errent</i>	181
3.4.6. <i>Seminário 22: RSI</i>	182
3.4.7. <i>Seminário 23: O Sinthoma</i>	182
3.4.8. <i>Seminário 24: L'Insu que Sait de l'Une-Bévue s'Aile à Mourre</i>	183
3.4.9. <i>Seminário 27: Dissolução</i>	186
3.4.10. <i>Mais Além dos Seminários: Finalizações</i>	186

CAPÍTULO 4 – DESDOBRAMENTOS

As Vertentes da Interpretação: Da Decifração ao Ato

4.1. A Transferência e o Desejo do Analista	189
4.2. O Mal-Estar do Analista: Resistência e Horror	191
4.3. As Coordenadas Freudianas e o Trilhamento de Lacan: A Dupla Vertente	195
4.4. O Inconsciente Real e o Real que Comanda a Verdade	205
4.5. O Ato Analítico	211
Fins	215
Referências Bibliográficas	218

Lista de Figuras

Figura 1	52
Figura 2	52
Figura 3	57
Figura 4	151
Figura 5	171
Figura 6	172
Figura 7	202
Figura 8	204
Figura 9	206

Resumo

A presente tese percorre alguns momentos decisivos da obra de Sigmund Freud e de Jacques Lacan para situar os desenvolvimentos em torno da interpretação analítica, com o objetivo de interrogar tal concepção, identificando equivalências e divergências entre elas, bem como os desdobramentos que incidem sobre o fazer clínico. Partindo do trilhamento de Lacan no campo da linguagem, refaz-se o caminho da psicanálise como experiência da palavra, possibilitando uma experimentação de saber sobre o sintoma e a abertura de novos modos de implicação no sofrimento. Investigam-se questões relativas à escuta analítica, à articulação entre a função da fala e a função da escrita, às noções de significante e letra, bem como à invenção de lalíngua decorrente das formulações sobre o gozo. Duas hipóteses são formuladas: a primeira sustenta que haveria uma dupla vertente da interpretação – uma orientada pelo sentido e outra pelo impossível e pelo furo no saber. A segunda postula que o avanço do ensino de Lacan com a interpretação, que culminou na reformulação do sintoma e na elaboração do inconsciente real, foi decisivo para a concepção do ato analítico. O percurso busca identificar nas obras de Freud e Lacan as ocorrências do termo “interpretação” para analisar os possíveis avanços e diferenças entre a concepção freudiana e aquela teorizada e praticada por Lacan. Propõem-se, por fim, algumas coordenadas relativas ao fazer do analista, verificando de que modo as diferentes vertentes da interpretação e a formalização do ato analítico podem contribuir para orientar a prática, indagando se haveria alguma delas que se destacaria como paradigma para a direção do tratamento. A tese aborda, ainda, questões que atravessam a temática, como a transferência, o desejo do analista, a formação, os limites da decifração, o inconsciente real e o ato analítico em busca de algumas respostas.

Palavras-chave: interpretação analítica, decifração, linguagem, lalíngua, real, ato analítico

Abstract

This thesis traces several decisive moments in the work of Sigmund Freud and Jacques Lacan in order to situate the developments surrounding analytic interpretation, with the aim of interrogating this conception, identifying equivalences and divergences between them, as well as the implications that bear on clinical practice. Beginning with Lacan's trajectory in the field of language, the study retraces the path of psychoanalysis as an experience of the word, opening the possibility of an experimentation of knowledge concerning the symptom and of new modes of implication in suffering. It examines questions related to analytic listening, the articulation between the function of speech and the function of writing, the notions of the signifier and the letter, as well as the invention of *lalangue* arising from Lacan's formulations on *jouissance*. Two hypotheses are formulated: the first maintains that there would be a double orientation of interpretation – one toward meaning and another toward the impossible and the hole in knowledge. The second proposes that the advancement of Lacan's teaching, culminating in the reformulation of the symptom and in the elaboration of the real unconscious, was decisive for the conception of the analytic act. The study seeks to identify occurrences of the term "interpretation" in the works of Freud and Lacan in order to analyze the possible advances and differences between the Freudian conception and that theorized and practiced by Lacan. Finally, the thesis proposes certain coordinates concerning the analyst's practice, examining how the different orientations of interpretation and the formalization of the analytic act may contribute to guiding clinical work, and considering whether any of them might stand out as a paradigm for the direction of the treatment. The work also addresses themes that traverse the discussion, such as transference, the analyst's desire, formation, the limits of deciphering, the real unconscious, and the analytic act, in search of some possible answers.

Keywords: analytic interpretation, deciphering, language, *lalangue*, the real, analytic act

A Interpretação Analítica no Horizonte do Real:

Do (In)Decifrável ao Ato

Início

Este trabalho surgiu de algumas questões que foram sendo decantadas nos primeiros anos de prática clínica. De inquietações relativas à direção do tratamento. Da indagação sobre o quanto de liberdade cada analista pode desfrutar em suas análises. E de um certo fascínio, devo dizer, produzido pelas valiosas lições que Sigmund Freud extraiu dos poetas, escritores e artistas, que o faziam avançar em sua teoria da clínica, alargando os limites daquilo a que se chama sua técnica. Com Jacques Lacan, debrucei-me inicialmente sobre os seus estudos com a linguística e seus desenvolvimentos em torno do significante, que transformaram o modo como o saber clínico podia ser concebido.

Os estudos da obra de Lacan se iniciaram pelo interesse na clínica da psicose, na qual iniciei meus atendimentos clínicos. Tal como ocorreu com Lacan, essa clínica foi minha porta de entrada. Rapidamente percebi que não poderia caminhar sem os seus avanços e proposições, pois, como só pude elaborar depois, a escuta dos fenômenos psicóticos é avessa ao domínio fixado do sentido e aos sistemas de significações estabelecidos. Esse primeiro momento foi decisivo para o longo e ocasionalmente tortuoso caminho que culminou na presente pesquisa.

Os questionamentos permeavam a técnica, pois havia um desconhecido em jogo que colocava à prova o que era possível ser feito no nível das respostas, da ação que me cabia. Perguntava-me sobre o alcance de uma análise, sua extensão e potencialidades, dos quais tinha testemunho pelos efeitos profundos e marcantes de minha própria análise, acompanhados por um ardente desejo pelo estudo teórico. Sem manuais a seguir, regras técnicas de como conduzir as sessões, procedimentos generalizáveis, indicações de interpretações infalivelmente eficazes, avançava tateando, e buscava as respostas sobretudo nos livros.

Este escrito, delineado inicialmente para tratar dos impasses particulares da experiência clínica – que convoca precoce e imediatamente os jovens analistas a um saber-fazer solitário, desafiador e altamente estimulante, tanto quanto inevitável –, logo se abre a uma possível coletivização, buscando pela escrita ultrapassar a experiência singular. A clínica é do particular, não havendo regra técnica ou procedimento que supere o caso a caso, mas há algo que perpassa qualquer percurso analítico, uma vez que se submete às descontinuidades e surpresas do inconsciente, que não cabe na lógica da não-contradição, carregando em suas manifestações paradoxos, oposições, e um desconhecimento sobre a cronologia do tempo, a linearidade das significações, as coerências e conexões semânticas. Tais recursos, próprios à consciência, desviam-se daquilo que o discurso analítico situou: os equívocos que se passam no inconsciente, cujos efeitos de mal-entendido vitimiza inevitável e incontornavelmente todos os falantes, sem exceção. Cada experiência clínica está sujeita às surpresas próprias ao campo do inconsciente; ao mesmo tempo, situa-se na mais radical singularidade, na *diferença absoluta* – termo utilizado por Lacan (1964/2008) no *Seminário 11* – em relação a todas as outras.

Busco, partindo da diferença absoluta, um laço com o coletivo. Haveria na escrita a possibilidade de extrapolações que permitam orientar a prática? Minha aposta, se não chegar a tanto, visa ao menos reunir o aporte teórico que sustenta a interpretação analítica para nela se deter. Isso porque a interpretação evoca certo saber-fazer do analista, interrogando algo sobre essa que é sua resposta frente ao que o analisante pode formular como demanda.

A interpretação não foi o primeiro tema que privilegiei. Pensava, a princípio, na escuta analítica. Há uma via aberta pela associação livre, que possibilita a experimentação de um saber inconsciente através da palavra, permitindo que a verdade fale. A psicanálise se funda nessa experiência de fala. Mas o que o analista recolhe com seus ouvidos? Como intervém a partir do que escuta? Indo um pouco mais longe: qual a margem de liberdade que o psicanalista tem

em sua prática? Qual é sua resposta? O que lhe é permitido dizer, ou deve sempre se calar? Ele escreve, cria, ou somente lê o que o analisante fornece, devolvendo seu texto decifrado?

Escuta e silêncio. Questões que já causaram muitas controvérsias no campo psicanalítico. Parti, como disse, dos primeiros anos do ensino lacaniano, que estão povoados de críticas à psicologia do ego, ao inflacionamento imaginário da técnica dos pós-freudianos, às teorias de objeto que distanciam as relações edípicas da ordem simbólica e do campo do mito, às normas técnicas excessivas, que tornam a prática estéril de tão engessada. Firme em seu propósito de retorno à Freud, Lacan afirmou: “Reconduzir a experiência psicanalítica à fala e à linguagem, como a seus fundamentos, interessa sua técnica” (Lacan, 1953/1998, p. 290).

Retornando ao estudo “no qual o psicanalista deveria tornar-se mestre/senhor, das funções da fala” (Lacan, 1953/1998, p. 245), retomando os conceitos que “só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala” (p. 247), Lacan reinscreveu a letra freudiana e o rigor de seu método. Há neste último boas indicações a respeito da posição ética que nossa escuta nos coloca – escutar o sujeito do inconsciente que fala, silenciar para resguardar seu lugar, afastando-se de intervenções sugestivas. Ainda assim, parece que, vira-e-mexe, surgem nos consultórios e fora deles perguntas sobre o caráter dessa escuta, ora desvalorizada (“o psicanalista só escuta?”), ora hipertrofiada pela exaltação extrema do silêncio, tipicamente defendida, ou ao menos praticada, pela Associação Psicanalítica Internacional e instituições dela derivadas.

Ao afirmar que o único meio de que dispõe o psicanalista, seja no âmbito da formação, da investigação ou do tratamento, é a fala do paciente, Lacan (1953/1998) deu ênfase na fala como único recurso com que trabalha um psicanalista. E completou: “Ora, toda fala pede uma resposta” (p. 248), ainda que se depare apenas com o silêncio, desde que ela tenha um ouvinte. A palavra é endereçada a um Outro e pede uma resposta, em um circuito ditado pela demanda

de reconhecimento. O analista joga com o registro da demanda ao introduzir uma demanda de fala, fala que pede resposta. Interessava-me saber que resposta era essa.

Embora tenha mencionado o ouvinte a partir do qual o discurso analítico se estrutura, foi com grande surpresa que, ao consultar o *Índice de referências dos seminários*, no original em francês (Krutzen, 2005) e na tradução em português (Krutzen, 2022), não encontrei qualquer vestígio do termo “escuta”, ou “*écoute*”, no original. Tampouco constam os termos “ouvido” ou “ouvir”, variações como “escutar”, “*écouter*”, “entender”, “*entendu*”, “*entendre*”. O termo “orelha”, “*oreille*” no original, é referenciado nos *Seminários 3, 4, 10, 11, 22 e 23*, mas como orifício da pulsão, aquele que não se pode fechar. O que se observou a partir da consulta ao índice, portanto, é a ausência de menção ao termo “escuta” como conceito ou noção de relevância ao longo de vinte e sete seminários.

Nos *Escritos*, o vocábulo surge em textos como *Para além do princípio de realidade*, *Do sujeito enfim em questão*, *Variantes do tratamento padrão*, *Situação da psicanálise em 1956*, *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* e *A direção do tratamento e os princípios do seu poder*. Nos *Outros escritos*, aparece no *Discurso de Roma*, *Discurso na escola freudiana de Paris*, *O ato psicanalítico*, *Radiofonia*, *O aturdido*, e *Posfácio ao Seminário 11*. No Capítulo 1, retornarei a esse ponto. Por enquanto, destaco apenas o esforço de Lacan em ressaltar que é “para-além do discurso que se acomoda nossa escuta” (Lacan, 1958/1998, p. 622) e que “ouvir não me força a compreender” (p. 623). Essa escuta se apresenta em 1958 como a condição da fala, mas fica evidente que há algo mais em jogo.

Para Luciano Elia (2007), a psicanálise é uma experiência da e com a palavra, e não se trata de discutir ou relativizar isso. Só a palavra pode abrir caminho ao inconsciente estruturado como uma linguagem, “campo regido por uma lógica, uma gramática, na qual o elemento operatório é a palavra, em sua função maior, a fala” (p. 129). Entretanto, partindo de impasses a que pode nos levar a escuta, uma vez que nos leva à confusão entre ouvir e compreender,

Lacan tensionou os limites da simbolização e avançou na dimensão da escrita, destacando a relação da palavra e da fala com a escrita, indo mais-além do sentido para considerar o som e a letra. Para Elia, “o que é escrito não é ouvido, palavra que, em francês, faz equívocação com ‘entendido’ (*entendu*, que admite os dois sentidos)” (p. 131). Os próprios *Escritos* de Lacan são uma tentativa de estabelecer uma escrita não destinada ao entendimento ou à escuta.

Aquilo “que se ouve/entende (*ce qu'on entend*, em francês, reproduzindo a ambigüidade equívocante entre ouvir e entender) ‘não tem nenhuma relação com o que isso significa’” (Elia, 2007, p. 131). Com o problema da escuta, somos levados à problemática do significante que abala a compreensão e atravessa a obra lacaniana: do significante que não significa nada do *Seminário 3* (Lacan, 1955-1956/1985), até o significante que não tem relação alguma com o significado, retomado no *Seminário 20* (Lacan, 1972-1973/2008).

Como escutar o inconsciente? O que o psicanalista escuta quando seu analisante cede à exigência de falar à revelia de sua reflexão, ainda que lhe pareça irrelevante, absurdo, descabido ou vergonhoso (Freud, 1916-1917/2014)? O pedido leva à justa suposição de que não é a coerência do discurso o que é mais valioso para o analista. Que o paciente esteja lúcido, que sua fala seja ordenada, não é isso ao que o tratamento analítico responde, ainda que possa servir como advertência, dado clínico ou peça do diagnóstico. Mas, ao que parece, não é propriamente a escuta que está em jogo, ao menos não no sentido habitual do termo, que implica entendimento e compreensão, mas a escuta que implica uma leitura.

Escutando as históricas, Freud leu o inconsciente. A partir de suas manifestações, extraiu uma lógica própria e se empenhou em estabelecer a etiologia psíquica dos fenômenos corporais e sintomas estranhos à racionalidade médica, situando o conflito correspondente que lhes deu origem. Mas cruzou com limites, surpreendendo-se com forças opostas à dissolução do sintoma, que permanecia mesmo depois de interpretado. Chegou assim ao fenômeno da transferência, à compulsão à repetição e à implacabilidade da pulsão de morte. Lacan foi ainda

mais longe, e procedeu nas vias de acesso da verdade e nos efeitos enigmáticos do gozo, cada vez mais ao encontro do real.

As primeiras palavras de Lacan (1972-1973/2008) na lição de 09/01/1973 do *Seminário 20*, na qual a “função da escrita” é introduzida, aludem aos *Escritos*, sua “*poubellication*” (termo que reúne *poubelle*, lixeira, e *publication*, publicação). *Escritos*, ele reconhece, que não se leem facilmente, porque ele realmente pensava que “não eram para ser lidos [*pas à lire*]” (p. 32). A escrita, que se produz porque há algo que não pode se escrever, é capaz de provocar alguns tensionamentos na palavra e de provocar a leitura como ato, “a leitura como um procedimento que faz a palavra dobrar-se, retroagir sobre si mesma, sobre seus traços e suas ausências” (Azevedo, 2007, p. 39), e que só se constitui enquanto tal no só-depois, a partir dos efeitos que produz, o que remete ao inconsciente como aquilo que se lê.

O escrito que aqui se produz pode oferecer a possibilidade de produzir amarrações às surpresas que, do real, surgem a cada fala descontinuada, interrompida, fragmentada, a cada ato falho lapso, sonho e sintoma. Não se trata de uma amarração a ponto de almejar a abolição do *nonsense*, mas a nível do desejo, desejo de escrever à revelia do que não se escreve. O texto que aqui se esboça – à maneira do trabalho do sonho que elabora retroativamente e tem como *intensão* fazer trabalhar, a propósito de uma decifração –, trata, em suma, de alguns dos problemas que a escuta em análise coloca ao analista, este que se envolve em um trabalho de efetiva e contínua surpresa, de rupturas e reviravoltas próprias do trabalho clínico.

O trabalho analítico encontra seu dinamismo na fala, mas é pela função da escrita que Lacan pôde interrogar algo sobre o sintoma. De que modo a função da escrita concerne ao uso da palavra na experiência analítica? Ao conjugar o sintoma com a escrita, vemos surgir de modo precoce na obra lacaniana o que mais tarde será definido como sintoma: aquilo que não cessa de escrever, que se constitui como suplência do que não cessa de não se escrever. É o que antecede sua formulação de que o sintoma vem do real (Lacan, 1974/2022), embora este

seja uma construção simbólica, passível de deciframento. Nessa perspectiva, o tratamento analítico visa os efeitos de sentido em seu processo de escritura: “se o sintoma pode ser lido, é por já estar inscrito, ele mesmo, num processo de escrita” (Lacan, 1957/1998, p. 446). Diante da impossibilidade de dizer proveniente do real, a escrita é convocada a existir, além do que a linguagem pode articular.

A interpretação enquanto resposta do analista restou como possibilidade de trilhamento, a partir de questões sobre seu alcance, sua condição de possibilidade, sua eficácia. Interpretar carrega uma promessa de que essa escuta não ficará – não deve ficar – encarcerada no silêncio. A promessa¹ de um ato cujo efeito produzirá algum deslocamento, transformação ou efeito de sentido que movimenta a fixação do sintoma.

Busquei me debruçar sobre as obras de Freud e Lacan para recolher de que modo essa noção é concebida e as possíveis modificações que pode ter sofrido. Na obra de Freud, o termo é quase que inteiramente referenciado aos sonhos, fenômeno cuja leitura inaugurou a clínica psicanalítica, a partir do qual se desenvolveu uma técnica. Já Lacan envolveu o termo a muitos outros, sendo levado ao limite na medida em que, no fim do ensino, chegou à reformulação do sintoma e ao inconsciente real. A interpretação que conhecemos como equívoca, poética, que incide sobre a língua etc. decorre dessa diligência em levar a invenção freudiana às últimas consequências, e envolveu, ao longo do caminho, noções como a de significante, o desejo e a demanda, os mal-entendidos da língua, a poesia de a língua, as modalidades lógicas, o dizer e o dito, o real que comanda a verdade, o sintoma e o *sinthoma*.

Antes de abordá-lo mais diretamente, nos Capítulos 2 e 3, debrucei-me sobre um preâmbulo que acredito ser revelador sobre as indicações do final do ensino acerca da

¹ Tal como a promessa do Outro, que supõe a existência de um sujeito falante, que prediz que um sujeito vai falar em breve (Didier-Weill, 1997). Ou, ainda, a promessa, aposta ou suposição de que o analisante “possa aprender a ler” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 105).

interpretação. Falarei inicialmente sobre as questões da linguagem, passando brevemente pelo recurso à linguística, a linguística de Lacan, as relações entre fala e escrita, a invenção de lalíngua. Afinal, foi o inconsciente linguageiro que permitiu as aberturas para a renovação clínica proposta, rejeitando o formalismo que ameaçava o futuro do método clínico freudiano. Para tratar daquilo que se passa em uma análise (do que se diz; do que se lê), parece inevitável uma incursão no campo da linguagem, campo das origens do sujeito.

Com a linguagem, Lacan estabeleceu, por um lado, nossa submissão ao significante, demarcando a precedência simbólica que determina o humano: “Antes que a criança aprenda a articular a linguagem, cumpre-nos supor que aparecem significantes que já são da ordem simbólica. Quando falo de uma aparição primitiva do significante, é alguma coisa que implica a linguagem” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 172). Por outro, toca a dimensão clínica, que não se perde em abstrações teóricas, pois é no campo da linguagem que se opera o discurso analítico.

A técnica interpretativa de Freud foi desenvolvida por meio dos sonhos, conjugada ao método associativo, e com ela trabalhou ao longo de sua obra, com poucos acréscimos. Seu último desenvolvimento sobre o tema está no texto *Construções em análise*, no qual sustentou sua posição final, sugerindo o termo “(re)construções” para designar o trabalho com o esquecido. Os desdobramentos de Lacan estendem a questão e levam a pensar a relação entre significante e letra. Pretendo investigar se Lacan modificou a concepção freudiana, sobretudo a partir da reformulação do sintoma e da introdução do inconsciente real, e se seguiu a indicação de se guiar por uma interpretação-construção, e para isso segui o rastro de cada menção ao termo nas respectivas obras, recolhendo as passagens que considere mais importantes para a discussão.

A tarefa foi árdua, afinal, o termo “interpretação” comparece em todo o conjunto da obra. Foi preciso consultar cada um dos volumes das obras completas de Freud, dos seminários e escritos de Lacan. E não há, em nenhum dos dois casos, textos dedicados exclusivamente à

interpretação analítica, com exceção talvez de *A interpretação dos sonhos* e *Construções em análise*, no primeiro caso, e *A direção do tratamento* e *O aturdido*, no segundo. Portanto, foi preciso percorrer toda a produção. O procedimento será detalhado nos Capítulos 2 e 3.

Algumas questões norteadoras são: Quais as diferenças e semelhanças na concepção de interpretação para os referidos autores? Quais as razões que levaram Freud a defender, no final de sua obra, o uso do termo “construções” no lugar de “interpretações”? Lacan seguiu essa indicação? Haveria um cálculo da interpretação por parte do analista? Qual o lugar do cálculo no incalculável de um percurso analítico, já que não se pode prever seus efeitos? De que modo os limites da rememoração e da verbalização são levadas em conta na teoria da interpretação? Há uma forma de a interpretação ter isso em conta? E, se for este o caso, haveria várias formas de interpretar, diferentes técnicas, levando em conta uma ou outra dimensão?

Tentando responder a algumas dessas questões, adentrei nas obras orientada por duas hipóteses. Para melhor apreciá-las, é importante situar sua origem. Foram extraídas de *Televisão*, no qual Lacan (1974/2003) afirmou que há duas vertentes fornecidas pela estrutura da linguagem: (1) a vertente do sentido, “daquele que se acredita ser o da análise, que nos despeja sentido aos borbotões para o barco sexual” (p. 512). Esta é a vertente do *sens*, o bom senso [*bon sens*], o senso comum [*sens commun*], e que frequentemente se acredita ser aquela privilegiada na análise, fornecendo o sentido edípico e sexual dos sintomas; (2) a vertente do signo, do não-sentido (*non-sens*), o “não-sentido da relação sexual, que é patente desde sempre nos ditos amorosos” (p. 512). Trata-se do não-sentido da relação sexual que não há.

A primeira vertente entra no domínio da sugestão, e “é aí que a psicoterapia estanca” (p. 513), pois se restringe a isso, desconsiderando a impossibilidade da relação sexual e o gozo. A segunda foi, segundo Lacan, inaugurada por Freud ao tratar as formações do inconsciente como mensagens cifradas, passíveis de deciframento. O signo é aquele que “produz gozo pela cifra que os significantes permitem” (Lacan, 1971-1972/2003, p. 549). Ao inaugurar um

“deciframento de diz-mensão significante pura” (p. 514), podemos situar o sentido de um lado e, de outro, a bateria significante de lalíngua que cifra o sentido, e cada palavra assume nela uma “gama enorme e disparatada de sentidos” (p. 515), completamente avessos àqueles que constam no dicionário. As cadeias que se constroem ao redor do sintoma “não são de sentido, mas de gozo-sentido [*jouis-sens*]” (p. 516), homófono de *jouissance* (gozo).

Considerando as duas vertentes, é possível pensar que há dois modos distintos de agir, visando a uma ou outra? E, se for esse o caso, como intervir de modo a levar em consideração a impotência do simbólico em dar conta da experiência, abrindo espaço para, como disse Lacan (1971-1972/2003) no texto ...*Ou pior*, “a criação do dispositivo pelo qual o real toca no real, ou seja, daquilo que articulei como o discurso analítico” (p. 545)? No mais-além da decifração freudiana, deve-se ter em vista *um dispositivo que toca no real*, que privilegia não a produção de sentido e o saber, mas também o que lhe faz furo. É o que me leva a supor que o ato analítico, formulado formalmente a partir do *Seminário 14*, surge para dar conta dessa dimensão.

Hipóteses

Hipótese 1: a interpretação analítica possui mais de uma vertente, mais de uma possibilidade: há aquela que aponta para o sentido – que Freud explorou de forma mais sistemática – e outra que se orienta pelo impossível, pelo que faz furo no saber, e que leva o real em conta. Entendo que, ao encerrar a questão com a ideia de “construções do analista”, Freud avançou até definir claramente a primeira vertente. Lacan, por sua vez, buscou precisar a segunda, deslocando a ênfase da interpretação textual ou explicativa para considerar também a dimensão do silêncio, do corte, do esvaziamento da posição do analista e do sem-sentido de lalíngua. *Hipótese 2:* as formulações de Lacan sobre a interpretação orientada pelo real culminaram na elaboração do ato analítico.

Objetivos

Objetivo geral: Recolher e interrogar a concepção de interpretação em Freud e em Lacan, apresentada de forma diluída ao longo de suas obras, com o intuito de identificar as equivalências e divergências entre elas, bem como os diferentes desdobramentos que incidem sobre o fazer do analista. *Objetivo específico 1:* Orientar-se pelo percurso de Lacan com a linguagem, privilegiando alguns momentos decisivos que culminam na invenção de lalíngua, a partir das formulações sobre o gozo. Pretendo, com isso, abordar questões relativas à escuta analítica, articulando noções como fala e escrita, letra e significante (Capítulo 1). *Objetivo específico 2:* Identificar as ocorrências do termo “interpretação” nas obras de Freud e de Lacan, a fim de analisar as possíveis diferenças entre a interpretação concebida por Freud e aquela teorizada e praticada por Lacan, explorando seus desdobramentos teóricos e clínicos (Capítulos 2 e 3). *Objetivo específico 3:* Investigar se há, de fato, diferentes vertentes de interpretação nas respectivas obras. Propor algumas coordenadas relativas ao fazer do analista, verificando de que modo as diferentes vertentes da interpretação e a elaboração do ato analítico podem contribuir para a prática, e investigar se haveria alguma delas que se destacaria como paradigma para orientar a direção do tratamento (Capítulo 4).

Divisão dos Capítulos

O primeiro Capítulo buscou no trilhamento de Lacan com a linguagem a retomada dos princípios freudianos da psicanálise como experiência da palavra, possibilitando uma experimentação de saber sobre o sintoma pela associação livre que permite ao analisante um novo modo de se implicar em seu sofrimento e nos destinos possíveis que podem decorrer disso. Busquei investigar o que o analista recolhe da fala associativa, questões que concernem à sua escuta. Parti do inconsciente languageiro de Lacan, inicialmente amparado na linguística, mas com subversões de noções centrais desta disciplina para tratar do inconsciente. O esgotamento deste recurso culminou na invenção do termo “linguisteria” nos últimos anos para demarcar definitivamente a linguagem que interessa à psicanálise e ao sujeito do inconsciente.

Em seguida, é abordada a articulação entre a função da fala e a função da escrita, investigando a curiosa raridade do termo “escuta” na obra de Lacan, buscando tratar das noções escuta e leitura, fala e escrita, significante e letra. Pela palavra, a verdade fala. Mas como escutá-la? Em seguida, tratei do sujeito que fala em análise, desabitado de seu eu, e que comparece nos intervalos, nas fendas do discurso, nos lapsos que surpreendem. Por fim, busquei acompanhar a invenção da noção de lalíngua surgida em decorrência das formulações sobre o gozo.

No Capítulo 2, fiz uma incursão na obra de Freud em busca dos desenvolvimentos em torno da interpretação analítica, para delinear sua definição e seu alcance. Foram definidos dois momentos cruciais: a ênfase na escrita dos sonhos e as construções em análise. Trabalhei com a hipótese de que Freud teria se voltado à consolidação da primeira vertente da interpretação, voltada à revelação do sentido de um conteúdo inconsciente, manifesta predominantemente pela intervenção explicativa. Tratei da interpretação dos fenômenos históricos, sonhos e fenômenos não-patológicos, além de abordar a surpresa de Freud com o fenômeno da transferência e, mais adiante, com a pulsão de morte. Além disso, descrevi a técnica freudiana da interpretação (ou a arte da interpretação, como ele gostava de dizer), busquei definir se interpretar equivale a traduzir e me debrucei, por fim, sobre o tema das construções.

No terceiro Capítulo, que se debruça sobre a obra de Lacan, a busca foi realizada utilizando o *Índex de referências dos seminários de Jacques Lacan* (Krutzen, 2022) para localizar as ocorrências nos seminários. Nos *Escritos e Outros escritos*, utilizei os mecanismos de busca dos arquivos digitais. A partir desse levantamento, recolhi alguns recortes dos desenvolvimentos em torno do tema para analisar possíveis reformulações, acompanhando também em que medida a indicação freudiana sobre as construções foi seguida. Assim, percorri cada seminário, articulando-os com escritos cujo conteúdo dialoga com a temática tratada.

No quarto Capítulo, pretendi estabelecer algumas coordenadas relativas ao fazer do analista extraídas da leitura empreendida. Abordo temas correlatos que ajudam a avançar na

questão, examinando-a por um ângulo mais panorâmico, retirando a lupa utilizada para discutir cada excerto sobre a interpretação. Trato da transferência e do desejo do analista, do mal-estar que recai sobre ele no exercício de sua prática, do inconsciente real e do ato analítico, buscando também responder às perguntas disparadoras do estudo e às hipóteses apresentadas.

CAPÍTULO 1

(A)LÍNGUA:

O Percurso de Lacan com a Linguagem e a Invenção de Lalíngua

Neste capítulo, buscarei traçar algumas notas sobre o percurso de Jacques Lacan com a linguagem, desde sua ancoragem no simbólico decorrente da herança estruturalista até a marcação de sua linguística e a criação da noção de lalíngua, a fim de acompanhar o avançar de seu pensamento no campo da clínica e o surgimento do inconsciente real. Este trilhamento tem como propósito servir como um pavimento para o tema da interpretação analítica.

O acento na linguagem assenta a posição ética da psicanálise na cultura e no campo científico, operando um descentramento radical da razão e uma desnaturalização do humano, que não é comandado unicamente por funções biológicas. Discutirei ainda a articulação da *função da fala* com a *função da escrita*, duas expressões marcantes do ensino lacaniano separadas por vinte anos, para enfatizar que a escrita confere um novo estatuto à escuta do analista, o que incide sobre seu fazer. A articulação entre a fala e a escrita abarca, no conjunto de sua obra, a reformulação da noção do sintoma como aquilo que vem do real e o sem-sentido de lalíngua. Neste percurso, busco enfatizar os rastros que se abriram para o campo da interpretação nos anos finais da transmissão lacaniana.

Para retornar à letra freudiana, Lacan introduziu as categorias do real, simbólico e imaginário e com elas prosseguiu até o fim do ensino, quando fez um remanejamento para instaurar a topologia borromeana. No começo, havia predominância do simbólico, que comandava os fenômenos imaginários e reais e sustentava a clínica, pois a eficácia da análise consistia no processo de simbolização, ou seja, em alojar imaginário e simbólico no discurso (Soler, 2018). Para avançar, é importante ter em vista esse predomínio simbólico para acompanhar o desenrolar que culminou no nó borromeano, que extinguiu a hierarquia entre as três categorias, colocando-os como disjuntas, independentes e não-hierarquizadas. Embora não

pretenda desdobrar as minúcias da topologia borromeana, essa observação serve como pano de fundo para o percurso, que atravessa o período da dominância simbólica sobre as demais (que podemos escrever *SIR*) até o remanejamento (*RSI*, que em francês é homófono de *hérésie*, heresia), buscando extrair aquilo que concerne aos objetivos propostos.

1.1. Tensionando a Linguística ao seu Limite

Os primeiros anos da transmissão de Lacan foram marcados pelos problemas da linguagem e da estrutura do ser falante, cuja ênfase modificou o curso do movimento psicanalítico, pois a relação com a linguística constitui uma renovação teórico-conceitual da psicanálise, provocando torções no conceito de inconsciente e sendo decisiva para desviar a psicanálise da fundamentação nas ciências biológicas. Seus desenvolvimentos aglutinam as questões clínicas que a função da fala demarca (o analista opera com a fala, que dá acesso ao inconsciente) assim como a questão da linguagem como intrincada na constituição do sujeito, em sua relação com o Outro, conforme trabalhado em outro lugar (Conte & Maesso, 2023)

Com o recurso à linguística e à antropologia estruturalista, Lacan prosseguiu o programa cientificista de Freud a partir de novas bases, conduzindo à formalização necessária “para assegurar a nossa disciplina seu lugar nas ciências” (Lacan, 1953/1998, p. 285), rompendo com a legitimação por meio das ciências médicas. Não é pela via das ciências experimentais – cuja “inversão positivista” (p. 285) condecora como hegemônica, concedendo prestígio ao desenvolvimento cada vez mais especializado dos experimentos – que a psicanálise pode reencontrar suas bases científicas. A noção de símbolo é determinante para demarcar um lugar e para designar a ordem simbólica, constituída pela linguagem, definindo os analistas como “praticantes da função simbólica” (p. 285). Sobre isso, Érik Porge (2006) comentou:

A análise consiste em dar a palavra (*parole*) ao analisando, a fim de que por meio dela se desenlace o que a fala (mentirosa, censurada, ausente...) enredou em sua história. A

fala dá lugar ao registro da verdade, irredutível ao imaginário do qual ela constitui um mais-além. (p. 81)

Em relação ao estruturalismo, o simbólico recebeu com Lacan um novo estatuto, o símbolo adquirindo sua plena significação no ser falante. O símbolo em psicanálise indica a prevalência do pacto, que faz intervir o terceiro e que rege a Lei simbólica, dispondo a cultura superposta à natureza, fazendo-se presente como ordem de linguagem. A anterioridade simbólica indica que os efeitos do significante preexistem à experiência particular do sujeito. É o simbólico e seu papel de mediação na interlocução (diferente do imaginário, que é dual) que possibilita a fala como o lugar da verdade, a verdade (*alétheia*) não como oposição ao falso, mas como oposta ao esquecimento (Porge, 2006).

A linguagem “é a condição do inconsciente” (Lacan, 1973/2003c, p. 490), disse Lacan em *O aturdito*, evidência de que esta tese atravessa seu ensino. Para demarcar as relações da fala e da linguagem no sujeito, Lacan (1953/1998) demonstrou, em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, certa antinomia entre elas. Quanto mais funcional for a linguagem, mais imprópria para a fala, e quanto mais neutralizada, isto é, quanto mais próxima da informação, maiores as redundâncias. A redundância para a informação é o que faz, na fala, de ressonância. Na fala, a função da linguagem não é informar, mas evocar. Busca-se com ela a resposta do Outro, formulando a demanda. Para o analista, intervir pela fala é da ordem da responsabilidade de reconhecê-lo ou aboli-lo como sujeito, e Lacan chegou a mencionar o verdadeiro “milagre operado por sua fala” (p. 307). Interpretando o símbolo, o sintoma “que o inscreve como letras de sofrimento na carne do sujeito, se apaga” (p. 307). Seu projeto visava não recair na banalidade das constatações do que a fala faz operar no dispositivo clínico.

Sob influência do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, lançou mão do conceito de estrutura, a estrutura do significante que constitui um conglomerado de elementos que engloba um não-todo ou uma totalidade incompleta, que guardam relação entre si de covariância e que

opera em toda realidade humana, conforme desenvolvido em outro lugar (Conte & Maesso, no prelo). A noção de estrutura e de significante são inseparáveis, e a psicanálise trabalha com a articulação da estrutura do significante e do corpo, com uma “estrutura do sujeito que, como tal, não é inteira, mas dividida, deixando cair um resíduo irreduzível” (Lacan, 1966/2003a, p. 222). Estando ligado à noção de significante, a noção de estrutura sofreu remanejamentos para compor um sistema de pensamento que se curva ao inconsciente freudiano para nele avançar.

Outro encontro em busca de cientificidade para a psicanálise se deu com Ferdinand de Saussure, que ressituiu a questão do sujeito inconsciente. O mergulho na linguística tem no horizonte extrair as consequências para a psicanálise, e a linguagem como a qual o inconsciente se estrutura não se confunde com a linguagem concebida pelos linguistas. Apropriando-se do signo linguístico, composto por significante e significado, Lacan trabalhou com um significante que por si só não significa nada, e que implica um sujeito que está representado para outro significante. Em 1975, afirmou: “A palavra ‘palavra’, eu a substituí pela palavra ‘significante’, e isso significa que ele se presta a equívocos, quer dizer, tem sempre diversas significações possíveis” (Lacan, 1975/2016, p. 53).

A relação com a linguística não é, portanto, de aplicação. Para distingui-las, vale mencionar alguns aspectos do significante lacaniano. O significante, que desliza sobre o significado, ganha primazia em seu pensamento, e entre os dois há uma barra que não é marca de união, mas uma barreira resistente à significação. Há, entre os dois, algo de barrado a atravessar (Lacan, 1972-1973/2008). Seu interesse se concentra no sujeito do inconsciente, e não nos elementos linguísticos isolados. Isso pode ser observado na célebre fórmula: o significante é aquilo “que representa um sujeito para outro significante” (Lacan, 1964/2008, p. 203). Mais tarde, acrescentou: “o significante é o que representa um sujeito para outro significante, no qual o sujeito não está. Ali onde é representado, o sujeito está ausente. É

justamente por isso que, ainda assim representado, ele se acha dividido” (Lacan, 1971/2009, p. 10), demonstrando que, embora possa ser representado, o sujeito não é localizável.

A relação entre os termos não é de reciprocidade, havendo autonomia do significante em relação ao significado. Não há, portanto, correspondência biunívoca entre os dois, reinando, nas línguas humanas, uma relação de não conformidade. Isso pode ser observado nos deslizamentos produzidos com o tempo, no deslocamento das significações humanas e nas modificações do conteúdo dos significantes, que assumem usos diferentes ao longo do tempo.

Nas linguagens animais, impera a correlação unívoca, havendo impossibilidade de equívoco. Em tais sistemas de símbolos, os signos são dotados de significação, capazes de atingir os demais indivíduos daquela espécie. O poeta Octavio Paz (1956/1982) indicou aí duas características: “o significado – reduzido, é certo, ao nível mais elementar e rudimentar – e a comunicação. O grito animal se refere a algo, diz algo: possui significação. E esse significado é recolhido e, por assim dizer, compreendido pelos outros animais” (p. 38). Nas línguas humanas, impera o mal-entendido, a prevalência do equívoco, do engano, da ambiguidade, da incerteza. Algo se produz sempre à revelia do falante, cuja condição é de inteira submissão ao significante, sendo o mal-entendido “o próprio fundamento do discurso inter-humano” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 188). A comunicação humana é marcada pelo mal-entendido, não é direta, não tem significação inequívoca e mal se sustenta, pois não há significados definitivos. Isso se deve também porque, ao fim e ao cabo, cada um fala uma língua própria, carregada de singularidades e de estrangeirismos para os outros, produzindo uma equivocação que “atrapalha a compreensão para favorecer o Inconsciente” (Quinet, 2022, p. 29).

Outro aspecto frequentemente discutido sobre o encontro de Lacan com Saussure é a alegação de que este teria recusado à linguística a ênfase em qualquer realização da língua pela fala, uma vez que a língua é tida como um depósito, algo recebido de fora e que exclui, portanto, as marcas da emergência subjetiva.

Sabe-se, particularmente, que Saussure havia excluído de seu campo tudo o que era do foro da fala [*parole*] como lugar de emergência do sujeito. Ora, isso é a primeira tese do Discurso de Roma de Jacques Lacan: se tomamos a fala no sentido saussuriano, é precisamente ela que determina o domínio em que se exerce a psicanálise. (Milner, 2010, p. 2)

O exercício da fala que não interessou à linguística é o ponto de partida e a condição de possibilidade da prática analítica. Atestando que é a partir da fala (*parole*²) que o discurso analítico encontra sua originalidade, Lacan escreveu em 1973:

O que desse modo se escreve e que eu chamo de discurso analítico, partiu de um lembrete inicial, de um lembrete primeiro, ou seja, que o discurso analítico é esse modo de relação nova que se fundou somente pelo que funciona como palavra (*parole*) e isso em algo que se pode definir como um campo: ‘Função e campo’, eu escrevi, justamente, ‘da palavra e da linguagem’, e terminei: ‘em psicanálise’. O que era designar o que faz a originalidade de certo discurso, que não é homogêneo a um certo número de outros discursos que exercem o ofício. (Lacan, 1972-1973/2010, p. 93)

Não tendo encontrado na disciplina “tudo o que lhe teria sido conveniente para tratar do inconsciente” (Porge, 2006, p. 79), o tensionamento da linguística é levado ao limite, ao ponto máximo de tração, caracterizando uma relação que não é de justaposição ou de aplicação de métodos e conceitos de uma ciência à outra. No limite, o campo da linguagem se abre ao inconsciente. Foi, aliás, sempre no limite que a interface entre os campos se deu. E, “ao dizer limite, diz-se também contato constante” (Milner, 2010, p. 2). Dizemos então que a relação entre os dois campos é de proximidade, mas também de absoluta heterogeneidade.

² O termo *parole* pode ter diversas traduções, dentre elas palavra e fala.

O percurso de Lacan passou pelas fórmulas da metáfora e da metonímia e pela escrita da metáfora paterna, culminando, entre 1957 e 1958, na construção do grafo do desejo, que aborda a constituição do sujeito, passando pelo estádio do espelho, a entrada na linguagem, a formação e fixação da fantasia, a inscrição do falo no campo do Outro, a formalização da demanda, a metáfora paterna e a circunscrição do gozo (Dunker, 2017). O grafo é composto de dois patamares. O primeiro “ratifica o fato de que o sujeito fala e, assim o fazendo, está submetido às leis da linguagem em sua abordagem da realidade” (Porge, 2006, p. 95). O segundo é o da enunciação, e “articula o modo como o sujeito se situa não em vista da realidade, mas em relação ao primeiro patamar, isto é, à fala e à linguagem” (p. 95). Para o autor, o sujeito é confrontado com o que falar quer dizer, percebendo que diz mais do que seus enunciados, confrontando-se com aquilo que lhe escapa e que constitui, propriamente, seu inconsciente.

Não discorrerei longamente sobre o grafo. Quero apenas indicar que, para além de seu inestimável valor na práxis analítica, este é um momento decisivo para demonstrar que, em razão de sua submissão ao significante – ou seja, porque é um ser falante –, o sujeito tem suas necessidades assujeitadas à demanda que, endereçada ao Outro, retornam alienadas (Porge, 2006). Em sua constituição, ele se depara com a impossibilidade de saber, restando-lhe colocar a questão ao Outro, tesouro dos significantes, “que lhe alterou as necessidades e desviou sua demanda” (p. 101). A experiência de fala, alicerce do dispositivo analítico, pode proporcionar a constituição de um saber, uma rede de significantes, pois do inconsciente não há conhecimento possível, mas somente o “reconhecimento de seus efeitos nos sintomas” (p. 101).

A questão da linguagem foi cara a Lacan, não sendo jamais abandonada ou superada, mas abordada a partir de novas ênfases. Reinserindo a psicanálise no campo da linguagem, do qual jamais deveria ter se distanciado, Lacan faz uma renovação teórica e conceitual pelo retorno à letra de seu fundador. O inconsciente estruturado como uma linguagem, pode ser lido, no fundo, como uma tese freudiana sem que Freud jamais a tenha pronunciado, e permite

esboçar aquilo que será sustentado adiante, na medida em que o real, o que escapa à simbolização e está mais além do significante, ganha preponderância.

Em sua obra, o inconsciente jamais deixa de ser estruturado como uma linguagem, mas a referência à linguística, decisiva nos primeiros anos, progressivamente se transfigura até o marco definido pelo *Seminário 20* (Milner, 2012), no qual o termo “linguisteria” surge para demarcar que a linguagem que interessa à psicanálise não é a da linguística, mas a linguagem que concerne ao inconsciente e ao sujeito.

Sobre o termo “linguisteria”, a psicanalista Glaucia Nagem (2024b) sugeriu que não se trata propriamente de uma ruptura com a linguística, mas de uma “criação em diálogo” (p. 114), pois Lacan jamais utilizou seus conceitos de modo puro, sempre levando em conta a especificidade do inconsciente. Em presença de Jakobson, por quem mantinha profundo respeito, “o psicanalista forja um outro modo de dizer de seu uso da linguística” (p. 114). Isso, no entanto, marca uma nova perspectiva para a concepção de linguagem e para a clínica.

Os anos de 1970 são também o momento em que qualquer resquício da dualidade cartesiana entre corpo e mente se desfaz, da oposição “entre um campo de linguagem e de significantes que se estruturam no simbólico e um corpo que, para constituir-se em sujeito, deve submeter-se a este campo, alienar-se nele, transmutar-se em corpo significantizado, mortificado pelo significante” (Elia, 2016, p. 223). Isso busca desfazer concepções sobre o corpo pautada na oposição entre *res cogitans* e *res extensa*, o que o próprio conceito freudiano de pulsão já havia demarcado, mas que persistem como vício no modo como a cultura ocidental concebe o ser humano. Para Elia, as noções de língua e de gozo e o nó borromeano compõem uma teoria da constituição subjetiva que enoda os registros do real, do simbólico e do imaginário, inaugurando, pela função da escrita, as concepções do corpo que é substância gozante e da materialidade do gozo no corpo, e não um corpo acoplado, colado a uma psique.

1.2. Linguisteria: Novo Estatuto da Linguagem

Desde o momento que é da linguagem que partimos, é à linguagem que voltamos. Como, a partir daí, nós imaginamos tocar um real que seria um terceiro círculo, por assim dizer, sua forma circular, é o que nos escapa.

(Lacan, 1975/2016, p. 88)

Para demarcar esta duplicidade da (não)relação com a linguística, Lacan chamou linguisteria o domínio específico da psicanálise no que concerne à linguagem, ou, ainda, de que linguagem se trata em psicanálise.

“Um dia eu percebi que era difícil (...) não entrar na linguística, a partir do momento em que o inconsciente fora descoberto” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 67). Essas são as palavras de Lacan no início da lição de 19/12/1972, durante a qual se dirigiu a Jakobson e sua afirmação de que tudo o que é da linguagem teria a ver com o linguista. “Mas”, ele continuou, “se tomarmos tudo o que se segue da linguagem e, especificamente, do que dela resulta” dentro do campo do sujeito que se estabeleceu uma vez que o inconsciente foi descoberto, “então terei de forjar alguma outra palavra, para deixar a Jakobson seu domínio reservado e, se vocês quiserem, chamarei isso de ‘linguisteria’” (p. 68). E nela se lança.

A linguagem da psicanálise não é aquela que serve à comunicação, que implica códigos e mensagens, transmissão. No *Seminário 12*, Lacan (1964-1965/2006) afirmou: “A linguagem não é um código, precisamente porque em seu menor enunciado, veicula com ela o sujeito presente na enunciação” (p. 206). E continuou: “Toda linguagem, e mais ainda, aquela que nos interessa, aquela de nosso paciente, se inscreve, é evidente, em uma profundidade que ultrapassa de muito aquela, linear, codificada, da informação” (p. 206). Em outro momento, complementou: “Falar de código não convém, justamente por pressupor um sentido” (Lacan, 1974/2003, p. 514). Demonstrar isso requer um resgate da função do significante, trabalhada

nos primeiros anos, mas a partir de um novo estado de coisas – a topologia. O significante³ herdado da linguística é “o que tem efeito de significado e é importante não elidir que entre os dois escreve-se uma barra, há algo como uma barra a ser ultrapassada” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 73).

O realce na barra do signo saussuriano decorre da atenção ao detalhe. Saussure não chegou a nomeá-la, mas Lacan lê a barra materialmente, corporalmente, ao pé da letra, tomando-a como a marca de separação. Em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* – cuja contribuição é a de ficar no meio do caminho entre a escrita e a fala –, a barra foi denominada “barreira resistente à significação” (Lacan, 1957/1998, p. 500) e, assim, define-se uma barreira que, como tal, é feita para separar e, igualmente, para ser ultrapassada.

“Nosso ponto de partida, o ponto a que voltamos sempre, pois estaremos sempre no ponto de partida, é que *todo verdadeiro significante é, enquanto tal, um significante que não significa nada* [ênfase adicionada]” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 212) e, em seguida: “A experiência o prova – quanto mais o significante nada significa, mais indestrutível ele é” (p. 212). Um puro significante, “um significante verdadeiro” (p. 213), não carrega um significado a tiracolo. O significante, insignificante enquanto tal e representa um sujeito para outro significante (Lacan, 1964/2008), deve entrar em um circuito de relações dissimétricas (sem reciprocidade) entre o sujeito e o Outro. Algo deve intervir para fazê-lo funcionar, pois não há garantias do efeito sujeito.

As coisas são simples. Mas é preciso ainda que a ordem do significante, o sujeito a adquira, a conquiste, seja colocado em seu lugar numa relação de implicação que afeta

³ Lacan não modificou o termo, como poderia ter feito caso pretendesse falar de algo que rompe inteiramente com a tradição da linguística, mas o trata com a especificidade que lhe é própria. Além disso, nesse ponto enfatizou que a tradição linguística não é somente saussuriana, reconhecendo, por apreço a Jakobson, algumas ramificações que lhe deram origem e possibilitaram suas formulações, como é o caso da influência dos filósofos do estoicismo.

seu ser, o que resulta na formação do que chamamos em nossa linguagem o superego. Não há necessidade de ir muito longe na literatura analítica para ver que o uso que é feito desse conceito convém perfeitamente à definição do significante, que é a de não significar nada, com o que ele é capaz de dar a todo momento significações diversas. (Lacan, 1955-1956/1985, pp. 216-217)

Anos depois, viria falar da besteira do significante: “o significante é besta” (Lacan, 1972-1973/2008, p. 27). A besteira do significante é que, ainda que seja insignificante, ainda que, como os anjos⁴, não traga a menor mensagem, ainda que o significado não atinja o alvo e que algo dessa unidade jamais se ponha a pleno funcionamento, nós nos servimos desse significado. A besteira do significante é seu único traço distinguível, o único predicado para todos os significantes; ele é besta porque as significações estão alhures. Evocar a dimensão da crença com a imagem dos anjos sugere que devemos crer, minimamente, na amarração entre os elementos que produz sentido, decorrente de um atamento entre simbólico e imaginário. É preciso eventualmente *crer* nas amarrações, por mais efêmeras, alienadas, ilusórias que sejam. Acreditar nelas para poder abandoná-las.

A função do significante, questão cuja obstinação imprime sua marca ao longo de mais de quase três décadas de ensino, por que se deter nela? Foi o que Lacan buscou responder nesta lição de dezembro de 1972: trata-se de enfatizar nela o fundamento do simbólico, “quaisquer que sejam suas dimensões, que só o discurso analítico nos permite evocar” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 76). O discurso analítico fará entrar em jogo a besteira do significante, no que ela é uma dimensão (*diz-mensão, diz-mansão*), mansão da verdade.

⁴ “Não é que eu não acredite em anjos (...). Simplesmente, não creio, em compensação, que eles tragam a menor mensagem e é justamente aí, no nível do significante, que eles são verdadeiramente significantes” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 76).

Até onde pude constatar, Lacan não explicou as razões pelas quais incluiu na “linguística” a “histeria” para produzir sua “linguisteria”. Arrisco inferir que sua lingu-histeria se constitui, ao modo do discurso da histérica, como o seu modo próprio de interrogar o campo científico em função de produzir um saber que concerne ao inconsciente, confrontando o lugar do mestre e a insuficiência de seu saber para destituí-lo de seu lugar. Desse modo, reinstitui o lugar do sujeito, pois a produção do outro não tampona sua falta. A linguisteria coloca, novamente, o sujeito em questão.

Em grande medida, esse ponto de reinvenção da psicanálise pôde ser enunciado após anos de obstinada busca pelo seu estatuto científico e pelo empenho de formalização para o campo do inconsciente real. A noção de gozo é determinante, marcando sua relação íntima com o significante, significante que é causa de gozo – pois este é coisa de falantes e só existe pela incidência do primeiro na interdição do gozo – e que, paradoxalmente, detém o gozo, serve como proteção contra seus excessos (Braunstein, 2007). Acompanhar os desenvolvimentos em torno do significante podem nos dar boas indicações a respeito das reformulações do final do ensino, que alargam o campo da interpretação e do fazer analítico.

1.3. Da Função da Fala à Função da Escrita⁵

Ao olhar um pouco mais detidamente para a o fato de a psicanálise se constituir como uma experiência da palavra e interrogar sobre o que os ouvidos do analista recolhem, algumas questões pedem desenvolvimentos. Nesta seção, trabalharei noções como a de escuta e leitura, fala e escrita, significante e letra, partindo da impossibilidade de compreensão do discurso ditada pelo mal-entendido fundamental. Elegi duas expressões como balizas: *função da fala*

⁵ “Função da escrita” se refere à expressão em francês “*fonction de l’écrit*”, presente no seminário *Encore*. Com frequência, *écrit* foi traduzido para o português como “escrito”, razão pela qual, em diversas citações, consta “o escrito”, e não “a escrita”, forma que escolhi manter. Ainda assim, não modifiquei as citações diretas, preservando no masculino conforme a publicação original.

(1953) e *função da escrita*⁶ (1973). A primeira apareceu no primeiro Discurso de Roma⁷ e está ligada a uma intensa preocupação com os rumos da psicanálise, pouco mais de uma década após a morte de seu fundador. Com a função da fala e o campo da linguagem, Lacan interrogou a prática e renovou o estatuto do inconsciente. A segunda está presente pelo menos desde o *Seminário 18*, mas ganhou maiores contornos na lição de 09/01/1973 do seminário *Mais, ainda*.

A ênfase na fala como único meio de trabalho do psicanalista é uma constatação extraída da obra freudiana, que já havia sido intuída desde antes da fundação da psicanálise enquanto ciência e método clínico. Em 1890, dez anos antes da publicação da *Interpretação dos sonhos*, Freud esboçava uma disciplina que não trata exclusivamente do corpo físico, tampouco se volta para o mental como uma entidade autônoma e composta de funções e disfunções biológicas, mas que se ocupa da alma [*Seele*] no sentido amplo.

Em *Tratamento psíquico (tratamento anímico)*, Freud (1890/2023) estabeleceu alguns vetores que guiarão a psicanálise. Em primeiro lugar, enfatizou que o principal meio pelo qual se obtém efeitos sobre a alma é pela palavra: “O leigo achará difícil entender que distúrbios patológicos do corpo e da alma possam ser eliminados por ‘meras’ palavras do médico” (p. 19), e achará que se trata de magia. Ele atribuiu às palavras um “poder mágico” (p. 19) que a ciência médica, centrada no orgânico, despreza inteiramente, já que o interesse pela vida anímica ameaça sua cientificidade. A alma é matéria relegada aos filósofos e aos místicos. Mas a virada do século colocou um desafio especial à medicina orgânica: os fenômenos histéricos.

⁶ Não posso evitar um vaivém entre os termos, embora pretendesse inicialmente efetuar uma partição mais radical, deixando a cada um o seu domínio específico. Outra tentativa consistia em abordá-los a partir da cronologia do ensino, o que logo se mostrou irrealizável, pois foi necessário deixar que um retroagisse sobre o outro.

⁷ A primeira vez que Lacan esteve em Roma foi em 1953, com *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. Em 1967, retornou com *A psicanálise, razão de um fracasso* e, em 1974, com *A terceira*.

Os doentes dos nervos [*Nervösen*] ou neuróticos, com distúrbios e queixas de maior ou menor gravidade, desafariam a arte médica, pois toda a sua técnica e seu aparato não conseguia encontrar correlatos visíveis e palpáveis da doença no organismo. Ao se debruçar sobre eles, Freud constatou que “os sinais do sofrimento se originavam nada mais, nada menos que de uma *influência modificada de sua vida anímica sobre o seu corpo*, ou seja, que a origem mais próxima do distúrbio deve ser procurada no anímico” (Freud, 1890/2023, p. 23). Firmado na ideia de uma causalidade psíquica, ele se empenhou em uma investigação aprofundada sobre a origem e as causas subjacentes às manifestações patológicas dos neuróticos.

Três aspectos aqui desse texto merecem destaque: (a) as barreiras entre o corporal e o psíquico vão sendo borradas, o que se consagra posteriormente com o conceito de pulsão; (b) na contramão de seu tempo, Freud recuperou o interesse pelos estados da alma: “seja qual for a origem das dores, até mesmo a imaginação [*Einbildung*], as dores nem por isso são menos reais ou menos intensas” (p. 26); (c) o estabelecimento da eficácia da palavra sobre o psíquico, veiculada por meio da influência do médico. Trata-se da palavra, mas também da ideia, da representação [*Vorstellung*] veiculada por ela, por meio da qual o médico exerce influência na direção da cura, e isso muito antes da descoberta da transferência.

Lacan extraiu o inconsciente linguageiro de Freud e assim demonstrou como o fundador *leu* o inconsciente via *escuta* das histéricas. Trata-se de um método de leitura a ser colocado em funcionamento na decifração das formações do inconsciente. Para a psicanalista Julietta L. de Battista (2024), “trata-se de uma questão do que é lido, independentemente de o sujeito ter sido incitado a dizer” (p. 50). Ao supor que o analisante saiba ler, ou que possa aprender a ler, aquilo “que é enunciado como significante recebe outra leitura além do que significa” (p. 50).

Em seu trabalho *Ler Lacan, lendo*, Marie-José Latour (2024) apontou que ler é “antilinguístico” (p. 62), e que a leitura precede a decifração. Para a autora, lemos de forma quase automática, e isso não surpreende tanto. Há um enigma que persiste no aprendizado da

leitura, uma parte do real envolvida que impede que a leitura se reduza à aquisição de uma técnica. Já a decifração requer aprendizado, requer um “desejo decidido” (p. 62), e encontra certos obstáculos. A originalidade do método freudiano consiste nesse modo de leitura que não é direto ou fluido, mas que exige de nós, analistas, saber ler nas entrelinhas, sem desconsiderar a lacuna, “o fosso irresolúvel entre a linguagem e o real” (p. 75).

Lendo a fala das histéricas, ou seja, estabelecendo a primazia da fala no método clínico, Freud reconheceu o domínio da linguagem sobre o sintoma e, ao mesmo tempo, o poder enigmático da linguagem, inaugurando assim um “método de leitura que não é da ordem de uma revelação de sentido” (Latour, 2024, p. 64).

Para adentrar nisso, Lacan, embora tenha se ocupado primariamente da fala, já se detém na escrita como aquilo de que a linguagem fala desde o início. Em *Função e campo*, lemos:

O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser resgatada; na maioria das vezes, já está *escrita* [ênfase adicionada] em outro lugar. (Lacan, 1953/1998, p. 260)

E continuou: “Os acontecimentos se engendram numa historicização primária, ou seja, a história já se faz no palco em que será encenada depois de escrita” (p. 262).

O realce inicial no mal-entendido e na impossibilidade de compreender já indicava que, quando compreendemos, é aí que fomos longe demais. Por essa razão, *entender*, que equivoca com *ouvir*, não chega a contemplar aquilo de que se trata em uma análise, pois o que é escrito não é ouvido (o que se ouve é o significante). A escrita do impossível, que posteriormente encontra na matemática algumas soluções de formalização, já estava lá, e seus traços podem ser entrevistados na ideia de que devemos acomodar nossa escuta para-além da fala:

Quer se pretenda agente de cura, de formação ou de sondagem, a psicanálise dispõe de apenas um meio: a fala do paciente. A evidência desse fato não justifica que se o negligencie. Ora, toda fala pede uma resposta. Mostraremos que não há fala sem

resposta, mesmo que depare apenas com o silêncio, desde que ela tenha um ouvinte, e que é esse o cerne de sua função na análise. Mas, se o psicanalista ignorar que é isso que se dá na função da fala, só fará experimentar mais fortemente seu apelo, e, se é o vazio que nela se faz ouvir inicialmente, é em si mesmo que ele o experimentará, e é *para-além da fala* [ênfase adicionada] que irá buscar uma realidade que preencha esse vazio. Assim, ele passa a analisar o comportamento do sujeito para ali encontrar o que ele não diz. (Lacan, 1953/1998, pp. 248-249)

Colette Soler (2012a) comentou que, no pensamento lacaniano, a fala jamais foi esquecida. Sua epistemologia “por certo conjuga fulgurâncias e progressão, mas numa elaboração que avança ao não cessar nunca de remanejar o conjunto das noções previamente produzidas, que ela não anula” (p. 76), não comportando concepções evolucionistas, nas quais as formulações anteriores desaparecem em prol de outras melhores, mais corretas, mais adequadas. Assim, a “coerência se desloca e se renova num caminhar em espiral” (p. 76). De fato, não é o caso de suprimir a fala em detrimento da escrita, pois é a palavra que abre as vias de acesso para a escrita, não sendo dispensável a ele: “É a palavra que, restituída ao escrito, ao qual abrija a via, permite a leitura do escrito” (Elia, 2007, p. 131).

Mas algo certamente se deslocou. A fala em 1953 era “uma fala de solução” (Soler, 2012a, p. 76), centrada na oposição entre fala plena e fala vazia, sendo a primeira a que constitui o inconsciente, a fala recalcada que retorna, restituída, na análise, fornecendo o ponto de basta que reúne e assegura a identidade de cada um a seu ser. Cinco anos depois, em *A direção do tratamento e os princípios do seu poder*, ele se deparou com a “incompatibilidade do desejo com a fala” (Lacan, 1958/1998, p. 647), desejo que “nada é senão a impossibilidade dessa fala” (p. 640), não havendo fala plena que se sustente.

“O analista é o homem a quem se fala e a quem se fala livremente. Está ali para isso. E o que isso quer dizer?” (Lacan, 1958/1998, p. 622). Ao questionar a suposta liberdade do que

se pode dizer em análise, Lacan sugeriu que a associação livre não é tão livre – “nada é menos livre” (p. 622). E problematizou a verdade: ao se entregar à fala livre, o analisante se aproximaria de uma fala verdadeira que, se fosse possível, seria penosa demais: “Nada mais temível do que dizer algo que possa ser verdadeiro. Pois logo se transformaria nisso, se o fosse, e Deus sabe o que acontece quando alguma coisa, por ser verdadeira, já não pode recair na dúvida” (p. 622). A ideia de uma fala plena desvanece, pois não há fala que capture a verdade.

Seria o progresso da verdade, isto é, o alcance de uma verdade plena ou absoluta, aquilo em que consiste o procedimento de análise? Buscando desfazer os equívocos que pudessem surgir nesse sentido, retrucou: “sou o primeiro, ao que eu saiba, a preservar nelas [em suas análises] o indizível” (Lacan, 1958/1998, p. 622). Lacan se adiantava assim à verdade não-toda e sua relação com o real: “Sempre digo a verdade: não toda, porque dizê-la toda não se consegue. Dizê-la toda é impossível, materialmente: faltam palavras. É por esse impossível, inclusive, que a verdade tem a ver com o real” (Lacan, 1974/2003, p. 508).

Diante do indizível, impossível próprio à estrutura da linguagem, a falta incluída, Lacan colocou, nos anos de 1970, as engrenagens da escrita para funcionar, a escrita como aquilo que “não é para ser compreendido” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 100). Isso não se daria em função de um movimento que retroage sobre a ideia do “para-além” da fala que nossa escuta deve se acomodar, do início do ensino? Nesse sentido, afirmou que é “para-além do discurso que se acomoda nossa escuta” (Lacan, 1958/1998, p. 622), e continuou: “sei disso melhor do que ninguém, quando simplesmente tomo o caminho de ouvir, e não de auscultar. (...) o que escuto é por ouvir” (p. 622). Ao termo “ouvir”, surge uma nota do editor que indica o termo original: *entendre*, que tem a acepção de ouvir e de entender, captar, reconhecer. “Ouvir não me força a compreender” (p. 623): *ouvir* se distingue de *compreender*.

Em *A instância da letra*, escrito estabelecido para tratar daquilo que até então só havia sustentado pela fala, Lacan (1957/1998) indicou que “para-além dessa fala, é toda a estrutura

da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente” (p. 498), desdobrando um campo além de qualquer sentido, compreensão ou entendimento que o inconsciente revela, infringindo as tendências que enquadrariam a psicanálise nos parâmetros e termos das ciências experimentais e confinariam o inconsciente na ideia de “sede dos instintos” (p. 498).

Lacan buscou nos sonhos os fundamentos do rompimento com a tradição médica em direção a uma clínica da escrita: “A clínica trilhada por Freud, dando ao sonho – este é o fato decisivo – o valor de uma formação literal, se define, de imediato, como uma clínica do escrito” (Allouch, 2007, p. 13). Para Allouch, enquanto a linguística se contentou com dois termos, o som e o sentido, Lacan introduziu um terceiro, a letra. Desse modo, a clínica da fala revelou um inconsciente que se escreve. Estando diante de um impossível de ser dito, provocando fendas no próprio método associativo da análise, Lacan inventou, a cada vez, um novo modo de falar sobre o real do que não se fala: a letra, para além dos efeitos de sentido.

A cadeia significante revela a possibilidade de se servir da língua para “expressar *algo completamente diferente* do que ela diz” (Lacan, 1957/1998, p. 508). E é na fala que isso se apresenta, indicando “o lugar desse sujeito na busca da verdade” (p. 508). A letra é tomada nesse momento como o “suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem” (p. 498), demonstrando que a linguagem não é mera produção humana a serviço das funções psíquicas e somáticas. O inconsciente convoca um método de leitura, e o que se lê é da ordem da letra: “O que se escreve não é fácil de dizer. O que se escreve é a letra” (Lacan, 1972-193/2010, p. 117). O sintoma dos anos de 1970 vai aparecer do mesmo lado da letra, como aquilo que não cessa de se escrever e que resta por decifrar.

O significante, que se inscreve no campo do simbólico, é o que se ouve, mas não se lê. No que se ouve, uma escrita pode ser lida, a partir do efeito de sentido viabilizado pela leitura da letra. A letra está no litoral entre real e simbólico e é aquilo que se escreve e não se fala.

Leitura e escuta estão, portanto, acopladas, mas não são da mesma ordem, devendo haver uma espécie de conversão do significante ouvido em letras lidas.

Entre a palavra ouvida, a nível do significante, e a escrita, a nível da letra, produz-se a verdade, verdade que só surge *através* dos efeitos da palavra, da fala em associação livre, sob as condições da transferência. A escrita serve para que os efeitos de verdade da palavra possam ser interrogados, questionados, levando o dizer a suas últimas consequências, sendo aquilo que impede que falemos como papagaios (Lacan, 1972-1973/2010).

Trata-se, portanto, da *leitura do que se ouve* de significado, este surgindo como efeito do significante – ou seja, é por ele determinado. O significante não significa nada (*Seminário 3*), não tem nenhuma relação com o significado (*Seminário 20*): isso só se sustenta porque, entre um termo e outro, há uma barra que é o que possibilita que, na linguagem, se produza a escrita. Esta barra sustenta os efeitos do inconsciente, e é “na função da barra que repousa o fundamento da explicação, na recusa da compreensão. Toda explicação requer que se parta da não-compreensibilidade do significado a partir do significante: é só por isso que se pode explicar alguma coisa” (Elia, 2007, p. 132). Nesse sentido, a psicanálise é, para o autor, uma experiência não do entendimento (*verstehen*), mas da explicação (*erklären*), uma vez que “opera pela via do significante, mas só acede ao significado pela função da escrita, ou seja, quando o significante vem a se transmutar, em um segundo tempo, em letras lidas” (p. 132).

A noção de *falasser* desenvolvida nos anos de 1970 será decisiva para essa discussão, pois condensa o avanço da discussão em torno da letra e do significante e faz notar que, na poesia e na psicanálise, é para além da palavra dita que a significação se sustenta. É interessante notar que, desde o *Seminário 20*⁸, o *ser* do *falasser* vai ser situado como “aquilo que, na

⁸ Nessa ocasião, Lacan colocou o discurso filosófico, aquele que se propõe a tratar do ser, como uma variante do discurso do mestre através de um jogo de homofonias entre o mestre (*maitre*) e a grafia *m'ètre*, que contém e se

linguagem, mais se esquivava” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 108). O falasser só tem de *ser* aquilo que vem por meio dos efeitos encarnados de lalíngua (Soler, 2012a). E, com ele, “vemos imediatamente que a função da fala presente no início ainda está ali no fim” (p. 76).

A respeito do falasser, Lacan afirmou:

Daí minha expressão falasser [*parlêtre*] que virá substituir o ICS de Freud (inconsciente, é assim que se lê): saia daí então, que eu quero ficar aí. Para dizer que o inconsciente, em Freud, quando ele o descobre (o que se descobre é de uma vez só, mas depois da invenção é preciso fazer o inventário), *o inconsciente é um saber enquanto falado* [ênfase adicionada], como constitutivo do UOM. *A fala, é claro, define-se aí por ser o único lugar em que o ser tem um sentido* [ênfase adicionada]. E o sentido do ser é presidir o ter, o que justifica o balbucio epistêmico. (Lacan, 1975/2003, p. 561)

Estabelecendo a fala no cerne do ser, Lacan dissipou concepções que releguem o inconsciente a um depósito de antiguidades ou a um sítio localizável para se firmar como um saber que só pode se estabelecer como tal enquanto *falado*. É pela fala que um saber pode se instituir e por meio dela o ser pode adquirir um sentido qualquer. Mas esse saber falado é aquele de lalíngua, da qual a linguagem é feita. É um saber na medida em que pode ser decifrado, mas escondido em lalíngua falada e situado no nível do gozo. Nesse sentido, o falasser e lalíngua se consagram como a radicalização do rompimento do laço necessário entre o homem e o sentido.

Em 1971, Lacan (1971/2009) afirmou: “É a partir da fala, é claro, que se abre caminho para o escrito” (p. 57). Nas veredas do que o campo da linguagem como condição para o inconsciente já tinha sido capaz de viabilizar, foi preciso introduzir e situar a dimensão da

refere ao ser. Uma outra leitura levaria ao significante mestre (S1) que comanda o (falas)ser, o significante que domina, é imperativo, uma vez que “toda dimensão do ser se produz por algo que está na linha, na corrente do discurso do mestre, daquele que, proferindo o significante, espera dele o que é um de seus efeitos de laço” (p. 98).

escrita para além da fala na experiência analítica, não de modo a substituir uma pelo outra, mas para estabelecer um mais além do sentido e da intenção daquele que sustenta seu dizer.

1.3.1. *Compreender?*

Em diversos momentos, Lacan criticou a ideia de que se poderia compreender o que é dito em uma análise. O *Seminário 3* começou com uma contundente crítica à “relação de compreensão” [*relation de compréhension*] (*verstehen*) da psicopatologia de Karl Jaspers: “compreender os doentes. É uma pura miragem” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 14). Desafiando os limites da compreensão, advertiu os analistas da impossibilidade de apreender, com sua escuta, algo do real pulsional que se dissimula sob o sentido. Disse aos analistas: “Comecem por não crer que vocês compreendem. Partam da ideia do mal-entendido fundamental” (p. 30). Detenhamo-nos por um momento neste último termo, o *mal-entendido fundamental*.

Na lição de 11/01/1956, o mal-entendido fundamental (*Verdichtung*) foi tratado como ligado à Lei de simbolização, por meio da qual tudo o que é da ordem da sexualidade humana se realiza. Três registros operam a Lei, os mesmos que se inscrevem na via da verdade do desejo, pela qual, por meio das equívocos, lapsos, tropeços e ambiguidades, o inconsciente faz suas irrupções (Garcia-Roza, 2019): a *Verdichtung*⁹ (a condensação), a *Verdrängung* (o recalque) e a *Verneinung* (a denegação).

A *Verdichtung* é simplesmente a lei do mal-entendido, graças à qual nós sobrevivemos, ou ainda graças à qual fazemos várias coisas ao mesmo tempo, ou ainda graças a qual podemos, (...) quando somos um homem, satisfazer completamente nossas tendências opostas ocupando numa relação simbólica uma posição feminina. (Lacan, 1955-1956/1985, p. 100).

⁹ Note-se que *Verdichtung*, o termo freudiano para designar a condensação, mecanismo do sonho, é o mesmo utilizado para se referir ao mal-entendido.

Tendências opostas, como as tendências masculinas e femininas, o amor e o ódio, podem coexistir no plano simbólico, permitindo a multiplicidade de sentidos (Garcia-Roza, 2019). Lacan introduziu assim o significante em um sistema de oposições. Antes, no que pode ser visto como a precipitação da noção de metáfora em seu pensamento, declarou:

A Verdichtung se mostra não ser mais do que a polivalência dos sentidos na linguagem, seus acasalamentos, seus recortes, pelos quais o mundo das coisas não é recoberto pelo mundo dos símbolos, mas é retomado assim – a cada símbolo correspondem mil coisas, a cada coisa mil símbolos. (Lacan, 1953-1954/1986, p. 305)

A condensação, portanto, encerra o mal-entendido fundamental, estrutural, intrínseco à comunicação. O mal-entendido na estrutura aponta para uma impossibilidade de compreensão plena, imediata ou completa, própria do inapreensível que a clínica comporta e que é também uma das qualidades mais notáveis do ensino lacaniano.

Há outro aspecto da *Verdichtung*: “*recebemos* [ênfase adicionada] realmente alguma coisa quando acolhemos a palavra falada” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 100). Já a *Verdrängung*, o recalque, é a interrupção do discurso, a palavra que falta (Lacan, 1953-1954/1986) decorrente da renúncia que a Lei simbólica exige, não sendo reconhecida no plano das significações. “Cada cadeia simbólica a que estamos ligados comporta uma coerência interna, que faz com que sejamos forçados em tal momento a *devolver* [ênfase adicionada] o que recebemos em outro” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 100). Receber e devolver: para aceder à palavra, devemos pagar por ela. Uma dívida é estabelecida. Recebe-se a palavra, paga-se com um sacrifício.

A negação (*Verneinung*), por fim, é um modo de apresentação pela negativa: “A *Verneinung* é da ordem do discurso, e concerne ao que somos capazes de fazer vir à tona por uma via articulada” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 101). Trata-se daquilo que pode emergir no discurso, desde que sob a forma negatizada: “um conteúdo de representação ou de pensamento recalçado pode abrir caminho até a consciência, sob a condição de que seja *negado*” (Freud,

1925/2016, p. 306), de forma a suspender o recalçamento, mas não por sua admissão. Garcia-Roza (2019) lembrou, neste ponto, que a associação livre como regra fundamental da psicanálise se apoia nos caminhos abertos pela *Verdichtung*, pela *Verdrängung* e pela *Verneinung* no que concerne ao “rastreamento das múltiplas determinações do sentido” (p. 93).

Em 1962, Lacan se referiu a uma expressão informal (*slang*) de língua inglesa que consiste em substituir *I understand you perfectly* – que, no francês, poderia ser traduzido por *je vous entr’entends* (eu entendo/ouço você) ou *je vous comprends* (eu compreendo você) – por *I understumble you perfectly* (*stumble* significa o tropeço, *le trébuchement*, em francês). A gíria *stumble* permite jogar com a língua para estremecer essa compreensão que se pretende unívoca, e sobre isso afirmou que “compreender é sempre avançar capengando para o mal-entendido¹⁰” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 90). De tropeço em tropeço, sempre claudicando, progride não o conhecimento, mas a compreensão [*compréhension*], o domínio de *verstehen*. Desse modo, o mal-entendido ingressa no campo do real, daquilo que está condenado a tropeçar no impossível. Compreender esbarra no impossível próprio do real.

1.3.2. A Escrita Não É Para Ser Compreendida: Os Rastros de Freud

Sobre a função da escrita, Lacan afirmou: “tudo o que é do escrito só se sustenta por isso: é que justamente o escrito não é para ser compreendido¹¹” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 100). Não é para responder a algo da ordem desse real em jogo na formação do analista que Lacan vai fazer surgir a escrita, no rastro do impossível em que se veste a própria atividade do psicanalista, conforme Freud (1937/2018)¹² defendeu?

Alguns rastros deixados por Freud foram recolhidos por Lacan para tratar da escrita. Freud entendeu o sonho, assim como as demais formações do inconsciente, como *cifrações do*

¹⁰ “*Je vous comprends*’, ça nous rappelle que cahin-caha, c’est toujours s’avancer dans le malentendu”.

¹¹ “*l’écrit ça n’est pas à comprendre [pas de sens]*”.

¹² Há três atividades impossíveis, de acordo com Freud: educar, governar e psicanalisar.

inconsciente que podem ser lidas. O sonho, ele afirmou, é um texto, ou um “sistema de escrita” (Freud, 1913/2012, p. 345). Essa concepção vinha sendo desenhada desde as correspondências com Fliess. Na *Carta 52*, esboçou a concepção de um aparelho psíquico como um sistema de escrita, no qual as impressões do mundo externo são recebidas e organizadas como uma escrita [*Niederschrift*], sendo eventualmente reescrita como signo, formando traços mnêmicos (Freud, 1896/2016). O inconsciente é entendido como um sistema de escrita que não é estático, pois “o material presente na forma de traços mnêmicos [*Erinnerungsspuren*] sofre uma reorganização, uma reescrita, a partir de novas relações” (p. 35). O signo deixa uma marca, sendo os signos de percepção [*Wahrnehmungszeichen*] o primeiro modo de escrita das percepções.

O recalque é definido nesse momento como uma “falha da tradução” (Freud, 1896/2016, p. 37), e “seu motivo é sempre uma liberação de desprazer que seria gerado pela tradução, como se esse desprazer provocasse uma perturbação no pensamento, que não permitisse o trabalho de tradução” (p. 37). É a palavra que falta. Sobre isso, Nagem (2024a) ressaltou que “tradução pressupõe um texto, uma língua” (p. 60), indicando que a concepção do aparelho psíquico freudiano se apresenta como um sistema de escrita, como um texto passível de decifração. Como é regido pelo princípio do prazer (estamos na primeira tópica), o recalque promove uma falha na tradução para evitar o desprazer gerado em tal decifração.

As deformações buscam evitar o desprazer provocado pela decifração. Por essa razão, Freud (1900/2019) indicou que, na análise de sonhos particularmente enigmáticos, pedia ao analisante que repetisse o relato, atentando-se aos trechos em que as palavras inicialmente escolhidas eram modificadas, reconhecendo, nas expressões descartadas, “os pontos fracos do disfarce do sonho” (p. 564). Entendeu que há uma força contrária à resolução do sonho e que, ali onde as palavras mancam, “a escuta analítica pode recolher algo que diga do inconsciente e de suas formações” (Nagem, 2024a). Os sonhos são textos que podem ser lidos a partir do

relato, e por meio deles Freud concebeu um aparato psíquico como um sistema de escrita que pode ser acessado a partir dos pontos fracos do relato, ali onde a fala capenga.

No *Seminário 18*, Lacan (1971/2009) afirmou que a escrita “é alguma coisa que, de certo modo, repercute na fala” (p. 77). Diante de um impossível que comparece na fala, a escrita surge como “algo de que é possível falar” (p. 78). Ele deu, nesse ponto, o exemplo da fórmula da gravidade de Newton, composta de letras sem sentido, mas a partir da qual o homem foi à lua. Já o sintoma, o lapso, o ato falho, isso “não se sustenta, não faz sentido, a menos que vocês partam da ideia de que aquilo que têm a dizer está programado, ou seja, a se escrever” (pp. 83-84). Nunca falamos senão a partir da escrita, esta é aquilo de que falamos. “A escrita (...) nunca passa de algo que se articula como ossos cuja carne seria a linguagem” (p. 139).

No *Seminário 25*, Lacan (1977-1978/2000) alegou que trabalha “no impossível de dizer. Dizer é diferente de falar” (p. 7). E o analista, diante desse impossível, corta: “O que ele diz é corte, isto é, participa da escrita, na medida em que equivoca sobre a ortografia” (p. 7). O analista, portanto, *participa da escrita*, escrevendo de um modo diferente, fazendo soar outra coisa no que é dito intencionalmente. “É por isso que digo que nem no que o diz o analisando, nem no que diz o analista, há outra coisa senão a escrita” (p. 7).

1.3.3. A Escuta Analítica

Como enfim traduzir
na lógica do ouvido
o que na coisa é coisa
e que não tem sentido?
—Ferreira Gullar, *Não coisa*

A curiosa ausência de desenvolvimentos em torno do termo “escuta” nos seminários de Lacan, bem como sua relativa raridade nos *Escritos* e *Outros escritos*, pode ser considerada à luz de alguns aspectos. Contraintuitiva a princípio, já que a escuta é o único instrumento do

psicanalista, toda essa problemática em torno do termo “compreender” e sua não-relação com a escrita pode oferecer algumas pistas. Analisaremos mais de perto, tendo no horizonte que escutar pode se confundir com uma forma de compreensão da qual o analista deve se abster.

Em *Para além do “Princípio de realidade”*, Lacan (1936/1998) antecipou algumas elaborações posteriores sobre a linguagem e a transferência. Ele destacou que o analista, “por não desvincular a experiência da linguagem da situação que ela implica, a do interlocutor” (p. 86) evidencia que a linguagem, antes de significar alguma coisa, significa para alguém. Por estar presente e escutar, o analista torna-se destinatário da fala do analisante, e “resta o que esse homem quer *lhe* dizer.” (p. 86). A ênfase em *lhe* indica que o discurso do analisante só adquire sentido na medida em que é endereçado ao analista na transferência. A escuta não é, portanto, tratada como entidade autônoma, mas condicionada ao que se passa a nível transferencial.

Anos depois, em *Variantes do tratamento-padrão*, acrescentou que tentar depreender do falante o que ele “quer dizer”, já nos indica que ele não o diz – marcando uma divisão entre o dito e sua intenção. E continuou: “não apenas o sentido desse discurso reside naquele que o escuta” (Lacan, 1955/1998, p. 333), afirmando que o sentido não está dado, “como é também de sua acolhida que depende *quem* o diz” (p. 333), o que indica que, com sua escuta, o analista autoriza o sujeito a aparecer, definindo sua posição como falante. Ao exigir do sujeito que fale sem interrupção, omissão, vergonha, crítica, sem “preocupação com sua coerência ou racionalidade interna” (p. 333), o analista se coloca na posição de ouvinte e sobre isso tem – é preciso ressaltar – *grande responsabilidade*, pois através dela convoca o sujeito a comparecer, e dela não pode se “afastar nem mesmo ao se calar” (p. 333).

No texto *Situação da psicanálise em 1956*, há algumas provocações sobre aquilo que se chama a atenção flutuante, que, “passadas mais ou menos cinquenta milhões de sessões de analistas que nela encontraram seu bem-estar e seu mal-estar, ninguém parecer ter-se

perguntado o que vem a ser” (Lacan, 1956/1998, pp. 473-474). Insistindo que o analista deve dispensar a compreensão para privilegiar o inconsciente, continuou:

Que um de seus ouvidos ensurdeça, enquanto o outro deve ser aguçado. E é esse que vocês devem espichar na escuta dos sons ou fonemas, das palavras, locuções e frases, sem omitir as pausas, escansões, cortes, períodos e paralelismos, pois é aí que se prepara a literalidade da versão sem a qual a intuição analítica fica sem apoio e sem objeto. (p. 474)

Questionar essa noção freudiana é de fato fundamental, pois seu dispositivo fundou uma modalidade discursiva inédita, a da fala sem crítica ou seleção, e uma contrapartida que deve estar à altura da exigência feita ao analisante. No *Seminário 11*, Lacan (1964/2008) afirmou: “a arte de escutar equivale quase à de bem-dizer” (p. 119).

Em *Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico*, Freud (1912/2023) indicou aos analistas um tipo de atenção à fala que não é intencional e selecionada, pois “se na seleção seguimos as nossas expectativas, corremos o risco de nunca encontrarmos algo diferente daquilo que já sabemos; se seguirmos as nossas inclinações, certamente falsificaremos a possível percepção” (p. 94). Os efeitos do que se escuta são revelados *a posteriori* [*nachträglich*], e isso só é possível na escuta atenta aos vacilos e falhas do relato. E recomendou: “mantenha todas as influências conscientes longe de sua capacidade de memorização e se entregue completamente à sua ‘memória inconsciente’” (p. 95). Deve-se abdicar da crítica e da seleção, antecipação ou apreensão de sentidos, atentando aos tropeços por meio dos quais o inconsciente faz suas aparições.

No *Seminário 13*, Lacan (1965-1966) comentou sobre o paciente em associação livre: “Ele não fala, isso fala”. O analista escuta o “isso fala”, e não escuta como pessoa: “isso escuta,

mas a palavra e a escuta não fazem dois”¹³. Não é uma simetria que se estabelece, já que não é uma relação entre sujeitos, entre iguais; trata-se de ocupar uma posição particular, à altura do que o inconsciente convoca.

Essa escuta se orienta pelo que escorre do discurso, e se relaciona muito mais à *moterialidade*¹⁴ do significante do que à compreensão ou ao sentido. Escutar os sons e os fonemas, as pausas, escansões e cortes, os períodos e os paralelismos. “Escutar a poesia” (Lacan, 1957/1998, p. 506). Trata-se não de auscultar, como disse em *A direção do tratamento*, mas de uma escuta acomodada “para-além do discurso” (Lacan, 1958/1998, p. 622).

Essa escuta, a princípio disposta como condição para a fala, dá espaço às intervenções e respostas do analista, orientadas pela transferência – que é aquilo que sustenta a fala:

Observa-se que o analista, no entanto, dá sua presença, mas creio que a princípio ela é apenas a implicação de sua escuta, e que esta é apenas a condição da fala. Aliás, por que exigiria a técnica que ele a fizesse tão discreta, se assim não fosse? É mais tarde que sua presença se faz notar. (Lacan, 1958/1998, p. 624)

Presença discreta, paciente, que abre as portas para a fala e articulações da demanda, mantendo as intervenções em reserva até que a transferência se estabeleça. Sobre isso, em *Do sujeito enfim em questão*, há uma colocação bastante sensível. Lacan (1966/1998) observou que “em nome desse paciente, também a escuta se torna paciente. É para o seu bem que a técnica se elabora, sabendo moderar sua ajuda. Dessa paciência e moderação é que se trata de tornar capaz o psicanalista” (pp. 230-231). Considero relevante sublinhar isso para lembrar a delicada posição em que nos encontramos, cuja responsabilidade não deve ser minimizada.

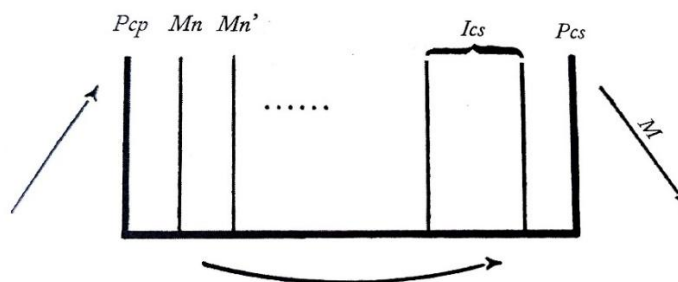
¹³ No original: “*Il ne parle pas, ‘ça parle’. L’analyste de son côté, en état lui aussi, d’attention flottante écoute le ‘ça parle’. Il n’écoute pas en personne, ça écoute mais la parole et l’écoute ne font pas deux*”.

¹⁴ Neologismo utilizado na *Conferência em Genebra sobre o sintoma*, de 1975, amálgama de *mot* (palavra) e *materialité* (materialidade).

Tomemos a questão agora sob outra perspectiva. O dispositivo freudiano toma as formações do inconsciente como textos passíveis de leitura, a partir da escuta do relato em associação livre. Essa é a tese da *Interpretação dos sonhos*, onde Freud (1900/2019) formulou o primeiro esquema do aparelho psíquico (Figura 1), ainda sob influência da primeira tópica. Nela, há uma extremidade perceptiva (*Pcp*), à esquerda, e uma extremidade motora (*M*), à direita, sendo o pré-consciente (*Pcs*) o último dos sistemas, que tem acesso às chaves da motilidade voluntária.

Figura 1

O primeiro modelo do aparelho psíquico

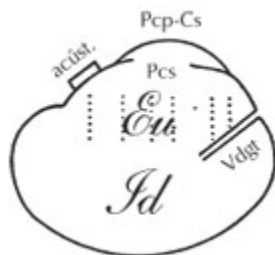


Nota: De *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/2019, p. 591)

Nagem (2024a) chamou atenção para o segundo modelo do aparelho psíquico, apresentado em *O eu e o id*, de 1923, que incluía as reformulações da segunda tópica. Nele, o polo perceptivo é auditivo, e Freud utiliza a curiosa expressão “boné auditivo”: “Digamos também que o Eu tem um ‘boné auditivo’, apenas de um lado, conforme atesta a anatomia cerebral. Usa-o de lado, por assim dizer” (Freud, 1923/2011a, p. 30).

Figura 2

O segundo modelo do aparelho psíquico



Nota: De *O eu e o id* (Freud, 1923/2011a, p. 30)

Situando a origem do eu nos “resíduos verbais” (p. 25) das percepções acústicas, nas marcas da palavra ouvida, o novo esquema de Freud leva em conta as marcas da percepção auditiva e das representações verbais. É interessante reler essa proposição a partir das contribuições de Saussure para a obra de Lacan: “Com o que dispunha nos anos 50, o *Curso de Linguística Geral*, ele já supunha que era na escuta que algo poderia ser manejado da linguagem” (Nagem, 2024a, p. 63). Quanto a Freud, “não lhe escapava que o que os pacientes construíam se escorava na linguagem” (p. 64).

Trata-se, sim, de escuta, não há por que tratar de outro modo. Não obstante, essa noção deve ser torcida para incluir não só aquilo que passa pela compreensão tradicional, mas uma escuta atenta aos significantes e àquilo que do real pulsional não passa pela fala, desafiando os limites da clínica freudiana. No rastro desse impasse, Lacan avançou.

Em 1975, em Yale, Lacan (1975/2016) comentou a diligência com que Freud escutou as histéricas: “Ele passava muito tempo escutando, e do que escutava resultava algo, paradoxal em vista do que acabo justamente de dizer, que é uma leitura. Foi enquanto escutava as histéricas que ele leu que havia um inconsciente” (p. 17). Da escuta, extrai-se uma leitura.

O texto *O aturdido*, de 1973, produz uma marca importante sobre a questão. Nele, Lacan (1973/2003c) faz talvez sua afirmação mais contundente sobre a escuta analítica: “Que se diga fica esquecido por trás do que se diz em o que se ouve” (p. 448). Retornarei a isso no Capítulo 3, mas cabem algumas considerações preliminares. “Que se diga” se refere ao dizer, que difere

do dito. O dito é o que se registra de um discurso; o dizer está no registro do ato, *ex-sistindo* à estrutura da linguagem (Soler, 2018), não podendo ser capturado por ela.

“O dizer fica esquecido por trás do dito” (Lacan, 1973/2003c, p. 449). O ato fica esquecido por trás do significado, daquilo que se ouve/compreende. Não é captado pela escuta, não é decifrável. Há em jogo, portanto, um mais-além da decifração que deve ser considerado.

Escutar é não se ater unicamente aos ditos, mas também não os descartar. Afinal, para que haja dizer, é preciso que seja dito. “Ouvir um paciente é pôr para funcionar os ouvidos para o que está sendo dito e para o que se diz no entre, por trás do dito. Um dizer que seja singular, que seja desse sujeito” (Nagem, 2024a, p. 73). Trata-se de ouvir o que se esquece por trás do que se ouve, o que está esquecido por trás dos ditos. Ouvir entre os ditos, e até os inter-ditos.

Reitero por fim que, do mesmo modo que não é o caso de prescindir da fala, não creio que seja o caso de recusar o termo “escuta”, desde que prevenidos de não deixá-la sob o comando da compreensão tradicional.

1.3.4. A Escrita Enriquecida com a Fala

Para encerrar este ponto, retomarei a relação da escrita com a fala. Sem dispensar a fala – pois “o inconsciente, isso fala” (Lacan, 1974/2003, p. 510) –, é preciso lembrar que “a fala sempre ultrapassa o falante, o falante é um falado” (Lacan, 1971/2009, p. 73). Para que a escrita seja escutada, é necessário que a fala a enriqueça, sendo ela que lhe abre o caminho.

No *Seminário 18*, a escrita apareceu como um acontecimento, um advento de discurso, ligado ao laço social, e a letra como o “cúmulo do escrito” (Lacan, 1971/2009, p. 76), o efeito do discurso que sustenta a escrita. Há sempre algo naquilo que se escreve que escapa ao entendimento, sendo preciso “reinsere-lo nele a fala, enriquecê-lo seriamente com ela (...) para que ele seja entendido [*entendu*]” (p. 57), pois carrega “toda a sorte de mal-entendidos” (p. 57). Não se deve deletar a primazia da fala: é por meio dela que podemos ler.

Convém não esquecermos essa fala [ênfase adicionada], em razão de ela ser a mesma que se reflete a partir da regra analítica, que é, como vocês sabem: Fale, fale, combine coisas, basta você tagarelar, eis aí a caixa de onde saem todos os dons da linguagem, uma caixa de Pandora. (Lacan, 1971/2009, p. 58)

Neste seminário, Lacan ressaltou que a escrita é segunda, e não primeira, em relação a toda função de linguagem, e, no entanto, sem ela, não é possível retornar sobre os efeitos da linguagem (da ordem simbólica, a dimensão ou *diz-mansão* [*demansion*] do Outro como lugar, como residência, como *mansão* da verdade). Sem a escrita, não haveria como interrogar, questionar aquilo que da linguagem resulta: as formações do inconsciente. Não haveria análise.

É importante notar que a anterioridade da linguagem (da fala, da palavra) se mantém: ela vem primeiro: “No começo, *en arché*, como eles dizem – o que não tem nada a ver com qualquer temporalidade, já que ela decorre disso –, no começo é a fala” (Lacan, 1971/2009, p. 77). O que se produzirá entre a palavra ouvida (a nível do significante) e a escrita (a nível da letra) é a verdade: “A verdade é o que pode se produzir através dos efeitos da palavra, da fala na análise, na associação livre, sob transferência. Mas os efeitos de verdade da palavra permanecerão não interrogáveis sem a intervenção do escrito” (Elia, 2007, p. 133).

Em defesa de sua *dit-mansion/demansion*, que evoca a um só tempo a dimensão ou o domínio próprio da linguagem, o dizer e o lugar do Outro como mansão da verdade, Lacan não recuou diante dos efeitos que seu neologismo provocam em sua audiência: “se ele [o termo] ainda não tem sentido, isso quer dizer que é a vocês que compete dar-lhe um sentido” (Lacan, 1971/2009, p. 60). Interrogar a *diz-mansão* da verdade em sua morada, ele continuou, só é possível pela escrita. É a partir dela que se interroga a linguagem, e isso justamente porque a escrita não é linguagem, mas só se constitui por sua referência a ela.

Nos anos seguintes, enfatizou que, no discurso analítico, só se trata disso: *do que se lê*, para além do que incitamos o sujeito a dizer. E para saber ler nas entrelinhas, não basta se

*alfabestificar*¹⁵ (Latour, 2024). Ler a fala do analisante, um modo de leitura que não pretende a revelação de um sentido, que não pretende traduzir. Freud não exigia, assim, “um leitor que não recusasse diante do poder enigmático da própria linguagem?” (p. 64). Ler a fala do analisante, da parte do analista; dar sua fala para ser lida, da parte do analisante. A primeira trilha é de leitura da escrita das formações do inconsciente; só depois pode haver interpretação. Demonstra-se, assim, a indissociabilidade entre a escuta, a escrita e a leitura.

Em suma, ao evidenciar que a escrita não é “do mesmo registro, da mesma cepa” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 95) do significante, fica estabelecido que a fala comporta o significado, mas o que se ouve, no sentido auditivo, “não tem, com o que isso significa, nenhuma relação” (p. 95). Nas articulações entre a palavra falada e a letra, portanto, surge a função da escrita que permite interrogar sobre a verdade que entre elas se produz. Através dela, é possível “escrever o gozo em um novo corpo, o corpo de letras, que substitui o corpo do sintoma” (Elia, 2007, p. 135), o corpo maltratado pelo sintoma do neurótico. Nessa circunscrição de gozo da castração situa-se também os efeitos de uma análise.

1.4. Do Sujeito Novamente em Questão

Na primeira lição do seminário *Mais, ainda*, Lacan (1972-1973/2010), que proferia em uma Faculdade de Direito, fez menção à noção de usufruto, que “reúne numa só palavra (...) a diferença que há do *outil*¹⁶, do útil ao gozo” (p. 13), sendo o gozo aquilo “que não serve para nada” (p. 14), não tem utilidade. *Usufruit*, sinônimo de *jouissance* (gozo), “quer dizer que se pode gozar de seus meios, mas que não se deve desperdiçá-los” (p. 13). Direito ao gozo, e não dever, pois nada força ninguém a gozar a não ser o supereu, imperativo do gozo, que ordena: Goze!

¹⁵ Referência ao termo *s'alphabêtir*: “aprende-se a ler alfabestificando-se” (Lacan, 1973/2003d, p. 504).

¹⁶ Em francês, ferramenta ou instrumento, cuja pronúncia de avizinha de útil.

Soler (2018) tensionou a oposição entre o útil e o gozar, afirmando que “nada é inútil, tudo serve ao gozo. Quando interpretamos, é isso que postulamos” (p. 213). Para a autora, ao interpretar, buscamos um sentido em referência ao gozo, e é isso que se entrega ao analisante: “Só que o sentido é o sentido do gozo” (p. 213). Sobre esse laço entre o gozo e o sentido, em *Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos*, Lacan (1973/2003a) afirmou:

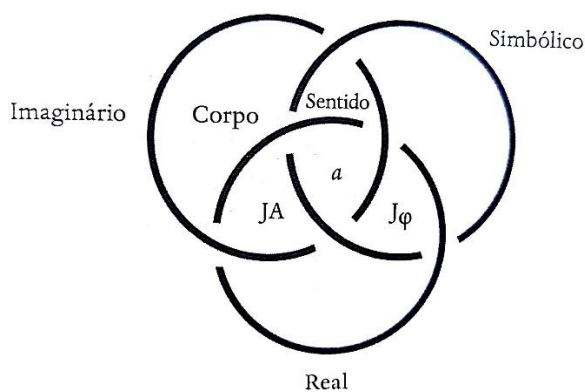
os números, que são algo de real, embora cifrado, os números têm um sentido, sentido este que denuncia sua função de gozo sexual. Esse sentido nada tem a ver com sua função de real, mas dá um vislumbre do que pode dar conta da entrada do real no mundo do ‘ser’ falante (ficando bem entendido que ele obtém seu ser da fala). (p. 551)

O sentido denuncia a função de gozo. Para Soler (2018), “denunciar” tem aqui o sentido de revelação, de fazer aparecer, e não algo como uma condenação ou recriminação. O sentido aponta para o gozo, revela algo sobre ele. Segundo ela, “tudo serve ao gozo” (p. 214): a língua, a linguagem, o significante, o objeto, o sintoma. Tudo serve ao gozo, no sentido de que tudo remete a ele, tudo é servil a ele; mas o gozo não serve para nada, e poderíamos até mesmo dizer que o discurso analítico atua no sentido da renúncia a esse usufruto (Adami et al., 2021).

Em *A terceira*, Lacan (1974/2022) apresentou a figura planificada do nó borromeano (Figura 3):

Figura 3

Figura em duas dimensões do nó borromeano



Nota: De Lacan (1974/2022, p. 53)

“Cada uma dessas três interseções [sentido, JA e Jφ] é externa a um campo” (Lacan, 1974/2022, p. 53). Assim, o gozo fálico (Jφ) é externo ao campo do corpo, o campo imaginário, por seu caráter fora do corpo. O gozo do Outro (JA) é externo ao campo do simbólico. E o sentido é externo ao campo do real, campo do sintoma tal como definido nos anos de 1970. Sobre a relação entre sentido e gozo, Lacan evidenciou aqui que, quando restringimos algo no simbólico pela equivocidade, que comporta a abolição do sentido, “tudo o que diz respeito ao gozo, e particularmente ao gozo fálico, pode igualmente se restringir” (p. 54). Portanto, a intervenção no simbólico, pela palavra, visa o sentido para tocar em algo do real, real que é externo ao sentido, de modo que algo do gozo se restringe.

O sentido é efeito do cruzamento entre simbólico e imaginário, e até podemos dizer entre significante e significado, mas, como a topologia borromeana introduziu, não há nó de dois. O real deve entrar na conta. “O analista tem por missão enfrentá-lo”, disse Lacan (1974/2022, p. 31). E isso não é o mesmo que dominá-lo, na pretensão de excluí-lo, como o discurso da ciência almeja. Ora, como disse Lacan nesse momento, a psicanálise não deve ter sucesso – pois o sucesso diz: *livre-se do real!* Se tiver sucesso, se apagará.

“Tudo depende de o real insistir. Para isso, é preciso que a psicanálise fracasse” (Lacan, 1974/2022, p. 29). O fracasso está na insistência do real, em não recuar diante dele. O real atravessa o caminho, e não há como contornar. Nesse sentido, opõe-se ao discurso do mestre, cuja “finalidade é que as coisas caminhem no passo de todos” (p. 22). O real “é o que não caminha, é o que cruza a frente da charrete – e mais, o que não cessa de se repetir para impor um entrave a essa marcha” (p. 23).

Com isso em mente, minha intenção é refletir brevemente sobre o sujeito que fala em análise. Que sujeito é esse? Certamente não é o sujeito do pensamento racional, pois, em uma

análise, pede-se que se abdique justamente da porção de razão que faz com que as coisas caminhem no passo de todos. O sujeito de que se trata é – adiantado – o sujeito do gozo.

A noção de sujeito em psicanálise provocou, e ainda provoca, fissuras no discurso científico da modernidade, que tinha como modelo o sujeito do cogito cartesiano: é o sujeito da ciência, do pensamento e da certeza, o sujeito que, porque pensa, assegura-se de si. A psicanálise abre a via (ou o fosso, o buraco na via) que permitiu a Lacan, munido do significante, reestabelecer, nas “linhas de desejo¹⁷” do texto de Freud, a noção de um sujeito incompleto e dividido, sujeito que é mero efeito e que surge no intervalo entre dois significantes, estando, ali onde é representado, ausente.

Distante das certezas, o analisante é o sujeito do sofrimento que carrega a dúvida, pois não sabe as causas de seu sofrimento e não saber sequer se está implicado no próprio sofrimento (Soler, 1997). O método busca, pela associação livre, fazer passar do sujeito do sofrimento ao sujeito do pensamento: “Fale à medida que pensa, sem reflexão ou controle”, solicita o analista. Não é o cogito cartesiano – a reflexão ponderada, a meditação, o juízo – no comando, e sim o cogito freudiano: o pensamento do sonho. O sujeito fala à revelia de sua intenção, extrapolando-a, e rompe, pela intervenção do analista, sentidos habituais e consolidados.

¹⁷ A expressão é atribuída ao filósofo Gaston Bachelard e é utilizada no urbanismo para designar os caminhos improvisados dos pedestres na rota mais curta ou mais conveniente, geralmente em gramados, encostas ou ao lado de vias, transgredindo o planejamento inicial de calçadas e passagens. Em matéria na BBC News Brasil, Alegretti (2022) expõe o trabalho do fotógrafo Diego Bresani, que retratou tais caminhos na capital federal, para abordar as invenções secundárias feitas numa cidade inventada. A imagem das linhas de desejo parece conveniente para retratar o que o pensamento freudiano precipitou nas entrelinhas, mas não definiu formalmente, o caminho por onde se pode transgredir e inventar dentro de um campo definido pela contínua invenção, na clínica e na teoria.

O sujeito em psicanálise não é o do “penso, logo sou”, mas o do “penso, logo *go(z)sou*”¹⁸ (Lacan, 1974/2022, p. 13). Subvertendo o sujeito cartesiano, que possui autoconsciência e mestria de seu pensamento, o sujeito de que se trata aqui só pode ser pensado tendo o real do gozo na conta, aquilo que atravessa o bom andar da carruagem. “Que sentido tem isso, seu *go(z)sou*? Exatamente o meu tema específico, o *Eu [Je]* da psicanálise” (p. 13).

Nas universidades estadunidenses, Lacan (1975/2016) ironizou: “na verdade, ninguém pensa e é pura ilusão pensar que se pensa, uma ilusão que tem sido a fonte de um certo número de sistemas filosóficos” (p. 19). Alguns dias depois, afirmou que “a única coisa que me parece substantificar a alma é o sintoma” (p. 96), retirando qualquer substância do pensamento ou do ser e localizando no sintoma. O sintoma, sim, é substancial, pois há sofrimento, gozo.

“O sujeito não é aquele que pensa, o sujeito é propriamente aquele que nós exortamos... a quê? Não, como lhe dizemos, para cativá-lo, a dizer tudo...” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 77). O sujeito do inconsciente não é, portanto, o indivíduo social, o cidadão histórico, o organismo biológico, mas o sujeito dividido, cindido, desapropriado de sua casa (Freud, 1917/2010), paradigma que afrontou o “amor-próprio humano” (p. 251) e estremeceu as certezas a respeito das motivações e motores de nossos atos e nosso dizer. Sujeito-efeito de sua própria incompletude, e assim “Lacan retira da categoria de essência, de consistência, a definição mesma da existência, do sou.” (Adami et al., 2021)

As ciências biológicas e as ditas humanas, amparadas pelas neurociências que têm hoje grande receptividade, admitem como paradigma um desenvolvimento gradual e progressivo, por etapas, com fases sucessivas, uma em substituição à precedente, com habilidades específicas a serem adquiridas em cada uma delas e tendo como resultado esperado a boa adaptação ao meio social. Prezando pelo saber absoluto, o discurso científico rejeita o

¹⁸ *Go(z)sou* foi a escolha da tradutora para o jogo de palavras que Lacan utilizou nesta conferência em Roma ao fundir as expressões “*je suis*” (eu sou) e “*je jouis*” (eu gozo), resultando em: “*Je pense, doc je souis*”.

impossível, o imponderável, aquilo que não pode ser simbolizado ou compreendido. A psicanálise vem se posicionando na contramão dessa correnteza, admitindo um sujeito que se constitui subjetivamente e não que evolui, que não obedece a cronologias, mas ao tempo lógico do inconsciente, sujeito cuja completude não passa de uma miragem¹⁹ (Lacan, 1966/1998).

Voltemos ao gozo. Se há algo do ser em jogo, é no sentido do falasser, no sentido que o falante mantém relações com o gozo pelo fato mesmo de falar: “Onde isso fala, isso goza” (Lacan, 1971-1972/2010, p. 235). E o analista, ao convocar o sujeito à renúncia ao usufruto, restrição do gozo fálico, retoma o *Je* que deve advir no lugar do isso, que está onde há gozo.

Tornar-se sujeito não é um processo endógeno ou ativado por mecanismos biológicos programados, impulsionando o ser ao desenvolvimento. O chamado a advir provém do Outro, que pede que fale, faz uma invocação subjetivante a assumir o nome próprio

Estar vivo é ser palavra na boca de alguém
–Socorro Acioli, *Oração para desaparecer*

O chamado não carrega garantias, mas tem consequências: a palavra não é dada gratuitamente, e o *infans* (o sujeito anterior à função da palavra) deve *pagar* por ela. Adquire-se, no mercado do gozo, como se referiu Braunstein (2007), uma dívida impagável. A palavra é dada ao custo de uma renúncia ao gozo. Dívida e sacrifício: o endividado é o falante, que,

¹⁹ Do francês *mirer*, ver-se no espelho, miragem na física é um fenômeno ótico que, pelo desvio dos raios de luz por refração, cria-se a ilusão de que objetos distantes estão distorcidos ou refletidos em uma superfície, como água ou asfalto quente, devido às diferentes densidades das camadas de ar. Não é um fenômeno psíquico ou orgânico, como uma alucinação, mas “um fenômeno físico real (ilusão de ótica)” (“Miragem”, 2023). O termo foi utilizado por Lacan para tratar da miragem da forma total do corpo no estádio do espelho e da miragem da totalidade do indivíduo defendida pela ciência que foraclui sua divisão. Parece-me que o fundamento de conceber o sujeito como completo, sem fissuras, não é somente uma ideia tão difundida na cultura que é difícil dispersar, mas uma miragem, legítima concepção produzida pela ilusão de unidade do eu, produzida a partir de um espelho que não é senão o Outro, advinda de um determinado ponto de vista, o do imaginário, que produz unidade e semelhança.

por ter acolhido a palavra falada, deve pagar com uma renúncia. O que se paga é dissimétrico ao que se recebe, mas a perda é necessária.

A Lei do Outro que regula as trocas não é imparcial, impõe limitações e renúncias ao falante que, resignado, cede diante da sobreposição daquela à lei do prazer, fazendo conversões de gozo em discurso articulado (Braunstein, 2007). Entre gozo e palavra, não há quem venha antes, a relação é inextricável e a determinação é mútua: não há gozo a não ser no falante, e só há palavra em relação a um gozo. O significante é, num só tempo, barreira e condição de possibilidade do gozo.

Do gozo originário só resta uma nostalgia que o mitifica. É irrecuperável porque foi subvertido pela palavra. Desse gozo mítico, decorrente da experiência de satisfação primordial, passa-se ao gozo fálico ($J\phi$), linguageiro, fora do corpo, sinal da intromissão da Lei do Outro, da transação que fez da carne, corpo. Não há acesso ao gozo primordial, ainda que este insista e faça suas aparições na forma de compulsão à repetição, traço do movimento pulsional que tende à recuperação do estado anterior à palavra. Desde que a palavra surge impondo a alteridade, o único acesso ao gozo é pelo gozo fálico: gozo possível, que resta ao falante, tornado necessário pelo neurótico. O falo como o significante do gozo proibido ao falante o faz deslizar pela cadeia significante, sempre a dizer mais, e mais...

Ao sujeito desterrado do paraíso, resta uma habitação resignada na terra da linguagem. O remanescente é uma aspiração de gozo pela via da pulsão, aspiração que fracassa por ter que reconhecer o Outro e se submeter às leis do discurso e da linguagem.

Didier-Weill (1997) ressaltou a anterioridade de um predizer sobre o dizer, efeito da precedência enigmática do Outro, cuja voz, que ressoa e ecoa no corpo do falante-a-advir, faz supor a existência de um sujeito falante. Pela predição de que há um sujeito e que ele falará em breve, o Outro convoca-o a advir. Isto, no entanto, não ocorre de uma só vez. O significante

precisa insistir (três vezes, afirmou, como a campainha no teatro, sinal de que o espetáculo vai começar) para que a palavra entre, para que o sujeito possa a ela dizer sim.

O sujeito que é instituído por ter dito sim à palavra é instado pelo superego a dizer não, a deixar de lado um significante causa de desprazer. A partir do momento que fala, o recalçamento originário é instituído e, com ele, a impossibilidade de saber. O superego entra na equação do mercado de gozo, instaurando um jogo de forças entre o mandamento simbólico, que ordena: “Lá onde isso era, se torne fala” (Didier-Weill, 1997, p. 35), e o mandamento superegoico, que diz: “Nem uma palavra!” (p. 35), buscando reintroduzir o silêncio absoluto à serviço da pulsão de morte, regressiva.

A partir dessa articulação, torna-se possível recolocar a pergunta de que sujeito podemos conceber na experiência analítica. Lacan, ao buscar as definições necessárias para discernir esse sujeito, rompeu com a tradição filosófica ancorada em concepções ontológicas do ser, propondo o termo *fallasser* para indicar que é a fala que precede e preside o ser. Essa inflexão se desdobra, no escrito *Do sujeito enfim em questão*, na crítica à análise didática, pois não há outra psicanálise senão a “psicanálise pessoal”, não havendo cisão possível, e a psicanálise didática deve corresponder, no fundo, ao próprio ensino da psicanálise (Lacan, 1966/1998). A fissura constitutiva não pode ser ultrapassada em nome de um didatismo.

Nesse quadro, destaca-se a dimensão do sintoma, aquilo que perturba a boa ordem e representa o “retorno da verdade como tal na falha de um saber” (Lacan, 1966/1998, p. 234). O sintoma na psicanálise não será tratado como signo estável, como na tradição médica, mas entrará na conta da operação significante. Ater-se ao significante, e não ao signo, reinscreve a clínica analítica no campo da subversão freudiana, recolocando o sujeito como efeito: “o sujeito não é nada mais – quer ele tenha ou não consciência de qual significante ele é o efeito – não é nada mais do que o que desliza numa cadeia de significantes” (Lacan, 1971-1972/2010, p. 122). Sujeito “pontual e evanescente” (p. 272), e que em todo caso escapa.

Ao manter essa orientação, que rompe com visões desenvolvimentistas, evolucionistas ou adaptativas, podemos pensar o inconsciente não como um reservatório do passado que pode ser restaurado, mas como um tipo especial de saber – o não-sabido de um saber. E recolocar a questão da fala e sua relação com a verdade para pensar o alcance da intervenção analítica.

A seguir, prosseguirei no campo do gozo a partir de lalíngua.

1.5. Gozo e Lalíngua: Origens

(de um sujeito, de uma palavra)

Para encerrar este capítulo, passarei a um último ponto que, no ensino lacaniano, foi decisivo para pensar o dispositivo clínico nos anos finais. Trata-se de uma invenção “fruto do inconsciente *lalanguageiro* de Lacan” (Elia, 2016, p. 220). *Lalangue*, amálgama do artigo definido feminino singular (*la*) em francês com a palavra *langue*, surgiu como um ato falho e Lacan o levou a sério, extraindo dele as consequências para fazer avançar a concepção do fazer clínico que não se limita ao sentido – o que equivaleria a deixar o gozo de lado – e que inclui o fator econômico e o não-sentido da relação sexual.

A introdução da noção de lalíngua é resultado do realce na escrita e na letra que se firmou nos anos de 1970. Munido de sua linguística, Lacan apostava em um novo modo de pensar as categorias RSI, sustentando um método clínico que não se encerra na simbolização e a produção de sentido, e lalíngua é a máxima expressão dessa dimensão.

O termo é a culminância do percurso lacaniano com a linguagem, fruto de sua inventividade. Em novembro de 1971, Lacan proferia as conferências intituladas *O saber do psicanalista*. Tentava evocar o Vocabulário da Psicanálise, de *Laplanche*, mas diz Vocabulário da Filosofia, de *Lalande*, e seu ato criador é levado adiante:

Tínhamos encontrado um troço formidável: os dois melhores caras que puderam trabalhar nessa trilha, tecer esse fio, tínhamos dado a eles um trabalho muito bonito: *Vocabulário da Filosofia*. Que foi que eu disse? *Vocabulário da Psicanálise*. Vocês

veem o lapso? Enfim isso vale o Lalande... *Lalangue*, como escrevo agora, não tenho o quadro-negro, bem, escrevam *alíngua* [*lalangue*] numa só palavra; é assim que a escreverei doravante (Lacan, 1971-1972/1997, p. 15)

Lalíngua não tem nada a ver com o dicionário que, por sua vez, não tem nada a ver com o inconsciente. “Serve para outras coisas, que não a comunicação” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 266), pois a experiência mostrou que o inconsciente – inconsciente feito de lalíngua – não se presta à univocidade, levando sempre ao mal-entendido. Como já indiquei, esse período é marcado por uma reformulação do inconsciente, que não deixa de ser languageiro, mas extrapola os limites do simbólico definido pela cadeia significante, e se define então como um saber que se articula a partir de lalíngua.

A reformulação do inconsciente remete ao gozo e lalíngua, e o campo da linguagem já não é o mesmo. O inconsciente real insere o gozo na fala, isto é, localiza algo da fala que concerne ao gozo e não faz laço, não se dirige a ninguém. Lalíngua parasita a fala, presentifica o que não foi integrado no discurso, e vai muito mais longe do que se pode articular a nível da linguagem. O gozo de lalíngua é anterior ao princípio do prazer, que se constitui como um modo de conter e refrear o gozo, sendo anterior ao que se pode dar conta a título da linguagem (Lacan, 1972-1973/2010). A linguagem é, portanto, posterior, surge como elucubração de saber, uma interpretação sobre lalíngua.

Lalíngua surge da conjugação da língua materna com a lalação do bebê, que envolve as vibrações de seu corpo. É anterior à articulação significante, indicando o que está radicalmente excluído do sentido. Trata-se de incluir os sons e os ritmos entoados pelo *infans*, antes de serem entabulados numa rede de significação, sendo esse o primeiro modo como a linguagem o afeta. Lalíngua “nos afeta, de início, por tudo o que ela comporta de efeitos, que são afetos” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 267), e esses efeitos-afetos já estão ali como saber, antes de qualquer

ascensão à palavra, indo muito mais longe do que se pode articular a nível da fala. Seus efeitos se alojam como saber, mas um saber não-todo, que esbarra em um limite.

O termo evidencia o real do gozo que constitui o inconsciente real. No escrito *Joyce, o sintoma*, afirmou: “*Sou suficientemente mestre de língua, da que é chamada francesa, para ter eu mesmo chegado a isso, o que é fascinante, por atestar o gozo próprio do sintoma. Gozo opaco, por excluir o sentido*” (Lacan 1975/2003, p. 566). Esse gozo opaco é mítico, irrecuperável, pois é anterior a tudo o que se pode enunciar. *Gozo próprio do sintoma*, visto que aqui comparece não o sintoma simbólico, decifrável, mas o *sinthoma* impossível de ser simbolizado, que resiste à significação, não tendo efeito de sentido. Nessa ocasião, caracterizou o sintoma como acontecimento de corpo, ressonância de gozo no corpo.

Antes, em 1974, Lacan (1974/2022) falou do sintoma que vem do real e evocou o ronrom do gato, considerando uma analogia ao gozo, uma vez que “parece vir do corpo inteiro” (p. 13), e a partir disso tratou da relação do sujeito com sua fala. O ronrom do gato é um som, um ruído, é o que faz vibrar o corpo do animal. Essa imagem remete à incidência da voz do Outro no corpo do *infans*, fazendo-o vibrar e gozar. Tal como o ronrom, o balbucio, primeira expressão de língua, não se dirige a nada, não faz demanda ao Outro (Fernandes, 2012). É anterior à distinção entre significante e significado, não se presta à significação, mas à satisfação da pulsão. Língua não faz laço, por isso, é o nosso ronrom, servindo antes ao gozar. Secundário em relação a língua, o significante surgirá para esvaziar a substância sonora.

O sujeito da psicanálise, sujeito do gozo, é constituído a partir de uma língua que não serve, primeiramente, senão para gozar, e cujo saber *interpretado* precipita um inconsciente. A psicanalista Andréa Hortélio Fernandes (2012) apontou para a relação entre os efeitos de língua, que vão bem mais longe do que o falante pode enunciar, e a interpretação proposta no *Seminário 22*: “um dito que repercute mais longe que o dizer ou a fala do sujeito, é nisto que a interpretação demonstra a ex-sistência de língua” (p. 58). A concepção de interpretação

analítica, portanto, também vai ser perturbada com a introdução dessa noção, convocando a um saber-fazer com o inconsciente-lalíngua.

Lalíngua vai jogar [*jouer*] com o seu gozar [*jouir*], pois se constitui a partir desse próprio gozar (Lacan, 1974/2022). Para tratar da articulação entre *corpo*, *lalíngua* e *gozo*, realço alguns enunciados: (a) só há inconsciente no ser falante (nos outros, há instinto, saber programado, chave de sobrevivência); (b) o gozo é coisa de falantes; (c) não há gozo sem corpo; (d) lalíngua é feita de gozo; e (e) o inconsciente é um saber a partir de lalíngua.

O corpo vivo do falante goza, e lalíngua é feita desse gozo. Pelo fato de que o corpo é falante, ele está sempre em dificuldade com seu gozo, que se apresenta como um excesso, é um sintoma do corpo, um real, aquilo que não vai bem.

A respeito do corpo, Lacan afirmou:

Foi para não perdê-lo, esse pulo do sentido [*bond du sens*], que enunciei agora que é preciso sustentar que o homem tem um corpo, isto é, que fala com seu corpo, ou, em outras palavras, que é falasser por natureza. Assim surgido como o cabeça da arte [*tête de l'art*], ele ao mesmo tempo se desnatura, com o que toma por objetivo, por objetivo da arte, o natural, tal como o imagina ingenuamente. (Lacan, 1975/2003, p. 562)

Falasser por natureza. Provocação distintiva de seu estilo. Falasser por natureza, corpo desnaturalizado pela estrutura da linguagem, que não se confunde com o organismo biológico – e se insisto nisso é para não minimizar a resistência que a psicanálise impõe ao discurso médico dominante, que, a cada vez que se apodera do corpo, impõe-lhe métricas desmedidas e parâmetros normativos. O organismo está modificado por natureza, decorrente do gozo dos efeitos-afetos de lalíngua sobre o corpo e da incidência do significante, secundária. Incorporada, a estrutura da linguagem afeta o corpo:

A linguagem é o corpo que dá corpo; e este não é um mero jogo de palavras. Isso quer dizer muito precisamente que o verdadeiro corpo humano (*versus* organismo), o corpo

capaz de gozo, o corpo apto ao amor e ao desejo é uma atribuição languageira, isto é, totalmente contrária a um dado natural imediato. (Askofaré, 2019, p. 39)

“Salve, meu corpo, minha estrutura de viver / e de cumprir os ritos do existir!”, dizem os versos de Carlos Drummond de Andrade (1996/2016, p. 53), que podem remeter às articulações do corpo com a estrutura (da linguagem) e com a entrada no discurso, no laço, nos ritos que nos enlaçam à cultura, mas também aos ritos do gozo para o qual serve o aparelho de linguagem. Essa dimensão do corpo-lalingueiro não pode ser compreendida pela psicologia (ou pela filosofia, biologia...).

A caminho de finalizações, destaco um aspecto. O que marca lalíngua em sua autenticidade, a precedência da dimensão fônica sobre o sentido, é também aquilo que Roman Jakobson (1960/2013) atribuiu à função poética da linguagem. Da língua materna, o *infans* recebe “um enxame significativo, um enxame que zumbe” (Lacan, 1972-1973/2008, p. 154). Ou uma chuva de significantes “que se depositam para ele como material sonoro, ambíguo, equívoco, cheio de mal-entendidos, cheio de sentido e, ao mesmo tempo, sem sentido” (Quinet, 2016, p. 245). Para-além do sentido e da significação, da decifração, resta algo que resiste. Anterior ao sentido, há um zumbido. Material sonoro que se deposita da língua materna.

O sujeito pouco a pouco se apropria desse zumbido, o que começa pela lalação. A lalação carrega uma musicalidade, um ritmo musical que se depura do modo como se alternam as notas e o silêncio, as cadências e entonações. Gozo e materialidade sonora, prevalência do som. E faz disso sua lalíngua própria, estranha e familiar:

Todo fala-a-ser é bombardeado por uma lalíngua hetera que veicula o desejo do Outro, mas que tem em si mesma um gozo que incide nele e em seu corpo. Essa estrangeiridade de lalíngua que se ouve é pouco a pouco transformada em sua, por apropriação, mas cujo saber-fazer – que constitui seu Inconsciente – continua sendo estrangeiro. Assim,

para todo fala-a-ser a lalingua falalada é, para si mesmo, simultaneamente familiar e estrangeira, própria e do Outro. (Quinet, 2022, pp. 27-28)

Uma palavra, isso os poetas sabem bem, não é composta unicamente por seus valores significativos, mas também pela sonoridade, pela entonação, pelo ritmo de sua enunciação, por seus valores plásticos (do grego *plastikos*, capaz de ser moldado), sua capacidade de se transformar em outra, de evocar outra etc. Na disposição para a criação artística, esse saber-fazer com lalingua se revela primordial. Quanto ao nosso campo, passarei a isso.

CAPÍTULO 2

A INTERPRETAÇÃO EM FREUD:

Interpretar e Construir

2.1. Notas Preliminares

Neste capítulo, busquei recolher algumas passagens da obra freudiana que tratam da interpretação para traçar um percurso que pudesse responder algumas perguntas: haveria um paradigma da interpretação defendido por Freud? Sua concepção de interpretação analítica se modificou ao longo de sua produção? Que recomendações ou indicações ele deixou aos analistas? Quem interpreta, o analista ou analisante?

Realizei uma busca minuciosa pelo termo “interpretação” nas *Obras Completas* publicadas pela Companhia das Letras. Evidentemente, um procedimento como esse não esgota o tema, pois muitas de suas elaborações estão reunidas sob diferentes termos. Além disso, a temática se encontra bastante diluída na obra, não se restringindo a textos dedicados exclusivamente a ela, sendo abordada de forma contínua. O objetivo é oferecer uma visão panorâmica, deixando de lado alguns detalhes, para acompanhar os desdobramentos que podem ser extraídos do tema, a partir de minha própria leitura e das ênfases que considerei pertinentes.

Algumas observações: (a) esta etapa da pesquisa baseou-se nos índices remissivos de cada um dos dezenove volumes das *Obras completas*, bem como no volume 20, intitulado *Índices e bibliografias*, da coleção publicada pela Companhia das Letras, sendo complementada pela busca do termo nos arquivos digitais da mesma coleção, que revelou maior ocorrência do termo do que inicialmente constatado nos índices; (b) para a busca do termo, escolhi esta coleção por contar com um volume muito maior de textos freudianos publicados, se comparado com a coleção *Obras incompletas*, da Editora Autêntica, que não se propõe a publicar a totalidade dos escritos. Entretanto, a coleção da Autêntica foi eventualmente consultada para enriquecer a discussão; (c) em grande parte dos volumes, o

termo “interpretação” sequer aparece no índice remissivo, embora a pesquisa nos arquivos digitais faça surgir diversas ocorrências do termo, razão pela qual este segundo procedimento foi o mais empregado; (d) não foram incluídas as menções ao título da obra *A interpretação dos sonhos* [*Die Traumdeutung*], pois isto desviaria do propósito; (e) a busca do termo teve como objetivo acompanhar eventuais transformações ou modificações em seu sentido na medida em que a teoria avançava; (f) nos arquivos digitais, a busca foi realizada pelo radical “*interpret-*”, abrangendo tanto o verbo “interpretar” e suas variações quanto o substantivo “interpretação”. Nem sempre o termo se restringia ao contexto clínico, mas considerei relevante incluir as ocorrências que traziam o sentido de desvendamento, desvelamento, tradução ou decifração, por guardarem relação com a arte interpretativa, tal como proposta por Freud; (g) é digno de nota que a maioria esmagadora das menções de Freud ao termo “interpretação” [*Deutung*] se refira à interpretação dos sonhos, raras vezes se referindo à “interpretação analítica” de forma mais geral; (h) as seções foram organizadas por temas, e não de acordo com a cronologia das aparições do termo.

2.2. Algumas Hipóteses

A invenção da psicanálise – e a clínica que dela resultou – se estabeleceu na medida em que se desamarrou da psiquiatria. Para passar à questão clínica da interpretação, é importante enfatizar que “a experiência da psicanálise reelabora, às vezes aos poucos, às vezes em blocos inteiros, o saber clínico” (Allouch, 2007, p. 11), e que o trilhamento de Freud rompeu com a clínica psiquiátrica, “instalando assim uma outra maneira de interrogar a experiência, uma outra possibilidade de acesso à loucura” (p. 12).

Tendo em Philippe Pinel seu principal expoente, os primórdios da psiquiatria passaram pela ideia de domesticação do alienado. Pinel inaugurou uma nova especialidade médica a partir do princípio da observação, submetendo o fenômeno da loucura à racionalidade médica. Ele tinha intenção de observar, identificar e classificar os sintomas, de modo a estabelecer uma

clínica. Uma clínica moral, pedagógica, que tomava o discurso do alienado para convencê-lo a renunciar de sua crença delirante²⁰, para submetê-lo à realidade compartilhada. O “tratamento moral” apoiava-se na porção de razão que subsistia no louco para fazer-lhe admitir que podia se livrar dos pensamentos delirantes. Pretendia-se convocar o paciente a falar sobre seus sintomas para fins de exposição, para construir um saber clínico, e o tratamento consistia em sua domesticação. Sobre essas bases, sustentava-se o tratamento por sugestão, que encontrou nas práticas de hipnotismo de Jean-Martin Charcot aplicação diagnóstica.

As aulas clínicas de Charcot na Salpêtrière produziram um encanto em Freud, mas o uso do hipnotismo é significativamente subvertido. Enquanto Charcot fazia uma aplicação diagnóstica – introduzindo ou retirando manifestações sintomáticas para diferenciar quadros histéricos daqueles de etiologia orgânica –, Freud estabeleceu, conforme apontou Ronaldo Torres (2021), “o uso da hipnose e da sugestão como instrumento psicoterápico” (p. 22). Utilizando a técnica para fazer perguntas sobre a origem dos sintomas, Freud buscava aprender sobre sua origem, reconhecendo uma “ordem de significação” (p. 29) no sintoma neurótico.

Extraíndo da sugestão um propósito terapêutico, ele fez “um uso subvertido da técnica marcado por essa sugestão em se lembrar do passado através de perguntas que substituem orientações imperativas para abandono do sintoma” (Torres, 2021, p. 23), fundando uma técnica de cura operado a partir da fala: a *talking cure*. Com o uso do divã e da associação livre, a palavra se torna o ato terapêutico em si, subtraindo a dimensão do olhar. Pelas mudanças discursivas que romperam com o discurso dominante (que o ligava a Charcot, Breuer, Fliess), Freud inaugurou a clínica analítica, dando a palavra ao analisante e admitindo, a despeito da tradição psiquiátrica (que diz ao paciente: *livre-se disso*), que não há outro modo que não seja

²⁰ A respeito desse tipo de tratamento: “se lidamos com um doente e através da sugestão o instamos à recusa da doença, perceberemos que isso para ele significa um grande sacrifício, e não um pequeno. O poder da sugestão aí se mede também com a força que criou as manifestações da doença e as mantém” (Freud, 1890/2023, p. 42).

o *se envolver ainda mais nisso* (Allouch, 2007). Para Allouch, é por romper com uma certa abordagem clínica e instaurar um outro modo de interrogar a experiência que Lacan pôde sustentar que a clínica psicanalítica é uma clínica da escrita.

A clínica analítica tem como ponto de partida o mecanismo do sonho – e encontra como prolongamento a questão da transferência. Freud tomou o sonho como formação literal, a partir do qual se lê um sentido que pode ser interpretado. A interpretação dos sonhos, ou seja, a ideia de que há um sentido a ser decifrado e que produz um saber sobre o inconsciente, mais do que a existência do fenômeno do sonho em si, é o que o insere no campo propriamente analítico. O sonho é tomado como um texto que convoca uma leitura, capaz de produzir um saber sobre o inconsciente: “A interpretação dos sonhos é a via régia [estrada real] para o conhecimento do inconsciente na vida psíquica” (Freud, 1900/2019, p. 662). Por meio dele, expandiu sua técnica aos demais fenômenos psíquicos. Em *Considerações gerais sobre o ataque histérico*, afirmou:

Portanto, o ataque histérico requer a mesma elaboração interpretativa que empreendemos com os sonhos noturnos. Mas não apenas as forças de que parte a deformação e o propósito desta são os mesmos de que tomamos conhecimento pela interpretação dos sonhos; também a sua técnica é a mesma. (Freud, 1909/2015, p. 413)

Freud retomou diversas vezes a ideia de que a interpretação dos sonhos é o caminho para o conhecimento do inconsciente e que sua interpretação se consolida como o alicerce da psicanálise e o campo de formação do analista.

O sonho puxa o fio da doutrina psicanalítica e, através de sua análise, a interpretação analítica recebeu suas coordenadas: “o procedimento na interpretação dos sonhos é idêntico ao utilizado na resolução dos sintomas histéricos” (Freud, 1900/2019, p. 578). Lacan (1954-1955/2010) complementou: “Trata-se, pois, do sonho, mas também mais atrás, do sintoma neurótico, cuja estruturação se revela a mesma – ela põe em jogo a estrutura da linguagem em geral, e mais exatamente, a relação do homem com a linguagem” (p. 170). Partilhando da

mesma gramática – uma lógica que concerne à forma e às relações entre os elementos, excluindo a fonética e os significados –, o processo do sonho se torna o modelo da formação do sintoma neurótico, colocando a ordem simbólica em questão. São processos análogos, mas não idênticos, já que “o sonho é apenas uma parte da atividade do sujeito, enquanto o sintoma se esparrama em diversos setores” (p. 169). Sobre essa relação entre sonho e formações do inconsciente, Allouch (2007) afirmou:

Toda formação do inconsciente é um hieróglifo, no sentido inicial em que resiste à compreensão imediata, não é transparente e só se deixa ler mediante um trabalho de deciframento. Mas se este trabalho reclama associação livre, convoca, com razão, a fala do analisando, o que é que liga um à outra? (p. 19)

O trabalho de interpretação coloca em questão o ciframento das formações do inconsciente. Como decifrá-los?

Iniciei essa incursão pela obra de Freud guiada pela hipótese de que a interpretação freudiana clássica se caracteriza por uma intervenção explicativa voltada à revelação do sentido de um conteúdo inconsciente. Isso porque sua concepção de inconsciente e de como se manifesta se apoia na estrutura dos sonhos: há uma forma manifesta, censurada e deformada, e um conteúdo latente que a interpretação tem como alvo, buscando revelá-lo e trazê-lo à tona. A investigação, que cruzou diversas concavidades de sua teoria, sugeriu, no entanto, que há algo mais, tanto em suas linhas quanto em suas entrelinhas, evidenciando que a teoria freudiana jamais esteve alheia às problemáticas advindas da prática clínica. Algo do real, enquanto aquilo que atravessa o bom andar da carruagem, cruzou seu caminho e adentrou em sua práxis, levando-o a considerar múltiplas nuances da técnica interpretativa.

2.3. A Interpretação em Freud

2.3.1. Os Estudos Sobre a Histeria

Nos *Estudos sobre a histeria*, Freud (1893-1895/2016) propôs que os sintomas histéricos, em particular os fenômenos motores do ataque histérico, podiam ser interpretados como “formas gerais de reação do afeto que acompanha a lembrança (como o agitar de braços e pernas, de que já se serve o bebê); e, em parte, como movimentos diretos de expressão dessa lembrança” (p. 35). Tais sintomas reproduziam em ato fragmentos de lembranças carregadas de afeto, encontrando descarga: é a chamada *conversão* do sofrimento psíquico em fenômeno físico. Com Breuer, investigou a etiologia das neuroses através do método catártico, entendendo que os sintomas neuróticos se originavam de uma contenção de afetos que, pela hipnose, poderiam encontrar uma via de escoamento do afeto reprimido, uma ab-reação.

Ele queria demonstrar que os sintomas histéricos – fossem motores (de conversão), modificações de humor, fobias ou abulias –, até então interpretados como “estigmas da degeneração nervosa” (Freud, 1893-1895/2016, p. 129), eram, na verdade, “suficientemente determinados por vivências traumáticas” (p. 129). Essa concepção estruturou o campo psicanalítico, já que Freud não recuou, como fez e ainda faz a medicina, diante da questão da etiologia dos adoecimentos psíquicos. Atribuindo uma significação para os sintomas histéricos, compreendeu-os não apenas como signos de patologia, mas como formações determinadas psiquicamente, isto é, pelo inconsciente. E se dedicou a *decifrá-los*.

Nos *Estudos*, Freud defendeu a significação psíquica dos fenômenos, buscando o afeto que concernia ao trauma psíquico correspondente e constatando que os sintomas histéricos eram avessos aos métodos voltados para o físico/corporal. Ele recuperou o interesse pelo anímico e apostou na causalidade psíquica, como constatou no caso de Miss Lucy R., paciente de 30 anos resistente à hipnose que relatava uma analgesia geral e um abatimento do ânimo. Havia perdido o olfato e era atormentada por sensações olfativas subjetivas que lhe causavam aflição. Freud interrogou a vivência traumática subjacente ao afeto do desânimo. Questionada

sobre a natureza do odor que a perseguia, ela lhe diz: ““Como o de torta queimada”” (Freud, 1893-1895/2016, p. 156), que é tomado como ponto de partida da análise.

Diante da pesquisa persistente pela origem dos sintomas, a paciente se recordou de um conflito vivenciado no momento do surgimento da sensação olfativa: a vivência de afetos contraditórios relacionados à decisão de deixar a casa onde era preceptora de duas adoráveis crianças, órfãs de mãe, as quais Miss Lucy havia prometido cuidar. À tristeza pela partida, contrapunha-se as discórdias vindas das demais funcionárias da casa. “O conflito dos afetos havia elevado o momento à condição de trauma e, como símbolo deste, ficara-lhe a sensação olfativa a ele ligada” (p. 168). Tal sensação era a de uma torta que queimara no forno quando decidia sua partida, forte o bastante para superar a perda de olfato temporária de que sofria.

Mas algo inquietava Freud: “Tudo parecia bastante plausível, mas algo me faltava, um motivo aceitável para que essa série de excitações e esse conflito dos afetos tivessem que conduzir precisamente à histeria” (Freud, 1893-1895/2016, p. 168). O que justificava a escolha da histeria e o surgimento da conversão? Nesse ponto, ele já supunha a ação do recalque na gênese da histeria, cujo efeito é afastar da consciência a ideia que representa a pulsão, devido ao desprazer que provoca no eu. O recalcado, não obstante, retorna. Freud concluiu que devia haver uma ideia suprimida ligada ao trauma, um motivo que ela se empenhava em esquecer.

Ele então arrisca uma interpretação. Disse-lhe:

Não acredito que essas sejam todas as razões para seu sentimento em relação às duas crianças; antes presumo que esteja apaixonada por seu patrão [o pai das crianças], o diretor, talvez sem se dar conta disso você mesma, e que alimente em si a esperança de ocupar efetivamente o lugar da mãe. A isso acrescenta-se ainda o fato de ter-se tornado tão suscetível em relação aos empregados, com os quais convivera pacificamente durante anos. Você teme que eles percebam algo de sua esperança e zombem de você por isso. (Freud, 1893-1895/2016 p. 169)

Diante de sua admissão, Freud questionou: “Mas se você sabia que ama o diretor, por que não me disse?” (Freud, 1893-1895/2016, p. 170), ao que Miss Lucy replicou: “Não o sabia de fato, ou melhor, *não queria sabê-lo* [ênfase adicionada]” (p. 170) – resposta que impressiona Freud, e é de fato impressionante. Ele declarou que essa foi a melhor descrição que já obteve desse estado em que, simultaneamente, sabemos e não sabemos alguma coisa.

O desenvolvimento do caso leva a alguns detalhes interessantes, como a substituição de um sintoma por outro, que abre um caminho novo, faz uma nova perfuração, levando à rememoração de outras cenas penosas, e ajudam Freud a tecer a teoria das histerias de defesa e seus mecanismos. Não cabe adentrar em tais nuances, acrescento apenas o curioso modo como a histérica o surpreende, revelando-se não tão ignorante quanto à própria condição e lançando novos enigmas, que ele se pôs a desvendar. No curso do tratamento, ela surgiu notoriamente bem após algum tempo, e diante dos questionamentos de Freud, retrucou: ““Nada ocorreu, absolutamente. Você não me conhece mesmo, só me viu doente e mal-humorada. De ordinário, sou sempre muito alegre. Ontem pela manhã, ao despertar, a pressão havia desaparecido, e desde então me sinto bem”” (p. 175).

Interessa ressaltar o modo como conduz sua interpretação desde esse momento, em um período de suas pesquisas que antecedem o ato de fundação da psicanálise. A interpretação para ele desvelava motivos ocultos, aqueles com os quais o sujeito não quer se haver, revelando uma ideia que o eu intentava aniquilar, e que de fato se tornou, em certa medida, desconhecida. Sua técnica interpretativa se esboça aqui: Freud visava tocar no inconsciente, revelar seus mecanismos, des-cobrir os disfarces sob os quais suas manifestações se escondem. Ao fazê-lo, surpreende-se com um saber não-sabido, um *disso não querer saber nada*, precipitando a

estrutura do recalque: não se trata de uma ausência de saber, mas de, como disse Lacan (1954/1998)²¹, “o sujeito *não querará ‘saber nada disso no sentido do recalque’*” (p. 390).

Outro caso relevante do ponto de vista da interpretação é o da srta. Elisabeth von R., jovem que, com a “*belle indifférence*” dos histéricos, sofria de dores nas pernas e dificuldades para caminhar, sem evidência de lesão orgânica. Freud se atentou não só ao relato desafetado sobre as dores, como à reação ao exame clínico: diante de pressões sobre a pele ou musculatura, ela não expressava dor, mas uma fisionomia de prazer: “ela soltava gritos – como em meio a cócegas voluptuosas, não pude evitar pensar” (Freud, 1893-1895/2016, p. 197), levando-o a concluir que se tratava de uma histeria e que a excitação do exame teria atingido uma zona histérica. Freud considerava que haveria “pensamentos que se ocultavam por trás dessa dor, despertados na doente pela excitação das regiões do corpo a eles associadas” (p. 197).

Sobre essa análise, Freud faz uma observação interessante, por antecipar uma formulação que surgirá mais de quarenta depois (chegarei lá). Ele afirmou:

empreguei deliberadamente um procedimento de remoção do material psíquico *por camadas*, que gostávamos de *comparar à técnica de escavação de uma cidade soterrada* [ênfases adicionadas]. Primeiramente, fazia com que a doente me contasse o que sabia e reparava cuidadosamente onde uma conexão permanecida enigmática, onde parecia faltar um elo na cadeia causal; depois penetrava em camadas mais profundas da lembrança, fazendo agir naquele lugar a investigação hipnótica ou uma técnica similar. O pressuposto de todo o trabalho era naturalmente a expectativa de que uma determinação perfeitamente suficiente se verificasse. (p. 200)

Freud propõe proceder desse modo: escavando por camadas, como um arqueólogo, buscando refazer as trilhas que o recalque apagou.

²¹ Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “*Verneinung*” de Freud.

Na camada mais superficial da memória de Elisabeth, relatava vivências relacionadas à infância e ao adoecimento do pai, de quem cuidou com zelo. Nesse período surgiram as dores na perna direita, que retornaram com força incapacitante dois anos após a morte dele. Há também a doença da mãe e sua devoção por ela, o casamento das duas irmãs, a morte de uma delas e a relação com os cunhados. Freud se obstinava a ir além do que vinha imediatamente à lembrança, “pois tinha a segura expectativa de que, das camadas mais profundas da consciência, obteríamos a compreensão tanto para a causação como para a determinação dos sintomas histéricos” (Freud, 1893-1895/2016, p. 208).

Resistente à hipnose, o médico tentou artifícios como a pressão sobre a cabeça, a partir do qual emergiam novos fragmentos, novos fios que Freud puxava, como o da figura de um jovem amigo por quem se apaixonou na juventude, paixão empalidecida pelos cuidados com o pai. Em uma ocasião, em um período que coincidia com as primeiras aparições das dores, a jovem havia se permitido experimentar felicidade por meio do convívio com o rapaz, mas se deparou, ao retornar ao leito do pai, com um estado de saúde subitamente agravado. O contraste entre sua felicidade e a miséria do pai produziram um conflito, desencadeando o mecanismo de “*conversão com propósito de defesa*” (p. 211).

Com essa primeira descoberta, segue-se um período bastante fértil do tratamento. A dor era reavivada e removida pela fala, tornando-a uma bússola para Freud. Elisabeth fez uma associação que ligava o ponto de onde irradiava a dor (a zona histerógena) com o lugar onde o pai repousava sua perna para que ela lhe fizesse os curativos, zona que foi progressivamente ampliada com o surgimento de novos traumas. Ele seguiu a trilha das associações que se ligavam aos sintomas dolorosos, relacionadas não só ao adoecimento do pai, mas ao sentimento de inveja da felicidade conjugal da irmã e de sua súbita morte. Cada uma das cenas significativas deixavam um “rastro” (p. 219) que convinha seguir. Em dado momento, o

médico intervém, dizendo-lhe que ela “procurou diretamente uma expressão *simbólica* para seus pensamentos dolorosos e a encontrara na intensificação de seu padecimento” (p. 219).

Surge em Freud a suspeita que ele buscou confirmar pedindo a Elisabeth que retomasse o relato de um episódio associado às suas dores. Trata-se de um passeio com o cunhado, que despertara nela o desejo de ter um destino conjugal tão terno e feliz como o da irmã. Poucos dias depois, ocorre a súbita morte dessa irmã. Nesse momento, deve ter surgido, como um “raio fulgurante” (Freud, 1893-1895/2016, p. 225), conjecturou ele, um pensamento como: “Agora ele está livre outra vez e posso me tornar sua mulher” (p. 225). A tese da defesa contra uma ideia intolerável na gênese dos sintomas conversivos encontrava fundamento nesse caso. Deduziu então o amor que ela devia nutrir pelo cunhado, mas ao qual seus princípios morais se opunham. Como resultado, produzia dores físicas que a poupavam de tal ideia insistente.

Ele arriscou: “Há muito tempo, então, você estava enamorada de seu cunhado”, o que provocou um efeito “devastador para a pobre criatura”, que recebeu a frase com um grito e queixas de “dores atrocíssimas” e “um desesperado esforço para rejeitar a explicação” (Freud, 1893-1895/2016, p. 226). Sua perturbada reação deve ter sugerido a Freud a truculência de sua intervenção, já que ele teve de “provar-lhe” (p. 226) a justeza de sua suposição e consolar-lhe, dizendo que não somos responsáveis por nossos sentimentos e que seu adoecer testemunhava sua natureza moral, precisando buscar, por ab-reação, “mais que um só caminho para proporcionar alívio à doente” (p. 227).

Seguindo a tese sobre a gênese dos sintomas conversivos, ele buscou em outros casos a “interpretação psíquica” (Freud, 1893-1895/2016, p. 258) dos fenômenos corporais, ou seja, os rastros do fator psíquico que colaborava para o surgimento ou agravamento de um padecimento físico. Freud insistiu na “gênese de sintomas histéricos por simbolização mediante a expressão linguística” (p. 257), e em formulações como essa extraímos o inconsciente linguageiro de Lacan. Esta estrutura do inconsciente justifica a técnica interpretativa:

interpretar os sintomas do corpo era relacioná-los à sua etiologia psíquica, a ideias intoleráveis que foram censuradas da consciência e que encontravam a expressão simbólica no corpo.

O trabalho com a hipnose, que logo se mostrou insuficiente, possibilitou, no entanto, a hipótese de que os sintomas não eram arbitrariamente produzidos, mas que tinham sido originados de impressões e lembranças que se furtam à consciência, e, mais ainda, que a recordação de tais eventos fazia eliminar os sintomas. Nesse momento prévio à invenção da psicanálise, Freud já não usava a sugestão hipnótica para dar orientações imperativas para abandonar o sintoma, mas com propósito terapêutico: a sugestão era aplicada para levar à lembrança do passado através de perguntas, investigando a origem dos sintomas.

Já nesse momento, Freud constatou um certo limite da rememoração, afirmando que há um estreito – uma fenda da consciência – que permite que apenas uma lembrança penetre na consciência de cada vez, sendo que a obstrução desse estreito provoca a interrupção do trabalho. A irrupção de uma lembrança à consciência não é perfeita e organizada, mas decomposta e fragmentada. Para Freud, cabe ao analista recompor uma organização do material desarranjado apresentado pelo paciente, que se ocupa com a elaboração de cada fragmento.

Os agrupamentos de lembranças ligados ao trauma se ordenam do seguinte modo: “*estratificados concentricamente em torno do núcleo patogênico*” (Freud, 1893-1895/2016, p. 405), formando camadas. Quanto mais perto do centro, mais difíceis de recordar: “quanto mais nos aprofundamos, maior a dificuldade em reconhecer as lembranças emergentes, até que, próximo ao núcleo, deparamos com aquelas que o paciente ainda nega ao reproduzir” (p. 405). À medida que uma lembrança emerge na consciência, o paciente se ocupa de sua elaboração e “nada vê do que a empurra por trás e esquece daquilo que já penetrou” (pp. 408-409). Sua exposição é entremeada de “lacunas e defeitos” (p. 411), marcada por interrupções das conexões, que podem ser encobertas por falsas conexões. O relato incompleto ou fragmentado

fornece o fio lógico capaz de possibilitar o rastreamento das conexões perdidas, permitindo refazer o caminho até os restos mnêmicos que dão origem ao sintoma como seu símbolo.

Para Freud, a tarefa do analista é análoga a um “jogo de paciência” (p. 409): cabe a ele, através da escuta, captar os fragmentos e reconstruir a disposição das cartas que lhe chegam desordenadas, e deve fazer isso pacientemente, mantendo-se “inicialmente na periferia da estrutura psíquica patogênica” (p. 409). Deve deixar o paciente relatar o que sabe sobre o seu adoecimento e, pelas trilhas formadas pelo seu relato, pode-se avançar e progressivamente vencer as resistências. É um trabalho conjunto: o paciente fornece as coordenadas, enquanto o analista avança na direção daquilo que foi suprimido: “Se eu quisesse esquematizar o modo de trabalho, poderia dizer, talvez, que assumimos nós mesmos a abertura de camadas internas, o avanço na direção radial, enquanto o paciente se encarrega da ampliação periférica” (p. 410).

Nesse ponto, há uma importante advertência decorrente de sua experiência e que, a meu ver, aponta para uma intuição sobre os limites da interpretação, surgidas especialmente quando esta insiste nas explicações e na busca do sentido:

Se o profissional vai iniciar uma análise assim, em que cabe esperar essa organização do material patogênico, pode se aproveitar dos seguintes resultados da experiência: *é totalmente inútil penetrar diretamente até o núcleo da organização patogênica*. Ainda que pudéssemos descobri-lo, o paciente não saberia o que fazer com o esclarecimento a ele oferecido e não seria psiquicamente transformado por ele. (Freud, 1893-1895/2016, p. 409)

É inútil deter-se em explicações ou pretender uma apreensão direta do recalcado, como se pudesse ser integralmente recomposto. Além disso, Freud expõe longamente sobre o quinhão que cabe ao analista, aquilo que é de sua alçada, mas não inflaciona seu papel ou sua influência (uma das razões pelas quais, aliás, ele dispensou a hipnose). Sobre isso, afirmou:

“*não estamos em condições de impor ao paciente algo sobre as coisas que ele supostamente ignora, ou de influenciar os resultados da análise despertando sua expectativa*” (p. 414)

Aqui, pode-se destacar: (a) a interpretação como a técnica voltada ao desvelamento de motivos ocultos, de elos perdidos entre os afetos concernentes ao sintoma e a ideia recalçada, revelando a estrutura do recalque e o retorno disfarçado do recalçado; (b) a ideia do sintoma como expressão simbólica da ideia intolerável; (c) a parte fragmentada e descontínua do relato como reveladora dos rastros daquilo que foi suprimido da consciência; (d) o prenúncio da comparação do trabalho analítico com o trabalho arqueológico; (e) o trabalho conjunto entre analista e analisante; (f) a introdução dos limites da rememoração, que acarreta nos limites da interpretação, a qual se mostra ineficaz quando se restringe a ser explicativa.

2.3.2. *A Escrita dos Sonhos*

Demonstrarei nas páginas seguintes que há uma técnica psicológica que permite interpretar os sonhos e que, aplicando-se esse procedimento, cada sonho se revela como uma formação psíquica dotada de sentido, que pode ser inserida num ponto identificável da atividade psíquica da vigília. (Freud, 1900/2019, p. 24)

São essas as palavras que abrem a grande obra, *A interpretação dos sonhos*, que ocupa lugar central para o presente estudo e que é, por si só, um trabalho fundamental para inaugurar o campo da psicanálise, evidenciando teses absolutamente originais sobre os sonhos, muito distintas das concepções da opinião leiga e das produções científicas sobre o assunto.

É interessante observar que o termo “interpretação” está apenas a “sonhos”, sugerindo que sua intenção não era simplesmente descrever as formações oníricas – focando, por exemplo, nos processos somáticos ou nos estados psíquicos favoráveis ou desfavoráveis para a produção de sonhos –, mas o de estabelecer um método de interpretação, baseando-se na ideia de que o sonho contém um sentido que pode ser revelado.

O título que dei a esta obra deixa claro que tradição da concepção dos sonhos pretendo seguir. *Eu me propus demonstrar que os sonhos podem ser interpretados*, e as contribuições para o esclarecimento dos problemas dos sonhos abordados acima poderão ser apenas o eventual ganho secundário na execução de minha verdadeira tarefa. (...) *‘interpretar um sonho’ significa informar seu ‘sentido’* [ênfases adicionadas], substituí-lo por algo que se insere como elo equivalente no encadeamento das nossas ações psíquicas. (p. 127)

Considerando o sonho como um ato psíquico, e não apenas um processo somático, Freud propôs que ele possui um sentido que pode ser decifrado pela interpretação. Além disso, apresentou um modelo que pode ser generalizado para outros tipos de formações psíquicas: para ele, pode-se “tratar o próprio sonho como um sintoma e aplicar a ele o método de interpretação desenvolvido para os sintomas” (Freud, 1900/2019, p. 132). Esse é um primeiro desdobramento importante. *A técnica de interpretação dos sonhos se estabelece como o paradigma da interpretação analítica.*

Interpretar os sonhos é fazer passar de uma coisa à outra: do seu conteúdo manifesto – censurado e deformado – ao conteúdo latente, aquilo que está por trás do sonho e que incitou sua formação, isto é, o desejo inconsciente. Interpretar é des-cobrir o que está oculto sob a máscara de um disfarce, e diz respeito “ao conteúdo de pensamento que descobrimos por trás do sonho, mediante o trabalho interpretativo” (Freud, 1900/2019, p. 168). A deformação onírica se encarrega de dissimular o desejo, atuando a favor da resistência que responde à tendência de defesa contra o desejo, que não pode se expressar senão como deformado.

Para demonstrar a técnica interpretativa, Freud apresentou o famoso sonho da injeção de Irma – “o sonho inicial, o sonho dos sonhos, o sonho decifrado de modo inaugural” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 201). Era 1895 e Freud havia tratado Irma, uma jovem senhora amiga da família. O tratamento resultou em um sucesso parcial, pois nem todos os sintomas somáticos

haviam desaparecido. Ele havia recebido de seu amigo Otto, em cujo tom Freud depreendeu uma censura, a notícia de que Irma não estava completamente bem. Para se justificar, ele escreveu o caso clínico com a intenção de entregar a um amigo que considerava autoridade em seu círculo, e, naquela noite, teve o sonho. O sonho era:

Um grande salão — muitos convidados que recebemos. — Entre eles Irma, que imediatamente chamo de lado, como que para responder à sua carta e para recriminá-la por ainda não aceitar a minha ‘solução’. Digo a ela: ‘Se ainda sente dores, é exclusivamente culpa sua’. — Ela responde: ‘Se você soubesse quantas dores eu sinto agora na garganta, no estômago e no ventre — elas me sufocam’. — Eu me assusto e olho para ela. Parece pálida e inchada; penso que talvez eu não esteja reconhecendo algo orgânico. Levo-a até a janela e examino sua garganta. Ela resiste um pouco, semelhante às mulheres que usam uma dentadura artificial. Penso comigo mesmo que ela não precisaria fazer aquilo. — Então ela abre a boca adequadamente, e à direita descubro uma grande mancha branca; em outro lugar vejo, em estranhas formações crespas, que evidentemente tinham como modelo os ossos turbinados do nariz, extensas crostas cinzentas esbranquiçadas. — Chamo rapidamente o dr. M., que repete e confirma o exame... A aparência do dr. M. é muito diferente da de costume; está muito pálido, manca, e o queixo está sem barba... Agora, meu amigo Otto também está ao lado dela, e meu amigo Leopold a ausculta através do corpete e diz: ‘Ela tem uma área amortecida embaixo, à esquerda’; ele indica também que uma parte da pele no ombro esquerdo está infiltrada (algo que, como ele, também consigo sentir, apesar do vestido)... M. diz: ‘Não há dúvida, é uma infecção, mas não importa; virá ainda uma disenteria, e o veneno será eliminado...’. De imediato, também sei qual a origem da infecção. Recentemente, quando ela se sentiu indisposta, o amigo Otto lhe aplicou uma injeção com um preparado de propil, propileno... ácido propiônico...

TRIMETILAMINA (veja essa fórmula em negrito diante dos meus olhos)... Esse tipo de injeção não se aplica levianamente... Também é provável que a seringa não estivesse limpa. (Freud, 1900/2019, p. 139)

Reconhecendo na notícia recebida o resto diurno que ocupou sua atividade psíquica durante o sono, Freud passou a uma análise minuciosa do conteúdo do sonho, decompondo-o em fragmentos e dando importância a cada um deles. Presumiu que devia haver uma intenção latente no sonho: a de retirar de si a responsabilidade pelo insucesso do tratamento – manifesto pela acusação à Irma no sonho (“Se ainda sente dores, é exclusivamente culpa sua”), pelo desejo de haver um equívoco no diagnóstico e pela hipótese de que suas dores tenham um fundamento orgânico, o que afastaria a acusação de ter fracassado, já que seu tratamento elimina apenas dores histéricas. Esse desejo se alastra por diversas cavidades do sonho: “É como se eu tivesse procurado todas as oportunidades para me repreender por falta de escrúpulo profissional” (Freud, 1900/2019, p. 144).

Suspeito que, com isso, quero apenas afastar a culpa de mim. O tratamento psíquico não pode ser responsabilizado pela persistência de dores diftéricas. Agora, porém, sinto-me envergonhado por ter inventado uma doença tão grave para Irma apenas para me inocentar. (pp. 146-147)

A responsabilidade seria exclusivamente de Irma, pois Freud havia oferecido a “solução”. Na época, afirmou, ainda acreditava que da comunicação do sentido inconsciente do conflito neurótico dependia o êxito do tratamento, e ao paciente cabia aceitar ou não. Lacan (1954-1955/2010) apontou a ambiguidade do termo “solução” (*Lösung*) em alemão e em francês (e em português, acrescento): designa tanto a solução que se injeta quanto a solução de um conflito, no que o sentido simbólico do sonho se revela. Freud, que enfrentava discordâncias de toda a parte advindas da comunidade científica, colocava à prova o princípio de seu tratamento, a solução que propunha para o tratamento das neuroses.

Apesar de sua meticulosidade em analisar o sonho, destrinchando os fragmentos para revelar o sentido oculto em cada um deles, ele reconheceu:

Suspeito que a interpretação dessa parte ainda não avançou o bastante para revelar todo o seu sentido oculto. (...) Cada sonho tem pelo menos um ponto em que ele é insondável, um umbigo, por assim dizer, com o qual ele se vincula ao desconhecido. (Freud, 1900/2019, p. 143)

O psicanalista admitiu assim que mesmo as interpretações bem-sucedidas deixam um resto obscuro, um “novelo de pensamentos oníricos que não é possível desembaraçar” (Freud, 1900/2019, p. 575), um ponto de desconhecimento. Para Lacan (1954-1955/2010), o umbigo do sonho é um ponto inapreensível, desconhecido, “o ponto de surgimento da relação do sujeito com o simbólico” (p. 147), aquilo que “existe de mais elevado no homem e que não está no homem, porém alhures”, “o ponto exterior, excêntrico” (p. 160), revelando o máximo descentramento da estrutura do sujeito em relação ao eu. Em suma, “as leis de estrutura do sonho, como as da linguagem, se inscrevem alhures, num outro lugar, quer o chamemos de psíquico ou não” (p. 182).

Outro aspecto fundamental do sonho a ser destacado é a fórmula da trimetilamina: “a fórmula está impressa em negrito, como se o sonho quisesse destacá-lo do contexto como algo de importância muito grande” (Freud, 1900/2019, p. 149). O sonho, enquanto formação literal, culmina numa fórmula escrita. Passa de uma forma de escrever para outra forma de escrever, das imagens ao textual, redundando em uma perda de sentido, em um intangível que é da ordem da letra, estando no litoral entre real e simbólico.

Sobre isso, Lacan (1954-1955/2010) comentou que a fórmula excede a fala e que “tal qual um oráculo, a fórmula não fornece resposta alguma ao que quer que seja” (p. 216). Seu “caráter enigmático, hermético, é justamente a resposta à questão do sentido do sonho” (p. 216): não há outro Deus senão Deus, não há outra palavra, senão a palavra. Não há outra

solução: “o sentido do sonho é o seguinte – não há outra palavra-chave do sonho a não ser a própria natureza do simbólico” (p. 218).

A trimetilamina evoca a correspondência com Fliess, que havia apresentado a Freud sua hipótese sobre uma química sexual, acreditando “reconhecer na trimetilamina um dos produtos do metabolismo sexual” (Freud, 1900/2019). Ele continuou: “Essa substância me levou à sexualidade, àquele aspecto ao qual atribuo a maior importância no desenvolvimento das afecções nervosas que pretendo curar” (p. 149). A trimetilamina alude, ao mesmo tempo, “ao aspecto imensamente poderoso da sexualidade” (p. 150), e ao fiel amigo que corroborava as controversas teses sobre a sexualidade.

Atestando sua tese de que o sonho é a realização de um desejo, Freud entendeu que há um sentido a ser decifrado: “compreendi o ‘sentido’ do sonho. Notei uma intenção realizada pelo sonho, que deve ter sido a motivação para sonhá-lo” (Freud, 1900/2019, p. 151). O sonho é então tomado como um texto e convoca uma leitura. Realiza os desejos despertados pela notícia de Irma e pela redação de seu caso clínico. Nele, Freud não é culpado pelas dores persistentes da paciente, mas Otto, que fez observações que o aborreceram: “o sonho me vinga” (p. 151). Ele é absolvido da culpa e a doença é atribuída a outros fatores.

As dores de Irma não são culpa minha, a culpa é dela mesma, pois se recusa a aceitar minha solução. As dores de Irma não são responsabilidade minha, pois são de natureza orgânica e não podem ser curadas mediante um tratamento psíquico. As dores de Irma são explicadas de forma satisfatória por sua viuvez (trimetilamina!), algo que não posso mudar. O sofrimento de Irma foi provocado por uma injeção imprudente com uma seringa suja, como a flebite de minha velha senhora, enquanto eu mesmo jamais cometo um erro em minhas injeções. (p. 153)

Assim, ele determinou um grupo de pensamentos que originaram o sonho, sob o rótulo amplo de “Preocupação com a saúde, própria e alheia; responsabilidade médica” (p. 153).

Estreitando-se no tema da doença de Irma, o sonho o exime da culpa e demonstra o quanto é responsável e o quanto se importa com a saúde de seus amigos, familiares e pacientes. Sua análise resulta em uma importante constatação sobre o trabalho de interpretação:

se aplicarmos o método da interpretação dos sonhos aqui apresentado, descobriremos que o sonho tem realmente um sentido e que de maneira nenhuma é expressão de uma atividade cerebral fragmentada, como querem os estudiosos. Após completar o trabalho de interpretação, percebemos que o sonho é a realização de um desejo. (p. 154)

Ao comentar esse sonho, Lacan (1954-1955/2010) afirmou que a dimensão do desejo do sonho é “fazer passar uma certa fala”, e que “o desejo maior de um sonho era fazer passar uma mensagem” (p. 174). E acrescentou que o esquecimento do sonho não é um obstáculo, mas parte da estrutura de seu texto:

a degradação, inclusive o esquecimento do texto do sonho, importa tão pouco, nos diz Freud, que mesmo se restar apenas um único elemento, um elemento do qual se duvide, um pedacinho de um pedaço, uma sombra de sombra, podemos continuar concedendo-lhe um sentido. É uma mensagem. (p. 172)

É a mensagem como discurso interrompido e que insiste, ele continuou. A dúvida constitui parte da mensagem, atrai a atenção para um elemento particularmente significativo: “A dúvida é uma conotação privilegiada neste famoso texto sagrado” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 175). Ao tratar sobre o esquecimento dos sonhos, Freud afirmou: “Toda análise poderia comprovar com exemplos como justamente os detalhes mais insignificantes do sonho são indispensáveis para a interpretação e como a solução é adiada quando nossa atenção demora a se voltar para eles” (Freud, 1900/2019, p. 563), e, em seguida: “Interpretando sonhos, também demos importância a cada nuance da linguagem em que o sonho foi apresentado” (p. 563).

“Um texto absurdo ou insuficiente” (Freud, 1900/2019, p. 563) não é descartado, mas considerado como parte de sua estrutura. “Em suma”, ele concluiu, “tratamos como *escritura*

sagrada [ênfase adicionada] aquilo que para outros autores seria uma improvisação arbitrária” (p. 563). Lacan (1954-1955/2010) destacou que “um texto sagrado se interpreta segundo leis muito particulares, e cada um sabe que por vezes estas interpretações surpreendem” (p. 172). Para ele, quando trata do texto do sonho, Freud não recuou diante da degradação, do esquecimento do texto, e mesmo que reste um único pedaço, uma única sombra, um elemento isolado, “podemos continuar concedendo-lhe um sentido. É uma mensagem” (p. 172).

As contradições, as lacunas e a dúvida são acolhidas no texto do sonho, e as deformações não são arbitrárias. O trabalho de elaboração secundária do estado de vigília distorce o conteúdo, mas permanece “em ligação associativa com o conteúdo em cujo lugar se põem e servem para nos indicar o caminho para esse conteúdo, que, por sua vez, pode estar substituindo outro” (Freud, 1900/2019, p. 564). Freud requer que, na análise dos sonhos, nenhum elemento seja abandonado em razão de um grau de incerteza, pois os elementos marginais, incertos e periféricos compõem o texto do sonho.

Para interpretar sonhos, deve-se suspender “toda crítica, todo preconcebimento, toda tomada de partido afetiva ou intelectual durante o trabalho” (Freud, 1900/2019, p. 572). Deve-se trabalhar com persistência e despreocupação quanto ao resultado. Ademais, o trabalho não finda com “uma interpretação do sonho completa, que faz sentido, é coerente e explica todos os elementos do conteúdo do sonho” (p. 573), afinal, há sempre um resto inapreensível.

A técnica de interpretação dos sonhos pode ser assim descrita: (a) o sonhador deve “abandonar todas as representações com meta que costumam dominar nossa reflexão, dirigir nossa atenção para um elemento onírico e anotar o que pode nos vir de pensamentos involuntários acerca dele” (Freud, 1900/2019, p. 576-577); (b) repetir o processo com outros elementos do conteúdo do sonho, entregando-se às ocorrências de pensamento que surgem, sem se preocupar com a direção em que elas levam; (c) a partir de um fluxo de pensamentos arbitrário e sem meta, chega-se aos pensamentos oníricos, aqueles dos quais surgiu o sonho;

(d) não recuar diante de contradições ou aparentes desconexões entre cadeias de pensamento, pois a ação do recalque pode incidir no nexos entre elas, e eventualmente surge, no lugar, uma “associação superficial, ou seja, por assonância, ambiguidade verbal, coincidência temporal sem relação interna de sentido, por todas as associações que nos permitimos usar nos chistes e nos jogos de palavras” (p. 580) – as chamadas “falsas ligações”. Estas associações superficiais “apenas substituem, por deslocamento, as associações mais profundas e reprimidas” (p. 582).

Eis o fundamento do método psicanalítico da livre associação:

Quando instruo um paciente a deixar toda reflexão e me dizer tudo o que lhe passar pela mente, me atenho ao pressuposto de que ele não consegue abrir mão das representações com meta do tratamento e me vejo autorizado a inferir que as coisas aparentemente mais inocentes e arbitrarias que ele me conta estão relacionadas à sua doença. (p. 582)

A interpretação exige a renúncia à razão que predomina na vida de vigília e faz um caminho regressivo, formando um caminho que vai do conteúdo manifesto do sonho aos pensamentos oníricos que o formaram. Já o trabalho do sonho faz o caminho inverso: parte dos pensamentos oníricos para a formação das imagens do sonho, “e não é nada provável que esses caminhos sejam transitáveis nos dois sentidos” (p. 582). No *Seminário 2*, Lacan (1954-1955/2010) sugeriu que, no sonho, o discurso simbólico é colocado em forma figurativa: trata-se de *imaginar o símbolo* (iS). Já a interpretação é o trabalho de *simbolizar a imagem* (sI).

O trabalho do sonho consiste em transformar o conteúdo latente em conteúdo manifesto, fazendo deformações: inverte sentidos, modifica a relação entre os elementos, altera sequências, substitui pelo contrário, quebra nexos, coincide opostos. O trabalho interpretativo caminha na direção contrária, do manifesto ao latente, desfazendo as deformações e reestabelecendo as relações omitidas. A interpretação, no entanto, não é uma reencenação fiel do processo formador do sonho – já que os caminhos não são transitáveis –, passando por todas

as associações que o originaram, mas uma nova “perfuração” nos poços que levam ao desejo inconsciente que quer “fazer passar uma certa fala” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 174).

Antes de finalizar, quero destacar um aspecto apontado por Lacan no sonho da injeção de Irma: “não podemos separar da interpretação o fato de Freud nos fornecer este sonho como sendo o primeiro passo na chave do sonho. É a nós que Freud se endereça ao fazer esta interpretação” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 222). Freud estava em um momento decisivo para tudo o que se desdobraria com a nova ciência que ali se fundava. Ele estava, segundo Lacan, em um período criador, aberto aos avanços e aos recuos de suas descobertas.

Seu sonho decifrado carrega uma dimensão do laço. “Assim como numa análise o sonho se endereça ao analista, Freud neste sonho já está endereçando-se a nós” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 232). Ele se dirigia à comunidade científica, da qual esperava reconhecimento, e o AZ da fórmula da trimetilamina não pode, por isso, ser reduzida a um delírio, um sem-sentido qualquer, “já que Freud, por intermédio deste sonho, faz com que nós o ouçamos, e nos põe efetivamente no caminho de seu objeto que é a compreensão do sonho” (p. 232). Sem de saída se dar conta disso, reconhecendo-o somente quando nos fala do sonho, “ele nos diz algo que ao mesmo tempo é e não é mais ele” (p. 232):

a seringa estava suja, sem dúvida. E justamente na medida em que a desejei demais, em que participei desta ação, em que quis ser, eu, o criador, não sou o criador. O criador é alguém maior que eu. É o meu inconsciente, é esta fala que fala em mim, para além de mim. (p. 233)

2.3.3. Outras Produções Sobre os Sonhos

Mantendo apreço pela *Traumdeutung*, Freud a revisitou diversas vezes, realizando alguns acréscimos, especialmente à medida que avançava a teoria da sexualidade: “Quem conhece meus outros trabalhos (sobre a etiologia e o mecanismo das psiconeuroses) sabe que jamais dei por pronto algo inacabado e que sempre me empenhei em mudar minhas declarações

conforme o avanço de meus conhecimentos” (Freud, 1900/2019, p. 17). Apesar disso, preservou o essencial do conteúdo sobre os sonhos, que considerava sua grande descoberta: em nota de 1931, afirmou que seu livro “contém, até mesmo segundo minha avaliação atual, a mais valiosa das descobertas que tive a sorte de fazer. Um *insight* como esse nos é dado apenas uma vez na vida” (p. 23). Em algumas ocasiões, retomou o tema em obras posteriores, das quais destacarei alguns aspectos.

Em 1901, publicou um ensaio intitulado *Sobre os sonhos* (Freud, 1901/2021), que resume o conteúdo de sua grande obra. Nele, Freud reiterou que, geralmente, a realização de desejo no sonho se exprime indiretamente, sendo necessário “produzir uma relação, uma inferência, ou seja, o começo de um trabalho de interpretação, para reconhecer a realização de desejo” (p. 395). O conteúdo do sonho caminha de mãos dadas com sua interpretação, a partir da qual é possível retomar o fio dos desejos ocultos sob o conteúdo manifesto.

A interpretação é o artifício pelo qual se desvenda o mecanismo próprio do aparelho psíquico: através dela, substitui-se o conteúdo manifesto do sonho pelos pensamentos oníricos latentes, desatando o trabalho tecido pelo sonho, que é semelhante ao trabalho do recalque (Freud, 1901/2020): opera substituições e deformações, apaga nexos, subtrai da consciência. Examinando os sonhos, Freud extraiu a lógica do inconsciente, testemunhando sua manifestação nos fenômenos não-patológicos – sonhos, lapsos, esquecimentos e atos falhos – e estabelecendo um paradigma para compreender a origem e o funcionamento dos fenômenos patológicos – como as fobias, as obsessões e os delírios.

Como disse, a interpretação dos sonhos consiste em traduzir o conteúdo manifesto do sonho para os pensamentos oníricos latentes, desfazendo a deformação imposta pela resistência. Por meio desse trabalho, intenta-se apresentar à consciência, a partir dos indícios fornecidos, os desejos inconscientes que originaram os sonhos e demais atos psíquicos. Será isso possível? E, se for, quais os limites e até mesmo as vantagens de tal pretensão?

Em *O uso da interpretação dos sonhos na psicanálise*, Freud (1911/2010b) advertiu que a interpretação dos sonhos não deve suplantar o interesse terapêutico, e mantém a associação livre como regra fundamental: aquilo que se apresenta em primeiro plano ao paciente não deve ser ignorado em favor do interesse do analista em uma análise dos sonhos incompleta ou interrompida. Além disso, apesar de privilegiar a análise dos sonhos na prática analítica, Freud preveniu os analistas contra o afã interpretativo. Por vezes, o analista interessado nesse assunto se depara inicialmente com um primeiro sonho do paciente que se revela “extraordinariamente adequado para introduzir as primeiras explicações a lhe serem dadas” (p. 123). Mas logo se vê embaraçado quando “não tardam a surgir sonhos tão compridos e obscuros que sua interpretação não pode ser consumada no limitado período de uma sessão” (p. 124). Produzindo sonhos em abundância, o processo se reverte contra o trabalho, manifestando-se, na verdade, como manifestação de resistência.

Para Mucida (2012), essa profusão de sonhos enigmáticos são ofertados ao analista à espera de mais e mais sentido, o que leva, no fundo, ao fechamento do inconsciente: “tentar esgotar rapidamente a análise de um sonho ou do sintoma, oferecendo-lhes sentido, é fechar o espaço à intervenção do analista” (p. 145). Essa ideia é compatível com uma afirmação de Lacan de 1974, que, ao propor que o sintoma vem do real, complementou: “Isso se apresenta como um pequeno peixe cuja boca voraz só se fecha ao se colocar sentido entre os dentes” (Lacan, 1974/2022, p. 26). Deve-se ter cautela ao buscar o sentido do sintoma, pois “o sentido do sintoma é o real” (p. 27), o sem-sentido. Deve-se ter cautela para não engordar o sintoma com mais e mais sentido. Retornarei a isso.

Não devemos esquecer que Freud já havia estabelecido que a interpretação dos sonhos é o paradigma do trabalho interpretativo analítico. O sonho pode condensar em seu conteúdo “todo o material patogênico do caso” (Freud, 1911/2010b, p. 126), toda a história de uma neurose. A solução de um sonho como esse não pode ser realizada de uma só vez, já que, muitas

vezes, ele é retomado em diferentes momentos do percurso e se encerra com o fim de análise: “A completa interpretação de um sonho desses coincide justamente com a realização de toda a análise” (p. 126). O mesmo vale para o sintoma do início de análise, que contém a demanda inicial, que não se revela por inteiro a partir de uma tentativa única.

O fascínio que sua descoberta produziu não o faz perder a cautela: a ânsia por interpretar cada sonho por completo ou o interesse teórico pelos sonhos não pode se sobrepor ao interesse terapêutico e ao tempo único de cada análise: “Portanto, advogo que a interpretação de sonhos no tratamento analítico não seja praticada como uma arte em si mesma, mas que o seu uso seja submetido às regras técnicas que presidem a realização da terapia” (Freud, 1911/2010b, p. 129). Cautela semelhante serve à comunicação daquilo que o analista leu do sonho: como, quando e com que palavras comunicar é tão importante quanto a própria decifração.

2.3.4. Interpretar Falhas e Esquecimentos: A Vida Cotidiana

Publicado originalmente em 1901, mas obtendo reedições até 1924, quando foi lançada sua versão definitiva, *Psicopatologia da vida cotidiana* (Freud, 1901/2020) é um trabalho extenso e exuberante que se destina a tratar de erros, equívocos, pequenos ou grandes deslizes ou esquecimentos, comumente banalizados e atribuídos à idade, cansaço, estresse ou desatenção, mas cuja repercussão e embaraço revelam uma verdade incômoda, um desejo não admitido, a “confissão involuntária de algo que não deveria ser dito” (Iannini & Tavares, 2023, p. 9). Assim, os aparentemente banais atos falhos são um dos meios de acesso àquilo que burla a barreira do recalque, que retorna à revelia da vontade consciente, atravessando a língua e demonstrando que o inconsciente se revela quando menos se espera. A psicopatologia da vida cotidiana é um modo de sustentar a hipótese de que o sujeito está dividido entre dois sistemas psíquicos e que, em sua enunciação, algo se revela. Como disse Lacan (1953-1954/1986),

Nossos atos falhados são atos que são bem-sucedidos, nossas palavras que tropeçam são palavras que confessam. Eles, elas, revelam uma verdade de detrás. No interior do

que se chamam associações livres, imagens do sonho, sintomas, manifesta-se uma palavra que traz a verdade. Se a descoberta de Freud tem um sentido é este – a verdade pega o erro pelo cangote, na equivocação. (p. 302)

Freud percebeu que os esquecimentos de nomes são comumente acompanhados de lembranças errôneas que se impõem à consciência, havendo um deslocamento do processo que deveria conduzir à reprodução do nome buscado, levando a um substituto incorreto. “*A minha premissa é de que esse deslocamento não é entregue ao arbítrio psíquico, mas segue trilhas calculáveis e previsíveis. Em outras palavras, suponho que o nome ou os nomes substitutos mantenham uma relação averiguável com o nome buscado*” (Freud, 1901/2023, p. 20).

Ou seja, haveria uma conexão associativa entre o nome substituto e o nome recalcado, e este se apodera do primeiro e o leva consigo ao recalçamento. Essa associação pode ser um nexos de conteúdo, contiguidade temporal, homofonia ou semelhança acústica, dentre outros. Isso leva Freud a constatar que o simples esquecimento pode ser motivado pela ação do recalque. Utilizando-se da experiência pessoal com o esquecimento do nome Signorelli, ele percebeu que, tentando conscientemente esquecer algo, outra coisa se coloca em conexão associativa, “de modo que meu ato de vontade errou a meta, e esqueci *uma coisa contra a minha vontade*, quando queria esquecer *intencionalmente a outra*” (Freud, 1901/2023, p. 23).

Há também as lembranças encobridoras, aquelas que, devido a um “vínculo associativo de seu conteúdo com outro, recalcado” (Freud, 1901/2023, p. 74), retiram o acento psíquico das impressões marcantes, plenas de afeto, substituindo-as por outras, indiferentes ou secundárias. O conteúdo é encoberto por deslocamento, havendo uma associação superficial que dá origem a uma formação substitutiva. Por meio da elaboração analítica, pode haver um importante ganho de sentido de uma lembrança de infância. O trabalho de interpretação consistiria em buscar, muitas vezes por meio de “pontes verbais” que conectam o recalcado às lembranças, seu desvelamento. Os equívocos e os lapsos contém, para Freud, uma significação

escondida e desconhecida que pode ser desvelada pelo método associativo, que refaz as pontes verbais e aponta para as motivações inconscientes.

Embora Freud tenha apresentado variados exemplos da causalidade psíquica dos lapsos, erros, atos falhos e ações sintomáticas, foi cauteloso ao reconhecer os limites da interpretação. Podem ocorrer erros simples ou rudimentares de lapsos, como a contração de palavras ou a omissão de letras, em que “caem por terra as interpretações mais complexas” (Freud, 1901/2023, p. 366). Nem sempre é possível ou mesmo desejável revelar intenções subjacentes.

Freud não ignorava a objeção de que sua premissa talvez não fosse aplicável a todos os casos, mas está seguro da validade geral de sua teoria. Além disso, ressaltava que a interpretação pode se deparar com poderosas resistências que se erguem como obstáculos à elucidação do sentido oculto: “não é de surpreender que não seja em todas as vezes que se consegue descobrir o sentido oculto da ação sintomática, pois a magnitude das resistências internas que se opõem à solução entram em conta como fator decisivo” (p. 363).

2.3.5. Dora e o Impossível de Rememorar

Quando publicou o caso Dora, Freud admitiu não ter reconhecido o fenômeno da transferência durante o tratamento, mas os impasses que ali surgiram serviram para lançar mão desse conceito tão fundamental para a clínica: “a parte mais difícil do trabalho técnico não esteve em consideração com a paciente, já que o fator da ‘transferência’, do qual se fala no fim da história clínica, não veio à baila durante o breve tratamento” (Freud, 1905[1901]/2016, p. 181). A transferência é a chave da invenção de seu método, e já havia sido intuída antes, embora só nesse momento formalizada. A partir de Dora, abre-se a questão da repetição implicada na transferência, evidenciando a existência de algo da ordem do impossível de recordar, de nomear e de verbalizar.

O caso Dora introduziu a dimensão do impossível, de tal modo que, anos depois, ele pôde afirmar: “o analisando não se *lembra* de mais nada do que foi esquecido e recalado, mas

ele *atua* com aquilo. Ele não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele repete, sem, obviamente, saber o que repete” (Freud, 1914/2023, p. 154). Nessa ocasião, retomou a noção de transferência como o único recurso capaz de conter a repetição, para fazer dela o “parque de diversões” (p. 160) da repetição, onde ela pode se manifestar livremente, liberando-a de se restringir à dimensão patológica.

Conceder tamanha autoridade à transferência decorre da constatação de sua imponência: no tratamento analítico, as verdadeiras dificuldades estão menos na interpretação das ocorrências em associação livre do analisante do que no manejo transferencial (Freud, 1915[1914]/2023). Esse manejo complexo da transferência passou a tensionar a equação que, até então, sustentava-se na ideia de que o recaiado poderia ser conduzido à consciência por meio da interpretação. No caso Dora, tais dificuldades levaram Freud a recair na sugestão e a se ver embaraçado diante dos conflitos que se faziam presentes. Isto é, o psicanalista tentava prosseguir com o deciframento do sentido oculto das manifestações, mas se deparou com dificuldades transferenciais capazes de mudar a direção de seu manejo clínico.

Na análise de seu primeiro sonho, em que o cheiro de fumaça surge como um adendo ao relato do sonho, ele afirmou:

Sem dúvida, o cheiro de fumaça combinava com o fogo, e também indicava que o sonho tinha uma relação particular com a minha pessoa, pois eu costumava replicar, quando ela dizia não haver nada por trás disso ou daquilo, que ‘*onde há fumaça, há fogo*’ [ênfase adicionada] (Freud, 1905[1901]/2016, p. 257).

Frequentemente mencionada nos manuais de semiologia psicopatológica, a fórmula “onde há fumaça, há fogo” leva à prática um tanto antiquada (e, paradoxalmente, bastante atual) de nortear diagnósticos e tratamentos a partir dos sinais observáveis, sejam eles relatados pelo paciente ou constatados pelo olhar objetivante do médico. Entende-se um signo como “um sinal especial, sempre provido de significação” (Dalgalarondo, 2019, p. 3): a fumaça é sinal

do fogo, a febre é sinal de uma infecção, a logorreia é sinal de síndrome maníaca. Ele adquire seu valor na medida em que chama por essa significação pré-existente, o sintoma subjetivo sendo então transformado em signo a ser lido, traduzido e objetivado pelo clínico, que encontra uma correspondência nos manuais: uma síndrome ou um transtorno já catalogado, descrito e com a incidência estatisticamente calculada. O sofrimento humano estaria passível de ser adequar aos ideais de objetividade das ciências médicas, podendo ser verificável e mensurável.

A psicanálise não segue a lógica da correspondência signo-síndrome (ou transtorno, doença etc.) ou de um signo que traz o significado a tiracolo. Freud não esperava encontrar nos sonhos ou nas manifestações patológicas de Dora uma significação pré-estabelecida no saber médico, mas é digno de nota que a célebre expressão tenha comparecido precisamente no caso em que a transferência mais lhe causou embaraços. Não teriam surgido alguns excessos nas interpretações de Freud para os seus sintomas, recaindo eventualmente na sugestão e apostando excessivamente no consentimento com as investidas do sr. K. para assim solucionar o conflito?

Para Lacan (1951/1998), foram as histéricas que levaram Freud ao compromisso “de nos mostrar que existem doenças que falam, e de nos fazer ouvir a verdade do que elas dizem” (p. 215). Nessa ocasião, em 1951, Lacan iniciou seu argumento lembrando que “essa é a primeira vez em que Freud fornece o conceito do obstáculo com o qual veio chocar-se a análise, mediante o termo *transferência*” (p. 217), e que a constatação desse fenômeno se dá a partir do fracasso do tratamento. Para ele, sua falha se dá pela insuficiente apreciação do vínculo homossexual de Dora com a sra. K., que carregava o valor do mistério em relação à sua feminilidade. A resistência recaía do lado do analista Freud, que depois reconheceu que

durante muito tempo, não pôde deparar com essa tendência homossexual (que, no entanto, ele nos diz ser tão constante nas histéricas que seria impossível exagerar nelas seu papel subjetivo) sem cair num desarvoramento que o tornava incapaz de agir quanto a esse ponto de maneira satisfatória. (p. 222)

Insistindo no amor de Dora pelo sr. K. e se colocando demasiado no lugar deste, Freud foi levado a uma estagnação. Pode-se inferir que, pelo ponto cego causado pelo fenômeno não analisado da transferência, ele teria sido levado a uma aspiração de colamento significante-significado (uma significação apenas) ao insistir que “desfazemos os sintomas ao pesquisar sua significação psíquica” (Freud, 1905[1901]/2016, p. 217)? Nesse movimento, partiu de certos pressupostos advindos de sua própria resistência, esperando de Dora a confissão daquilo que acreditava ser o caso, ignorando o enredamento histórico que o levou ao fracasso.

A trama de interpretações erguida por Freud se apoiou nos sonhos de Dora e em suas associações. Buscando inserir os pensamentos oníricos em “um lugar conhecido dentro do contexto psíquico” (Freud, 1905[1901]/2016, p. 183), ele buscava “mostrar a determinação dos sintomas e a estrutura íntima da neurose” (p. 188). Os sintomas como a afonia e a tosse nervosa tinham como origem as fantasias sexuais que rondavam os conflitos com o pai e o casal K. Assim, “quem sabe interpretar a linguagem da histeria pode perceber que a neurose diz respeito somente à sexualidade reprimida do paciente” (Freud, 1904/2016, p. 358), circunscrita pela predisposição infantil. Mas sua própria resistência o levou a negligenciar aquilo que era mais substancial e que, não obstante, mais lhe causava embaraços – a tendência homossexual.

A publicação tinha a intenção original de ser um complemento à *Traumdeutung*, demonstrando que “extrair os pensamentos e lembranças inconscientes das associações do paciente e outras artes de tradução semelhantes não são difíceis de aprender: nelas o próprio doente sempre fornece o texto” (Freud, 1905[1901]/2016, p. 312). Na análise dos sonhos, o paciente dá o texto à decifração do analista, tarefa que só pode ser realizada através “das associações que o próprio sonhador fornecer” (Freud, 1940[1938]/2018b, pp. 221-222). Mas o paradoxo da transferência colocou novos desafios e exigiu uma mudança de rota no percurso, admitindo a existência de um impossível de recordar e verbalizar, abalando o pressuposto da técnica vigente de que trazer à tona os conteúdos recalçados resultariam no sucesso terapêutico.

2.3.6. *Transferência, Interpretação Selvagem e a Formação do Analista*

Alguns anos depois de constatar a ação do fenômeno da transferência, Freud (1910/2013b) publicou um artigo intitulado *Sobre psicanálise “selvagem”*, no qual tratou de intervenções feitas em nome da psicanálise baseadas em explicações sobre a origem sexual dos sintomas e sugestões de atividades sexuais como solução. Freud apontou não só para o desconhecimento da teoria psicanalítica veiculada nessas intervenções, que entendem a sexualidade no sentido estritamente biológico, subtraindo o fator psíquico, ligada “apenas a necessidade do coito ou de atos semelhantes que produzam o orgasmo e a liberação de determinadas substâncias” (p. 327), mas também ressaltou dois aspectos.

O primeiro deles é o entendimento de que o cerne do adoecimento neurótico estaria na simples ignorância do sujeito sobre as próprias vivências infantis e sobre os nexos entre sua doença e sua vida, e que, quando removida através da informação, o doente se cura. Ele reafirmou que “o fator patogênico não é a ignorância em si, mas o fato de ela se fundamentar em resistências internas, que inicialmente a provocaram e ainda a sustentam. A tarefa da terapia é combater essas resistências” (Freud, 1910/2023b, p. 330), e a comunicação frequentemente intensifica essas resistências e resulta em uma piora do quadro. Se fosse o caso simplesmente de informar o que o doente não sabe, bastaria que ele “frequentasse palestras e lesse livros” (p. 330), o que tem “tão pouca influência nos sintomas da doença nervosa quanto a distribuição de cardápios para os famintos numa época de fome” (p. 331). Mais uma vez, entra em questão não somente o que o analista é capaz de ler das manifestações do analisante, mas como e em que momento deve intervir.

Não é o caso de prescindir totalmente dessas comunicações, mas ela não deve suceder “antes que [o paciente] tenha se apegado tanto ao médico (*transferência*) que a ligação emocional a esse torne impossível a fuga” (p. 331). Desse modo, concluímos que *é selvagem toda interpretação analítica fora da transferência*.

Isso implica em um cuidado com o tempo, pois as comunicações apressadas “são tecnicamente condenáveis” (p. 331) e ineficazes. Para Freud, não basta conhecer algumas teses da psicanálise – em que pese aquelas mais polêmicas na opinião leiga, como as que concernem à sexualidade infantil –, mas “é preciso também familiarizar-se com a técnica” (p. 331). Esse é o segundo aspecto: há algo da técnica que “ainda não pode ser aprendida em livros” (p. 332), pois é transmitida por seus pares. Nesse ponto, Freud mencionou a fundação da sociedade psicanalítica internacional naquele mesmo ano, que buscava “rechaçar a responsabilidade pelos atos de todos aqueles que não são um dos nossos e chamam de ‘psicanálise’ seu procedimento médico” (p. 332). Aqui, vemos um importante elo entre a *interpretação*, a *transferência* e a *formação do analista*.

O psicanalista Luis Izcovich (2012) apontou a conexão que Lacan fez, desde *A direção do tratamento*, entre a interpretação e o final de análise, afirmando que somente aquele que levou sua análise a termo saberá assegurar a direção de um tratamento, assim como fazer uma “interpretação ‘à bon escient’” (p. 69) – termo que foi traduzido para o português como “interpretação com conhecimento de causa”, nos *Escritos*. Trata-se da seguinte passagem:

Quem não sabe levar suas análises didáticas até o ponto de viragem em que se revela, tremulamente, que todas as demandas que se articularam na análise – e, mais que qualquer outra, a que esteve em seu princípio, a de tornar-se analista, que então esgota seu prazo – não passaram de transferências destinadas a manter instaurado um desejo instável ou duvidoso em sua problemática, este nada sabe do que é preciso obter do sujeito para poder garantir a direção de uma análise, ou para simplesmente fazer nela uma interpretação com conhecimento de causa. (Lacan, 1958/1998, p. 642)

Izcovich (2012) questionou a expressão “com conhecimento de causa”, já que “o analista não só desconhece a causa como também suspende o saber que o analisante crê possuir sobre a causa, e isto até o final de uma análise” (p. 69). A causa em questão, para o autor, é a

causa traumática, que só é captada ao final de uma análise. Assim, “interpreta-se com desconhecimento de causa, mas apontando para ela” (p. 69). Não se trata de acertar o alvo, mas de apontar para a causa traumática.

O autor se propôs a desdobrar a tese de Lacan de que uma interpretação pertinente está condicionada à experiência de final de análise. Para ele, o psicanalista francês está introduzindo uma nova exigência à asserção freudiana de que uma interpretação é selvagem quando realizada fora da transferência: a exigência de atravessar a experiência do final de análise. Ou seja, o momento em um analisante se autoriza como analista. No entanto, o que se tem observado é que “o momento da passagem, ou seja, da autorização, precede, salvo alguma exceção, o momento do final de análise. (Izcovich, 2012, p. 70). Assim, poderíamos dizer que a proposição de Lacan não estaria mais em vigor?

É interessante realçar, primeiramente, que a ligação entre interpretação e final de análise é não retirada, mas depreendida da letra freudiana. Como vimos, Freud não coloca essa relação textualmente, mas coloca a questão com os pares, necessária à difusão da psicanálise e ao que se pode fazer em seu nome e em nome de sua técnica. Pois interpretar não é somente decifrar o inconsciente, incluindo necessariamente um mais-além da decifração que não pode ser aprendida nos livros ou manuais especializados, mas que é transmitido a partir da experiência.

Em segundo lugar, quero nesse momento apenas indicar que já havia em Freud alguns indícios dessa relação da interpretação com o final de análise (e com o *autorizar a si mesmo como analista* por parte do analisante), que retomarei adiante, com Lacan. De todo modo, a questão do final de análise fica evidenciada se considerarmos que “o analisando precede o psicanalista” (Latour, 2024, p. 64), já que um analista só ocupa sua função a partir do que aprendeu a ler com seu próprio tratamento analítico.

Antes de passar para a próxima seção, indico algumas outras passagens que versam sobre a formação do analista. Em *Cinco lições de psicanálise*, Freud (1910/2013a) indicou:

“Quando me perguntam como alguém pode se tornar psicanalista, eu respondo: ‘Pelo estudo de seus próprios sonhos’” (p. 254). Mais tarde, condicionou essa exigência à necessidade de que cada analista em formação se submeta a uma análise pessoal (Freud, 1912/2010).

Em *A questão da análise leiga*, o tema da análise pessoal implicada com a interpretação do analista retornou. Diante do questionamento da confiabilidade da interpretação, que poderia estar inteiramente entregue ao arbítrio do analista e condicionada aos seus próprios conflitos inconscientes, ele reiterou a recomendação da própria análise como condição para a formação do analista, já que propicia um certo “preparo” para acolher o material analítico, para acolher o inconsciente e suas manifestações: “Um indivíduo anormal pode vir a ser um bom físico; como analista, sua anormalidade sempre o impedirá de apreender sem distorções os quadros da vida psíquica” (Freud, 1926/2014, p. 175).

Em *Algumas lições elementares de psicanálise*, a análise pessoal como condição para a formação do analista relaciona-se às numerosas resistências que se impõem, do lado do analista, à decifração do conteúdo inconsciente: “Geralmente ele próprio não é capaz de achar a explicação do erro [o lapso], necessita de ajuda para isso, e muitas vezes se opõe à solução que lhe é revelada – ao menos por um instante” (Freud, 1940[1938]/2018a, p. 358).

2.3.7. A Interpretação Significativa Freudiana

Com os sonhos, Freud extraiu uma técnica aplicável não só aos fenômenos patológicos, como àqueles mais banais:

esquecimento temporário de palavras e nomes familiares, o esquecimento de propósitos, os tão frequentes atos falhos ao falar, ler, escrever, perder ou pôr fora de lugar objetos, certos erros, atos aparentemente casuais em que a pessoa prejudica a si mesma, movimentos realizados de forma habitual, como que não intencionalmente e de brincadeira, melodias que cantarolamos ‘sem pensar’. (Freud, 1923/2011b, p. 281)

Para Freud, casos como esses são demonstrativos de um mecanismo psíquico em que uma intenção inconsciente se impõe à intenção de fala consciente, provocando substituições de palavras, deformações, junções ou modificações na fala que são plenas de sentido, sendo significativos e interpretáveis. Nesse sentido, entendeu que o inconsciente faz aparições rastreáveis pela escuta analítica, colocadas em questão pela interpretação: “Minha interpretação encerra a hipótese de que é possível ao falante manifestar intenções que ele próprio desconhece, mas que posso depreender de indícios” (Freud, 1916-1917/2014, p. 86).

Freud era adepto de uma interpretação significativa, pensando haver nos fenômenos frequentemente tidos como casuais ou acidentais intenções ou motivos que podem ser decifrados. Ele se aprofundou assim na origem e na determinação inconsciente das formações psíquicas. Essa posição é reiterada em diversos momentos. Vejamos alguns exemplos.

Em *O delírio e os sonhos na Gradiva*, ele afirmou: “Esses poucos exemplos, retirados do grande número que vim a conhecer, devem apenas ilustrar a afirmação de que tudo nos atos obsessivos tem significado e pode ser interpretado” (Freud, 1907/2015, p. 307).

Já em *Cinco lições de psicanálise*, ele desenvolveu:

Essas pequenas coisas, os *atos falhos e ações sintomáticas e casuais*, não são desprovidas de significado, como as pessoas em geral — numa espécie de acordo tácito — se dispõem a crer. São perfeitamente *significativas*; podem ser *interpretadas* [ênfases adicionadas], com facilidade e segurança, a partir da situação em que ocorrem, e verifica-se que também expressam impulsos e intenções que devem ser postos para trás, escondidos da própria consciência, ou que procedem dos mesmos complexos e desejos reprimidos que já conhecemos como criadores dos sintomas e formadores dos sonhos. Merecem ser vistas como sintomas, portanto, e o seu exame, assim como o dos sonhos, pode conduzir ao *desvelamento do que se acha oculto na psique* [ênfase adicionada]. (Freud, 1910/2013a, pp. 260-261)

Nas *Conferências introdutórias à psicanálise*, a prova da existência do inconsciente está relacionado ao sentido desvendado pela interpretação dos fenômenos sem-sentido:

Dizendo-o mais uma vez, em vista de nossos propósitos: *a possibilidade de conferir sentido aos sintomas neuróticos por meio da interpretação analítica* [ênfase adicionada] é prova inabalável da existência — ou, se preferirem, da necessidade da suposição — de processos psíquicos inconscientes. (Freud, 1916-1917/2014, p. 372)

2.3.8. A Técnica – ou a Arte – Interpretativa

Freud manteve uma posição sólida, ao longo da obra, quanto à técnica da interpretação, ou a arte da interpretação, como ele eventualmente se referia: a “*arte da interpretação* tem a tarefa de, por assim dizer, extrair do mineral bruto das ideias não intencionais o metal dos pensamentos reprimidos” (Freud, 1904/2016, p. 326). Porém, é possível ver seu entusiasmo com tal técnica se esvanecer com o avançar de suas descobertas, especialmente a partir da constatação do fenômeno da transferência e, posteriormente, da compulsão à repetição.

Todo iniciante na psicanálise provavelmente se assusta com as dificuldades que lhe aparecerão ao interpretar as associações do paciente e cuidar da reprodução do reprimido [recalcado]. Mas logo chega o momento de ele atribuir pouco valor a essas dificuldades, e convencer-se de que as únicas realmente sérias estão no uso da transferência. (Freud, 1915/2010a, p. 211)

Nesta seção, estabelecerei as coordenadas da técnica da interpretação fornecidas por Freud, além de indicar algumas das dificuldades encontradas no caminho. O interessante é que não é o caso de considerar que as novas formulações sobre a interpretação anulem as anteriores, mas de observar que os limites da teoria da clínica vão sendo tensionados.

A premissa de que o procedimento da interpretação dos sonhos pode ser aplicado às demais manifestações clínicas se mostra possível porque os sonhos são análogos aos sintomas: ambos são o resultado de uma formação de compromisso entre as exigências pulsionais e a

resistência censuradora do eu. Em “*Autobiografia*”, afirmou: “Tendo a mesma gênese, é tão incompreensível como o sintoma e igualmente necessitado de interpretação” (Freud, 1925/2011b, p. 128). Como vimos, o trabalho interpretativo é possível graças à trilha aberta pelo trabalho do sonho, que se serve do rebaixamento da censura para sua formação, produzindo um conteúdo absurdo que pode ter seu sentido oculto revelado, mas um sentido que encontra seu limite no umbigo do sonho, ponto inapreensível que faz cessar a produção incessante de sentido. O umbigo do sonho é a fronteira da interpretação. Acredito ser possível adiantar que esses três pilares – o rebaixamento da censura, o conteúdo absurdo e o umbigo do sonho – compõem a estrutura da interpretação.

Na *Interpretação dos sonhos*, há uma minuciosa descrição da condução do método associativo: pretende-se provocar no paciente um aumento da atenção às percepções psíquicas e uma redução da crítica com que ele filtra seus pensamentos, para produzir um rebaixamento da censura; ele sugere a posição de repouso, deitado no divã; “comunique”, solicita o analista, “tudo o que lhe passa pela cabeça – sentimentos, pensamentos, lembranças – na sequência em que surgirem e sem ceder à tentação de suprimir um pensamento por lhe parecer irrelevante”, requisitando assim a suspensão da reflexão ponderada, mergulhando em um estado de tranquila auto-observação isenta de críticas, entregue aos pensamentos espontâneos ou involuntários.

Tem-se como resultado um estado de consciência semelhante ao estado hipnótico, àquele imediatamente anterior ao adormecimento ou àquele que é condição para a produção poética, que consiste em abandonar a crítica ou a coerção que a resistência impõe sobre os pensamentos involuntários, resultando na “retirada dos vigias das portas da razão” (Freud, 1900/2019, p. 135). Através dessa suspensão crítica, poderiam as associações emergir livremente, mas de modo não completamente livre, já que determinadas pelo material inconsciente. Do lado do analista, ele recomendou: “Ouvimos calmamente, sem ativar nossa reflexão” (Freud, 1933/2010, p. 130), acolhendo o conteúdo tal como ele aparece, podendo ser

mais ou menos coerente, “polidamente composto feito uma criação poética” (p. 131), confuso como um delírio, com imagens com força sensorial como as percepções ou “vagas como uma névoa indistinta” (p. 131), e contendo diferentes tonalidades afetivas... Sua diversidade de manifestação é infinita, e cada nuance não é irrelevante para a interpretação.

Retirando os vigias das portas da razão, isto é, renunciando à crítica ou à ordenação racional, Freud é preciso: não há porque recuar diante daquilo que a tradição médica rejeitou como sem importância, a saber, os fenômenos que se recusam a uma explicação nos parâmetros racionalistas da medicina científica. É da própria natureza do sonho o caráter estranho, absurdo, desconexo. Mas a interpretação desestabiliza essas distorções: “Quando o submetemos [o sonho] à interpretação, vemos que a disposição irregular e desigual de seus componentes é algo irrelevante para a sua compreensão. O essencial nele são os pensamentos oníricos, estes sim, dotados de sentido, coerentes e ordenados” (Freud, 1912-1913/2012, p. 149).

A “regra inquebrantável” (Freud, 1916-1917/2014, p. 154) do método é a exigência ao analisante: não recue diante do que ocorre, ainda que se imponham as quatro objeções: “demasiado desimportante, absurdo demais, descabido ou embaraçoso demais para ser dito” (p. 154). Justamente os pensamentos mais atacados por nossa crítica “revelam-se *sem exceção* os mais importantes, os mais decisivos para a descoberta do inconsciente” (p. 155).

No material evocado pela associação livre, “pode ser realizada a interpretação das ideias patológicas e das formações oníricas” (Freud, 1900/2019, p. 133). O método consiste em “retalhar” os elementos do sonho para obter para cada parte uma série de associações, à qual a interpretação está subordinada. É, portanto, “uma interpretação *en détail*, não *en masse*” (p. 135), que “entende o sonho desde o início como algo composto, como conglomerado de formações psíquicas” (p. 135). Retalhar o sonho é esmiuçar cada fragmento disparatado, cada elemento absurdo, privilegiar o detalhe, recortar os elementos isolados, buscando neles, a partir das ocorrências em associação livre, as impressões que podem ter originado a cena do sonho.

Para Freud, tratava-se de tornar compreensível as neuroses e seus fenômenos patológicos e não-patológicos.

A psicanálise ensina, portanto, que todo sonho tem sentido, que sua estranheza vem de deformações efetuadas na expressão de seu sentido, que seu caráter absurdo é intencional e exprime desdém, ironia e contradição, que *sua incoerência não afeta sua interpretação* [ênfase adicionada]. (Freud, 1913/2012, p. 336)

A incoerência dos pensamentos oníricos latentes é apenas aparente, pois são dotados de um sentido que pode ser revelado. Esse sentido, porém, é o da lógica do inconsciente, o que nos faz lembrar que o cogito freudiano não é o pensamento racional, mas o pensamento do sonho. É este que deve guiar o trabalho analítico, que implica uma renúncia à razão. Nas *Conferências introdutórias*, afirmou: “nosso trabalho deve se concentrar em despertar as ideias substitutivas para cada elemento; não devemos refletir a respeito nem delas nem examiná-las à procura de um conteúdo adequado” (Freud, 1916-1917/2014, p. 152), indicando que não é a racionalidade consciente, com suas objeções censuradoras, quem comanda a escuta.

Nessa ocasião, Freud reintroduziu um adendo. Desfazendo a impressão que suas explanações possam ter precipitado de que a eficácia do trabalho analítico depende simplesmente da comunicação do sentido dos sintomas, indicou que a neurose é uma espécie de ignorância, mas não qualquer ignorância. Não basta “restabelecer o doente comunicando-lhe esse saber e libertando-o de sua própria ignorância” (Freud, 1916-1917/2014, p. 374):

Há saberes e saberes, ou seja, diversos tipos de saber, e eles não se equivalem do ponto de vista psicológico. (...) O saber do médico não é o mesmo do doente, nem pode surtir os mesmos efeitos. Quando o médico, mediante uma comunicação, transmite seu saber ao doente, isso não tem nenhuma consequência. (...) O doente fica sabendo alguma coisa que até então não sabia – o sentido de seu sintoma – e, no entanto, sabe-o tão pouco quanto antes. Assim, descobrimos que há mais de um tipo de ignorância. (p. 375)

Há um saber que pode ser produzido acerca do sentido, mas este não pode ser o saber pré-estabelecido do analista. O saber que resulta em alguma modificação é produzido pelo analisante, em sua mais radical singularidade. Não se trata de uma verdade plena e acabada que se encontra por detrás e que pode ser atingida, mas de uma verdade não-toda que fala através do saber que se produz pela palavra. O que está em jogo não é uma intervenção explicativa do analista, que alcança, esclarece, elucida o que o analisante não sabe. Isso raramente produz alguma melhora afetiva – já que *há mais de um tipo de ignorância*, apontando para algo que não pode ser simbolizado, não pode passar à cadeia significante. O que comanda o trabalho analítico é o saber que o sujeito produz sobre seu sintoma e seu sofrimento, irreduzível ao que o analista pode esclarecer. Vemos que a aposta freudiana na *arte interpretativa* da psicanálise não deixa encobrir seus limites.

Em 1911, a propósito da análise da paranoia do presidente Schreber, um caso que desafiou os cânones da análise e da interpretação-padrão, ele asseverou: “Está na natureza dessa matéria [a interpretação analítica] que um psicanalista exagere na prudência, o outro, na ousadia. Somente após muitas tentativas e melhor conhecimento do assunto podemos traçar as balizas corretas da legítima interpretação” (Freud, 1911/2010a, p. 50). Ele se referia aos desafios particulares do caso – em que pese os elementos e informações subtraídos da publicação das *Memórias* e as reservas que tinha quanto ao tratamento analítico das psicoses – mas indicou também que deparar-se com um caso atípico (não-neurótico) desafia os próprios contornos da técnica e que, nela, o estilo do analista não é periférico e que cada análise deve ser reinventada a partir das particularidades do caso.

Freud também abordou a arte interpretativa nos chamados escritos técnicos. Em *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise*, propôs recomendações que partem de sua própria experiência, de seus acertos e erros, cada analista devendo conduzir sua clínica de acordo com seu próprio estilo, desde que orientado pela regra fundamental (Freud, 1912/2010).

Ele não pretendia traçar um manual de regras para a prática analítica, mas oferecer um vislumbre do estado de suspensão da atenção que o analista deve se colocar para contornar a seleção e a censura racional, deixando o próprio inconsciente agir. Sugeriu assim algumas coordenadas sobre a atenção flutuante, que permite uma “sintonização” entre “seu inconsciente, como órgão receptor” (p. 156) e o “inconsciente emissor do doente” (p. 156), visando recolher as manifestações do inconsciente e “utilizar tudo o que lhe é comunicado para os propósitos da interpretação” (p. 156). Nesse sentido, ele desaconselhou, por exemplo, as anotações durante as sessões, pois, ao fazê-lo, “fazemos forçosamente uma seleção prejudicial do que ouvimos e ocupamos uma parte de nossa atividade mental, que teria melhor emprego se aplicada na interpretação do material” (Freud, 1912/2010, p. 151).

Ao tratar da técnica nesses escritos, dois aspectos devem ser destacados. O primeiro é a verificação de que, ao contrário do que propunha o método catártico – a ab-reação dos afetos concernentes ao trauma recalçado, liberados sob hipnose, reconstituindo as lacunas de memória para fazer desaparecer o sintoma, o que sugeria uma equivalência entre a tomada de consciência dos processos originadores do sintoma e a cura –, havia algo que se opunha à rememoração direta e que se presentificava como repetição, como vivência atual. O trabalho interpretativo se complica, não bastando comunicar ao doente o esquecido, pois algumas impressões, cenas e vivências são impossíveis de verbalizar. Há eventos apagados por lembranças encobridoras, além daquilo que nunca foi percebido e aquilo que não pôde ser compreendido.

O paciente repete suas inibições, suas posições subjetivas, seus traços de caráter patológicos, seus sintomas e, quanto maiores as resistências do eu, mais frequentemente o lembrar será repetido pelo atuar. O principal recurso para conter essa *compulsão à repetição*, como ele observou em *Lembrar, repetir e perlaborar* (Freud, 1914/2023), é o manejo da transferência, um modo de usar a repetição na transferência a favor do tratamento, substituindo a repetição pela lembrança, oferecendo um meio para a repetição escoar.

O segundo aspecto é que essa constatação está intimamente ligada à descoberta da transferência, que constitui para Freud, este sim, o verdadeiro obstáculo, a grande dificuldade do tratamento analítico. A transferência é um fragmento da repetição, opondo-se à rememoração. É o impossível de pensar e o impossível de dizer. As dificuldades do tratamento atreladas ao fenômeno da transferência são enfatizadas com a descoberta da pulsão de morte, que situa a compulsão à repetição como mais originária que o princípio do prazer, sendo, portanto, poderosa o bastante para prevalecer sobre ele. As maiores dificuldades não estão na técnica, que ele acreditava poder ser aprendida, mas às forças que resistem ao bom andamento.

Cabe ressaltar uma diferença, até agora subentendida: método e técnica. *O método psicanalítico é o da associação livre*, o método clínico freudiano por excelência, que surgiu em detrimento do método catártico e que exigiu o desenvolvimento de uma *técnica de interpretação*, que permitisse extrair conclusões a partir do material produzido pela associação livre, penetrando assim na vida psíquica inconsciente (Freud, 1913/2010). A meu ver, se há propriamente uma técnica, ela se situa no nível da interpretação. Esta consiste, para Freud (1904/2016), em uma

série de regras, obtidas empiricamente, de como o material inconsciente pode ser construído a partir dos pensamentos espontâneos, instruções sobre como entender o fato de os pensamentos não ocorrerem, e observações sobre as resistências típicas mais importantes que se apresentam no curso de um tratamento desses. (p. 326)

Como Lacan desenvolveu mais tarde, a interpretação está subordinada à ética (do desejo) e à política (da falta-a-ser), sendo ainda guiada pela estratégia, definida pelo lugar onde o analista é colocado na transferência. Só então podemos falar do que ele situou no plano da tática, isto é, da técnica interpretativa, que pode assumir formas bastante variadas: um corte, uma pontuação, uma citação, um enigma; pode ser uma pergunta ou uma expressão de estranhamento; pode ser veiculada pelo tom de voz, pelo silêncio... Infinitas possibilidades.

O método da associação livre permite a técnica interpretativa de Freud: por meio do primeiro, é possível deslindar uma cadeia de fala que leva ao pensamento onírico, a partir de “um sucedâneo de algo cujo saber o sonhador abriga, mas que lhe é inacessível” (Freud, 1916-1917/2014, p. 151). Trata-se de uma cadeia de formações substitutivas que desliza a ponto de se distanciar do elemento de origem, que é desconhecida do sujeito, mas que a técnica permite “acessar” por meio do método clínico freudiano.

A técnica da interpretação busca revelar um sentido, des-velar o desejo inconsciente que é percebido pelo sujeito como estranho, o desejo que não é evidente sem o trabalho interpretativo. Para isso, cabe ao analista

Entregar-se, com atenção uniformemente flutuante, à sua própria atividade mental inconsciente, evitar ao máximo a reflexão e a formação de expectativas conscientes, não pretender fixar especialmente na memória nada do que ouve, e assim apreender o inconsciente do paciente com seu próprio inconsciente. (Freud, 1923/2011b, p. 280)

Neste escrito, intitulado “*Psicanálise*” e “*teoria da libido*” (*Dois verbetes para um dicionário de sexologia*), afirmou que o trabalho interpretativo não pode estar pautado em regras estritas, devendo deixar espaço para “o tato e a habilidade do médico” (p. 280), desde que conjugado à certa imparcialidade e prática clínica. Nesse sentido, referiu-se ora a uma *arte interpretativa* – subentendendo-se que há algo de intransmissível, como em “*Autobiografia*” (Freud, 1925/2011b), no qual afirmou que o “emprego bem-sucedido requer tato e exercício” (p. 123) – ora a uma *técnica*, que pode ser aprendida e refinada com a prática, que consiste em extrair das ideias não intencionais os pensamentos recalçados subjacentes. Nela, “cabe essencialmente ao paciente determinar o curso da análise e a ordenação do material” (p. 123).

A prática da interpretação, que se aprimora com a experiência, também envolve o momento de comunicá-las. Sem esse devido cuidado, são recebidas com resistência, rejeição ou indignação (Freud, 1926/2014). Cabe ao analista não só interpretar o material inconsciente

que se apresenta indiretamente, mas ter *timing*, aguardar o *momento oportuno* para suas comunicações. “A preparação para a atividade analítica não é simples e fácil, o trabalho é duro e a responsabilidade é grande” (p. 187).

“Refletimos cuidadosamente sobre quando devemos torná-lo sabedor de uma de nossas construções, aguardamos um momento que nos pareça adequado – algo nem sempre fácil de decidir” (Freud, 1940[1938]/2018b, p. 233). Freud advertiu em mais de uma ocasião sobre esse momento oportuno, afirmando que nossa comunicação não deve se apressar ao passo que anda o analisante, só devendo acontecer quando “ele mesmo tenha se aproximado dela a ponto de lhe faltar apenas um passo, que é, no entanto, a síntese decisiva” (p. 233). Ainda, em *Análise terminável e interminável*, afirmou:

O efeito terapêutico está ligado à ação de tornar consciente o que no Id é reprimido no sentido mais amplo. Preparamos o caminho para esse tornar consciente com interpretações e construções, mas, *enquanto o Eu se apega às defesas anteriores, não abandona as resistências, nós interpretamos apenas para nós mesmos e não para o analisando* [ênfase adicionada]. (Freud, 1937/2018, p. 306)

Embora as dificuldades do manejo clínico tenham se apresentado a Freud desde o início, há um marco que provocou remanejamentos importantes. Trata-se da virada teórica produzida pela publicação de *Além do princípio do prazer*, em 1920, que introduziu a pulsão de morte e findou a predominância do princípio do prazer no aparelho psíquico, inserindo a compulsão à repetição como mais elementar e mais originária que o princípio da regulação pelo prazer. Com a revisão da clínica e de sua metapsicologia, o entusiasmo que cercava a condução clínica e a interpretação são também estremecidas. Podemos observar na seguinte passagem.

Freud retratou as modificações que o trabalho analítico sofreu ao longo do tempo, afirmando que “as metas imediatas da técnica psicanalítica são hoje muito diferentes do que eram no início” (Freud, 1920/2024, p. 85). Se, no princípio, o intuito era simplesmente

“descobrir e estabelecer conexões quanto ao inconsciente oculto e, no momento oportuno, comunicar ao doente” (p. 85), fazendo do principal pilar da psicanálise a *arte da interpretação*, naquele momento ele entendeu que havia algo que resistia à modificação através desse método. Então, passou-se a “instar o doente a confirmar a construção por meio de sua própria lembrança” (p. 85), e a ênfase recaiu sobre as resistências: “agora a arte consistia em descobri-las o mais rápido possível, mostrá-las ao doente e levá-lo, através de influência humana (esse era o lugar da sugestão agindo como ‘transferência’), a abandonar essas resistências” (p. 85).

Isso tampouco produzia o efeito almejado de “tornar consciente o inconsciente” (p. 85). Freud assim se deparava com um claro limite ao inconsciente simbólico, com o inconsciente que pode passar à consciência por meio da simbolização. O analisante “pode não se lembrar de tudo o que nele está recalcado” (p. 87), não podendo informar sobre a precisão da construção comunicada pelo analista. Antes, impõe-se uma tendência a “*repetir* o recalcado como experiência no presente, em vez de *lembrá-lo* como uma parte do passado, como preferiria o médico” (p. 87). A experiência é reencenada na transferência, imprescindível ao curso do tratamento, embora tida como o maior obstáculo a ele. A *compulsão à repetição* toma a frente, e a oposição inicial entre consciente e inconsciente dá lugar à oposição entre o eu coerente, de onde provêm as resistências, e o recalcado, ao qual se atribui a compulsão à repetição. Por essa via, abre-se a formulação sobre a pulsão de morte e o seu caráter impossível, impensável. Desse modo, os limites da teoria da clínica então vigente se estremecem, ligados ao caráter pulsional da transferência, consolidando sua faceta de obstáculo terapêutico.

Em suma, é possível dizer que os pilares da técnica se mantiveram ao longo da obra, até mesmo depois da virada produzida pelas descobertas de *Além do princípio do prazer*. No entanto, interessa ressaltar os tensionamentos que vão sendo produzidos pela própria clínica à sua metapsicologia, o que o fazem cada vez mais se aproximar de um impossível de simbolização que cerca a experiência.

Nesse sentido, o psicanalista Marc Strauss (2012) indicou que “a interpretação do excessivo apego infantil posta em destaque é uma explicação do sintoma suposta ser em si terapêutica, o dito sintoma se dissolvendo à luz do dia como o vampiro que ele é” (p. 18). Conforme ele nos recorda, a virada provocada pelo *Além do princípio do prazer* foi provocada pelo questionamento dos próprios pacientes a respeito da eficácia dessa interpretação iluminadora, que perdeu assim seu efeito de surpresa.

2.3.9. Interpretar É Traduzir?

A edição das obras completas de Freud publicada pela Companhia das Letras faz equivaler, em diversas ocasiões, o termo “interpretação” ao termo “tradução”. Isso consta tanto nos índices remissivos de cada volume quanto nos próprios textos. Vejamos alguns exemplos.

Em *O delírio e os sonhos na Gradiva*, encontramos: “Interpretar um sonho significa, então, traduzir o conteúdo onírico manifesto para os pensamentos oníricos latentes” (Freud, 1907/2015, p. 79). Esse “trabalho de interpretação ou tradução” (p. 80) pretende fazer uma correspondência entre cada fragmento do conteúdo manifesto e o pensamento inconsciente que o originou. Nas *Conferências introdutórias*, reiterou que “interpretar significa encontrar um sentido oculto” (Freud, 1916-1917/2014, p. 115), revelando o pensamento latente por trás do sonho manifesto (o texto do sonho): os sonhos “precisam ser interpretados, isto é, traduzidos; é necessário desfazer a deformação, substituir seu conteúdo manifesto pelo latente” (p. 181).

Em *Alguns complementos à interpretação dos sonhos*, questionou se seria possível dar uma “tradução completa e segura de cada produto da vida onírica na linguagem da vida desperta (isto é, uma interpretação)” (Freud, 1925/2011a, p. 319), tensionando os limites da interpretabilidade. E, em *A questão da análise leiga*, estabeleceu que, para acessar os conflitos esquecidos, subtraídos da lembrança, deve-se seguir a trilha indicada pelos sintomas, sonhos e pensamentos espontâneos, “que, todavia, primeiramente temos de interpretar, traduzir, pois, sob a influência da psicologia do Id, assumiram formas de expressão alheias ao nosso

entendimento.” (Freud, 1926/2014, p. 154). Assim, assume-se que o material manifesto é uma deformação do material recalcado, a partir do qual “você tem que adivinhar o que se acha escondido atrás” (p. 174). Primeiramente, ele afirmou, o analista deve “*interpretar* esse material” (p. 174), e isso é possível “graças a seu conhecimento especializado” (p. 174).

Já em *O interesse da psicanálise*, em que Freud abordou a interface da psicanálise com outros campos do saber, indicou que “ao interpretar um sonho, apenas traduzimos determinado conteúdo de pensamento (os pensamentos oníricos latentes), da ‘linguagem do sonho’ para a de nossa vida desperta” (Freud, 1913/2012, p. 343). Trata-se de uma transposição de uma língua²² para outra: da língua onírica para a língua da vida desperta, da racionalidade consciente. Isso porque a língua onírica, que expressa a atividade psíquica inconsciente, é “um sistema de expressão bastante arcaico” (p. 343): não há negação, ideias opostas podem ser representadas pelo mesmo elemento, reina a ambivalência e a utilização frequente de símbolos. Além dos sonhos, o inconsciente se expressa através de diferentes dialetos, como as formações do inconsciente e suas diferentes formas de expressão em cada tipo clínico.

Uma vez que o sonho se representa por imagens, e não palavras, “acharemos ainda mais adequado comparar o sonho a um sistema de escrita do que a uma linguagem” (Freud, 1913/2012, p. 344). Para Freud, a interpretação do sonho é “análoga à decifração de uma velha escrita pictográfica como os hieróglifos egípcios” (p. 344). A analogia é possível pela polissemia dos elementos do sonho e desses sistemas de escrita e pela omissão de certas relações que têm de ser inferidas pelo contexto. Se essa concepção não tinha sido suficientemente desenvolvida, ele afirmou, isso se deve à insuficiência do diálogo entre o psicanalista e o estudioso da linguagem.

²² O termo em alemão no original é *Sprache*, que significa tanto “linguagem” quanto “língua”, mas acredito tratar-se aqui do segundo caso.

Freud eventualmente utilizou o termo “tradução” [*Übersetzung*] para se referir à resposta do analista à fala do analisante. Mas será que é efetivamente de tradução que se trata? A esse respeito, Allouch (2007) afirmou:

É evidente que, tanto em Freud como em Lacan, o emprego dos termos ‘tradução’ ou ‘transcrição’ é mal explicitado. Assim, Freud fala, a propósito da interpretação dos sonhos, em ‘tradução’, mas só para corrigir-se, dizendo que não se trata, falando propriamente, da transmissão de um sentido de uma língua para outra, mas sim de um deciframento, tal como o de Champollion. (p. 16)

Para o autor, decifrar não é traduzir. Está em jogo, em Champollion e em Freud, uma transliteração. Toda formação do inconsciente é um hieróglifo, uma cifração, por escapar de uma compreensão imediata, exigindo um trabalho de deciframento. Allouch definiu três tipos de leitura, articuladas entre si: *transliteração*, *tradução* e *transcrição*. Para ele, a linguística de Jakobson “se contenta com dois termos, som e sentido, e portanto, apenas com transcrição e tradução” (p. 17). Aqui, pensa-se um terceiro termo, a transliteração, que leva em conta a letra.

A *transliteração* é a leitura orientada pelo simbólico, regida pela letra. Trata-se de ler com a escrita, de uma leitura literal, um deciframento das cifrações inconscientes. Se escrever a escrita é cifrá-la, seu deciframento consiste em uma operação de transliteração. “Transliterar é escrever regulando o escrito no escrito” (Allouch, 2007, p. 18), estando “a serviço da ancoragem da tradução na literalidade” (p. 18). A transliteração é o modo de ler promovida pela psicanálise, dando prevalência ao textual e fazendo prevalecer a letra em sua dimensão de *letter* e *litter*, de letra/carta, como designa o primeiro termo em francês, mas também de lixo, daquilo que não tem sentido e não serve para nada.

o escrito constituiu-se inicialmente no domínio de algo de ordem diferente daquela da letra, uma ordem que a história da escrita mostra ser a do significante (...) Isso quer

dizer que a transliteração tem seu ponto de partida na transcrição mesmo que seja da primeira que a segunda possa, só-depois, ganhar sua razão. (Allouch, 2007, p. 18)

A *tradução* é uma operação de leitura pelo imaginário, baseada no sentido. “Traduzir é escrever regulando o escrito pelo sentido” (p. 18). Não é só uma prevalência do sentido, mas do sentido único, do um-senso, opondo-se ao falso sentido ou ao contrassenso. Colocando o sentido em primeiro plano, o tradutor é conduzido pelo imaginário: “a profundidade do sentido cresce na proporção inversa da literalidade daquilo que se traduz” (p. 18). Quanto mais se aprofunda no sentido, tornando-o mais denso, menos uma leitura literal pode ser feita. Por isso, a tradução requer mais do que o simples transporte de sentido, que rola como um tonel. Guiada pelo um-senso, a tradução se coloca como resposta ao “jogo flexível demais do imaginário e do simbólico participando do literal, em outras palavras, de algo além daquilo que a orienta” (p. 64). Como indicado, Freud se ateu a isso, escrevendo sobre o umbigo do sonho e sobre os sonhos em abundância que fecham o inconsciente à espera de sentido. Além disso, sua leitura dos fenômenos histéricos é uma leitura que renova seu sentido. Portanto, não acredito que a interpretação freudiana seja equivalente a uma tradução.

A *transcrição* é uma operação real, regida pelo som. “Transcrever é escrever regulando o escrito com base em alguma coisa fora do campo da linguagem” (Allouch, 2007, p. 17). Trata-se do som, da escrita fonética, como quando transcrevemos um seminário oral, passando para o papel aquilo que se ouve, com tudo de real que isso comporta, inclusive a efemeridade da palavra falada. “Alguma coisa na escrita resiste à sua redução a um redobramento da fala” (p. 64), pois o papel não aceita tudo. Se a escrita fosse mera duplicação da fala, “ela só faria reproduzir a frouxidão desta” (p. 64). A transcrição “quer notar a própria coisa”, mas se encontra com um obstáculo real, “já que o objeto visado jamais será objeto obtido, pois é impossível que ela produza o tal e qual do objeto” (p. 17). Ela esbarra/insiste no impossível.

Não encontra acesso ao real, mas, tropeçando nele, o põe em jogo: “onde se translitera, produz-se uma outra pronúncia; onde se transcreve, produz-se uma outra escrita” (p. 17).

Não encontraremos nenhuma dessas operações de modo completamente isolado, pois estão articuladas entre si, mas, em cada caso, há prevalência de uma delas. Em resumo:

Transliteração	Simbólico	Letra
Tradução	Imaginário	Sentido
Transcrição	Real	Som

E como essas três operações de leitura se relacionam com a *interpretação*?

Conforme apontou o autor, se uma interpretação se limitar a uma tradução das profundezas, estaríamos dando razão à crítica de Karl Popper, “para quem as interpretações analíticas não eram refutáveis” (Allouch, 2007, p. 19). A interpretação deve se aproximar de uma leitura-deciframento; à transliteração, portanto, pois não se trata de uma simples transposição de sentido. Reduzir a dimensão que Freud trouxe à escrita dos sonhos a uma tradução [*Übersetzung*] seria afrouxar suas descobertas e levaria a interpretações abusivas. Para Allouch, não se trata de ler *entre* as linhas, mas ler *as* linhas, isto é, “agarrar-se a elas” (p. 67). Uma tradução abusiva faria equivalências e colamentos entre significante e significado, envolta na pretensão de se atingir a verdade sobre a verdade, isto é, dizê-la toda.

O sonho dá uma demonstração clara das operações em questão. Há uma tríade formada por: resto diurno – sonho - interpretação. O analisante traduz, sem o saber, na forma de imagens, uma frase escutada na véspera em sonho. Ele, assim, é levado a lê-la de outra maneira em sonho, transliterando-a com a escrita (cifração) que é o sonho.

O sonho não traduz, ou seja, não transpõe sentidos, tampouco transcreve, no sentido de uma escrita do som. Ele não traduz e não é traduzível. Por ser uma “Bilderschrift, escritura por imagem” (Allouch, 2007, p. 68), “as imagens do sonho não devem ser lidas conforme o seu valor de imagem – Bilderwert –, e sim tomadas uma a uma na relação que cada uma delas

mantém com um signo” (p. 68). O sonho é uma “escrita de imagens cujos signos se transferem um a uma na língua dos pensamentos do sonho” (p. 68). A imagem do sonho escreve o signo e não figura o objeto em si, mas é colocado pelo texto do sonho em relação ao significante, o significante “como suscetível de significar outra coisa além daquilo que o código lhe atribui a título de um objeto” (p. 69). O significante, portanto, é determinado pela escrita, e não pela correspondência *apriorística* com um significado, tal como determina o dicionário. A imagem do sonho tem valor de escrita, mas não é uma escrita alfabética, embora a implique (vide as homofonias que a conduz).

“A transliteração é nome dessa operação onde o que se escreve passa de uma maneira de escrever para outra” (pp. 69-70). Ela escreve a homofonia que é ligada, apesar de seu nome, à escrita. O sonho escreve em figuras elementos literais, transliterando. E o dispositivo freudiano consiste em tomar os elementos um a um para decifrá-los, tal como Champollion o fez para tornar legíveis os hieróglifos egípcios.

Transliterando, o sonho escreve. Escrevendo, o sonho lê, lê o que na véspera não pôde ser ligado, não pôde ser lido, lido com uma escrita. O sonho vai na direção oposta ao primeiro movimento do sujeito, de evitar aquilo que perturba o princípio do prazer, que perturba sua tranquilidade. “O sonho volta ao incidente da véspera para lê-lo com o escrito” (p. 72).

Lacan (1968-1969/2008) comentou, no *Seminário 16*, que o sonho dá a cada um dos termos significantes “uma tradução em imagem, a qual só subsiste por ser articulável em significantes” (p. 193). E questionou: “Que fazemos, então, ao substituir essa interpretação selvagem por nossa interpretação ponderada?” (p. 193). Essa “interpretação ponderada” é uma frase reconstituída, que não é elaborada com a intenção de dar sentido, mas de apontar a falha, o que claudica, a saber, o desejo.

O que escreve a escrita tem um nome: cifra. Tanto o sonho quanto as demais formações do inconsciente são cifrações. “Existe cifração ali onde algo está em jogo” (p. 73), onde um

sujeito se vê implicado. Em *Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos*, Lacan (1973/2003a) indicou que o inconsciente, que trabalha sem pensar, calcular ou julgar, tem como fruto um saber que se trata de decifrar, “já que ele consiste num ciframento” (p. 553). Advertiu, no entanto, sobre os limites da decifração, indicando que chegar ao sentido “não o impede de fazer furo”, já que “uma mensagem decifrada pode continuar a ser um enigma” (p. 550). Como o sentido sempre escapa, rola como um tonel, “o escape do tonel deve ser sempre reaberto” (p. 554).

2.3.10. As Construções em Análise

A ideia do trabalho analítico como análogo ao do arqueólogo já estava presente desde, pelo menos, os *Estudos sobre a histeria*. Além disso, a ideia das construções em análise já havia sido mencionada em outros trabalhos, como em *Além do princípio do prazer e Resumo da psicanálise*, de 1924, no qual Freud apontou que “embora esse material [obtido pela associação livre] não trouxesse o que fora esquecido mesmo, continha claras e numerosas alusões a ele, de forma que o médico podia adivinhar (reconstruir) o esquecido com determinadas complementações e interpretações” (Freud, 1924/2011, p. 230).

Mais de uma década depois, em 1937, Freud retomaria essa noção de forma mais sistemática no texto *Construções na análise*. Nesse trabalho – talvez o que mais diretamente trata da interpretação do analista –, ele contrasta as construções com as interpretações. Sobre a proposição do termo “construção”, afirmou:

Se nas apresentações do trabalho analítico se ouve falar tão pouco em ‘construções’, isso se deve ao fato de que, em vez disso, fala-se em ‘interpretações’ [*Deutungen*] e seus efeitos. Mas penso ser ‘construção’ o termo infinitamente mais adequado. Interpretação se refere àquilo que fazemos com um único elemento do material, a exemplo de uma ocorrência [*Einfall*], um ato falho ou assemelhados. Mas falamos em

construção quando apresentamos ao analisando um pedaço de sua história pregressa esquecida. (Freud, 1937/2023, p. 370)

Freud (1937/2023) parece deixar reservado à interpretação as intervenções pontuais, isoladas, realizadas sob um único fenômeno, como no caso dos sonhos. Já as construções visam uma elaboração mais ampliada, mais articulada, integrando elementos diversos de história.

O texto parte de uma crítica à psicanálise tão antiga quanto infundada: a de que o analista teria sempre razão, já que, caso o analisante concorde com a interpretação apresentada, o analista confirma sua posição; se ele discorda, estaríamos diante de uma resistência em admitir o conteúdo apresentado e, portanto, um indício de que sua suposição estaria correta. Seu argumento segue para demonstrar que, de fato, o “sim” ou o “não” do paciente, sua anuência ou oposição consciente, não constituem o material de que dispõe o analista para confirmar suas interpretações, que dependem, isso sim, de confirmações indiretas.

A crítica é injustificada, já que uma análise não é um embate argumentativo ou uma simples exposição de teorias explicativas sobre o conteúdo inconsciente oculto, o que faria do psicanalista um tradutor (no sentido que explorei anteriormente), e colocaria o analisante na posição de julgar a pertinência da tradução recebida. Esse tipo de objeção desconsidera tanto a ação da resistência quanto a própria lógica e estrutura do inconsciente, que não é equivalente à do pré-consciente, ou seja, daquilo que estaria apto a se tornar consciente mediante o enunciado do analista, passível de transpor a barreira entre os sistemas e se tornar consciente. Antes mesmo de formalizar sua segunda tópica, Freud já salientava isso:

estamos preparados para aceitar que na vida psíquica existem processos e tendências de que nada sabemos, há muito tempo nada sabemos, desde sempre, talvez. O inconsciente adquire, assim, um novo sentido para nós. O ‘momentâneo’ ou ‘temporário’ desaparece de sua natureza; talvez se trate de uma inconsciência permanente, e não apenas de uma ‘latência momentânea’. (Freud, 1916-1917/2014, p. 200)

A crítica ignora, sobretudo, o mecanismo da negação (*Verneinung*), explorado por Freud (1925/2016) em *A negação*, que pode ser considerado um precursor de *Construções em análise*, pois introduziu a forma de manifestação do desejo recalcado por meio da negação, que motivou a crítica respondida neste último. A observação do mecanismo da negação alertou Freud a não se contentar com o “sim” ou o “não” do analisante como critério de validade de uma interpretação, mas a considerar os efeitos da intervenção surgidos *a posteriori*. Isso porque a negação é um dos modos de burlar a censura, permitindo que o recalcado se apresente sob o véu de um disfarce: “um conteúdo de representação ou de pensamento recalcado pode abrir caminho até a consciência, sob a condição de que seja *negado*” (p. 306). Trata-se de uma suspensão do recalçamento, mas sem sua efetiva admissão. Na interpretação, convém “ignorar a negação e extrair o conteúdo puro da ideia que ocorreu” (p. 305).

Dessa forma, nem as confirmações nem as discordâncias do analisante têm valor por si só para avaliar a pertinência da construção, o que faria da consciência o grão-mestre da vida psíquica, juiz que decide sobre o sentido de nossos atos. As confirmações indiretas, aquelas que produzem novas lembranças e complementam ou ampliam a construção, são para ele mais valiosas. Vale destacar aquelas que provocam reações como “Eu jamais pensei nisso / teria pensado nisso”, as que provocam associações com conteúdo semelhante ao da construção e as confirmações que se revelam por meio de atos falhos. Lacan (1958/1998) concordou com essa posição em *A direção do tratamento*, ao afirmar que interessa menos a convicção que decorre da interpretação do que o material que surge a partir dela, ou seja, de seus efeitos *a posteriori*.

O texto freudiano buscou evidenciar que o trabalho analítico tem o objetivo de “fazer com que o paciente volte a suspender [*aufhebe*] os recalques – entendidos aqui no sentido amplo – de seu primeiro desenvolvimento, para substituí-los por reações que corresponderiam a um estado de maturidade psíquica” (Freud, 1937/2023, p. 366). Presume-se que os recalques “entendidos aqui no sentido amplo” digam respeito aos recalques secundários, e não ao

recalcamento originário, pois Freud parece referir-se não à impossibilidade de saber, mas àquilo que pode ser simbolizado, articulando-se na cadeia significante para produzir um saber e provocar, assim, modificações. Para atingir esse fim, ele continuou, o analisante deve recordar as vivências e as moções de afeto a elas ligadas, ou seja, recordar o esquecido que deu origem aos sintomas e às inibições. Para tal recuperação, deve-se seguir a trilha dos sonhos, das ocorrências em associação livre, das repetições, da transferência.

“O que queremos é uma imagem dos anos de vida esquecidos do paciente, imagem que seja confiável e consistente em todas as partes essenciais” (Freud, 1937/2023, p. 366). Uma recuperação *confiável e consistente* do esquecido, análoga à realizada pelo arqueólogo. Qual a tarefa do analista para alcançar tal objetivo? Ele “terá de inferir o esquecido a partir dos sinais por ele deixados, ou, mais corretamente, ele terá de *construir* o esquecido” (p. 367) e decidir como, quando e com que explicações comunicar ao analisante. Partindo dos “fragmentos de lembranças, associações e declarações” (p. 368) e das repetições reveladas sob transferência, deve complementar, juntar e reconstruir os restos conservados, tornados inacessíveis ao sujeito.

Dois pontos podem ser discutidos: (1) É possível, ou mesmo desejável, uma construção que conduza a uma *imagem confiável e consistente* de recordação? Qual seria a função de uma construção desse tipo, tão voltada para as certezas e para a produção de sentido? (2) Freud estaria neste texto sustentando uma centralização na figura do analista, a quem caberia inferir, construir e comunicar ao analisante, que receberia suas comunicações passivamente?

À primeira vista, a posição de Freud parece se inclinar afirmativamente em relação a ambas as questões. Somente uma análise minuciosa revela algumas nuances. Vamos à primeira.

Em 1916, ele já havia falado ao seu público, nas *Conferências introdutórias*, que a interpretação é uma aposta, e não uma verdade que o analista detém:

Em regra, procedemos de modo a formular nossa interpretação do ato falho a partir de princípios gerais, uma interpretação que será, de início, apenas uma *conjectura* [ênfase

adicionada], uma sugestão de interpretação, para a qual, a seguir, buscamos confirmação no exame da situação psíquica. (Freud, 1916-1917/2014, p. 68)

Essa posição é retomada em 1937. A reação do paciente à construção, positiva ou negativa, não tem uma significação única e apriorística, como os críticos alegavam. O mais importante são os efeitos que surgem a partir dela:

Apenas a continuidade da análise poderá trazer a decisão sobre a correção ou a inutilidade da nossa construção. *Entendemos a construção individual como nada mais que uma suposição, que aguarda verificação, a comprovação ou o descarte* [ênfase adicionada]. Não pleiteamos autoridade para ela, não exigimos do paciente nenhuma concordância imediata, não debatemos com ele quando ele inicialmente rebate. (p. 375)

Tomada como uma conjectura, a construção não é uma afirmação e não pode ser enunciada a partir da posição do mestre. Tampouco almeja certezas consistentes e confiáveis, já que Freud considera que nem sempre as construções levarão à recordação completa. Ainda que incompletas, podem preservar sua eficácia: “se executarmos a análise de forma correta, conseguimos que ele tenha uma convicção segura da verdade da construção, que, do ponto de vista terapêutico, tem o mesmo efeito que uma recordação recuperada” (Freud, 1937/2023, p. 376). Embora pareça, à primeira vista, almejar a recuperação de capítulos inteiros de verdade histórica esquecida, reconheceu que “toda construção é incompleta e abarca apenas um pequeno fragmento do acontecimento esquecido” (p. 372).

A construção é uma *aposta*, uma *conjectura*, alicerçada em elementos que não podem ser fiel e inteiramente reproduzidos, e seus fragmentos não se unem em um todo perfeito e acabado. Como tal, há sempre um risco – “Nunca sabemos de antemão se vai dar certo” (Dunker, 2012, p. 98). Além disso, é, de acordo com Freud, mais frequentemente rejeitada pelo analisante em relação às interpretações pontuais.

Ao equiparar as construções aos delírios, “tentativas de explicação e reconstituição” e que “só têm efeito por trazer de volta uma parte da história de vida perdida” (p. 379), observamos que não se trata de alcançar verdades unívocas ou de recuperações completas de lembranças, mas de tentativas singulares de reconstituir a cena traumática, desvendando o sofrimento do sintoma. A comparação com os delírios é interessante para demonstrar que está em questão uma tentativa de experimentar através da palavra um saber sobre seu padecimento, mais do que focar na veracidade dos acontecimentos ou no enaltecimento da realidade material em detrimento da realidade psíquica – o que poderia ser extraído de entrevistas com familiares e personagens envolvidos nos fatos narrados pelo analisante, o que não vem ao caso. Por outro lado, ressalta-se também os riscos de enveredar pelo caminho das certezas delirantes, o que não deve entrar no campo de ação do analista, que trabalha, isso sim, com conjecturas.

Quanto à segunda questão, vale lembrar que Freud (1937/2023) indicou, como vimos, que o analista não pleiteia autoridade para a construção e que o trabalho analítico é realizado em duas partes, lado a lado: a parte do analisante e a parte do analista. O analista entra com o seu desejo, sua escuta, suas interpretações; o analisante, com o relato sobre o seu sofrimento, suas associações, com o que dá a ler. A transferência é o fio invisível que conduz o trabalho e que possibilita a interpretação, pois, sem ela, não há interpretação possível.

Ao apontar para o trabalho que o analisante realiza, Freud afirmou:

o analisando deverá ser levado a se recordar de algo que ele vivenciou e recalcou, e as condições dinâmicas desse processo são tão interessantes que, diante disso, a outra parte do trabalho, que é *o empenho do analista, passa a ficar em segundo plano* [ênfase adicionada]. (p. 367)

Não considero simples responder enfaticamente à segunda questão. *Não*, o analista não ocupa lugar central a ponto de o analisante ser uma figura periférica e passiva, submetida ao saber do analista na posição de mestre. *Sim*, cabe *ao analista*, para Freud, “construir o

esquecido” (p. 367), é ele quem (re)constrói, quem interpreta, em quem recai certa ênfase do trabalho, e, em algumas de suas intervenções relatadas nas histórias clínicas, ele mesmo se inclinou às explicações, aos longos esclarecimentos. A tarefa da reconstrução do esquecido é atribuída ao analista; mas, nas entrelinhas, evidencia-se que é o que dela decorre, do lado do analisante, que mais interessa ao trabalho. O realce de seu escrito recai, portanto, sobre os efeitos que pode produzir, mais do que sobre qualquer princípio ou procedimento para seguir.

A construção “constitui apenas um trabalho preliminar” (Freud, 1937/2023, p. 369), não sendo em si a finalidade do trabalho analítico. Nisso, difere em relação ao trabalho do arqueólogo. Também não é sequencial: não se espera finalizar completamente o resgate de uma parte da história para, somente então, partir para novos elementos ou novos temas. Cada construção faz emergir afluentes, acarretando novas associações, que provocam uma alternância no trabalho, um zigzaguear próprio à não-linearidade do inconsciente.

Os aspectos expostos certificam a grande complexidade do escrito freudiano. Sim, pode ser que em algumas ocasiões Freud aposte em intervenções excessivamente explicativas ou que superdimensionem a elaboração simbólica e redundem em um excesso de sentido, o que se reverteu em grandes dificuldades. Sobre isso, a psicanalista Alba Abreu Lima afirmou: “Contar sua história, localizando as conjecturas sobre o passado e atribuindo a elas sentido, por si só, não se mostrou suficiente para que a verdade inconsciente se revelasse ao sujeito” (Lima, 2024, pp. 56-57). Há uma impossibilidade estrutural de apreensão, própria do real pulsional, que ficou explícita para Freud. Seu trabalho minucioso foi sensível a todos esses matizes, mas parecem ter se colocado como um obstáculo ao trabalho, uma dificuldade para o dispositivo analítico, não encontrando solução para tal impasse.

CAPÍTULO 3

A INTERPRETAÇÃO EM LACAN:

O Horizonte do Real

3.1. Sobre Acompanhar o Trilhamento de Lacan

Não partimos da interpretação freudiana sem nos perguntarmos o que ela implica

–Jacques Lacan, *Seminário 6*, p. 152

Na passagem pela obra de Lacan, fica absolutamente evidente a impossibilidade de esgotar o tema, já que a questão da interpretação se liga a todo o conjunto da teoria e acompanha o avançar de seu pensamento. Busquei os desenvolvimentos por meio do *Índice de referências dos seminários de Jacques Lacan* (Krutzen, 2022) para os seminários e os mecanismos de busca para os arquivos digitais dos *Escritos* e *Outros escritos*. Meu propósito não é o de comentar todas as passagens, mas inserir alguns recortes recolhidos para acompanhar em que pontos seguiu as indicações freudianas e onde fez novas proposições. Tampouco pretendo oferecer um panorama completo do ensino lacaniano, mas realizar um entalhe, uma extração que deixe vislumbrar seu trabalho progressivo com o tema da interpretação analítica e as inovações e rupturas que pode ter proposto.

O tema “interpretação” foi abordado ao longo de toda a obra, sendo encontradas 82 menções em quase todos os seminários, com exceção apenas dos *Seminários 20, 25 e 26* (Krutzen, 2022). Nos *Escritos*, há 125 ocorrências do termo que se referem à interpretação analítica, em 23 textos. Nos *Outros escritos*, o termo foi encontrado 35 vezes, em 15 textos.

Em contrapartida, o termo “construção”, aquele que Freud sugeriu, no final de sua obra, ser o mais adequado, é mencionado apenas cinco vezes por Lacan nos seminários, enquanto a única menção nos *Escritos* e *Outros escritos* digna de nota é encontrada no texto *Do sujeito enfim em questão*, em que afirma: “E, com efeito, a construção que fornecemos do sujeito, na linha da experiência freudiana, nada retira da pungência pessoal dos diversos deslocamentos e

fendimentos que ele pode ter que atravessar na psicanálise didática” (Lacan, 1966/1998, p. 236). Não me parece, portanto, que Lacan tenha seguido a indicação de Freud quanto à utilização do termo “construção” no lugar de “interpretação”. Foi a trilha do segundo vocábulo que segui, buscando nas passagens destacadas os indícios de suas teorizações sobre o tema.

As seções foram organizadas por *Seminários*, entremeadas com os *Escritos* sempre que textos contemporâneos ou extemporâneos dialogam com a temática abordada. Em alguns casos, as passagens são somente mencionadas, pois serão comentadas mais detalhadamente no capítulo seguinte. Cabe ainda mencionar que, embora constem no *Índex*, os *Seminários 12 e 13* não foram incluídos por não apresentarem menções ou desenvolvimentos novos ao tema.

Algumas questões que atravessaram esta etapa foram: a interpretação que Lacan teorizou e praticou difere daquela concebida por Freud? Se sim, o que as diferencia? Para Lacan, há diferentes modos de interpretar em psicanálise? As categorias do real, simbólico e imaginário introduzem mais de uma vertente de interpretação, em que prevalecem um dos registros em detrimento dos outros? Como a formulação do ato analítico incide sobre sua concepção sobre a interpretação? E de que maneira a noção de inconsciente real impactou a direção do tratamento no que concerne à interpretação?

3.2. Os Primeiros Anos: As Críticas ao Formalismo Pós-Freudiano

Para fazer um preâmbulo sobre a interpretação na obra de Lacan, indico alguns pontos abordados por ele em textos que antecedem o início de seus seminários.

Em 1948, no escrito *A agressividade em psicanálise*, há uma pontuação relevante. A respeito do dispositivo analítico, afirmou que há a posição do analisante, que avança cegamente através da fala, revelando um sofrimento e uma ignorância “dos quais ele nem sequer conhece os limites” (Lacan, 1948/1998, p. 109), e, por outro lado, a posição de abstenção do analista, que não responde no plano do conselho ou do projeto. Sobre o analista, “personagem tão desprovido quanto possível de características individuais” (p. 109), afirmou:

Nós nos apagamos, saímos do campo em que possam ser percebidos o interesse, a simpatia e a reação buscados por aquele que fala no rosto do interlocutor; evitamos qualquer manifestação de nossos gostos pessoais, escondemos o que pode traí-los, nos despersonalizamos e tendemos, para esse fim, a representar para o outro um ideal de impassibilidade. (p. 109)

A partir da indicação freudiana de abstenção do analista – tão frequentemente mal compreendida e aplicada, extraindo disso uma rigidez e um silêncio impenetráveis –, Lacan esboçou algo sobre a disparidade subjetiva da transferência. Nesse trecho, mencionou ainda o termo “oráculo”, afirmando que “nossa intervenção interpretativa” assume o “realce de oráculo” (p. 109). No *Seminário 18*, essa ideia será retomada, conforme indicarei adiante.

Outro aspecto desses anos diz respeito à transferência no comentário sobre o caso Dora, em *Intervenção sobre a transferência*. Lacan (1951/1998) apontou para o caráter de obstáculo da transferência, esta que levou ao fracasso da análise, cercada de interpretações equivocadas. A relação inextrincável entre transferência e interpretação se revelam com particular ênfase: “Em razão de sua contratransferência, Freud volta com excessiva constância ao amor que o Sr. K. inspiraria em Dora, e é curioso como sempre interpreta no sentido de uma confissão as respostas, embora variadíssimas, que Dora lhe opõe” (p. 223).

As dificuldades de Freud se ligam às resistências quanto ao caráter homossexual da histeria, levando-o aos impasses da transferência negativa e a intervenções no campo da sugestão. Lacan então afirmou: “O que é, então, interpretar a transferência? Nada além de preencher com um engodo o vazio desse ponto morto. Mas esse engodo é útil, pois, mesmo enganador, reativa o processo” (p. 225). Enfatizou assim que a transferência não é só impasse, mas condição de possibilidade, sem a qual não há associação livre, fechando, conseqüentemente, as possibilidades de interpretação.

Pode-se destacar ainda as questões fundamentais levantadas em *Função e campo*, em que pese a parte III, intitulada *As ressonâncias da interpretação e o tempo do sujeito na técnica psicanalítica*. Ali, Lacan (1953/1998) reinscreveu a experiência analítica no campo da fala e da linguagem, o que tem consequências na técnica: “Se ela [a técnica] não se insere no inefável, descobre-se o deslizamento que se operou, sempre em sentido único, afastando a interpretação de seu princípio” (pp. 290-291).

É interessante notar algumas ideias que antecipam o que será desenvolvido até o fim da obra. Destaco a seguinte passagem:

Não há dúvida, portanto, de que o analista pode jogar com o poder do símbolo, evocando-o deliberadamente nas ressonâncias semânticas de suas colocações. Essa seria a via de um retorno ao uso dos efeitos simbólicos numa técnica renovada da interpretação. (Lacan, 1953/1998, p. 295)

Interpretando o símbolo, por meio de uma operação pela fala, o sintoma desaparece. Trata-se de um “milagre operado por sua fala” (Lacan, 1953/1998, p. 307).

Ao comentar algumas coordenadas da interpretação fornecidas em 1958, em *A direção do tratamento*, e que permanecem vivas no final do ensino, Soler (2012b) retornou a 1953 para apontar que desde *Função e campo* já é possível encontrar, a título de menção, muitas expressões e noções do último período do ensino:

A equivocidade dos símbolos, a necessidade de uma ‘assimilação dos recursos de uma língua’ (Lacan, 1953/1998, p. 296), o apelo à poesia, e mesmo a ideia de que as palavras, a linguagem, são corpo – corpo sutil, mas são corpo. Não estamos longe de uma *moterialidade* gozada. (p. 25)

Para a autora, essa é uma demonstração de que a interpretação analítica concebida por Lacan “não pode desconhecer o real” (p. 26), o real estando lá desde sempre. No *Discurso de Roma*, Lacan (1953/2003) asseverou: “não existe, certamente, uma interpretação que seja a

única correta, mas é do fato de ela ser dada que depende o advento no ser do novo que não existia, e que se torna real naquilo que chamamos verdade” (p. 142). Há aqui antecipações importantes que podem nos fazer atravessar o ensino. Mas convém seguir com calma.

3.2.1. Seminário 1: Os Escritos Técnicos de Freud

Os primeiros seminários são marcados por uma extensa crítica ao formalismo dos pós-freudianos e o retorno, a partir da lente do estruturalismo e com os recursos da linguística, aos fundamentos psicanalíticos. Lacan pretendeu retomar o inconsciente freudiano, inconsciente linguageiro e decifrável, repavimentando a clínica psicanalítica. Sua crítica se direciona, grosso modo, à interpretação que visa uma reconstrução da realidade factual da lembrança, quando se trata de uma verdade que tem estrutura de ficção (Dunker, 2012).

Ao tratar da interpretação de sonhos freudiana no *Seminário I*, Lacan (1953-1954/1975) reconheceu que, nessa empreitada, o grande feito de Freud é o de reintroduzir o sentido no fenômeno onírico. Tal esforço contrasta com o paradigma científico moderno, que se ancora no racionalismo, na valorização do empirismo e das classificações, e desse berço nasce a psiquiatria, que buscou, como se faz com as espécies botânicas, classificar as patologias, fazer um jardim das patologias. Nessa preocupação com o patológico, parece que a vida cotidiana se esvanece, perde seu sentido, reduz-se às gradações que buscam, na máxima expressão, aquilo que haveria de doentio. Freud buscou restabelecer o sentido: defender a ideia da causalidade psíquica para os fenômenos mentais e propor explicações etiológicas, baseadas na hipótese do inconsciente que produz fenômenos linguageiros e por meio deles se manifesta.

Freud, portanto, lê alguma coisa nos sonhos. Assim, “quando interpretamos um sonho, sempre estamos em cheio no sentido” (Lacan, 1953-1954/1975, p. 9). Coloca-se em questão, para Lacan, a subjetividade do sujeito, seus desejos, o modo como se relaciona com os seus conflitos, com os outros, com sua vida. “Nossa tarefa, aqui, é reintroduzir o registro do sentido, registro que é preciso reintegrar ao seu nível próprio” (p. 9). Com essa afirmação, no entanto,

ele pretendeu apontar para a racionalidade própria da psicanálise, situada não a partir da consciência e da mestria sobre si, mas do pensamento do sonho: “A introdução de uma ordem de determinações na existência humana, no domínio do sentido, se chama a razão. A descoberta de Freud é a redescoberta, num terreno não-cultivado, da razão” (p. 12).

Muitas menções à técnica interpretativa visam, neste seminário, afirmar a contraposição à conduta dos pós-freudianos. Criticou, por exemplo, a colocação em primeiro plano da dimensão imaginária, que põe o ego do analista na equação, incorrendo no risco de se restringir à “significação intencional do ato do discurso” (Lacan, 1953-1954/1975, p. 43) e de se envolver pessoalmente naquilo que é relatado. “Nunca se disse que o analista não deve ter sentimentos em relação ao seu paciente. Mas deve saber não apenas não ceder a eles, colocá-los no seu devido lugar, mas servir-se deles adequadamente na sua técnica” (p. 43). Que o analista eventualmente sinta compaixão, inveja ou raiva pelo paciente serve para orientar sua ação, mas não deve tomar o primeiro plano. Para Lacan, se limitado ao registro imaginário, a interpretação se torna “de ego para ego, ou de igual para igual” (p. 44), uma interpretação-projeção.

Aqui, a problemática envolvida nos perigos de recair, na transferência, na relação dual imaginária, incide diretamente sobre a interpretação: “Essa interpretação da defesa, que eu chamo de ego a ego, convém, seja qual for o seu valor eventual, abster-se dela. É preciso que haja sempre pelo menos, um terceiro termo nas interpretações da defesa” (Lacan, 1953-1954/1975, p. 45). Para ultrapassar a relação dual alienante, Lacan se dedicou ao simbólico como a categoria mestre, que ordena os fenômenos reais e imaginários e que deve conduzir a análise, introduzindo o terceiro que dialetiza o “igual para igual”, degradando a palavra: “Vocês sabem que eu insisto na noção do simbólico, dizendo-lhes que convém sempre partir dela para compreender o que fazemos quando intervimos na análise, e especialmente quando intervimos positivamente, a saber, pela interpretação” (p. 128). Ele propôs assim uma diferenciação entre a interpretação dual, “em que o analista entra numa rivalidade de eu a eu com o analisado” (p.

80) e a interpretação “que progride no sentido da estruturação simbólica do sujeito, a qual deve ser situada para além da estrutura atual do seu eu” (p. 80).

Lacan (1953-1954/1975) introduziu então uma analogia com a interpretação textual: “Comentar um texto é como fazer uma análise” (p. 90). E, como na interpretação textual, a interpretação analítica não combina com a compreensão²³. Devemos evitar compreender demais e compreender mais do que está no discurso do sujeito, advertiu Lacan. Para interpretar, deve haver “uma certa recusa da compreensão” (p. 90). Essa ideia se repete no *Seminário 3*, como já indiquei no Capítulo 1: “É sempre no momento em que eles [os analistas em formação] compreenderam, em que se precipitaram para satisfazer o caso com uma compreensão, que eles falharam na interpretação que convinha ou não fazer” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 31).

Para intervir no inconsciente, é preciso adentrar em sua lógica. Quando Freud estabeleceu o princípio da não contradição no inconsciente, sugeriu que a interpretação do sonho, do sintoma, do lapso, “obedece a outras leis que não as do discurso” (Lacan, 1953-1954/1975, p. 304). Nesse momento, Lacan defendeu que só a palavra, como fundadora da relação intersubjetiva, possibilita a interpretação, e é nessa atmosfera que passa os anos seguintes se dedicando nas questões sobre a linguagem e a cadeia significante. Trata-se efetivamente de um período de domínio do simbólico na relação analítica.

3.2.2. *Seminário 2: O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise*

Um aspecto provavelmente decisivo no percurso de Lacan acerca da interpretação diz respeito à constituição de sua clínica, voltada inicialmente ao campo das psicoses, enquanto Freud se concentrou no tratamento das neuroses. Partindo da neurose histérica como paradigma

²³ Barthes (1984/2004) certa vez disse que um texto não é para ser *decifrado*, mas *deslindado*, como um tecido pode ser desfiado, sem nunca chegar a um fundo, sem nunca ser possível uma penetração, uma decisão de sentido. Para ele, trata-se, antes, de uma evaporação de sentido.

clínico, Freud apostou, majoritariamente, na interpretação produtora de sentido. No *Seminário 2*, Lacan (1954-1955/2010) apontou nessa ênfase um traço histórico da clínica freudiana:

Na época das primeiras revelações analíticas, os sujeitos saravam mais ou menos milagrosamente, o que ainda nos é perceptível quando lemos as observações de Freud, com as suas interpretações fulgurantes e explicações que não acabam mais. Pois bem, fato é que isso foi funcionando cada vez menos, que se amorteceu com o passar do tempo. (pp. 18-19)

Em *Situação da psicanálise em 1956*, também apontou nessa direção: para os analistas, o problema da interpretação analítica começou quando “o paciente, em pouco tempo tão a par desse saber quanto eles próprios, serviu-lhes, inteiramente pronta, a interpretação que era tarefa sua, o que, deve-se dizer, é realmente a artimanha mais constrangedora que se pode infligir a um áugure” (Lacan, 1956/1998, p. 464). Diante disso, surgem as questões: teria a interpretação-revelação perdido o elemento de surpresa que acarretava a dissolução do sintoma? Não estaria esta fórmula interpretativa calcada na ideia de que haveria significados universais que poderiam ser revelados a partir dos significantes particulares do sujeito?

A proposição inaugural da obra de Lacan foi a construção de uma clínica possível para as psicoses, o que colocou um desafio referente à técnica: como interpretar os fenômenos psicóticos, que desafiam particularmente a lógica formal do discurso, rompendo radicalmente com o sentido socialmente estabelecido e são refratários à reconstrução de sentido? Era evidente que aplicar à psicose a mesma técnica de interpretação de Freud seria infrutífero.

Freud demonstrou reservas quanto à aplicabilidade da técnica analítica no tratamento de psicóticos (Freud, 1911/2010a, 1915/2010b, 1925/2011b), mas também advertiu que a conduta psiquiátrica clássica de “convencer o doente do erro de seu delírio, de sua contradição diante da realidade” (Freud, 1937/2023, p. 378) é um “esforço inútil” (p. 378), deixando para o futuro da psicanálise novas perspectivas de êxitos clínicos. Lacan se lançou ao desafio e fez

avanços em torno do tema, advertido de que precisaria, para avançar, ir “para-além de Freud” (Lacan, 1957-1958/1998, p. 590) quanto à transferência, pois “usar a técnica que ele instituiu fora da experiência a que ela se aplica é tão estúpido quanto esfalfar-se nos remos quando o barco está encalhado na areia” (p. 590).

Suas formulações, desde este período de retorno a Freud, provocaram reviravoltas importantes. Lacan partiu do modelo paradigmático da interpretação dos sonhos para extrair a estrutura linguageira dos fenômenos psíquicos, amparado nas questões sobre a linguagem, a cadeia significante, os símbolos. Com a *Traumdeutung*, surgiu não só uma teoria do sonho e de sua análise, como um esquema do aparelho psíquico, com o qual ele avança no campo das neuroses. “Trata-se, pois, do sonho, mas também mais atrás, do sintoma neurótico, cuja estruturação se revela a mesma” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 159).

Neste seminário, Lacan problematizou o modo como os pós-freudianos tomavam a relação entre resistência e interpretação, apropriando-se de um lema segundo o qual “todo obstáculo à interpretação provém da resistência” sem maiores considerações. A interpretação consistiria em fazer o paciente tomar ciência da natureza sexual de seus sintomas, e, diante de sua negativa, diz-se que o sujeito resiste. “Por que é que se diz isto? Porque Freud também o disse” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 308), sem entender muito bem o que resistência quer dizer.

Em outros termos, a resistência é o estado atual de uma interpretação do sujeito. É a maneira pela qual, naquele dado momento, o sujeito interpreta o ponto em que ele está. Esta resistência é um ponto ideal abstrato. Vocês é que chamam isso de resistência. Isso quer simplesmente dizer que ele não pode ir adiante mais depressa, e quanto a isso, vocês não podem dizer nada. O sujeito está no ponto em que está. (p. 308)

A fórmula, supostamente retirada da obra freudiana – mas que desconsidera, por exemplo, as menções às resistências vindas do analista e a inutilidade em insistir em interpretações precipitadas ao tempo do sujeito –, foi aplicada como regra e levou a excessos

por parte dos analistas, impondo significações em abundância aos sintomas, resguardando-se sob o guarda-chuva teórico do conflito edipiano. Lacan apontou para o ponto em que o sujeito está, que não deve ser atropelado pela pressa do analista, devendo a interpretação ser situada em um momento preciso, oportuno: “fazer a boa interpretação no momento necessário é ser bom psicanalista” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 35)

Não há razões para defender esse tipo de insistência por parte do analista em motivos subjacentes e pré-estabelecidos dos sintomas. Há um “ritmo” ditado pelo próprio analisante, um trabalho de construção que ele mesmo erige, tijolo a tijolo, não cabendo ao analista apressar. Sim, ele afirmou, a resistência é uma inércia, um ponto morto, que impede que se vá adiante. “Mas se daí forem chegar à ideia de que a resistência deve ser *liquidada*, como se escreve a toda hora, cairão no absurdo puro e simples” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 309). Retirou, assim, o alvo apontado ao analisante pelo insucesso ou delonga no trabalho e apontou para o analista:

Existe apenas uma resistência, é a resistência do analista [ênfase adicionada]. O analista resiste quando não entende com o que ele tem de lidar. Não entende com o que ele tem de lidar quando crê que interpretar é mostrar ao sujeito que, o que ele deseja, é tal objeto sexual. Engana-se. O que ele imagina aqui como sendo objetivo é apenas pura e simples abstração. Ele é que está em estado de inércia e de resistência. (p. 309)

Lacan marcou suas críticas à concepção de interpretação apropriada pelos pós-freudianos, destacando-se nomes como Melanie Klein e Anna Freud. Para ele, a mola de eficácia da análise consiste, sim, de certo modo, no reconhecimento e nomeação de seu desejo por parte do analisante. Mas não se trata de recolher algo que já estaria pronto para ser cooptado, apropriado por ele. “Ao nomeá-lo, o sujeito cria, faz surgir uma nova presença no mundo. Ele introduz a presença como tal e, da mesma feita, cava a ausência como tal. É apenas neste nível que a ação da interpretação é concebível” (Lacan, 1954-1955/2010, p. 309).

A interpretação não é, portanto, o ato de evocar ou recolher uma verdade já acabada que se oculta por resistência. Ao nomear, ou permitir a nomeação, a interpretação cria. Simboliza. Já existe aqui a noção de que o dizer cria, não havendo uma verdade última e escondida a ser resgatada pelo analista e entregue, simplesmente, à apreciação do analisante.

3.2.3. Seminário 3: As Psicoses

No *Seminário 3*, Lacan se ocupou das condições e natureza dos fenômenos psicóticos, e nesse contexto ressaltou que Freud, ao se deter no texto de Schreber, agiu como um linguista – extraiu da repetição de um signo a reconstituição de toda a cadeia do texto, reconstituição da própria língua (a língua fundamental de Schreber) – e, desse modo, “a interpretação analítica se demonstra aqui simbólica, no sentido estruturado do termo” (Lacan, 1955-1956/1985, p. 19).

Nesse momento, o simbólico estava na dianteira, mantendo certo privilégio em relação ao imaginário e ao real. Para Soler (2018), o simbólico dos anos iniciais é o que comanda a análise, domestica o real e o imaginário, admitindo-os no discurso articulado. Nesse contexto, Lacan (1955-1956/1985) afirmou que é nesse registro que o analista deve atuar: “É aí [no plano simbólico] que o analista deve esperar o que o sujeito lhe fornecerá, antes de fazer entrar em jogo sua interpretação” (p. 97). A interpretação deve ser orientada pela simbolização, pois, se a intervenção se apoia no plano da realidade, o sintoma se renova, demonstrando que algo não está sendo escutado no plano do simbólico.

É isso o que Lacan buscou sustentar a partir do comentário sobre o caso dos miolos frescos descrito por Ernst Kris. O analisante, diante de uma interpretação que o confrontava no nível da realidade material (o equivalente a dizer: “Veja, você não é um plagiador! Você se engana quanto à realidade”), põe-se a comer seu prato preferido, miolos frescos, assim que sai da sessão. O *acting-out* serve a Lacan para ressaltar o quanto se pode “deixar escapar o plano sobre o qual a intervenção de vocês deve ser feita” (p. 95), sempre que a dimensão do tratamento pela via da linguagem se perde na sedutora atribuição de sentido.

Lacan (1955-1956/1985) ressaltou que o significado é costumeiramente colocado em primeiro plano, e isso porque é “o que há de mais sedutor” (p. 251), surgindo como o que devia ser o objeto de investigação da psicanálise. Sua proposição, no entanto, é a de que “desconhecer o papel mediador primordial do significante”, entendendo que ele é o “elemento-guia”, incorre no risco de que “não só desequilibramos a compreensão original dos fenômenos neuróticos, a própria interpretação dos sonhos, mas nos tornamos absolutamente incapazes de compreender o que se passa nas psicoses” (p. 251). Ele colocou assim a primazia no significante, demonstrando que insistir em um significado oculto pré-estabelecido desorienta a análise.

Destaco também um comentário sobre a pontuação no texto: “a pontuação é o que desempenha aí esse papel de enganchamento mais decisivo, a ponto de que um texto clássico pode variar completamente conforme vocês a ponham em um ponto ou em outro” (p. 337). Para ele, a pontuação produz uma imensa variedade de sentidos e pode ser mobilizada para “aumentar a riqueza de interpretação” (p. 337). Em um texto clássico, pode-se jogar com a pontuação, sublinhando alguns elementos, isolando outros, estabelecendo relações de contiguidade ou de metáforas. Colocar uma vírgula, um ponto final, uma interrogação ou uma exclamação já se torna um gesto interpretativo. A pontuação aparece de relance como um modo de interpretação. Como ele não desenvolveu esse ponto, retornarei a isso adiante.

3.2.4. Seminário 4: A Relação de Objeto

As ocorrências do termo “interpretação” no quarto seminário não são frequentes e estão ainda inseridas no contexto da crítica ao modo como os psicanalistas conduziam suas análises. Lacan (1956-1957/1995) ressaltou que eles impunham, com a interpretação, suas significações edípicas pré-concebidas, e chamou de “forçada” (p. 90) a intervenção com a qual os analistas pensavam “reintroduzir a verdade, quero dizer o complexo de Édipo” (p. 90). Ignorando que não há um objeto harmonioso e plenamente satisfatório, mas um “objeto perdido, um objeto a se reencontrar” (p. 13), desviavam-se da prática analítica. Para Lacan, trata-se não de um objeto

que introduz o ser humano numa realidade adequada ou que prova sua maturidade (o objeto genital como o objeto por excelência), mas da falta de objeto que é “a própria mola da relação do sujeito com o mundo” (p. 35). Ignorar essa dimensão incorre na confusão problemática entre as noções de frustração, privação e castração, que ele se dedicou a diferenciar.

Ao insistir em compreender e atacar as frustrações do paciente, os pós-freudianos são levados “a um modo de intervenção cujos efeitos são não apenas duvidosos, mas manifestamente o oposto do que está em jogo no processo da interpretação analítica” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 99). Criticou que essas interpretações sejam colocadas “a qualquer momento e de qualquer maneira” (p. 99), pois ignoram o *momento oportuno* que considera as incidências do só-depois. A introdução compulsória de interpretações dessa natureza não serve senão para “consagrar a frustração como tal, e instaurá-la no centro da experiência” (p. 99), frustração que não passa de um momento evanescente e que tem somente função teórica, não devendo entrar no perímetro daquilo que deve ser interpretado e devolvido ao analisante.

Nesse sentido, “o falo só pode ser posto em jogo na medida em que seja necessário, num dado momento, simbolizar algum acontecimento” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 99), e não ser introduzido e reintroduzido a cada intervenção, como se assim fosse possível dissolver as cristalizações sintomáticas derivadas dos motivos sexuais. No *Seminário 6*, ele reiterou que “embora, na interpretação analítica, a função do falo continue sendo tão importante, imediata e crucial, seu manejo conduz, a cada instante, a impasses” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 233). Soler (2012b) nos lembra que uma interpretação que opera com o significante do falo – aquela que aponta para o anseio do neurótico em ser o falo – é uma interpretação universalizante: “Ora, a interpretação verdadeira é sempre particular. O falo serve para situar a estrutura da neurose, mais do que para interpretar, em cada caso, sua particularidade” (p. 26).

O próprio Freud, conforme apontou Lacan (1956-1957/1995), não passou incólume das armadilhas do imaginário. No caso da jovem homossexual, com sua interpretação precoce, ele

“faz eclodir o conflito e lhe dá corpo” (p. 109), culminando na interrupção do processo analítico. Já no caso do pequeno Hans, Freud e o pai, perdidos em uma pressa em impor sua significação, sequer deixam que a criança termine de se expressar.

O caso de Hans foi amplamente comentado por Lacan nesse seminário. Ele situou a pesquisa sexual infantil como não sendo de ordem puramente intelectual, mas uma atividade em relação à realidade sexual que envolve todo o psiquismo, concerne ao próprio corpo, ao campo dos afetos e às imagens que o comandam. As teorias infantis são da ordem do mito, mimetizando sua estrutura, mas são individuais, ao contrário do mito, é coletivo. São criações míticas, como a história da cegonha ou da sementinha plantada na barriga da mamãe.

O mito, para Lacan, é uma narrativa, é atemporal, guarda semelhanças com a criação poética (embora não permita, como esta, invenções subjetivas), é estável em sua estrutura, tem caráter de ficção e porta a verdade. No campo do sujeito, no que concerne aos mitos individuais, as criações míticas figuram uma passagem do imaginário ao simbólico. Nem todos os complexos de Édipo precisam passar pela construção mítica, ele ressaltou, mas “eles necessitam realizar a mesma plenitude na transposição simbólica” (p. 273). É preciso que o imaginário seja captado pelo simbólico para que se chegue a uma solução edipiana, para que se vá do engodo da frustração imaginária à castração simbólica.

O exame do caso Hans levou Lacan a ressaltar o caráter de sugestão das intervenções propostas pelo pai e pelo próprio Freud. Com sugestão, ele quer dizer que

aquilo que é articulado por um sujeito passa, num outro, ao estado de verdade recebida, ao menos de forma aceita, a que se liga um certo caráter de *crença* [ênfase adicionada], e que constitui de certa maneira uma vestimenta dada à realidade. (Lacan, 1956-1957/1995, p. 261)

Quando se opera com a sugestão, ocorre, do lado do analista, um certo número de certezas com valor de verdade, verdadeiras crenças que revestem a realidade do sujeito. Caberia ao analista comunicar tal verdade ao doente, e, então, tudo estaria resolvido.

A questão da verdade é crucial: “A verdade tem uma estrutura, se podemos dizer, de ficção” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 259), diz sua fórmula canônica. Tanto o mito individual quanto o mito coletivo, com sua estrutura de ficção, carregam a verdade da relação do homem com a natureza, a vida, a morte, o sexo, fazendo uma exploração sobre a origem. Colocam em questão uma ordem de significação e fazem entrar o jogo significante. A introdução do significante permite aproximar coisas tão distantes quanto o homem e o universo, o ser falante e a natureza. O significante é aquilo “que em si não significa nada, mas que carrega, certamente, toda a ordem das significações” (p. 261). É sobre sua estrutura que devemos abordar os mitos e as criações infantis, e sem a qual não podemos avançar no tema da interpretação. Por isso, a única interpretação verdadeiramente eficaz é aquela que incide sobre o significante.

Para Lacan, o modo como o pai de Hans conduz a investigação, com suas intervenções inquisitórias, grosseiras e desajeitadas, apressado em “compreender demais, e depressa demais” (p. 262), condiciona a própria fobia do garoto. A própria intervenção paterna estimulou em Hans uma “cultura da fobia”, fazendo-a proliferar e intensificar.

As construções míticas de Hans funcionaram como operadores lógicos, e só através delas é possível “trazer a verdadeira resolução do problema” (p. 272). Elas permitem fazer passar da dialética imaginária do jogo com a mãe em torno do falo para o jogo da castração simbólica na relação com o pai. Apenas considerando que o falo tem um valor simbólico no sistema significante, circulando no jogo simbólico, é que uma interpretação pode ser eficaz. Em outras palavras, uma interpretação só pode incidir sobre o mesmo plano daquilo que ela visa. As interpretações não podem estar no nível da realidade, tampouco visar unilateralmente

as relações imaginárias. Não podem ser puramente explicativas, como também não poderiam desvendar uma verdade oculta – verdade que tem, afinal, estrutura de ficção.

“Estariam errados se acreditassem que basta ter a noção científica e articulável para que isso [a admissão da diferença sexual] seja admitido nas crenças do sujeito” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 278). Não basta informar, comunicar ou explicar. Para que estejamos no campo da interpretação analítica, é necessário um passo mais, pois o desconhecimento do sujeito do inconsciente não é passível de ser eliminado por meio de uma simples elucidação.

Esse questionamento das interpretações encontra suas bases na reformulação do Édipo freudiano que já estava presente nos seminários deste período e em textos como *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*. Neles, Lacan pensava o Édipo não como uma realidade a ser revelada, mas como um mito, ou, mais tarde – em *O aturdido* e no *Seminário 20* – como o mito que sustenta a lógica das fórmulas da sexuação (Soler, 2018). Logo, o complexo edípiano é utilizado de modo radicalmente distinto, a ponto de fazer uma equivalência com o Nome-do-Pai: o significante da interdição do gozo do falante (início do ensino) ou do enodamento entre os três registros (final do ensino). A questão edípiana está condicionada, portanto, à lógica do significante, e posteriormente entrará na lógica da sexuação e no enodamento borromeano, sem se vincular à realidade: “O Édipo é o que digo, não o que se crê” (Lacan, 1973/2003c, p. 462).

Lacan rejeitou interpretações que impõem significações, em especial aquelas supostamente sustentadas por uma extração de conteúdos edípicos, como fica aqui evidente:

Não se deixou de perpetuar essa tradição [da interpretação que impõe significação] desde Freud, segundo um modo de interpretação onde se busca sempre em não-sei-que tendência afetiva aquilo que iria motivar, justificar, o que é dito, que tem, no entanto, suas leis próprias, sua estrutura e sua gravitação próprias, e que deve ser estudado como tal. (Lacan, 1956-1957/1995, p. 306)

Lacan localizou no próprio Freud o cerne das interpretações impositivas que apoiam aquelas que se seguiram a ele, mas salientou que “uma interpretação de Freud é diferente de todas aquelas que podemos dar, depois dele” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 281). Ele ocupou uma “posição divina” (p. 281), se colocou como “mestre absoluto” (p. 281), na posição de pai imaginário. Lacan, por sua vez, parece esvaziar cada vez mais a posição do analista.

Entre 1956 e 1958, Lacan indicou que é possível formular “regras da interpretação”. Em *A direção do tratamento*, asseverou: “Poupar-nos-emos de fornecer as regras da interpretação. Não que elas não possam ser formuladas, mas suas fórmulas pressupõem desenvolvimentos que não podemos tomar como conhecidos, na impossibilidade de condensá-los aqui” (Lacan, 1958/1998, p. 601). No *Seminário 4*, ele assinalou que: “Essas regras concernem, na análise, seja esta de criança ou de adulto, a todo elemento que possamos considerar como significante, no sentido em que o promovemos aqui” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 295), e adiante: “Formulamos, portanto, a seguinte regra: nenhum elemento significante, objeto, relação ou ato sintomático, na neurose por exemplo, pode ser considerado como tendo uma importância unívoca” (p. 295). A “regra de ouro” (p. 296) repousa sobre a estrutura da atividade simbólica e define que “os elementos significantes devem ser definidos em primeiro lugar por sua articulação com os outros elementos significantes” (p. 296). Assim, os significantes têm valor essencialmente combinatório. Em sua relação com o conjunto, o significante reestrutura o real e introduz novas relações. “O significante é uma ponte num domínio de significações. Por conseguinte, as situações não são reproduzidas por ele, mas transformadas, recriadas” (p. 304).

Em *A instância da letra*, ressalta-se que a escuta analítica está sujeita a uma “trama de alusões e citações, trocadilhos e equívocos” (Lacan, 1957/1998, p. 562). O inconsciente “conhece apenas os elementos do significante” (p. 526) e através deles se manifesta, passando por conexões e substituições. Para interpretar o inconsciente, não é possível desconhecer essa

lógica. Não é o efeito de sentido que comanda a interpretação, mas a articulação dos significantes sem-sentido no sintoma, que se ligam a ele (Lacan, 1960/1998a).

Há regras, a interpretação deve ser regulada. Não é aberta a qualquer significação, não está autorizada à polissemia infinita, não deve se guiar por um significado apriorístico. Regula-se pelo princípio de que o significante não está apenas a um significado, devendo ser considerado em seu conjunto de relações com outros significantes, que não simplesmente reproduzem a realidade do inconsciente, mas a recriam. Mesmo quando Lacan abole a hierarquia entre os três registros, o significante não deixa de não significar nada, devendo a interpretação mobilizar a falha do saber, e não uma fixação deste.

3.2.5. Seminário 5: As Formações do Inconsciente

No seminário *As formações do inconsciente*, destaco, em primeiro lugar, uma menção ao termo “interpretação” inserida em um comentário de Lacan (1957-1958/1999) sobre a palavra inglesa *wording* – traduzida pela edição como “passagem ao verbal” ou “verbalização”. Na ocasião, ele discutia o artigo de um psicanalista que se maravilhou com o efeito produzido pela escolha de palavras na interpretação: ao dizer à paciente que ela tinha *demands* singulares, ela recebeu a intervenção como uma grave acusação; quando refez a interpretação utilizando a palavra *needs* (necessidades), ela acolheu com docilidade. Essa passagem evidencia que a interpretação não depende apenas do conteúdo, mas também da materialidade do significante, que produz efeitos singulares a despeito do significado pré-fixado.

Lacan situou a lógica do desejo que poderia ser decifrado pela interpretação: “Em que foi que a descoberta freudiana depositou a ênfase, em seu início? No desejo” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 331). Nos sonhos ou nos sintomas, foi o desejo inconsciente que Freud leu. Guiado pelo desejo, ele interpretou, e suas interpretações costumam causar grande espanto no leitor, por vezes reconhecidas como excessivas, precoces, enviesadas, tendo um “caráter demasiadamente diretivo, quase forçado” (p. 333). São interpretações-veredicto.

Mais uma vez, Lacan atribuiu um aspecto histórico à conduta freudiana. Se as coisas funcionavam daquele jeito, é certamente porque havia circunstâncias favoráveis para tal. Pareceu-lhe que “essas interpretações se apresentavam naquele momento, até certo ponto, como tendo de ser feitas, como as interpretações eficazes para a resolução do sintoma”, e que ele “se achava diante de uma situação completamente diferente da situação atual” (p. 333). Nas circunstâncias da publicação do caso Dora, não havia, na história do movimento psicanalítico, nenhuma consolidação ou consenso sobre o modo como a interpretação deveria proceder ou que aspectos deveria abordar. Nada colocava em Dora a presunção de que o psicanalista iria operar de acordo com pressupostos pré-definidos; não havia um “saber prévio” sobre o que a análise deveria ser. Ela era conduzida por Freud, que lhe dizia *Fale*, sem contar com expectativas prévias sobre onde aquilo iria parar. E ele não pretendia normalizar a paciente ou adequá-la a certos padrões moralizantes, mas revelar o desejo inconsciente. Esse desejo, no entanto, estaríamos nós em condições de revelá-lo novamente?

Na época em que proferia o seminário, os psicanalistas eram recobertos de certas expectativas: “o sujeito já chega à análise com a ideia de que a maturação da personalidade, dos instintos, da relação de objeto, é uma realidade já organizada e normatizada, da qual o analista representa o padrão” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 334). O analista aparecia, no senso comum (o *bon sens*, bom senso), como uma espécie de juiz ou condutor de seu bom desenvolvimento, de sua adequação ou normatização. “Tudo isso implica que o analista, quando intervém, intervém, digamos, numa posição de julgamento, de sanção (...), o que confere um alcance completamente diferente à sua interpretação” (p. 334).

Para abordar a questão do desejo, a proposição de Lacan é a de retornar “àqueles tempos de frescor em que nada era implicada pela interpretação do analista” (p. 334), a não ser a suposição de que haveria um enigma a ser decifrado, um mais além da intenção da fala. Isso porque o sintoma é “uma coisa que fala” (p. 338) e que se articula. “O sintoma, portanto, vai

no sentido do reconhecimento do desejo” (p. 338). Freud inaugurou um método (associativo) e uma técnica (interpretativa) que permitiam uma decifração no sentido do reconhecimento do desejo, mas isso não deve ser lido como se houvesse uma realidade em si mesma apontada pelo analista na posição de mestre. Não se deve desconsiderar que o fio lógico que permite ligar método e técnica é o da transferência, que situa um destinatário, um Outro a quem a mensagem cifrada do sintoma pode ser endereçada.

O sintoma é definido aqui por sua ligação com o desejo. O desejo permanece como um enigma, uma interrogação, já que se reveste do sintoma para utilizar dele como máscara, que esconde e revela ao mesmo tempo (Lacan, 1957-1958/1999). O sintoma é uma formação do inconsciente que fala, mas cuja mensagem está velada.

Aqui fica evidente que a definição de sintoma intervém diretamente sobre a concepção da interpretação analítica:

Vemos aqui que ao intervir, ao interpretar, ao nomear alguma coisa, sempre fazemos mais, não importa o que façamos, do que supomos fazer. A palavra exata que há pouco eu queria dizer-lhes a esse respeito é o verbo *homologar*. Identificamos o mesmo com o mesmo e dizemos: - É isso. Substituímos por um alguém o ninguém a quem o sintoma é dirigido, na medida em que ele está no caminho do reconhecimento do desejo. Assim, sempre desconhecemos, até certo ponto, o desejo que quer fazer-se reconhecer, uma vez que lhe atribuímos seu objeto, quando, na verdade, não é de um objeto que se trata – o desejo é desejo daquela falta que, no Outro, designa um outro desejo. (p. 340)

Essa interpretação como homologação não se ajusta à noção segundo a qual o analista seria detentor de uma verdade que escapa ao sujeito, pois o desejo não se esgota, permanece desconhecido, já que não se liga a nenhum objeto, mas à falta. O sintoma não se apresenta como um simples véu a ser removido para escancarar sentidos desconhecidos, mas como uma formação cuja estrutura está alienada ao significante. A máscara do sintoma oculta o desejo e

ao mesmo tempo o expõe como um enigma. A interpretação aqui não se propõe a revelar, mas fixar um sentido na pura metonímia, no deslizamento incessante do significante.

Ao abordar o desejo histérico, no entanto, Lacan ressaltou seu caráter escorregadio, não havendo nomeação que fixe sentidos: “O desejo é, para a histérica, um ponto enigmático, e sempre trazemos para ele, por assim dizer, o tipo de interpretação forçada que caracteriza todas as primeiras abordagens freudianas da análise da histeria” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 419). A histérica escancara a impossibilidade de resolver o enigma: “Freud não viu que o desejo se situa, para a histérica, numa posição tal que dizer-lhe *Eis aquele ou aquela que você deseja* é sempre uma interpretação forçada, inexata, lateral” (p. 419). Quando ele procedia a partir da comunicação do sentido do desejo de seus sintomas e seus atos, elas recusavam, pois

o desejo da histérica não é o desejo de um objeto, mas o desejo de um desejo, um esforço de se manter em frente ao ponto no qual ela convoca seu desejo, o ponto onde está o desejo do Outro. (p. 419)

Outro ponto interessante é o atravessamento entre sugestão e transferência no ato interpretativo. Lacan (1957-1958/1999) criticou a ideia de que a transferência é um meio através do qual a sugestão funciona e que, por meio dela, os analistas poderiam exercer poder sobre o sujeito, agindo por meio do vínculo afetivo que permitiria que a interpretação fosse aceita. Essa posição admite, no fundo, que o analista se serviria da sugestão possibilitada pelo vínculo afetivo da transferência para convencer o analisante do que quer que seja, assumindo a posição de mestre detentor do saber e utilizar seu poder para fazer a interpretação ser aceita. “Trata-se, pois, de que a transferência é diferente do uso de um poder” (p. 440), lembrou.

Amparando-se nas críticas à interpretação-sugestão, que opera pela persuasão e se restringe à relação dual, asseverou: a interpretação deve “incidir essencialmente sobre o manejo do significante” (p. 457), deve ser “breve” e produzir, resalto, *uma marca* pela introdução de um significante. Além disso, fica evidente a crítica à noção comumente difundida da

“interpretação da transferência”, que supõe que basta tornar consciente uma dada transferência para fazê-la desaparecer, fazendo um pacto com “a parte sadia do eu”.

No *Seminário 5*, Lacan concebeu a interpretação como corolário da simbolização. A prática interpretativa depende da estrutura significante, pois apenas o que é simbolizável, passível de articulação significante, pode ser interpretado. Essa posição é evidenciada quando ele questionou a prática dos pós-freudianos de interpretar “os sistemas sádicos e as reações de culpa” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 470), isto é, de restringir-se à análise da agressividade e seus correlatos. Para Lacan, somente aquilo que “chega a ser simbolizado e captado no mecanismo daquilo que é recalque, inconsciência”, pode ser “analisável, e até, de maneira geral, daquilo que é interpretável” (p. 471). “Só pode ser recalcado, em princípio, aquilo que revela ter ingressado na estrutura da fala, isto é, a uma articulação significante” (p. 471). Assim, apenas o que se inscreve na estrutura significante pode ser alcançado pela interpretação.

Para diferenciar-se da prática que se consolidava nas instituições psicanalíticas, Lacan buscou delimitar seu campo com a introdução do real, do simbólico e do imaginário. Esse campo não se limita às interpretações selvagens, não sossega com as reduções de todo sintoma à inveja do pênis ou ao conflito edipiano em seu sentido imaginário, não se conforma em relegar à interpretação o papel de uma conscientização do paciente de sua posição, da agressividade obsessiva, da origem sexual dos sintomas histéricos. Tampouco acredita que a interpretação deve ser estar atrelada a uma relação de poder possibilitada pela transferência, o que a tornaria equivalente da sugestão. “Isso é atestar uma flagrante falta de critérios na orientação da interpretação” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 519).

3.2.6. O Desejo na Direção do Tratamento

Nesta seção, proponho um diálogo entre o *Seminário 6* e seu escrito contemporâneo, *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, para articular aspectos da interpretação no momento em que prevalece o simbólico e se formula o grafo do desejo. Antecipadamente,

ressalto que as questões levantadas aqui são bastante sugestivas de que a interpretação defendida nos últimos anos não diverge totalmente daquela concebida nesse período.

Antes de mais nada, é preciso destacar uma distinção com a qual Lacan trabalha em 1958 e que orienta sua concepção de interpretação. As noções de tática, estratégia e política são termos que remontam o contexto de guerra e que servem para tratar do poder na relação analítica. Lacan (1958/1998) afirmou: “o que há de certo é que os sentimentos do analista só têm um lugar possível nesse jogo: o do morto; e que, ao ressuscitá-lo, o jogo prossegue sem que saiba quem o conduz” (p. 595). Ele assim defendeu que o analista deve comparecer no lugar do “morto”, abstendo-se de responder a partir do imaginário. E prosseguiu: “*Eis porque o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática* [ênfase adicionada]” (p. 595).

A ética da psicanálise como a práxis de sua teoria orienta a direção do tratamento para a possibilidade de que o sujeito coloque seu desejo em questão, implicando-se em seu adoecimento e nos destinos possíveis a serem sustentados. A técnica está subordinada à ética.

A política do psicanalista é correlata à ética do desejo e domina a estratégia e a tática, e o analista é mais livre em sua tática, menos livre em sua estratégia, e menos ainda em sua política. A política em questão é a da falta-a-ser, o que constitui o cerne da experiência analítica, introduzindo a ideia de que o analista paga com o seu ser, desfazendo-se dele para não incorrer na relação dual com o analisante, e que o analisante se depara, ele próprio, com esse esvaziamento do ser. A estratégia diz respeito à transferência, ou seja, ao lugar de suposição de saber que ocupa para o analisante. A tática é livre na singularidade do caso a caso, e diz respeito à interpretação. Que o analista tenha liberdade em sua tática aponta para o distanciamento de qualquer prática protocolar, de quaisquer intervenções engessadas ou pré-definidas. O analista é livre, portanto, para resolver quanto à forma e a quantidade de suas intervenções. É uma questão, como já indicara Freud, de *tato*.

NA direção do tratamento, Lacan (1958/1998) forneceu uma fórmula da interpretação:

A que silêncio deve agora obrigar-se o analista para evidenciar, acima desse pântano, o dedo erguido do *São João* de Leonardo, para que a interpretação reencontre o horizonte desabitado do ser em que deve se desdobrar sua virtude alusiva? (p. 648)

Pode ser útil retalhar seus elementos: (a) a referência ao *silêncio do analista*, que não se limita a um *calar-se* diante da fala, mas que *evidencia* algo; (b) o pântano denso e pegajoso do sentido, ao qual a literatura analítica se aferrou; (c) o dedo erguido, apontar o dedo; (d) o horizonte desabitado do ser que a interpretação deve reencontrar; (e) seu caráter alusivo; (f) o dedo de São João Batista apontado para fora do quadro, para o real (Figura 4).

Figura 4

São João Batista, de Leonardo da Vinci



Nota: De São João Batista (Leonardo da Vinci). (2025, 15 Julho). In Wikipédia. https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Batista_%28Leonardo_da_Vinci%29

Sobre a expressão “o horizonte desabitado do ser” que designa o “desabitado dos significantes que constituem o lugar do significante, é o que se escreve $S(A)$ no grafo, e cujo dedo apontado designa o lugar. Esse lugar é o do real no inconsciente estruturado como uma

linguagem” (Soler, 2012b, p. 27). A expressão se refere ao lugar de perda representado pelo significante do Outro barrado – $S(\mathcal{A})$ –, do qual podemos depreender que, como lugar, o Outro não se sustenta, há uma falha, um buraco, um lugar de perda²⁴. É para esse lugar do real que o dedo aponta, para esse lugar do gozo que falta ao lugar do Outro. Desse modo, “a escrita do grafo implica que o dedo da interpretação esteja apontado para um significante no lugar do real” (p. 27). Não para o significante no real, fora da cadeia, mas para o ponto de estofa que faz parar a cadeia significante. E o que decide, o que interrompe o deslizamento metonímico é o real como terceiro ao cruzamento entre imaginário e simbólico (Soler, 2018).

O *dedo apontado da interpretação* designa, portanto, apontar para o lugar onde o Outro não responde. “Um dedo apontado, isso não fala, isso não articula nada; isso mostra, é uma interpretação que não diz nada, silenciosa – dela fiz um título –, alusiva” (Soler, 2012b, p. 27). Trata-se de “um dizer que indica sem enunciar” (p. 27), uma interpretação que não é do gozo, mas *pelo* gozo. A interpretação alusiva é silenciosa, não articula, não nomeia, mas mostra, indica, deixa a entender. Aponta para o lugar do real, ponto de estofa da cadeia significante.

Em minha leitura, Soler (2012b) contrapõe (embora não desenvolva) dois tipos de interpretação: a “interpretação alusiva” (p. 27), orientada pelo gozo e que aponta para o lugar do real que o significante fora de sentido designa, e a “interpretação do desejo” (p. 27), que se aproxima da interpretação defendida por Freud, que não se orienta para o real, mas para o intervalo significante, “que tenta responder à questão ‘*che vuoi?*’, que tenta, portanto, dizer o que isso quer dizer e o que isso quer nas falas como nos sintomas do analisante” (p. 28). É uma interpretação que busca determinar o significado da cadeia inconsciente, busca determinar o que isso quer dizer. Deixarei em suspenso, por ora, se essa contraposição equivale às duas vertentes da interpretação que sugeri em minha hipótese, mas vale notar que a consideração

²⁴ “Não há, repito, Outro do Outro. Não há no Outro nenhum significante que possa, conforme o caso, responder pelo que sou” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 322).

pelo lugar do real na interpretação está presente desde os primeiros anos, e não só no final do ensino, como é de costume considerar.

Sobre o segundo tipo, a interpretação do desejo, retornarei ao *Seminário 6* para buscar suas coordenadas. Nessa ocasião, Lacan (1958-1959/2016) tratava da interpretação do desejo do sonho, do *Wunsch* freudiano: “Freud trata o problema por meio do significante. É a partir daí que podemos tentar elaborar o que quer dizer interpretação” (p. 66). Qual é o procedimento do método freudiano? Consiste em extrair os termos do sonho e tratá-los como significantes, buscando produzir o desejo como o significado dos elementos.

Isso nos leva a uma fórmula do *Seminário 11* que cabe adiantar. Nessa ocasião, ele defendeu uma “interpretação significativa”, que revela uma significação que o analista é suposto saber. Mas “o que é essencial” para o advento do sujeito “é que ele veja, para além dessa significação, a qual significante – não-senso, irreduzível, traumático – ele está, como sujeito, assujeitado” (Lacan, 1964/2008, p. 243). Para Lacan, deve-se apontar, para além da significação que possa ser produzida, para um significante S1 que não tem nenhuma espécie de sentido, mas ao qual o sujeito está alienado. Esse significante originário, primário, o do traumatismo “é um S(A), um significante que não é um significante incluso no Outro” (Soler, 2012b, p. 29), um significante fora de sentido que não tem, portanto, nenhum significado acoplado. Por um lado, trata-se de um inconsciente estruturado como linguagem que, nesse momento, equivale à cadeia significante. Por outro, ressalta-se “sua ancoragem na materialidade de um significante fora de sentido” (Soler, 2012b, p. 30).

Tomando o sonho e o sintoma como uma metáfora, Lacan considerou que o significante S1 faz cadeia, e que essa articulação interessa ao trabalho de deciframento: “O que temos aqui são formas significantes que só se sustentam na medida em que estão articuladas com outros significantes” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 68). Haveria uma cadeia inconsciente que vem “se entrecruzar” (p. 157) com a cadeia de fala, “para implantar, para introduzir, outro sentido” (p.

157). Por um atamento entre simbólico (definido aqui pela cadeia significante) e imaginário, há produção de significados. “O sonho é uma metáfora. Nessa metáfora surge algo novo que é um sentido, um significado. Este é, sem dúvida nenhuma, enigmático, mas mesmo assim não é algo que não tenhamos de considerar” (p. 69). Por uma “soletração dos elementos significantes” (p. 158) do sonho, aparecem seus significados por meio desse entrecruzamento, dessa irrupção de uma cadeia inconsciente. E o grafo do desejo serviria para situar os analistas quanto ao funcionamento do discurso com base na estrutura topológica que inscreve os elementos e as relações entre eles.

O trabalho interpretativo consistiria na “restauração do desejo inconsciente” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 68) por meio de uma tentativa de “situar os significantes do relato” e “fazê-los funcionar nos trajetos das cadeias respectivamente denominadas ‘cadeia do sujeito’ e ‘cadeia significante’, tal como estão aqui postas, repetidas, insistentes diante de nós sob a forma de nosso grafo” (p. 70). Fazendo vacilar a significação atual no discurso do sujeito, o analista deixa “que dela se despregue o que implica de significante na enunciação” (p. 158), fazendo surgir os significantes recalcados, que nos colocam na via do desejo:

O desejo é esse x do sujeito capturado na rede significante, nas malhas do significante, submetido à filtragem, à peneiragem do significante. Temos como objetivo revelá-lo, reconstruí-lo, restaurá-lo no seu discurso. Como fazer isso? O que indica que possamos fazê-lo? (p. 158)

Para Lacan, o desejo permanece excluído, retornando como um enigma. Sua reconstrução passaria pelo retorno dos significantes recalcados aos quais o sujeito está alinhado. Mas o desejo não se enuncia. O que se articula na reconstrução desses significantes é a demanda recalcada, “o desejo é outra coisa, na medida em que o desejo é aquilo mediante o que o sujeito se situa, devido à existência do discurso, com relação a essa demanda” (pp. 158-159). O desejo permanece inapreensível, intangível, mas interpretá-lo significa reconhecê-lo,

ler no sintoma a mensagem de desejo que ele carrega. Não se trata de alcançá-lo pela interpretação, mas algo no nível do sintoma pode ser modificado a partir dela: “Interpretar o desejo é restaurar aquilo a que o sujeito não pode ter acesso por si só, a saber, o afeto que designa seu ser e que se situa no nível do desejo que lhe é próprio” (p. 159).

Lacan defendeu uma posição relativa à interpretação nesse período que tem relação íntima com a demanda. Vejamos a linha de raciocínio de *A direção do tratamento* (Lacan, 1958/1998). Concebe-se um sujeito marcado pela fala e numa certa relação com sua demanda. Incitado a falar livremente – uma liberdade que o sujeito tem muita dificuldade de tolerar –, o analisante experimenta uma fala que comanda o tratamento, mas que não se realiza como “fala plena”, aquela que constitui o inconsciente, a fala recalcada que seria restituída em análise. Colocando a fala em marcha, entram em questão os significantes da demanda, demanda que “é propriamente aquilo que se coloca entre parênteses na análise, estando excluída a hipótese de que o analista satisfaça a qualquer uma” (p. 647), ou seja, demanda que o analista não deve responder, já que isso conduziria a transferência à sugestão. O que não significa descartar a demanda ou não a levar a sério, pois ela tem uma função primordial. Como afirmou Dominique Fingermann (2003): “A demanda, nos volteios repetitivos de seus ditos, permite articular o inarticulável; articular, no sentido de enlaçar o impronunciável do sujeito” (p. 33).

Assim, ainda que o analista lide com “todas as articulações da demanda do sujeito” (p. 625), por meio da qual “todo o passado se entreabre” (p. 623), só deve “responder aí a partir da posição da transferência” (p. 625). O analista deve sustentar a demanda, mas não para respondê-la, e sim para que o desejo possa surgir. O desejo “é o rastro inscrito do transcurso e como que a marca do ferro do significante no ombro do sujeito que fala” (p. 636).

Sob essas condições de fala, o sujeito deveria ser incitado “à declaração do desejo” (p. 647), mas o que se constata, enfim, é a *incompatibilidade do desejo com a fala*. O desejo foge,

se esquiva, não podendo ser alcançado pela fala. Não poderia haver uma interpretação que o capturasse. E é nesse ponto que introduziu a interpretação alusiva explorada acima.

As duas dimensões da interpretação que extraí anteriormente de Soler – a *interpretação alusiva*, que aponta sem elucidar, e a *interpretação do desejo*, ligada ao sintoma como metáfora e que visa confrontar o sujeito com a estrutura de sua demanda, ou seja, com a cadeia inconsciente recalcada, oculta na demanda – fazem parte de uma estrutura. Em meu entendimento, e me deterei nisso no Capítulo 4, elas coexistem e não são excludentes. A primeira se orienta pelo e para o real; a segunda está mais ligada à concepção do simbólico como definido pela cadeia significante, e fica nesse nível, embora reconheça que há algo do desejo totalmente inalcançável pelo simbólico. Visa à cadeia inconsciente, e

é inteiramente nesse registro que a interpretação deve-se manter. Em suma, nada mais fazemos além de ensinar o sujeito, por assim dizer, a falar, a se reconhecer como sujeito no que corresponde ao D, sem, no entanto, lhe dar as respostas. (Lacan, 1958-1959/2016, p. 136)

Nessa esteira, destaco um elemento crucial para a questão: o *corte*. Ficaria o analista reduzido à não resposta de demandas, ou ao que ficou consagrado como a posição abstinente do psicanalista, pela qual algumas correntes analíticas se alienam a ponto de protocolar um silêncio absoluto? Lacan não parece ir por essa via:

Não caberia dar um papel essencial a um elemento que é imanente à situação e que se reproduz ao final de cada sessão? Quero dizer, esse vazio a que nosso desejo tem de se limitar, esse lugar que deixamos para o desejo para que ele ali se situe – em suma, o corte. *O corte é, sem dúvida, o modo mais eficaz de interpretação analítica* [ênfase adicionada]. (p. 519)

Para que guarde sua eficácia, não cabem em uma análise protocolos rígidos, como o tempo de sessão ou uma conduta de silêncio pré-definidos. A prática defendida por Lacan não

é mecânica ou pré-fabricada, não se fecha nas formalidades, mas coloca o corte em outro plano, insere-o no cálculo do analista, faz dele uma intervenção eficaz para situar o desejo.

Em suma, nesse momento temos: (a) o simbólico na dianteira, caracterizando um período em que sua prevalência é patente; (b) o real sendo considerado, nunca excluído, em segundo plano; (c) a recomendação de não responder às demandas ou fornecer respostas ao sujeito; (d) apontar, e não elucidar. Aludir, e não explicar; (e) a consideração de algo que não passa pela fala; (f) o corte como o modo mais eficaz de interpretação analítica.

3.3. Os Anos de 1960: Novas Perspectivas para a Interpretação?

3.3.1. Seminário 7: A Ética da Psicanálise

A única referência ao termo “interpretação” no seminário sobre a ética é pontual, mas de grande relevância. Ele reiterou a ideia de *A direção do tratamento* de que o analista *paga* para exercer sua função: ele paga com suas palavras, ou seja, com suas interpretações; paga com sua pessoa, pois é despossuído dela pela transferência; e paga com o seu juízo, na medida em que sua ação vai ao cerne do ser, colocando a falta-a-ser em jogo, havendo algo de sua própria ação que lhe permanece desconhecida, velada (Lacan, 1959-1960/1988).

3.3.2. Seminário 8: A Transferência

No seminário sobre a transferência, no qual recorre à obra *O banquete* de Platão, Lacan propõe uma discussão sobre o amor e suas variantes e sua relação com a transferência. Para Michele Roman Faria (2015), este seminário retoma a noção de falta de objeto introduzida desde o *Seminário 4* para acentuar que, no amor, como na transferência, está em jogo “o engano da suposição de que aquilo que falta pode ser encontrado naquele que é amado” (p. 64). Trata-se, no amor e na transferência, do objeto em sua ausência e da ilusão que gira em torno disso. Para a autora, do *Seminário 5* ao *8*, Lacan buscou caminhar pelas veredas do desejo para retornar, enfim, à relação do desejo com a falta.

Tratando do amor de Alcibíades por Sócrates e da interpretação analítica que este dá à longa e exibicionista declaração do primeiro, Lacan extraiu uma lição de interesse clínico: “o analista, como Sócrates, não deve responder desde o lugar em que é colocado” (Faria, 2015, p. 64), desvelando a verdade que o engano do amor encobre: “há falta” (p. 64). Isso implica suportar a falta que sustenta o desejo, abdicando da ânsia por suturá-la ou preenchê-la.

A interpretação aparece ligada à transferência. Na história da psicanálise, a transferência, antes de ser concebida enquanto tal, já produzia seus efeitos (Lacan lembrou inclusive o papel que teve de afastar Breuer das investigações analíticas). O fenômeno da transferência é “maneável pela interpretação” (Lacan, 1960-1961/2010, p. 218), e a elaboração teórica da técnica interpretativa precedeu a constatação da transferência enquanto fenômeno. Até chegar a isso, Freud percebia que havia algo que fazia obstáculo à rememoração, mas ainda não sabia o quê. Sua técnica consistia em incitar a rememoração o quanto possível, e, ao elaborar sobre a ação da transferência, “essa transferência é admitida imediatamente como maneável pela interpretação e, portanto, se quiserem, permeável à ação da fala” (p. 218).

Se, por um lado, a transferência é o que sustenta a possibilita a fala do analisante – “ao mesmo tempo em que se descobre a transferência, descobre-se que se a fala se mantém, como se manteve até que percebessem isso, é porque existe a transferência” (Lacan, 1960-1961/2010, pp. 218-219) –, é também aí que se esbarra com um limite, o limite da repetição que faz barreira à rememoração: “a transferência, por mais interpretada que seja, guarda em si mesma como que uma espécie de limite irreduzível” (p. 219), não podendo ser dissipada pelo simples ato de trazer à atenção consciente do analisante.

Como abordado no Capítulo 1, é pela fala que se dá a intervenção analítica, ainda que nela encontre o limite, o real que se presentifica na fala, algo do que não pode se escrever. “A armadilha, decerto, é que, ao interpretar, vocês dão ao sujeito alguma coisa de que se alimenta a fala” (Lacan, 1960-1961/2010, p. 260). *A posteriori*, Lacan retoma ideias como essa para

afirmar que o sintoma engorda com o sentido, indicando o gozo contido no blá-blá-blá, apostando ao final do ensino em uma interpretação equívoca, advertida desse tipo de armadilha.

Um aspecto importante sobre a relação entre transferência e interpretação é a assertiva freudiana de que é selvagem qualquer interpretação fora da transferência, reiterada por Lacan: “Não poderá, então, ocorrer que não seja da posição que lhe é dada pela transferência que o analista analise, interprete e intervenha sobre a própria transferência” (Lacan, 1960-1961/2010, p. 219). Ele também afirmou que “todo modo prematuro da interpretação é criticável” (p. 260), já que implica em uma compreensão precoce sobre a demanda, desconsiderando que o mais importante se situa “para além dessa demanda. É a margem da incompreensão, que é a mesma do desejo” (p. 260). Uma ânsia em compreender como essa leva ao fracasso de uma análise.

3.3.3. *Seminário 9: A Identificação*

Há uma única menção²⁵ ao termo “interpretação” no seminário de 1961-1962 digna de nota. Trata-se de uma passagem em que Lacan (1961-1962/2003) indicou que, em seus seminários, assim como numa “interpretação arriscada”, ele lança suas proposições, colocando-se na posição de esperar a resposta que surge *a posteriori* e que põe à prova sua hipótese. Recorri à versão publicada pela Staferla, que pode ser traduzida como: “Quando me aventuro em indicações semelhantes, o que é que o permite? Aqui [nos seminários], estou em uma situação confortável, como numa interpretação arriscada: espero a resposta”²⁶.

²⁵ Soler (2012b) e Martinho (2012) mencionam uma citação do *Seminário 9*, em que Lacan teria dito: “a interpretação incide [ou deve incidir] sobre a causa do desejo”. Essa passagem não foi localizada na edição consultada, publicada pelo Centro de Estudos Freudianos do Recife, nem na versão em francês da Starfela, e tampouco consta no *Índex*. Ela aparece, no entanto, em *O aturdido*, conforme discutirei adiante.

²⁶ “*Quand je m’aventure dans des indications semblables, qu’est-ce qui le permet? Ici, je suis sur le velours, comme dans une interprétation risquée: j’attends la réponse*”.

Extraio dessa provocação que o analista, seja na posição de transmissão ou em seus atendimentos, não parte de certezas ou de verdades últimas e acabadas, mas de conjecturas, cuja resposta retroagem sobre seu enunciado, conferindo-lhe sentido. Ainda que se trate de uma intervenção bem ancorada na teoria, o que dela decorre interessa mais do que sua justeza ou adequação. Ao aludir a interpretações arriscadas, não se trata de almejar alcançar “A” interpretação infalível, perfeitamente pertinente, mas de arriscar conjecturas cujo efeito só pode ser entrevisto no só-depois. Seria possível depreender disso que Lacan está incluindo na interpretação uma dimensão imprevisível e impossível de antecipar?

São riscos – talvez a interpretação seja sempre arriscada. Isso não elimina, porém, certo cálculo prévio que vem da formação do analista, capaz de formular hipóteses diagnósticas cuja imprescindibilidade é a de garantir que a interpretação não seja um mero lançar de dados ao acaso, sem ponderar consequências desastrosas de uma não distinção entre neurose e psicose. Isto é, um balanço que não subtraia o imponderável. Sobre isso, Colette Soler propôs:

relação analítica e sintoma – são, um e outro, regulados, ou seja, há leis, mecanismos, e, portanto, cálculo possível. Evidentemente, o cálculo não é tudo, não exclui a incidência da causa subjetiva singular própria a cada um, em que reside o incalculável.

O melhor que se pode fazer na psicanálise é um cálculo que dê lugar ao incalculável [ênfase adicionada]. (Soler, 2018, p. 42)

3.3.4. Seminário 10: A Angústia

Em seu décimo seminário, o termo aparece algumas vezes, em diferentes contextos. Na segunda lição, por exemplo, Lacan concedeu ao analista a designação de “interpretador” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 250). Ora, “presume-se que o analista saiba alguma coisa” (p. 25) e que transmita esse saber. Mas, em psicanálise, “o que é ensinar”, ele se perguntou, “quando se trata justamente de ensinar o que há por ensinar não apenas a quem não sabe, mas a quem não *pode* saber?” (p. 26). Uma dificuldade da psicanálise, como se referiu Freud (1917/2010),

dificuldade que não é intelectual, dificuldade de compreensão, mas “uma dificuldade afetiva” (p. 241), relacionada à dificuldade, por parte do eu, de admitir que não é senhor em sua casa, que a vida pulsional não pode ser inteiramente domada, fazendo com que “o Eu não demonstre boa vontade com a psicanálise e se recuse obstinadamente a dar-lhe crédito” (p. 251).

Assim, ainda que seja justo supor que o analista saiba alguma coisa – do ponto de vista teórico, mas principalmente da sua própria experiência enquanto analisante –, e que, portanto, ele poderia ser visto como um interpretador daquilo que não se sabe, há algo que, afinal, sempre se esquia. O que certamente desloca o próprio estatuto da interpretação, que não é mera tradução ou transposição de sentido, saber fixado comunicado àquele que ainda não sabe.

Adiante, há uma breve passagem que indica que o desejo do analista se manifesta na interpretação, e que a incidência do analista no tratamento é sua forma “mais exemplar e mais enigmática” (p. 65). E, ao trazer o *acting out* para a discussão, fez algumas considerações sobre o sintoma que creio importantes. Disse: “Vocês sabem que o sintoma não pode ser interpretado diretamente, que é preciso haver transferência, isto é, a introdução do Outro” (p. 139). O *acting out* “clama por interpretação” (p. 140), ele se oferece à interpretação, diferente do sintoma. O sintoma pode ser interpretado, é possível ser interpretado, desde que a transferência se estabeleça. Mas “o sintoma não é como *acting out*, que pede a interpretação, pois – esquecemos disso em demasia – o que a análise descobre no sintoma é que ele não é um apelo ao Outro, não é aquilo que mostra ao Outro” (p. 140). E continuou: “*O sintoma, por natureza, é gozo, não se esqueçam disso, gozo encoberto (...), ele se basta* [ênfase adicionada]” (p. 140). Aqui, Lacan já formula o sintoma como gozo, aquilo que ultrapassa a barreira do princípio do prazer.

Estamos em 23/01/1963. Há ainda muito pavimento a ser percorrido até a formulação do *sinthoma*, que vem do real e que promove rupturas com a concepção do sintoma como enigma a ser decifrado, que pode ser totalmente simbolizado. Mas a conceituação do objeto *a* já produz algumas mudanças significativas no que diz respeito à relação entre significante e

gozo. Soler (2009) afirmou que, com o objeto *a*, podemos pensar o efeito do significante sobre o gozo, “efeito ao mesmo tempo de negativização do gozo e de resto de gozo” (p. 14). Isso começa a reverberar na concepção de sintoma. Mesmo que ainda entendido como da ordem do significante, e interpretado na ordem do significante, a introdução do gozo faz com que o sentido da interpretação comece a se deslocar. O sintoma *pode* ser interpretado, mas não de forma direta, e tampouco pede por isso. Ele se basta. É gozo por natureza.

Vejamos, por exemplo, uma afirmação da mesma lição: “não é o sentido do que vocês interpretam, seja ele qual for, que importa, e sim o resto” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 141). Trata-se do resto, e não do sentido. Deixo isso em suspenso, por ora.

Outras menções pontuais incluem críticas a interpretações em que a contratransferência vai contra-a-transferência e tem como alvo o próprio inconsciente do analista (diz isso a respeito de uma análise pregressa de um paciente da psicanalista britânica Margaret Little), interpretações que mais atuam como confissões sobre os sentimentos que o analista experimenta a respeito do analisante e a função do corte que se institui a partir de pontos de virada na análise – que sim, podem ser produzidos por interpretações clássicas, mas que são verdadeiramente imprevisíveis, não podendo ser calculados ou ter seus efeitos antecipados.

Em outra passagem, comentou uma intervenção de Little, que, diante de um espiral de queixas, disse à sua paciente: “*Olhe, pare com isso, porque, literalmente, não aguento mais ouvir, você está me dando sono*” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 159), e: “*Escute, estou pouco me importando com o que você possa achar*” (p. 160). Lacan observou: “Não lhes ofereço isso como um modelo de técnica, peço-lhes é que leiam um caso clínico e acompanhem os problemas que se colocam para uma analista tão experiente quanto transbordante de autenticidade” (p. 159-160). Sua colocação nos recorda que, por mais extensamente que possamos falar do fazer do analista, há algo que só o um-a-um do caso clínico alcança. Os ditos cortantes da analista – cortantes não porque beiram ao rude, mas porque tiveram efetivamente

a função de corte, fazendo introduzir um trabalho de luto com relação à mãe que jamais havia iniciado – só podem ser apreciados suficientemente se lidos a partir dessa função de corte que se instaurou, a partir do qual “algo decisivo se mobilizou na relação transferencial” (p. 160).

Sobre o caso de Little, Christian Dunker comentou: “Note como o exemplo contraria quase tudo o que podemos conceber vagamente como uma deontologia psicanalítica: acolhimento, paciência, benevolência, a pessoa do analista, as convenções etc.” (Dunker, 2012, pp. 99-100). O caso torna-se um bom exemplo para notar que não há código de conduta ou de deveres capazes de orientar a ação analítica, relembrando a liberdade que é possível em termos de tática, desde que condicionada pela ética da psicanálise e sustentada pela transferência.

3.3.5. Seminário 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise

O termo “interpretação” não é mencionado de forma numerosa no *Seminário 11*, mas os desenvolvimentos em torno dele são significativos. Na lição de 15/04, encontramos:

A interpretação do analista não faz mais do que recobrir o fato de que o inconsciente – se ele é o que eu digo, isto é, jogo do significante – em suas formações – sonho, lapso, chiste ou sintoma – já procedeu por interpretação. O Outro, o grande Outro (A) já está lá, em toda abertura por mais fugidia que ela seja, do inconsciente. (Lacan, 1964/2008, p. 129)

Neste excerto, observa-se que o inconsciente linguageiro procede ele próprio pela interpretação. A interpretação analítica incide aí, na ordem do significante a partir do qual o inconsciente se constitui, visto que sintoma e verdade (e a verdade reside no Outro, ele é sua mansão) são feitos do mesmo material, a saber, a cadeia significante.

Quanto à transferência, o autor destacou: é um deslize “não ver no conceito de transferência senão o conceito mesmo de repetição” (p. 129), repetição esta que já está contida na fórmula: o que não pode rememorado se repete na conduta. A transferência é resistente, é

ela a responsável por fechar o inconsciente, interromper sua comunicação. Como, então, ter na transferência a baliza para a interpretação?

Para responder a isso, deve-se lembrar que não adianta esperar que o apelo a uma suposta “parte sã do eu do sujeito” (p. 130) seja o caminho para fazê-lo reconhecer o que se passa na relação com o analista – seria o equivalente a retornar à domesticação do alienado de Pinel, a de convencer o doente de sua inadequação. Tal abordagem desconhece “que é justamente essa tal parte que está interessada na transferência, que é ela que fecha a porta, ou a janela, ou o postigo, como quiserem – e que a bela com quem queremos falar está lá detrás” (p. 130). Ora, continuou, é à bela que devemos nos dirigir, e não àquilo que promove o fechamento do inconsciente. O inconsciente está do lado de fora do fechamento. “É ele que, pela boca do analista, apela à reabertura do postigo” (p. 130). O inconsciente se manifesta, quer abrir a porta, enquanto a transferência quer fechar. Sem ela, no entanto, não resta ao analista senão dar de cara na porta. Este é o seu paradoxo. “Estamos presos em esperar esse efeito de transferência para poder interpretar e, ao mesmo tempo, sabermos que ele fecha o sujeito ao efeito de nossa interpretação” (p. 246).

Em 13/05/1964, Lacan (1964/2008) retomou a fórmula: “O desejo é, em suma, a própria interpretação” (p. 173). Isso se articula, aqui, com outros enunciados da mesma lição que, em minha leitura, remontam ainda a estrutura da interpretação descrita na *Traumdeutung*. Vejamos: (a) “O recalcado primordial é um significante” (p. 173), e um andaime de significantes se edifica por cima deste para constituir um sintoma; (b) recalcado e retorno do recalcado são homogêneos em sua estrutura, “reduzíveis a funções de significantes” (p. 173); (c) Lacan situou, em uma extremidade, o recalcado e o retorno do recalcado; em outra, a interpretação, que segue a estrutura da metonímia, refazendo o caminho de substituição pelo qual os demais significantes se encadearam ao significante primordial. A interpretação “aponta o desejo, ao qual, em outro sentido, ela é idêntica” (p. 173); (d) de um lado, portanto, os

significantes do recalque; de outro, a interpretação. No intervalo, a sexualidade, “em forma de pulsões parciais” (p. 173) – trata-se, justamente, do capítulo sobre o circuito das pulsões parciais; (e) “A legibilidade do sexo na interpretação do mecanismo inconsciente é sempre retroativa” (p. 173). Assim, a interpretação, ao incidir sobre os significantes do recalque, concerne à sexualidade, tornam-na legível pelo movimento retroativo.

O Capítulo VII da *Traumdeutung* oferece uma estrutura da interpretação que pode ser lida da seguinte forma. Os elementos manifestos do sonho estão de um lado, os pensamentos oníricos latentes de outro. O trabalho do sonho faz o caminho que vai do pensamento inconsciente aos elementos manifestos, enquanto o trabalho de interpretação faz o caminho inverso, “retrocede dos elementos oníricos para os pensamentos oníricos” (Freud, 1900/2019, p. 536). A interpretação busca refazer o caminho até o pensamento inconsciente, remontando-o, a partir dos elementos fragmentados do sonho. Parece-me que Lacan trabalha aqui com a mesma estrutura da interpretação dos sonhos: aquela que visa, pelo deslizamento da cadeia, desvelar os significantes que se ligam ao significante primordial do inconsciente ao qual o sujeito está alienado, considerando que o sintoma tem estrutura simbólica.

O *Seminário II* contém algumas das mais importantes fórmulas da interpretação. Uma delas visa responder à crítica de que a interpretação estaria aberta a qualquer sentido, dobrando-se a qualquer sentido, para a polissemia infinita: “A interpretação não está aberta a todos os sentidos” (Lacan, 1964/2008, p. 242); está amparada sobre um não-senso, e visa não o sentido, mas “reduzir os significantes a seu não-senso” (p. 207). É falso dizer que qualquer interpretação é possível: “A interpretação é uma significação que não é não importa qual” (p. 242).

A interpretação, ele continuou, “tem por efeito fazer surgir um significante irreduzível” (p. 242), um significante sem-sentido, feito de não-senso, detendo assim seu deslizamento metonímico. Desse modo, “a interpretação isola um *kern*, um coração de *non-sense*, mas não é

ela mesma *non-sensical* e aberta, ou flutuante, para todos os sentidos. Ora, por que não? Porque ela não é apenas lógica, mas também ética” (Dunker, 2012, p. 96).

A interpretação não é aberta a todos os sentidos. Ela não é de modo algum não importa qual. É uma interpretação significativa, e que não deve faltar. Isto não impede que não seja essa significação que é, para o advento do sujeito, essencial. O que é essencial é que ele veja, para além dessa significação, a qual significante – não-senso, irreduzível, traumático – ele está, como sujeito, assujeitado. (Lacan, 1964/2008, p. 242-243)

A psicanalista Ana Laura Prates Pacheco (2012) apontou que Lacan antecipou aqui, com a afirmação de que a interpretação não está aberta a qualquer sentido, a escrita do discurso analítico desenvolvida no *Seminário 17*, com S1 como produção do discurso psicanalítico.

Na mesma direção, o psicanalista Marcus do Rio Teixeira afirmou que, nesse ponto, Lacan situou o S1 como aquilo que, na interpretação, detém o deslizamento metonímico do significante, antecipando a escrita do discurso analítico, e afirmou:

o significante avesso ao sentido, que não se presta à metáfora e à metonímia, não seria aquele sobre o qual incide a interpretação, mas aquele que é *produzido* por ela. Tal significante não se produz uma única vez numa análise, mas, no próprio curso desta, se produzem significantes que se aproximam cada vez mais daqueles que representam o sujeito. (Teixeira, 2014, p. 70)

Luis Izcovich (2012) sustentou que este é um programa inédito de Lacan em seu ensino, ressitando a experiência analítica “mais além da terapêutica e que dá uma nova fixação ao ser do sujeito” (p. 72). Trata-se não só de perceber o significante traumático do sujeito, mas isolá-lo, levando o sujeito “ao momento no qual, pela primeira vez, se coloca em posição de sujeitar-se ao significante primordial” (p. 72). Para o autor, essa ideia do *Seminário 11* funda o que ele chamou de “análise como escritura” (p. 71), segundo a qual há uma marca própria à experiência

analítica, uma marca indelével no sujeito futuro analista, dada a perspectiva da conexão entre final de análise e interpretação, ou seja, de que o final de análise guia a interpretação.

3.3.6. *Seminário 14: A Lógica do Fantasma*

No seminário de 1966-1967, Lacan fez algumas intervenções relevantes. No fim de 1966, retomou o grafo simplificado apresentado em *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (Lacan, 1960/1998b), destacando o S(A): “se trata aqui do S do significante, na medida em que ele seria o equivalente da presença disto que chamei de *Um Demais* [*un en trop*], que é também o que falta na cadeia significante” (Lacan, 1966-1967/2024, p. 72). Como já indicado, o S(A) é o lugar do real, o significante da falta, um significante no lugar do real para o qual o dedo da interpretação deve apontar. Nesse sentido, reafirmou: “na medida em que o significante é o que representa um sujeito para outro significante, tudo o que faremos de semelhante a esse S(A) não responde a nada menos que à função de interpretação” (p. 74), indicando que o inconsciente estruturado como uma linguagem tem ancoragem em um significante fora de sentido, dando lugar ao real, sendo nesse nível que a interpretação deve estar.

Concebendo o sintoma como metáfora, é interessante notar, no entanto, que “esse sintoma é construído sobre um significante originário, primário, o do traumatismo” (Soler, 2012b, p. 29), o S(A) que “em si mesmo não tem nenhuma espécie de sentido” (p. 29). Orientada por esse sintoma, “a interpretação funciona pela intervenção, na cadeia, do significante que lhe é imanente como um a mais [*un en plus*] – o um a mais suscetível de produzir aí um efeito de metáfora” (p. 74). A interpretação produz um efeito significação, fazendo surgir um efeito de verdade.

O significante da falta produz, portanto, um efeito de verdade. Trata-se de um *efeito de verdade*, o que não quer dizer que há interpretações verdadeiras e outras falsas. A esse respeito, no *Seminário 17*, Lacan (1969-1970/1992) lembrou que não haveria conflito entre as interpretações: “no máximo, as interpretações se completam” (p. 142), não havendo

interpretações verdadeiras e outras falsas, pois “eventualmente, esse falso de interpretação até pode ter o poder de deslocar o discurso” (p. 142).

Na lição de 26/06/1967, a interpretação é abordada a partir da tarefa do analisante, que associa livremente, dizendo o que lhe vem à cabeça. Nesse contexto, Lacan (1966-1967/2024) propõe que se reflita sobre os fatores que condicionam o discurso para além das instruções dadas pelo analista, situando aí o lugar da interpretação.

Perguntar-se o que é e como se deve fazê-la não deixa de provocar no analista um embaraço crescente, talvez pela dificuldade de se colocar, em tempo prévio, a questão de saber em que o discurso livre recomendado ao sujeito é condicionado pelo fato de que está a um passo de ser interpretado. (p. 339)

Quanto à sua tarefa, basta ao analisante se perguntar se deve ou não dizer algo para que isso já indique que deve dizê-lo, o que define a regra analítica fundamental. Há, entretanto, algo que resiste à operação de saber e que deve ser buscado nas falhas dos enunciados: a verdade. O discurso analítico está submetido à lei de solicitar uma verdade que fala, isto é, “solicitá-la, em suma, a enunciar um *veri-dito*, um *dito* verdadeiro” (Lacan, 1966-1967/2024, p. 342). A verdade fala, e dela se espera um *veridito*, algo que apenas uma fala incitada a suspender a crítica pode revelar.

Esse discurso não está submetido ao princípio da não-contradição estabelecida por Aristóteles, segundo o qual algo não pode ser, sob o mesmo ponto de vista, afirmado e negado ao mesmo tempo. Freud introduziu que a contradição é a propriedade do inconsciente, no qual esse princípio está ausente, pois, “no real, a questão da contradição não se coloca” (p. 340). O discurso ao qual o analisante se entrega não está submetido a essa lei, e “se dizendo, se fazendo, como um discurso esquisito, introduz, no entanto, uma verdade” (p. 342). Se a dimensão da verdade é eliminada, a interpretação recai na sugestão.

A interpretação não pode recair na armadilha dos binarismos verdadeira-falsa, correta-incorreta, exata-inexata. Nesse sentido:

Uma interpretação pode não ter nada a ver com o que está em questão naquele momento como verdade, contudo acontece, às vezes, de ela não cair necessariamente de lado – pois a verdade se pretende rebelde, e de todo modo lhe fizemos cócegas em algum lugar com essa interpretação, por mais inexata que seja. Não há meio de não ver que ela se põe ali a sair. (Lacan, 1966-1967/2024, p. 344)

A verdade escapa, resiste, não pode ser apreendida, mas o discurso analítico deixa seu lugar reservado. Tudo isso só se sustenta em função da transferência. O analista é colocado em posição de sujeito-suposto-saber, e deve assumir essa posição para que se produzam os efeitos da transferência, “aquele sobre os quais ele tem que intervir para retificá-los no sentido da verdade” (p. 344). Ele deve estar a meio caminho: entre a posição falsa, de ser o suposto saber que ele sabe que não é, e a de ter que retificar os efeitos dessa suposição em nome da verdade.

Vale destacar um trecho de *Respostas a estudantes de filosofia*, do mesmo ano, em que diz ser impróprio o “uso da interpretação como passe de mágica da compreensão. Uma interpretação cujos efeitos compreendemos não é uma interpretação psicanalítica. Basta ter sido analisado ou analista para saber disso” (Lacan, 1966/2003b, p. 218). A interpretação não se presta à compreensão, à iluminação ou à transformação da consciência.

3.3.7. Seminário 15: O Ato Psicanalítico

No *Seminário 15*, Lacan (1967-1968/2025) se questionou se a interpretação é uma decodificação, ligando de outro modo a cadeia significante, produzindo uma *revelação*. Seria a interpretação uma retradução, sendo a primeira inscrição significante já uma primeira tradução? Não, ele responde, não é disso que se trata na análise. Isso porque o próprio sujeito está implicado, “determinado e inscrito no mundo como causado por certo efeito de significante” (p. 57). A verdade se produz nas falhas do saber.

Não existe, para a análise, e menos ainda para o analista, em parte alguma – e aí está a novidade –, sujeito suposto saber. Há apenas isso que resiste à operação do saber que faz o sujeito, ou seja, esse resíduo que se pode chamar de verdade. (pp. 58-59)

Outro aspecto levantado aqui é que a interpretação “é contrária a tudo que até aqui foi qualificado como universal” (pp. 103-104), sendo impossível estabelecer chaves universais que abrem todas as caixas. Ademais, “o que é revelado pela intervenção interpretativa não poderia de modo algum, digamos, ser posto em uma espécie de anterioridade que se poderia saber” (p. 147). Nessa mesma direção, a transferência não é algo já inscrito que se repete, “que só esperaria para se expressar, em vez de ser produzido por seu efeito retroativo” (p. 147). Desde o *Seminário 4*, Lacan já indicava que o significante não reproduz situações, que são, na verdade, transformadas, recriadas por ele.

3.3.8. Seminário 16: De um Outro ao outro

No *Seminário 16*, há uma preparação de terreno interessante ao que será articulado no ano seguinte. Ao seguir a regra fundamental, o analisante nem sempre encontra razão suficiente no que diz, mas segue dizendo. Esse movimento já situa o grande Outro como lugar do saber, posição à qual o neurótico se acomoda bem, pois o neurótico procura saber, e, por isso, “no início da experiência analítica, não temos nenhuma dificuldade para incitá-lo, em suma, a confiar nesse Outro como o lugar em que o saber se institui, no sujeito suposto saber” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 334). É sobre o que se articula como saber que intervimos com uma interpretação, interpretação que não é qualquer, não é como a interpretação em outros campos:

A interpretação analítica se distingue pelo fato de, no que se articula desde logo como saber, por mais primitivo que seja, visar a um efeito – um efeito de saber, por se articular aí –, o qual ela torna sensível como sua verdade. (p. 334)

A interpretação analítica visa a um efeito de saber, efeito que ela toma como verdade, antecipando a fórmula do discurso analítico que coloca o saber no lugar da verdade. “Essa

verdade”, ele continuou, “está do lado do desejo, isto é, da divisão do sujeito” (p. 334). O analista induz o neurótico a enveredar pelo caminho no qual ele encontra um sujeito suposto saber, sendo uma incitação ao saber que conduz à verdade.

Ao término da operação, há um esvaziamento do objeto *a*, como representante da hiância dessa verdade rejeitada, e é esse objeto esvaziado que o próprio analista passa a representar, com seu em-si, se assim posso dizer. Em outras palavras, o analista cai, ao se tornar, ele mesmo, a ficção rejeitada. (pp. 335-336)

Para finalizar, acrescentou nesta lição que “somente a repetição é interpretável na análise, e é isso que tomamos por transferência” (p. 338). O ininterpretável é a presença do analista, “a captação do próprio analista na exploração do *a*” (p. 338). Desconhecer essa dimensão induz ao *acting out*.

3.4. Os Anos Finais: Psicanálise pelo Averso

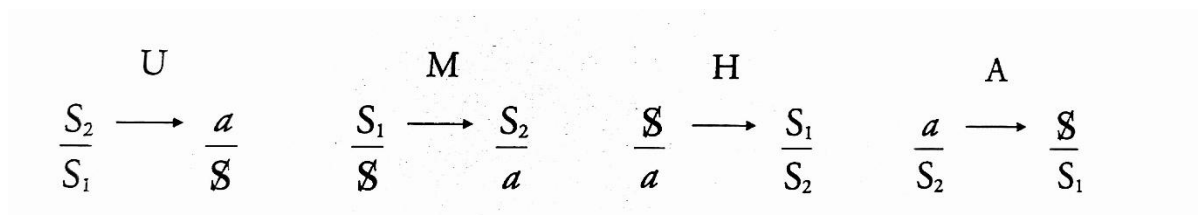
3.4.1. Seminário 17: O Averso da Psicanálise

O *Seminário 17* contém indicações bastante ricas a respeito da interpretação. De saída, Lacan (1969-1970/1992) referiu “o quanto a interpretação analítica está, ela própria, na contramão do sentido comum do termo” (p. 15).

A grande contribuição deste seminário, voltado para a formalização dos quatro discursos – o do mestre, o da universidade, o da histérica e o do analista –, no que se refere ao tema da interpretação, pode ser sintetizada na seguinte passagem: “Um saber como verdade – isto define o que deve ser a estrutura do que se chama uma interpretação” (p. 37). Para explorar esse ponto, convém apresentar os quatro discursos tal como foram escritos por Lacan nesse momento (Figura 5). Em seguida, apresento-os como constam no *Seminário 20*, na lição de 19/12/1972 (Figura 6), para melhor visualização.

Figura 5

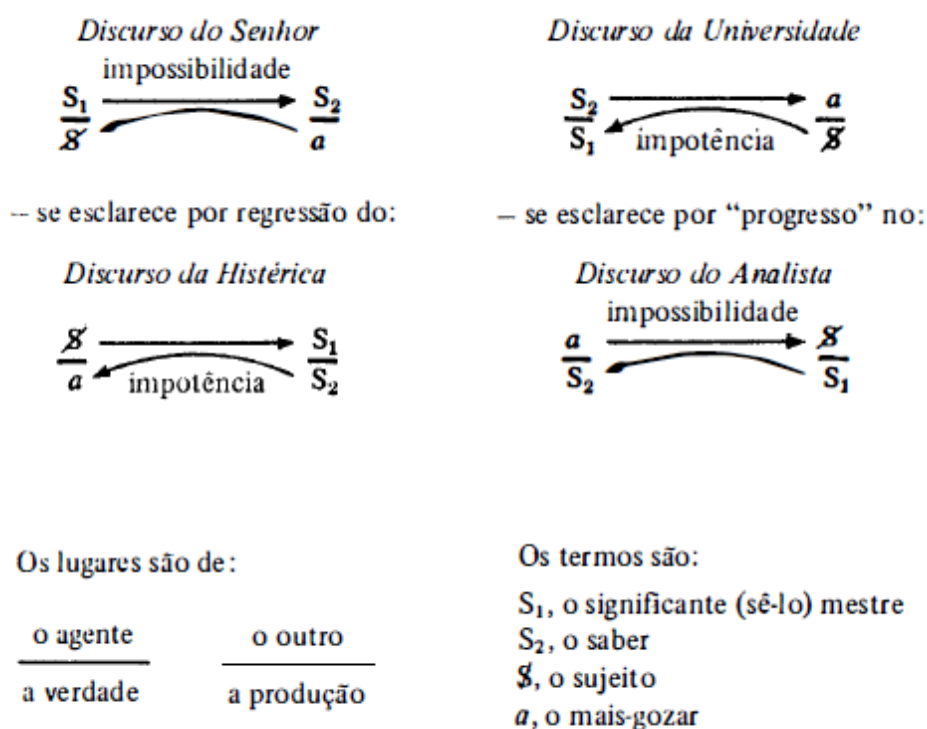
Os quatro discursos, no Seminário 17, lição de 17/12/1969



Nota: De Lacan (1969-1970/1992, p. 29)

Figura 6

Os quatro discursos, no Seminário 20, lição de 19/12/1972



Nota: De Lacan (1972-1973/2008, p. 23)

O discurso do psicanalista é aquele que agencia o trabalho psíquico, incitando o sujeito ao trabalho de investigar sobre o dizer de seu sintoma e o saber inconsciente. Assim, concede lugar para o sujeito trabalhar para produzir um saber sobre sua verdade (Maesso et. al, 2019). No lugar do semblante, do agente do discurso, está o objeto a , posição do psicanalista que, nesse lugar de a , coloca-se como suporte para a fantasia do analisante. No lugar do outro, está o sujeito, dividido, que deve se haver com os S_1 , os significantes-mestre que comandam sua

vida, e que estão no lugar da produção. O sujeito pode, por efeito das intervenções do analista, descobrir esses significantes e ir se desalienando deles. No lugar da verdade, está o saber, o saber que não se sabe, saber não-todo.

A psicanalista Maria Helena Martinho chamou atenção para o lado esquerdo do discurso do analista, o único em que o saber está no lugar da verdade. Ao indicar que *a estrutura da interpretação é um saber como verdade*, Lacan estaria “localizando, de forma implícita, o matema da interpretação na fração do lado esquerdo do discurso do analista, $a/S2$ ” (Martinho, 2012, p. 79). A interpretação intervém a nível desse saber escrito no lugar da verdade.

A verdade só pode ser dita pela metade, semi-dita. Dizê-la toda é impossível. Desse modo, Lacan introduziu aqui um modo de interpretação pelo semi-dizer, que pode se presentificar pelo enigma ou pela citação. Nas palavras de Lacan, “esses dois registros [o enigma e a citação], na medida em que participam do semi-dizer, eis o que dá o meio – e, por assim dizer, o título – sob o qual a interpretação intervém” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 38).

O *enigma* é a enunciação – e, ele nos diz, “virem-se com o enunciado” (p. 37). Trata-se de colocar uma enunciação, e não um enunciado, uma verdade sem saber. O enigma desaparece completamente quando a solução se dá. O cerne está na enunciação, no dizer sem dito, e o modo como será enunciado fica a cargo do analista. Frequentemente a interpretação é estabelecida por um enigma: “Enigma colhido, tanto quanto possível, na trama do discurso do analisante, e que você, o intérprete, de modo algum pode completar por si mesmo, nem considerar, sem mentir, como confissão” (p. 38).

A *citação* “consiste em sublinhar algo que foi enunciado no discurso do analisante” (Martinho, 2012, p. 80), colocando entre aspas o que foi dito. É um enunciado de saber, saber afirmado, introduzindo a dimensão da enunciação. O analista extrai do texto, expõe o enunciado tal como apareceu. Nos dois casos, há um semi-dizer: “por um lado, temos o enigma, verdade com o saber latente; por outro, a citação, um saber com a verdade latente” (p. 80).

O dispositivo analítico fundou um discurso que evidencia a impossibilidade de se alcançar a verdade toda. A verdade só pode ser evocada por um semi-dizer, pois não pode ser enunciada por inteiro, não pode ser inteiramente dita. Tudo o que se pode dizer da verdade limita-se a esse caráter parcial. A isso se amarra as condições de possibilidade da interpretação:

Mas o fato é que eu illustrei da última vez, esse nó do semi-dizer, indicando o que dele corresponde propriamente à interpretação, ao que articulei sobre a enunciação sem enunciado, sobre o enunciado com reserva da enunciação. Indiquei que estavam aí os pontos axiais, de equilíbrio, os eixos de gravidade próprios da interpretação, por onde nossa contribuição deve renovar profundamente o que corresponde à verdade. (Lacan, 1969-1970/1992, p. 54)

3.4.2. Seminário 18: De um Discurso que Não Fosse Semblante

No seminário de 1971, Lacan retomou o oráculo para falar da interpretação:

Se a experiência analítica acha-se implicada, por receber seus títulos de nobreza do mito edipiano, é justamente por preservar a contundência da enunciação do oráculo e, eu diria ainda, porque a interpretação permanece sempre nesse mesmo nível. Ela só é verdadeira por suas consequências, tal como o oráculo. A interpretação não é submetida à prova de uma verdade que se decida por sim ou não, mas desencadeia a verdade como tal. Só é verdadeira na medida em que é verdadeiramente seguida. (Lacan, 1971/2009, p. 13)

Desde 1948 Lacan evocava o oráculo, ressaltando que só o que decorre da interpretação, em um movimento retroativo, atesta sua pertinência. Não há, *a priori*, interpretações verdadeiras ou falsas, o que só se verifica, tal como oráculo, pelas suas consequências.

Em 1973, há dois excertos sobre o oráculo que se complementam. Em *O aturdido*, Lacan chamou a atenção para os embaraços do termo *interpretação* designar “campos tão dispersos quanto o oráculo e o fora-do-discurso da psicose” (Lacan, 1973/2003c, p. 492). Não passou

despercebido a Freud e a Lacan os riscos de que a interpretação analítica recaia no campo das certezas e impenetrabilidade da interpretação delirante da paranoia. Para Quinet (2012), a interpretação paranoica é orientada pela via do sentido, preenchendo o vazio da significação com um sentido ditado pelo delírio. Nesse sentido, “toda interpretação pela via do sentido é paranoica, na medida em que se refere a alguma significação pré-estabelecida. Ela é o avesso à ética da psicanálise que nos orienta para a desalienação dos sentidos pré-fixados” (p. 53).

Já a interpretação oracular é feita pela via do signo. Outra passagem²⁷ indica que o oráculo “não revela nem oculta, (...) faz signo [*fait signe*]” (Lacan, 1973/2003a, p. 555). A interpretação oracular *não revela nem oculta*, mas faz signo, dá um sinal. Quinet (2012) ressaltou que, em grego, a palavra oráculo designa um enigma, uma palavra obscura, remetendo à ideia do ano anterior da interpretação como semi-dizer. E o signo “só tem alcance por ter que ser *decifrado*” (Lacan, 1973/2003a, p. 550), o que reconstitui o próprio alcance da descoberta freudiana. “No entanto, ela corre o risco de ser tomada como vaticínio, fazendo com que o analisante leia seu destino no enunciado oracular como Édipo, Rei” (Quinet, 2012, p. 53).

Retomar a dimensão do oráculo é interessante pois parece consagrar aquilo que Freud depreendeu de sua experiência, com seus acertos e erros, de que não se deve apostar nas explicações exaustivas ou nas insistências naquilo que o próprio analista acredita ser o caso, guiando-se por significações *apriorísticas*. É nos ditos do analisante que a interpretação deve incidir, na unicidade de seu texto, não havendo significações edípicas pré-estabelecidas que funcionem em todos os casos, forjando assim chaves universais que abrem todas as portas. Ao que parece, esse foi o deslize de Freud com Dora, o mesmo no qual os pós-freudianos insistiram. Mas Lacan é peremptório: “Não é pelo fato de o sentido de sua interpretação ter

²⁷ Em *Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos*.

surtido efeitos que os analistas estão com a verdade, pois, mesmo que ela seja precisa, seus efeitos são incalculáveis. Ela não atesta saber algum” (Lacan, 1973/2003a, p. 555).

Ao afirmar que o que faz a entrada dos analistas “na matriz do discurso não é o sentido, mas o signo” (Lacan, 1973/2003a, p. 555), a dimensão do oráculo revela sua importância, pois não é o sentido que orienta a interpretação analítica, pois este rola como um tonel. Ao tomar o signo, o analista envereda pelo deciframento, o que implica que o inconsciente consiste em um ciframento no fundo do qual está o gozo. Nesse sentido,

É disso que resulta só haver comunicação na análise por uma via que transcende o sentido, aquela que provém da suposição de um sujeito no saber inconsciente, ou seja, no ciframento. Foi o que articulei sobre o sujeito suposto saber. (p. 555)

Em *Radiofonia*, asseverou que “como psicanalista, é pelo signo que sou alertado” (Lacan, 1970/2003, p. 411), pois o signo sinaliza a divisão do sujeito de que se trata, e isso por meio da lógica do significante.

3.4.3. Seminário 19: ...Ou pior

Nesta seção, estão incluídas tanto as passagens das conferências intituladas *O saber do psicanalista* quanto do seminário *...Ou pior*, que ocorreram no mesmo período.

No primeiro, Lacan (1971-1972/1997), dirigindo-se a uma plateia de jovens psiquiatras, retomou teses que são a espinha dorsal de sua obra, introduzidas em *Função e campo*, em que trata de uma linguagem que distingue o código da mensagem e constitui a fala como o lugar da verdade. A verdade tem estrutura de ficção e só diz a verdade quando diz “eu minto”. E “é igualmente possível que ela diga a verdade sem o saber” (p. 18). É isso que buscou designar com $S(A)$, lugar de perda que faz com que algo venha a funcionar no plano do objeto a . Estes são alguns dos termos que orbitam em torno do inconsciente estruturado como uma linguagem.

Esta é a lição em que faz o magnífico lapso que culminou na invenção da noção de *lalíngua*. Há aqui, ao que parece, o início de uma grande virada que abre caminhos muito fecundos para a interpretação.

Lacan então argumentou que não há interpretação analítica que não diga respeito ao laço entre aquilo que, no que se escuta, se manifesta como palavra, e o laço disso com o gozo²⁸. Para Lacan (1971-1972/1997), “uma interpretação analítica é sempre isso: quer o benefício seja primário ou secundário, o benefício é de gozo” (p. 18). Com *lalíngua*, o gozo toma o primeiro plano, é a isso que a interpretação se refere. A interpretação “só tem o sentido de mostrar o que o sujeito encontra” (p. 19), isto é, algo que está no registro do gozo e que, portanto, diz respeito ao corpo. *A interpretação sempre concerne ao gozo.*

A essa dimensão se articula o saber do psicanalista. “O saber, sim, é da ordem do gozo” (p. 24). Ora, não é isso que se evidencia quando constatamos – suspeito que todo psicanalista e até alguns psicólogos saibam disso em alguma medida – que “não é absolutamente suficiente compreender algo para que esse algo mude” (p. 24)? Isso equivale a perceber, como Freud o fez, o fracasso das explicações exaustivas ou das recomendações direcionadas a um objetivo, ao modo de um tutorial de *como abandonar seu sintoma*. “A questão do saber do psicanalista não é absolutamente que isso”, isto é, a compreensão, “se articule ou não, a questão é saber em que lugar é preciso estar para sustentá-lo” (p. 24). O analista interpreta através de seu saber pressuposto, da posição de sujeito suposto saber, fundamento da transferência.

A partir de *lalíngua* – e da operação da palavra no campo de *lalíngua* – a concepção da interpretação se revigora. Nesse sentido, Lacan (1971-1972/1997) afirmou que “não existe uma interpretação analítica que não seja para dar a qualquer proposição que encontramos sua relação

²⁸ No original: “*Il n’y a pas une interprétation qui ne concerne – quoi? – le lien de ce qui, dans ce que vous entendez, se manifeste de parole, le lien de ceci à la jouissance*”.

com um gozo” (p. 36). Nessa relação com o gozo, é a palavra que assegura a dimensão da verdade, verdade não-toda, que não pode ser dita completamente, apenas semi-dita.

No Seminário ...*Ou pior*, há uma passagem que diz: “O interpretador é o analisando” (Lacan, 1971-1972/2012, p. 224). E continuou: “Isto não quer dizer que o analista não esteja ali para ajudá-lo, para empurrá-lo um pouco no sentido de se interpretar, o que não se pode fazer no nível de um único analista” (p. 224). A ideia do analisante como interpretante parte de suas elaborações em torno da lógica, e se atesta pelo fato de que, se o analista não souber “colher o suficiente do que ouve do interpretador, que é aquele a quem ele dá a palavra sob o nome de analisando” (p. 224), a análise não pode progredir.

Da posição de *a*, de dejetivo, é que nasce um dizer, “um dizer que seja interpretador” (p. 226). Daí decorre o saber no lugar da verdade que pode fazer o sujeito interrogar-se, desde que se saiba que essa verdade tem estrutura de ficção. “A partir daí, é claro, interpretamos. Mas quem pode fazê-lo, a não ser aquele que se engaja no dizer e que, do irmão que somos, certamente, vai nos dar a exaltação?” (p. 226).

No texto publicado nos *Outros escritos* de mesmo nome, Lacan (1971-1972/2003) afirmou que o signo “produz gozo pela cifra que os significantes permitem” (p. 549), e que a interpretação do signo é o que “dá sentido aos efeitos de significação que a bateria significativa da linguagem instaura, em substituição à relação que ela não tem como cifrar” (p. 549). E complementou: “o signo é a obsessão que cede, que faz uma ob-cessão (grafada com c) ao gozo que decide sobre uma prática” (p. 549).

3.4.4. O Aturdido

Nesse ponto do percurso, entre os anos de 1972 e 1973, é necessário fazer uma breve interrupção nos seminários. É surpreendente notar que o seminário desse período, *Mais, ainda*, não apresente nenhuma menção ao termo “interpretação”, embora suas contribuições para o tema – muitas das quais já indicadas no Capítulo 1 – sejam tão substanciais. Não obstante, o

escrito de 1973, *O aturrito*, reúne algumas das fórmulas mais incisivas sobre a interpretação. Por essa razão, dedico a ele uma seção reservada.

Soler (1991) comentou que neste escrito, o grande texto sobre o tema, a interpretação é colocada no singular: do analisante procedem os ditos, no plural, enquanto o analista entra com o dizer da interpretação, no singular. Jogando com o equívoco, que “se inscreve ao lado de uma enunciação” (p. 77), o analista busca nele um tempo de suspensão, fazendo “vacilar o indecيدido” (p. 77) que só se precipita em certeza pela resposta do sujeito. A autora lembrou que a interpretação não é o enunciado de um saber, e este deve ficar em reserva.

A interpretação – operando com a sobredeterminação que faz surpresa – não leva o sujeito a juntar saber, ela provoca o sujeito a medir sua separação do saber. Mas, inversamente, ela designa, mobiliza, a falha do saber na medida em que deixa ao sujeito sua parte na elaboração do saber. (p. 79)

Sempre que o sujeito “se reconhece no que vocês lhe dizem, podem estar seguros de que isto não é uma interpretação” (Soler, 1991, p. 80). A finalidade deve ser suspender a resposta, e não firmar as identificações; suspender a solução, e não preencher o lugar do objeto causa de desejo ou nomeá-lo.

O aturrito parte da célebre formulação, que não versa sobre a interpretação, mas concerne à sua prática: “Que se diga fica esquecido por trás do que se diz em o que se ouve” (Lacan, 1973/2003c, p. 448), complementado por: “o dizer fica esquecido por trás do dito” (p. 449). Essa oposição entre o dizer e os ditos merece ser explicitada.

Para Soler (2018), é um erro fazer equivaler o par de oposição ditos-dizer com o par enunciados-enunciação: “É verdade que os ditos equivalem aos enunciados: é aquilo que se registra de um discurso. (...) Mas o dizer não é a enunciação” (p. 156). Segunda a autora, a enunciação é aquilo que se decifra dos enunciados. Extrai-se uma outra cadeia significante – a

cadeia inconsciente, latente ou recalcada – da cadeia dos enunciados, que é a cadeia explícita, de modo semelhante à oposição entre o conteúdo latente e o conteúdo manifesto dos sonhos.

Já o dizer é outra coisa. Está mais próximo do ato. Os ditos ou enunciados podem ser qualificados de verdadeiros ou falsos, mas o dizer não se refere à verdade: “‘Que se diga’ não depende da verdade” (Soler, 2018, p. 157), ele *ex-siste* à estrutura da linguagem. “Que se diga” é um “subjuntivo que conota o ato e a contingência” (p. 157), e o que se ouve é o significante. O ato fica então esquecido por trás do significado. O dizer não se decifra, mas, sem ele, não há ditos: “para que um dito seja verdadeiro, é preciso ainda que se o diga, que haja dele um dizer” (Lacan, 1973/2003c, p. 449).

Assim, “o dizer infere-se, em outras palavras, não se capta pela via da escuta, tampouco apenas pela via da decifração, mas por uma via lógica (a inferência provém da lógica)” (Soler, 2018, p. 158). Há um mais-além da decifração na medida em que Lacan avança com o real, retirando o predomínio do simbólico, instaurando uma operação sobre o real.

Em *O aturdito*, Lacan estabeleceu que há dois dizeres: (a) o dizer do analisante, “que se especifica ali pela demanda, cujo estatuto lógico é da ordem do modal, e que a gramática o atesta” (Lacan, 1973/2003c, p. 474). O discurso modal é aquele que se expressa pelo subjuntivo, marcado pela incerteza, pela dúvida, pela demanda, discurso que pede algo; (b) o dizer do analista, “um outro dizer, segundo entendo, é ali privilegiado: é a interpretação, que, por sua vez, não é modal, mas apofântica” (p. 474). A respeito do termo “apofântico”, Pacheco (2012) apontou a etimologia do termo: *apo* designa “embaixo” e *phaos*, “luz”. Segundo a autora, com seu dizer apofântico, o analista opera sobre os ditos do analisante, extraindo daí um dizer. O dizer do analista, portanto, não é aquele oscilante como o discurso modal do analisante, mas o discurso assertivo, que revela categoricamente.

“A interpretação”, Lacan (1973/2003c) continuou, “como formulei na época, incide sobre a causa do desejo, causa que ela revela, e isso pela demanda, que envelopa com seu modal

o conjunto dos ditos” (p. 474). Incidir sobre a causa do desejo, mas não para falar dele, não para nomeá-lo ou dizer o que ele é (Soler, 1991), mas para que o sujeito se interroge.

Por fim, outra menção digna de nota retoma a questão do oráculo e diz que “a interpretação é sentido e vai contra a significação. Oracular, o que não surpreende, pois sabemos ligar o oral à voz, pelo deslocamento sexual” (Lacan, 1973/2003c, p. 481).

3.4.5. Seminário 21: *Les Non-Dupes Errent*

No seminário de 1973-1974, Lacan (1973-1974/2018) reiterou que “a interpretação é incalculável em seus efeitos” (p. 41). Esta é uma asserção bastante explorada, que adverte os analistas de que não há como prever ou calcular os efeitos de uma interpretação – embora seja possível pensar que há um cálculo no horizonte, a partir do qual o analista extrai suas intervenções com base em suas hipóteses diagnósticas. As intervenções são calculadas, mas não seus efeitos. *Um cálculo que dê lugar ao incalculável*, como propôs Soler (2018). Ele justificou essa afirmação pelo gozo: “O que quer dizer que a interpretação é incalculável em seus efeitos? Quer dizer que seu único sentido é o gozo” (Lacan, 1973-1974/2018, p. 41).

É interessante que a virada dos anos de 1970 sejam marcados por fórmulas da interpretação cada vez mais lacônicas (e “lacônicas”) – e cada vez mais poderosas, vide a imensa produção a respeito do tema voltada a esse período. A introdução de *lalíngua* produz esse efeito, colocando o equívoco em evidência.

Na lição de 11/06/1974, Lacan retomou o estado de atenção flutuante como aquele que permite surgir, como um relâmpago, algo totalmente diferente. O método clínico de Freud, que emparelha a fala livre à disposição particular da atenção flutuante, é um dispositivo que conecta inconscientes, abdicando das operações racionais ou controladas. Renuncia-se à compreensão, permitindo que um pensamento diferente surja, o que permite que “quando o parceiro ali, o analisante, emite um pensamento, possamos ter outro muito diferente” (Lacan, 1973-1974/2018, p. 265). A interpretação não decorre da compreensão linear, mas de um encontro

fortuito, contingente, com o equívoco, o que faz com que, em nossa escuta, o que foi dito possa ser entendido de outro modo, ao contrário [*tout de travers*].

Isso decorre da equivocidade que o significante produz, em sua dimensão material, podendo soar algo inteiramente diferente da intenção do falante. Essa equivocidade advém de lalíngua: “Lalíngua ex-siste, numa outra parte em que ele crê ser seu mundo” (Lacan, 1973-1974/2018, p. 265). Lalíngua parasita a fala, determinando aquilo que é o saber inconsciente.

3.4.6. Seminário 22: RSI

No seminário *RSI*, no qual Lacan (1974-1975) estabeleceu a autonomia e a disjunção dos três registros, não havendo relação entre eles a não ser pelo enodamento, consta uma passagem que diz que “a interpretação analítica implica inteiramente uma báscula quanto ao alcance desse efeito de sentido” e que “a interpretação analítica incide de um modo que vai muito mais longe do que a palavra²⁹”. A palavra é um objeto de elaboração para o analisante e de intervenção do analista, palavra que produz efeitos. O analista, continuou, tem o hábito de fechar a boca, de mantê-la fechada, de permanecer em silêncio, nem sempre por um mau hábito, mas, por vezes, por entrever o alcance de um dizer silencioso. No entanto, nem sempre dá certo um silêncio oportuno³⁰.

3.4.7. Seminário 23: O Sinthoma

No seminário *O sinthoma*, há indicações bastante interessantes. Já na primeira lição, Lacan (1975-1976/2007), comentando a tradução do inglês para o francês da obra de James Joyce, faz uma brincadeira com o advérbio:

²⁹ No original (Staferla): “*je veux dire que l’interprétation analytique implique tout à fait une bascule dans la portée de cet effet de sens. Il est certain qu’elle porte, l’interprétation analytique, qu’elle porte d’une façon qui va beaucoup plus loin que la parole*”.

³⁰ “*c’est que ça ne réussit pas toujours, un silence opportun*”.

As a Young Man. É muito suspeito. Em francês, *as* poderia ser traduzido por *comme* [como]. Dito de outra forma, trata-se do *como-mente*.

O francês indica isso. Quando falamos e usamos um advérbio, quando dizemos *realmente*, *mentalmente*, *heroicamente*, o acréscimo desse *mente* já é, em si, indicativo de que mentimos. Há mentira indicado em todo advérbio. Não é por acaso que ela está aí. Ao interpretarmos, devemos prestar atenção nisso. (p. 18)

Lacan confere, nesse momento, uma ênfase especial à função do equívoco. Embora não se trate de uma noção nova em seu pensamento, há, ao que tudo indica, uma insistência maior nesse termo no que concerne à interpretação analítica. Isso porque “temos apenas o equívoco como arma contra o sintoma” e “é unicamente pelo equívoco que a interpretação opera. É preciso que haja alguma coisa no significante que ressoe” (Lacan, 1975-1976/2007, p. 18). Desse modo, o autor adverte que o analista deve escutar não apenas o sentido, mas também a letra e o som. Essa perspectiva faz com que a interpretação se configure como uma operação sobre a equivocação do significante que, conforme observa o psicanalista Conrado Ramos (2013), consiste em “um rearranjo das relações entre som e sentido” (p. 47).

Adiante, afirmou que “é por estar enganchado na linguagem que o sintoma subsiste, ao menos se julgamos poder modificar alguma coisa no sintoma pela manipulação dita interpretativa, isto é, jogando com o sentido” (Lacan, 1975-1976/2007, p. 39) e indicou que o inconsciente “supõe sempre um saber, e um saber falado. O inconsciente é inteiramente redutível a um saber. É o mínimo que supõe o fato de ele poder ser interpretado” (p. 127). Com o nó borromeano, a invenção freudiana é completada com o inventário de Lacan.

3.4.8. Seminário 24: *L’Insu que Sait de l’Une-Bévue s’Aile à Mourre*

O *Seminário 24* talvez reúna as passagens mais contundentes sobre interpretação – ou, ao menos, as preferidas dos psicanalistas, dada a vasta produção que se desenvolveu em torno

daquilo que se torna o elemento central desse período: a função poética. Duas lições merecem destaque: 19/04/1977 e 17/05/1977. Vamos à primeira:

Se vocês são psicanalistas, verão que o forçamento é por onde um psicanalista pode fazer soar outra coisa que o sentido. O sentido é o que ressoa com a ajuda do significante. Mas o que ressoa não vai longe, é de preferência fraco. O sentido tampona. Mas com a ajuda do que se chama a escrita poética, vocês podem ter a dimensão do que poderia ser a interpretação analítica. (Lacan, 1976-1977/1999, p. 21)

Desta passagem, Ana Laura Prates Pacheco (2013) extraiu o título de seu trabalho – *o forçamento por onde o psicanalista pode fazer ressoar outra coisa* –, no qual questiona o que haveria de comum entre o cálculo do poeta e o cálculo do analista, sugerindo que a relação entre escrita e som evidenciada pela poesia chinesa pode ensinar algo ao psicanalista.

A expressão indica que a resposta do analista deve fazer ressoar outra coisa que o sentido, pois o sentido tampona – o que se mostra coerente com a formulação de *A direção do tratamento* segundo a qual a interpretação deve “produzir algo novo” (Lacan, 1958/1998, p. 600). Nesse sentido, a função poética, “por privilegiar uma relação muito específica entre o som e o sentido, é o que possibilita fazer ressoar outra coisa” (Pacheco, 2013, p. 16). Para a autora, quando o analista força a dimensão da função poética na interpretação, o sentido é usado como meio, e não como fim. É preciso usar o sentido, “usá-lo até gastar, desgastá-lo, para que ele perca o valor e seu peso se desloque para o peso do real” (p. 16). O sentido, portanto, não é aquilo a que a interpretação visa, mas é preciso passar por ele.

“A leitura do som operada pelo psicanalista, portanto, é um forçamento, um ato que Lacan nomeia com o neologismo nada inocente *pouâte*, que une, surpreendentemente, *práxis* e *poíesis*” (p. 18). Ele serve-se da função poética não por seu valor estético, mas por seu valor ético, para fazer ressoar outra coisa.

Na mesma lição, Lacan (1976-1977/1999) prosseguiu: “É na medida em que uma interpretação justa extingue um sintoma que a verdade se especifica em ser poética” (p. 21). A ênfase na função poética foi herdada do diálogo com Jakobson (1960/2013), segundo o qual “o pendor (*Einstellung*) para a MENSAGEM como tal, o enfoque da mensagem por ela própria, eis a função *poética* da linguagem” (pp. 127-128). Para o linguista, a função poética não se reduz à poesia, não devendo ser tomada por seu valor estético. Com o destaque à mensagem em detrimento do código, os demais elementos da comunicação se tornam secundários. Os elementos como sons, ressonâncias, fonemas, homofonias e escansões tomam a dianteira.

A primeira coisa seria extinguir a noção do belo. Não temos nada a dizer do belo. É de uma outra ressonância que se trata, a ser fundada sobre o chiste. Um chiste não é belo. Ele não se sustenta senão de um equívoco ou, como diz Freud, de uma economia. Nada mais ambíguo que esta noção de economia. Porém podemos dizer que a economia funda o valor. Pois bem! Uma prática sem valor, o que se trataria para nós de instituir. (Lacan, 1976-1977/1999, p. 21).

Extinguir a noção do belo; um chiste não é belo: evocar a função poética não se dá por seu valor estético, não é em função do belo. Interpretar orientando-se pela mensagem se aproxima “mais do chiste que do belo, tendo em vista que o que entra em jogo na função da interpretação é a economia, o gozo que o equívoco significante produz” (Ramos, 2013, p. 47). Assim, é sobre a estrutura do chiste, enquanto aquilo que, pelo riso, produz um efeito de sentido, que a interpretação pelo equívoco significante pode ser pensada.

Pelo equívoco significante, um novo efeito de sentido é produzido. “Este efeito de sentido, no que diz respeito ao sintoma, só vale pelo que ele aponta de produção de gozo, na medida em que sua economia funda um valor, valor de uso” (Ramos, 2013, p. 47). A interpretação visa ao valor de uso, valor econômico do sintoma, que pode ser pensado como

valor de verdade. Instituir *uma prática sem valor*, já que se trata de economia de gozo, pulsional, é esvaziar esse gozo de que se alimenta o sintoma.

Na lição de 17/05/1977, Lacan (1976-1977/1999) comentou a tradução (seria melhor dizer a transliteração) do *Unbewusst* freudiano por *une-bévue*, um equívoco, sustentando assim formalmente o seu inconsciente real. E apontou para o caráter da poesia de ser “efeito de sentido, mas também efeito de furo” (p. 24). Por conseguinte, “somente a poesia, já disse, permite a interpretação” (p. 24). E finalizou introduzindo seu contundente neologismo: “não sou assaz poeta. Eu não sou *poata-assaz* [*pouate assez*]” (p. 24), fazendo um jogo de palavras entre ato (*ate*) e poeta (*poete*). Com a poesia, surge a dimensão do ato orientado pelo real, e não uma produção literária ou o domínio do fascínio estético. Seria uma nova dimensão da clínica, “poática”, indo mais-além do dispositivo freudiano, que estaria em jogo?

3.4.9. Seminário 27: Dissolução

No seminário de 1979-1980, há uma única menção ao termo, que indica que, se a interpretação se reduzir à produção de sentido, negligenciando que seu motor está no significante, a psicanálise se torna uma religião (Lacan, 1979-1980). A religião é a moradia original do sentido.

3.4.10. Mais Além dos Seminários: Finalizações

Além dos seminários, há três publicações dos anos de 1970 que devem ser destacadas. Trata-se de: *Prefácio à edição inglesa do Seminário 11, A terceira* e as conferências proferidas nos Estados Unidos, traduzidas na edição consultada como *Lacan in North Armorica*.

No *Prefácio*, Lacan (1976/2003) indicou:

Quando o esp de um laps – ou seja, visto que só escrevo em francês, o espaço de um lapso – já não tem nenhum impacto de sentido (ou interpretação), só então temos certeza de estar no inconsciente. O que sabe, consigo. (p. 567)

Esse é um momento crucial, pois Lacan havia passado pelo nó borromeano e pelo gozo de lalíngua, chegando ao inconsciente real e à redefinição do sintoma, “fazendo dele não mais uma metáfora linguageira, mas uma função da letra” (Soler, 2018, p. 114). O *sinthoma* surge para tratar daquilo que está além da decifração, estando no campo do puro não-sentido, ao contrário do sintoma-metáfora, como formação de compromisso. Nesse sentido, quando o lapso não tem mais valor de sentido, se está no domínio do inconsciente real, e “pode-se dizer a mesma coisa do sintoma” (Soler, 2009, p. 23).

Quanto à *Terceira*, trata-se de uma ocasião particularmente interessante por retomar outros dois momentos paradigmáticos de seu pensamento. Fazendo referência à *Função e campo*, o primeiro discurso de Roma, ele lembrou que ali já estavam presentes as coordenadas que permitiram avançar até lalíngua e, com isso, oferecer novas perspectivas da interpretação analítica, que vão além da decifração: “A interpretação, formulei, não é interpretação de sentido, mas jogo com a equivocidade, e foi por isso que coloquei o acento sobre o significante na língua. Designei-o como instância da letra” (Lacan, 1974/2022, p. 33). E continuou: “Disso resulta, acrescentei depois, sem mais efeitos, que é em lalíngua que a interpretação opera – o que não impede que o inconsciente seja estruturado como uma linguagem” (p. 33).

Com a insistência no impossível da decifração, não é uma fissura no método clínico de Freud que se inscreve aqui? “Nossa interpretação deve visar o essencial no jogo de palavras para não ser aquela que alimenta de sentido o sintoma” (p. 42).

Quanto mais se alimenta o sintoma com o sentido, mais ele engorda, já que o sintoma é aquilo que não cessa de se escrever a partir do real. Produzir equivocidade com ele é “domesticá-lo” (Lacan, 1974/2022, p. 43), e é “por aí que se ganha o terreno que separa o sintoma do gozo fálico” (p. 43). Pela equivocidade, algo desse sintoma pode se dissipar.

É na medida em que algo no simbólico se restringe pelo que chamei de jogo de palavras, a equivocidade, a qual comporta a abolição do sentido, é nessa medida que tudo o que

diz respeito ao gozo, e particularmente ao gozo fálico, pode igualmente se restringir.
(pp. 53-54)

O sintoma se desdobra, se expande por meio do gozo fálico, buscando compensar a impossibilidade da relação sexual. Gozo parcial e substitutivo, simbólico. A intervenção analítica incide igualmente sobre o significante, fazendo “algo do campo do sintoma recuar” (p. 55). Soler (2018) sustentou que houve um remanejamento do simbólico a partir do *Seminário 21*: o simbólico dos anos de 1970 não faz cadeia, não consiste em elementos articulados entre si, mas elementos disjuntos, “de Uns não encadeados, não enodados entre si” (p. 67). Por conseguinte, o simbólico de que Lacan trata aqui é o simbólico suportado por lalíngua, cujo saber inscrito constitui o inconsciente. Trata-se de intervenções pelo simbólico, mas de um simbólico que faz furo. Nesse sentido, afirmou: “Isso não impede que o círculo marcado com o S não corresponda a algo desse saber que jamais será reduzido. Isto é, a saber, a *Urverdrängt* de Freud, ou seja, o que, do inconsciente, nunca será interpretado” (p. 55).

Nas conferências estadunidenses, Lacan (1975/2016) afirmou: “Em nenhum caso uma intervenção psicanalítica deve ser teórica, sugestiva, quer dizer, imperativa; ela deve ser equívoca. A interpretação analítica não é feita para ser compreendida, é feita para produzir vagas” (p. 53) – uma tradução preferível, em minha opinião, seria “produzir ondas”.

Adiante, ele completou que o significante “é o que se presta ao equívoco. A interpretação deve sempre – no analista – ter em conta que nisso que é dito existe o sonoro, e esse sonoro deve consonar com o que é no inconsciente” (p. 79).

CAPÍTULO 4

DESDOBRAMENTOS:

As Vertentes da Interpretação: Da Decifração ao Ato

4.1. A Transferência e o Desejo do Analista

Desde sua descoberta, o fenômeno da transferência revelou-se para Freud o mais complexo obstáculo do tratamento. As dificuldades de seu manejo revelaram-se um impasse maior do que o esperado, impondo-se um impossível de recordar que obstruía o trabalho de deciframento. Não obstante, sem ela, nada funciona. Nesse sentido, Marc Strauss (2012) relembrou que a suposição de saber da transferência mobiliza o enigma, “um saber reconhecido como tal em um signo, mas cujo sentido escapa” (p. 21), fazendo funcionar a função do suposto saber e renovando o sentido da formação do inconsciente.

Convém lembrar também um aspecto sublinhado por Freud: não é a ignorância em si que está no cerne do adoecimento psíquico, mas as resistências do eu, que podem inclusive se intensificar com intervenções explicativas, apressadas ou fora da transferência. Para ele, interpretar era uma questão de *tato* – e isso raramente se aprende nos livros. Há uma técnica que pode ser descrita; há regras que podem ser formuladas. Contudo, esse nível está longe de encerrar as condições necessária para a formação.

A própria experiência como analisante impõe seu peso. E, nesse rumo, podemos evocar o desejo do analista, que “não é um desejo em falta, é um desejo positivado, produto de uma análise” (Quinet, 2022, p. 16), caracterizado pelo “vazio do saber como causa, o não-saber sustentando o lugar da causa para o analisante” (p. 14). Trata-se do desejo de fazer o outro decifrar-se e de obter sua mais radical diferença, sua mais radical singularidade, como disse Lacan no *Seminário 11*:

O desejo do analista não é um desejo puro. É um desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando, confrontado com o significante primordial, o sujeito vem,

pela primeira vez, à posição de se assujeitar a ele. Só aí pode surgir a significação de um amor sem limite, porque fora dos limites da lei, somente onde ele pode viver. (Lacan, 1964/2008, p. 267)

O desejo do analista, em sua diferença absoluta, caracteriza-se não pela falta ou pela insatisfação, mas pelo seu modo positivado, ligado à singularidade radical que a análise, ao convocar o sujeito a falar em nome próprio, pode produzir. Efeito que quer ser transmitido. A diferença absoluta é “aquilo que o faz diverso de todos, o que o faz objetar ao ‘todos marchando no mesmo passo’” (Quinet, 2022, p. 17). Opõe-se, inclusive, à reunião em massa, à formação de uma unidade de analistas que responderia em uníssono em nome da psicanálise.

Em *Nota italiana*, Lacan (1973/2003b) afirmou que “só existe analista se esse desejo lhe advier, que já por isso ele seja rebotalho [*rebut*] da dita (humanidade)” (p. 313). Desse rebotalho, “o analista deve trazer a marca” (p. 313), supondo um outro saber que não é o da ciência, mas “rebotalhos da douta ignorância” (p. 313) que produz “um desejo inédito” (p. 313). O rebotalho, aquilo que sobra, resto, é a marca do analista. Rebotalho do simbólico, marca do objeto *a*. Marca da absoluta diferença, da verificação da inconsistência do Outro.

Para Quinet (2022), não basta constatar ser um excluído, um rebotalho da humanidade, um nada, um zero à esquerda, visto que se poderia adentrar no gozo do rebotalho do qual é necessário sair para que algo inédito possa surgir. Abdicar dessa posição para consentir com sua solidão, seu desterro, sua diferença, fazendo surgir em seu lugar não o lamento ou a revolta por sua exclusão, mas o entusiasmo: “Esta é a marca do desejo do analista, ou seja, para chegar à posição de analista, não só deve aceitar que é só e excluído do Outro, mas ainda deve sair daí satisfeito e entusiasmado!” (p. 20)

Esse desejo inédito, produto de uma análise, não pode ser adquirido por meio de livros ou cursos, indício de que há algo de intransmissível. Na *Proposição de 9 de outubro de 1967*, Lacan (1967/2003) declarou que “o desejo do psicanalista é sua enunciação” (p. 257),

indicando que esse desejo não pode ser dito, não cabe em enunciados, mas inscreve-se como um *x*, um enigma para o analisante. Freud sugeria essa dimensão ao condicionar a formação do analista à análise pessoal e ao trabalho com os pares. Lacan acrescentou a experiência do final de análise, sustentando que só aquele que levou a termo sua análise faz uma interpretação *à bon escient*, evidenciando que o analisante precede o analista. Desconhecer essa dimensão conduz à psicanálise selvagem e ao uso da transferência como exercício de poder.

A articulação entre o desejo do analista e o fim de análise se relaciona àquilo que o analisante que precede o analista encontrou em sua análise, limite ao saber e desinvestimento no sentido decorrente de sua destituição subjetiva. Para Quinet (2022), o desejo do analista é uma resposta, e não uma pergunta. Uma resposta não-toda, “que a torna enigmática para fazer o seu analisante fazer análise” (p. 16), mobilizando o simbólico que faz falar. Desejo que impulsiona e que protege das imposturas da dualidade imaginária, que faria com que o analista entrasse com sua subjetividade, sua demanda de reconhecimento e de amor, seu desejo de curar, cuidar, proteger, reparar o mal-estar. É o que mobiliza o analista à criação, à reinvenção da psicanálise a cada vez, estando ligado ao desejo de transmissão do intransmissível.

4.2. O Mal-Estar do Analista: Resistência e Horror

A psicanálise lida com a demanda de melhora do mal-estar e do sofrimento do sintoma, e o analista com o árduo dever de sustentar-se na posição de não responder a tais demandas. Essa é a máxima repetida à exaustão: não responder às demandas que lhe são endereçadas. O que está em jogo, afinal, nessa afirmação?

Como visto, o período entre o fim dos anos de 1950 e início de 1960 ficaram marcados pelas elaborações em torno do desejo e sua relação com a falta. O trabalho analítico tem o desejo como horizonte, esse enigma “capturado na rede significante, nas malhas do significante” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 158). Embora inapreensível, o desejo pode ser decifrado a partir da cadeia inconsciente que se presentifica fala. Como não se enuncia,

retornando apenas como enigma, o que se articula no discurso é a demanda. Nesse período do ensino, a análise visa ler no sintoma a mensagem de desejo latente, presentificada nos significantes na fala. Isso se articula como demanda de sentido, à qual o analista não deve responder. Pode ser tentador oferecer ao sujeito em sofrimento o que ele pede, mas a que preço?

O caminho das pedras do desejo, a provação do desejo na experiência analítica, passa pelo tratamento da demanda. Este tratamento não pode preocupar-se em suturar ou saturar essa demanda, restaurando um hipotético bem-estar, como haveria de se esperar de uma terapia, pois o que se descobre no caminho do desejo é que o mal-estar é efeito e defeito de estrutura, é irremediável. (Fingermann, 2003, p. 28)

É a demanda que permite articular o inarticulável, e assim formular a suposição de saber sobre o ser no Outro (Fingermann, 2003), que, na relação transferencial, se manifesta como a passagem de poderes do sujeito ao Outro e o conseqüente encontro com o limite do saber. Assim, “a crença no sintoma – a crença de que ele quer dizer alguma coisa – e a esperança no sujeito suposto saber, pontos de alavanca da transferência, baseiam-se nesse valor estrutural da demanda e fundam o princípio operatório da psicanálise” (p. 34).

O analista é cotidianamente convocado a responder de certa forma a uma demanda de sentido, demanda motivada por um mal-estar irremediável. Abster-se de uma resposta tranquilizadora é trágico, desconfortável, não combina com o bom-senso. Ele se vê, com alguma frequência, diante de seu próprio mal-estar, de suas resistências, do horror de seu ato. É verdade que Freud advertiu os analistas de que se mantivessem em reserva, permanecendo neutros quanto às demandas, mas suportar essa dimensão sem se abrigar sob práticas protocolares não seria uma especificidade própria do dispositivo analítico de Lacan, descolando-se, nos últimos anos, um pouco mais do campo freudiano, que foi inaugurado pelo princípio do prazer? Não estaria aqui situado o radical da experiência analítica no que tange ao campo do gozo, no além do princípio do prazer?

O título de Fingermann (2003), recortado de uma fala de Lacan em *Televisão*, é audacioso: *A psicoterapia reconduz ao pior*. Ao final, completou: “Se não fosse por demais provocante, eu poderia completar o nosso título dizendo: a psicoterapia retorna ao pior e a psicanálise conduz ao bon-heur!” (p. 42). O retorno do pior se refere ao real excluído pela política do bem-estar, que comanda, dentre outras áreas, a da psicoterapia. Portanto, embora possa ter soado pessimista até aqui, não é o caso, de modo algum, de sustentar que a psicanálise estaria situada na extremidade diametralmente oposta, amparada em algum tipo de política do mal-estar, da angústia, devendo o sujeito sofrer para reencontrar sua verdade. Acontece que, quando expulsamos o real pela porta, ele entra pela janela.

O alívio que a palavra eventualmente oferece ao sintoma não deve nos desorientar. A análise não deve estar centrada na entrega de saber ao analisante, nem posicionar o analista como o repositório da verdade ou como agente de remediação da falta estrutural. É essa dimensão da demanda, a que busca uma compensação para a falta-a-ser com um saber suposto, que não deve ser respondida. Há, invariavelmente, um resto que escapa ao saber, a despeito do que pode ser produzido como saber (e isso não é pouco). Do lugar de onde cabe o interpretável e se produz uma operação de saber do que não se sabe, o analista deve também avistar no horizonte o furo no saber, o insabível.

No amor e na transferência, está em jogo o engano da suposição de que o que falta pode ser encontrado no amado. O analista não deve responder do lugar de saber onde é colocado, mas suportar a falta que sustenta o desejo e que não pode ser preenchida. Diante do paradoxo da transferência – entre a repetição e a criação, o interpretável e o limite irreduzível –, o analista responde de modo a fazer vacilar o sentido e abalar a significação fixada do neurótico. Além disso, “presentifica, em ato, a não cumplicidade com a fantasia pela qual o sujeito tenta enrolar o parceiro” (Fingermann, 2003, p. 36). Por isso, paga com sua pessoa, sendo dela destituído.

“Peço-te que recuses o que te ofereço por que: não é isso” (Lacan, 1971-1972/2012, p. 79). Não há significante que alcance a pulsão, não podendo alcançar “isso” que causa a demanda e que busca sossego na resposta do Outro. Essa demanda de sentido, o analista recusa. E, por isso, paga – para fazer o sujeito produzir a sua resposta ao desejo, em nome próprio, e na rota contrária ao princípio do prazer, que pede sossego. Em uma análise, não é o sossego que se almeja, e se com ele nos encontrarmos é pelo poder apaziguador da palavra, que oferece uma satisfação parcial e uma promessa pacificadora. Não deve, entretanto, centrar-se em suturar a ferida, expulsar o mal-estar.

Perguntado sobre a diferença entre psicanálise e psicoterapia em *Televisão*, já que as duas só agem por meio de palavras, Lacan (1974/2003) respondeu: “O bom senso representa a sugestão, a comédia, o riso. (...) É aí que a psicoterapia, seja ela qual for, estanca, não porque não exerça um certo bem, mas por ser um bem que leva ao pior” (p. 513). Fingermann (2003) completou: “a psicoterapia exerce algum bem, mas este bem não evita o retorno do pior, o retorno do real excluído pela política do bem-estar” (p. 38). O bom sentido da interpretação que dá sentido permanece na via da sugestão. Mediar, remediar, aconselhar, explicar etc. podem exercer algum bem, mas “não têm chance alguma de suturar a divisão do sujeito que o determina e o real que o afeta” (p. 41).

O analista intervém, em ato, a partir do fora do sentido e do impossível da relação sexual. Contudo, a manutenção do discurso analítico, com o analista no lugar de *a* e a impossibilidade sempre no horizonte, pode levar ao desconforto e eventualmente à impotência. Diante disso, Lacan localizou a resistência do lado do analista e destacou o horror que seu próprio ato suscita nele. Essas considerações reforçam a prerrogativa de que o analista não se mantenha na posição de quem faz o bem ou de Outro consistente, detentor de uma solução para a divisão subjetiva, para manter o real à distância ou para responder à questão do ser.

4.3. As Coordenadas Freudianas e o Trilhamento de Lacan: A Dupla Vertente

Retomarei brevemente algumas coordenadas já exploradas do trabalho de Freud com a interpretação para tentar responder a algumas das questões que impulsionaram esta pesquisa.

A interpretação freudiana tem como paradigma a interpretação dos sonhos, e com esse modelo fundou o método psicanalítico. O analista busca desvelar os motivos ocultos, incompatíveis com o eu, este que tentou aniquilá-los, tornando-os em parte desconhecidos. Seu método clínico consiste na exigência de abandonar a censura na fala, buscando, para cada elemento, as associações involuntárias acerca dele, sem recuar diante das contradições ou desconexões. Isso porque a dúvida é um elemento central, bastante sugestiva dos rastros do recalque, que pode incidir também na eliminação de nexos e na produção de falsas ligações.

O procedimento visa levar aos pensamentos latentes que originaram o sonho. O modelo é aplicável aos sintomas, entendidos como expressão simbólica da cena traumática recalçada, formação de compromisso para o conflito originário, uma nova forma de satisfação. Busca-se relacionar os sintomas à sua etiologia psíquica, levando às ideias censuradas que fizeram uma nova perfuração para emergir. Fazer passar do conteúdo manifesto, censurado e deformado, ao desejo inconsciente que está por trás. Decifrar o hieróglifo, que resiste à compreensão. Sugiro que a estrutura de seu método de leitura possa ser assim sintetizado: o analista escuta “retirando os vigias das portas da razão”, sem ativar a reflexão intencional, deixando-se levar pelo *rebaixamento da censura* da fala associativa, tomando o *conteúdo absurdo* do sonho como texto a ser lido, e tendo em seu horizonte o limite irredutível do *umbigo do sonho*.

E como responde àquilo que lê? A hipótese inicial, de que a interpretação freudiana clássica se caracteriza por uma intervenção explicativa voltada à revelação do sentido de um conteúdo inconsciente é, em parte, contrariada. Se Freud parece almejar determinar o desejo como significado da cadeia inconsciente, promovendo, digamos, uma equivalência entre o significante manifesto na fala e o significado oculto inconsciente, deparou-se, por outro lado, com o real na clínica e nele buscou se deter. Não ignorou ou desconheceu as limitações de uma

interpretação pela via do sentido, que buscasse responder ao *che vuoi?* e ao que isso quer dizer. Tratou do umbigo do sonho, da ineficácia de intervenções demasiado explicativas, dos limites da rememoração e do caráter fragmentário e não-todo das construções. A ênfase de seu método não recaiu sobre esses aspectos, tidos como obstáculos ao trabalho, mas deixou, sem dúvidas, rastros suficientes para fazer a teoria avançar. Com o umbigo do sonho – ponto insondável, o impossível da produção de sentido, incapaz de tamponar a falta de sentido –, Lacan extraiu o intangível da ordem da letra: litoral entre real e simbólico, aquilo que se escreve e não se fala.

Em minha leitura, há dois momentos de referência para a interpretação freudiana: (1) a análise dos sonhos como paradigma da técnica, modo de interpretar que não se baseia em chaves interpretativas universais, mas na extração dos termos do sonho no relato, tratados como significantes, buscando o desejo como significado; (2) a aposta nas “construções” analíticas, edificações de sentido para contornar a cena traumática, enfatizando, não obstante, que são conjecturas que aguardam confirmação, além de serem arriscadas e incompletas.

É importante vislumbrar não só o que Freud privilegiou como o que ficou em segundo plano, mas legível em sua obra. Ele não foi alheio aos limites da técnica interpretativa, ao impossível de decifrar e à ineficácia das explicações extensas, logo se deparando com um poderoso fator econômico em jogo. Entendeu que o trabalho analítico é realizado a dois (em uma relação que não é de simetria ou de intimidade, mas de disparidade), reconhecendo de certo modo a descentralização necessária da figura do analista, e que não há simbologia universal capaz de dar conta da radical singularidade de cada formação do inconsciente. Assim, apesar de supor, a partir de uma primeira leitura, que a interpretação clássica freudiana estaria exclusivamente amparada na revelação de um conteúdo inconsciente sob a forma de uma explicação, o analista ocupando papel de grande importância, fica evidente que Freud não seguiu uma única vertente e parece não considerar possível estabelecer regras fixas para sua condução – seus escritos técnicos testemunham essa impossibilidade.

A segunda vertente da interpretação, orientada pelo real, não foi desconsiderada, mas explorada como um obstáculo. O real, embora jamais tenha sido pronunciado por Freud, passa por baixo, desliza sob a descoberta da transferência, sobretudo com a chegada da pulsão de morte, que evidencia seu caráter pulsional. O real como aquilo que atravessa o bom andar da carruagem e faz da psicanálise muito mais que uma técnica, mas uma práxis sustentada por uma ética. Ao ler nas entrelinhas, Lacan extraiu novos desdobramentos, até chegar na proposição do *dispositivo pelo qual o real toca no real*.

Quanto à formação dos analistas, Freud não deixou protocolos que garantiriam o exercício da psicanálise, mas “conselhos”, “dicas” – como poderíamos traduzir *Ratschläge*, termo que intitula as *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise* (Freud, 1912/2010) –, apoiados em observações atinentes à sua prática e ao seu estilo, não cabendo generalizações ou padronizações. Em *Variantes do tratamento-padrão*, Lacan (1955/1998) comentou que essa reserva indicada por Freud não deve ser somente atribuída à sua profunda modéstia, “sendo antes reconhecida como afirmando a verdade de que a análise só pode encontrar sua medida nas vias de uma douda ignorância” (p. 364).

Diana Rabinovich (2000) teceu algumas considerações sobre a douda ignorância, relacionando-a ao saber e ao desejo do psicanalista. Tal noção, que designa uma ignorância na qual se revela o não-saber, foi extraída por Lacan de Nicolau de Cusa, filósofo da virada da Idade Média para a Idade Moderna, autor da obra *A douda ignorância*. Conforme explicitou a autora, Nicolau de Cusa retirou a curiosidade e o desejo de saber do campo da proibição, já que estavam relacionados ao pecado da soberba, rompendo com a ideia de que o conhecimento era finito, regulado por Deus. Para ele, o humano é habitado por um espírito insaciável de conhecer e é continuamente confrontado com o inesgotável da natureza dos objetos. O desejo de saber o impulsiona a se familiarizar cada vez mais com o desconhecido, o inalcançável, o infinito.

Confrontado e, de certa forma, conformado com o não-saber, é possível, não obstante, alcançar um saber um pouco mais preciso. O não-saber atua então como causa que move o saber.

A douta ignorância designa “um saber marcado como um saber acerca do saber, que proíbe todo caráter definitivo, sendo, portanto, inesgotável” (Rabinovich, 2000, p. 41). Temos aqui um primeiro passo do método científico, que institui um saber metódico, sistemático, que tolera ou deveria tolerar um não-saber em seu interior e que se orienta por um progresso sem ponto definitivo de chegada. Lacan, ao afirmar que a análise encontra sua medida nas vias de uma douta ignorância, recusa qualquer realização completa do saber, e aponta para o engano da suposição que sustenta a transferência.

Nicolau de Cusa deixou uma importante contribuição à matemática, sustentando que o sujeito humano criou a matematização do mundo, sendo a matemática fabricada e não dada por Deus. Postulou ainda que “a aritmética e a geometria deixam sempre um resto não-realizado em toda aplicação a objetos reais” (Rabinovich, 2000, p. 45). Para a autora, essa ideia do resto produzido entre um saber e sua aplicação ao real coincide com o conceito de objeto a : “O resto opera para além de todo saber matemático, o resto move o saber, mesmo sendo um produto do saber” (p. 45). O resto é aquilo que se persegue incansavelmente sem nunca conseguir alcançar.

No discurso analítico, o analista está no lugar de agenciador do discurso, de semblante de a . Ele precisa suportar o lugar de resto, para que no lugar da verdade surja um saber não-todo, saber que esbarra no limite, no furo do simbólico, que descumpra a promessa pacificadora da palavra. Rabinovich (2000) articulou o desejo do psicanalista à ética da psicanálise e à responsabilidade do analista, sendo esta a de “deixar aberta, na sua subjetividade, essa hiância do desejo” (p. 15), esvaziando assim o lugar de seu desejo como sujeito do inconsciente para deixar livre o lugar do desejo. Oferecer um vazio, que permita o surgimento do objeto a . Para ocupar esse lugar, é preciso situar-se em termos da douta ignorância: “Se o analista acredita que sua tarefa é transmitir um saber, está profundamente enganado acerca do que seja a

psicanálise” (p. 37), pois o saber em questão “é aquilo que o paciente mesmo transmitirá sobre seu próprio inconsciente através da associação livre” (p. 37).

Ainda que Freud tenha reconhecido as nuances que refletem sobre os limites da clínica, certos aspectos permaneceram apenas tangenciados. O umbigo do sonho, por exemplo, é mencionado apenas duas vezes na *Traumdeutung*, uma delas em nota de rodapé. Do mesmo modo, a elaboração das construções representa uma aposta nas edificações de sentido. Mas não trabalharíamos, frequentemente, com desconstruções, visando esvaziar os sentidos fixados e as convicções de saber aos quais o neurótico se agarra? Insistir nesse caminho não incorreria no risco de recair na violência da interpretação, reinstalando o analista no lugar de saber que reforça as cristalizações e certezas imaginárias?

Lacan problematizou a decifração freudiana e a leitura do saber inconsciente, sustentando que a verdade não pode ser toda alcançada. Para Lima (2024), trata-se de uma demonstração de que o gozo se revela como uma falha no programa do princípio do prazer; remontar a história, fazer conjecturas ou atribuir sentido ao passado não é o bastante para que a verdade se revele. O esquecido não pode ser totalmente apreendido, pois a rememoração “não toca o real pulsional” (p. 57). São nesses resíduos em meio ao relato que Freud tropeçou, daí o seu pessimismo “quanto à elucidação simbólica dos nós significantes que liberariam o sujeito do sintoma. Se a rememoração simbólica lida com a metáfora e a metonímia, trazendo movimento e fluidez, a manifestação residual é fixação, irremovível” (p. 57).

Indo além do sentido, Lacan partiu, como Freud, do significante, para então ir mais-além, abrindo caminho para constituir um saber sobre a verdade, incluindo algo do gozo, e só a partir desse reconhecimento o dispositivo pode operar sobre o real. Essa é a psicanálise pelo avesso que Lacan fez emergir a partir do *Seminário 17*, aquela que faz ultrapassar o campo da significação fálica para “constituir os discursos como escrituras, (...) suplantando assim a centralidade topológica do pai” (Lima, 2024, p. 58). Constitui-se assim um saber acerca do

não-sabido, indo além da escuta e da decifração. Ao apontar para os limites da interpretação-decifração, para o fosso que ela tenta encobrir, Lacan buscou a cada vez determinar um dispositivo que operasse sobre o real, e não um que o tivesse como obstáculo.

Diante de tudo isso, é preciso dizer que não se trata de um antagonismo radical entre a posição de Freud e a de Lacan, a partir da qual uma deve ter preponderância sobre a outra. Ainda assim, é preciso diferenciá-las. Parece-me que há, como presumido, duas vertentes da interpretação. A primeira estaria orientada pelo sintoma como metáfora, mais fortemente defendida e praticada por Freud. Nessa perspectiva, a psicanálise poderia ser reduzida a uma prática de tradução. Apoiada na decifração, essa vertente foi abordada por Izcovich (2012)³¹ como aquela que “parte da cadeia significante do sujeito e volta a ela” (p. 71). A decifração, para o autor, produz um novo saber que desmonta aquele saber que funcionou como certeza para o sujeito, ao qual ele está alienado e que funciona como uma tela. Podemos nos referir a essa vertente como aquela que “traz à luz”, que elucida, ou como apontou Lacan, aquela que se dedica “a fazer perceber o sujeito” (p. 71), isto é, fazê-lo perceber os significantes aos quais está sujeitado. Se a psicanálise tivesse ficado só até onde Freud foi com a interpretação dos sonhos, talvez poderíamos dizer que ela “não é outra coisa que a decifração e a finalidade de uma análise não seria outra coisa que uma prática de tradução de texto” (p. 71).

Lacan foi traçando, nas linhas de desejo da rota freudiana, soluções elegantes para os problemas clínicos, apontando para o equívoco de lalíngua, para um mais-além da decifração freudiana. Para Izcovich (2012), Lacan demonstrou que a leitura do texto inconsciente é somente uma parte restrita da experiência, assinalando o limite da pretensão freudiana de dar sentido ao sintoma: “Trata-se da encruzilhada dada pelo fato de que a leitura dá sentido ao

³¹ O autor toca nesse ponto a que me refiro como a dupla vertente da interpretação, mas não é sua intenção desdobrá-lo. Para ele, não são duas técnicas diferentes de interpretação, mas uma concepção segundo a qual a análise não se limita à leitura e decifração, mas ao que ele chamou de análise como escritura, conforme indicarei.

sintoma, mas traz em si um saber que não tem limite” (p. 70). Como vimos, isso está dado desde muito cedo em sua obra, encontrando refinamentos e formalizações à medida que avança.

Nessa segunda vertente, correlata à redefinição do sintoma que reelabora o dispositivo clínico, observa-se uma descontinuidade na experiência, advertida do risco de passar ao largo do real nas buscas infinitas de sentido. Desde a interpretação que aponta para o horizonte desabitado do ser, as coordenadas que determinam o fim de análise já vinham se estremecendo, pois se a experiência se reduzisse à primeira vertente, estaríamos fadados ao desgaste ditado pela busca incessante pelo sentido, que sempre se renova.

Izcovich (2012) se referiu ao que denomino como segunda vertente como “análise como escritura” (p. 70), perspectiva que vai além do sentido e tem no real do sintoma suas coordenadas. De que escritura se trata? Da “possibilidade de que o real do sintoma se inscreva como marca no corpo” (p. 70). Assim, continuou, “a análise como escritura é o que possibilita uma marca própria à experiência analítica que se propõe a isolar o significante traumático do sujeito, o que é algo mais além do que percebê-lo” (p. 71). Por essa razão, afirmou que a interpretação deixa “marcas”, o que o levou a intitular seu escrito *As marcas da interpretação*.

Isso pode ser depreendido desde que Lacan estabeleceu, nos primeiros anos, que a análise se orienta pela estrutura da atividade simbólica, guiada pelo significante que não reproduz situações passadas, mas as transformam. Sobre isso, Torres (2021) comentou:

O fato de não haver lembrança do reprimido, mesmo depois da construção, indica que nem tudo da repressão é rememorável, e que há algo a ser posto, criado: há também um ‘fazer algo com isso’ que não é do campo da recordação. (p. 33)

É possível então dizer que o analista, junto ao analisante, não só participa da leitura do inconsciente, mas também da escrita³². Isso ultrapassa a intenção inicialmente enunciada de

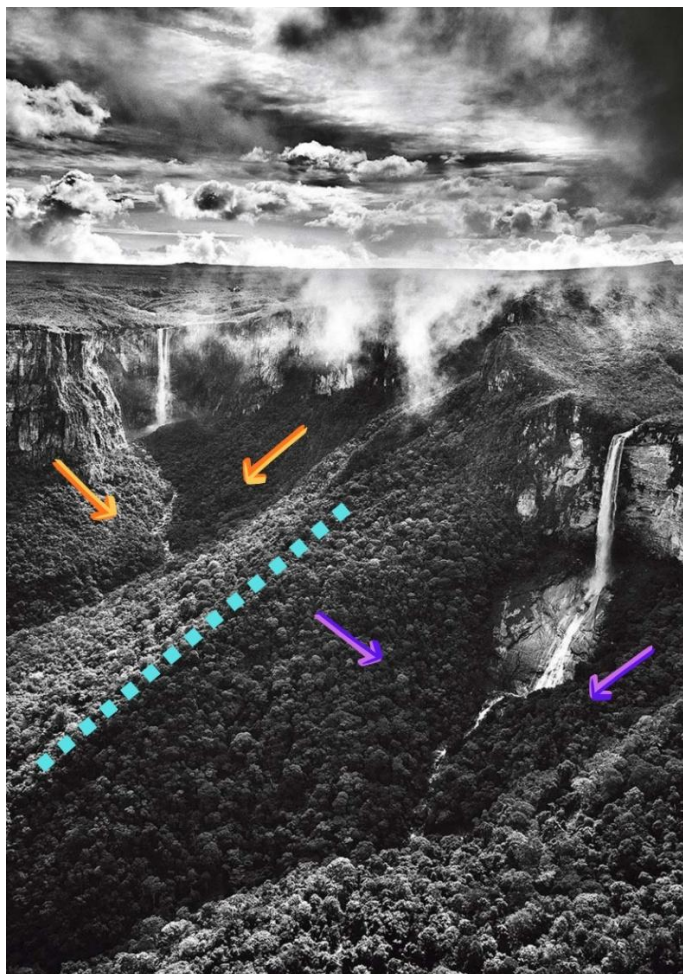
³² Lacan indicou isso textualmente no *Seminário 25*, conforme abordei no Capítulo 1.

Freud, para o qual “o analista apenas desvela o que é já existente enquanto recalçado” (Torres, 2021, p. 27). Como sugeriu o autor, poderíamos com isso questionar até que ponto a *via de levare* abarca realmente tudo o que acontece na experiência. Para Freud (1905/2016), o trabalho do analista se dá *per via di levare*, como na arte da escultura, que retira da pedra o que cobre a superfície da estátua nela contida. Ele afirmou: “A terapia analítica não deseja acrescentar ou introduzir algo novo, mas sim retirar, extrair, e para isso cuida da gênese dos sintomas doentios e do contexto psíquico da ideia patogênica, cuja remoção é seu objetivo” (p. 337). Já a sugestão atua *per via de porre*, acrescentando algo onde não havia, como na pintura, que aplica cores à tela em branco. Assim, no mais-além da decifração e do interpretável, da leitura e da pura extração, parece haver uma marca deixada pela experiência, uma escrita indelével no corpo.

Na elaboração das hipóteses, utilizei o termo “vertente” no sentido figurado, algo que possui faces opostas ou distintas. Desconhecia a utilização do termo pela geografia, especificamente pela geomorfologia, que designa “planos de declives variados que divergem das cristas ou dos interflúvios, enquadrando o vale” (Guerra, 1993, p. 434). Trata-se do declive que fornece o caminho para a água escoar em direção ao rio. As vertentes que enquadraram o vale ao redor do curso d’água fazem o escoamento para alimentar o rio (Figura 7).

Figura 7

As vertentes do rio



Nota: fotografia adaptada de Sebastião Salgado, parte de sua série *Amazônia*. As setas indicam as vertentes que desaguam no rio e a linha pontilhada indica o divisor de águas ou interflúvio.

De modo análogo, sugiro que as diferentes vertentes da interpretação analítica, embora possam partir de diferentes direções e tomar diferentes formas, a partir da ampla diversidade tática do analista, convergem para um mesmo ponto, norteadas pela ética da psicanálise. Nesse sentido, podemos lembrar a insistência de Lacan no *Seminário 11* em afirmar que a interpretação não está aberta a todos os sentidos, não é não importa qual, pois é sobretudo ética. Não se trata de prescindir de uma vertente em favor de outra, mas de que o analista opere um saber-fazer, no caso a caso, com aquilo que lhe é endereçado, e cujos efeitos, se não podem ser previstos ou precipitados, são orientados a partir da ética que o orienta, que pode ser figurado como rio principal.

Tensionando a analogia ainda mais, pode-se dizer que diferentes vertentes alimentam afluentes que compõem a mesma bacia hidrográfica. Na Figura 7, podemos supor que os dois corpos d'água indicados se encontrarão adiante, formando o rio principal. Mesmo separadas pelo divisor de águas, as águas confluem, reúnem-se. É importante determinar cada vertente ou grupo de vertentes que alimentam um curso d'água, reparando em suas especificidades, inclinações, no ecossistema circundante. Mas, eventualmente, é preciso olhar para o todo, para o rio principal, o curso d'água de maior volume para o qual todos os afluentes desagüam.

Destaco ainda que nem sempre a vertente da interpretação precisa ser uma queda vertiginosa, apressando-se ao tempo do sujeito ou se pretendendo a grandes e espetaculares viradas. Cada paisagem tem os seus traços únicos. Nas áreas de planície, por exemplo, em que há menos inclinações no relevo, como é característico na maior parte da Amazônia, o rio desenha seu curso, fazendo mais curvas (os chamados meandros), e eventualmente refazendo seus caminhos, abandonando certas rotas (Figura 8).

Figura 8

Os meandros do rio Juruá, no Amazonas



Nota: De Geopanoramas [@geopanoramas]. (2025, 01 novembro). Nem todo rio corre; algumas águas caminham lentamente até o destino [post]. *Instagram*. <https://www.instagram.com/p/DQhJ3-kDmei/>

As rotas abandonadas mantêm rastros, como podemos notar nas margens do fluxo principal. Elas não são eliminadas da paisagem, mas passam a compor o bioma, e são elas próprias ambientes ricos em biodiversidade. Faz parte abandonar alguns caminhos em função de outros, mudar rotas. Mas os restos não são erradicados, deixam marcas indeléveis. A rota não é linear e não depende necessariamente de declives abruptos. Cada rio traça seu percurso.

4.4. O Inconsciente Real e o Real que Comanda a Verdade

O inconsciente real, concepção apresentada a partir dos anos de 1970, especialmente a partir do seminário *Mais, ainda*, produziu alguns efeitos sobre a interpretação e a direção do tratamento, uma vez que é correlativa à mudança na definição do *sinthoma*. O *sinthoma* como vindo do real produz uma fissura na noção do sintoma decifrável e que pode ser totalmente

simbolizado pelo analisante. La língua introduz ainda que “tudo aquilo que se decifra em uma análise é somente uma elucubração de saber” (Soler, 2009, p. 13). Essa nova perspectiva questiona a decifração analítica, recolocando definitivamente a relação entre o significante e o gozo e produzindo efeitos sobre o fim de análise, colocando a destituição subjetiva em questão.

Para avançar no inconsciente real, é necessário tratar da verdade, tema abordado por Soler (2009) a partir de uma questão subtextual que guiou Lacan durante décadas: o que faz função de real no saber? O saber não é real, o saber referido por Lacan é o saber do inconsciente, que é suposto. É o que o algoritmo da transferência (Figura 9) indica, articulando o S maiúsculo (significante da transferência, que é apresentado ao analista) ao sujeito suposto (s embaixo da barra) ao que está entre parênteses, isto é, os significantes supostos, presentes no inconsciente: “A transferência supõe que há significantes inconscientes, escritos sob a barra, que podem se tornar significantes do sujeito por decifração e, então, dar sentido ao que o sujeito apresentava como o enigma de seus sofrimentos” (p. 14). Pela transferência, os significantes inconscientes poderiam emergir, decifrados, e dar sentido ao enigma que se apresenta como sintoma.

Figura 9

O algoritmo da transferência

$$\frac{S}{s (S^1, S^2, \dots S^n)} \longrightarrow S^q$$

Nota: De Proposição de 9 de outubro de 1967 (Lacan, 1967/2003, p. 253)

Mas o que faz função do real nesse saber suposto produzido sob transferência? Para Soler (2009), a resposta para essa questão circulava, em um primeiro momento, em torno da fantasia com o seu objeto, o objeto latente no saber, que “dá sentido a todos os dizeres, a todos os atos do sujeito” (p. 15). O objeto *a*, aquele que falta e que está alhures, que não se tem, é o objeto extraído do vivente pela linguagem, recortado na operação que interdita o gozo ao falante, deixando-lhe um gozo parcial. A relação fantasmática com esse objeto teria uma função

de real no saber, ou seja, a fantasia seria o que faz essa função de real. No entanto, a fantasia adere ao imaginário, é inseparável dele, o que levou Lacan inclusive a constatar que “o objeto ‘a’ é imaginário, um semblante de preferência” (p. 15). O objeto *a* não é real, e, portanto, a fantasia e o objeto não fazem essa função. O que, então, faz função de real no saber?

O que faz função de real no saber, Lacan constatou adiante, *é o impossível*. “O problema é: como, numa prática de falas, encontrar algo do impossível? É então que Lacan recorre à escrita: faz função de real, em nossa prática de decifração, o que não pode se escrever” (Soler, 2009, p. 16). Para localizar algo do real que se presentifica na fala, recorreu às modalidades lógicas de Aristóteles e estabeleceu que, na impossibilidade de que a relação sexual venha a se escrever, o real comparece no lado do saber. O real na fala comparece no limite do sentido, na impossibilidade da relação sexual.

“Mas como se escreve numa análise? Sem caneta” (Soler, 2009, p. 16). Há relação da fala com o real, e não somente com a verdade, algo da fala que passa pela escrita: “na fala sob transferência, o dizer tem efeitos de escritos” (p. 16). A escrita desdobra seus efeitos no discurso analítico e não é da ordem do significante, mas do real. Apesar disso, é pela tagarelice que algo do real se atinge. Na busca incessante pela verdade, sempre inacessível, ficam rastros (vestígios escritos) que testemunham a impotência da verdade. Algo se escreve a despeito (ou em razão) dessa impotência. O que se escreve a partir do dizer é da ordem do contingente:

A tese de Lacan é que o impossível, que faz função de real no saber, se prova na psicanálise pela contingência [ênfase adicionada], isso quer dizer que o que se escreve pelo viés da fala sob transferência demonstra indiretamente o que não se escreve. E o que se escreve é unicamente o que diz respeito ao Um fálico, o Um dizer que fala sozinho. (Soler, 2009, p. 17)

Lacan encontrou na modalidade do impossível aquilo que faz função de real no saber, e é pela contingência que isso pode produzir. A forclusão da relação sexual, à qual a fantasia

com seu objeto tenta fazer suplência, é o que faz função de real no saber que cifra o gozo. Havendo um encontro no momento oportuno (*bon-heur*³³), a contingência de um encontro, algo do real pode comparecer na fala, produzindo um corte, uma abertura dos possíveis, a partir do qual o novo pode ser produzido, reposicionando o sujeito na relação com o gozo. “Lacan vai introduzir, depois de todas essas tentativas, o termo o inconsciente real” (Soler, 2009, p. 17).

Lacan esteve desde o início diante desse impossível. Isso se demonstra, por exemplo, quando se refere ao inconsciente como “saber sem sujeito”, que contradiz a fórmula do sujeito suposto saber e implode, de certo modo, a própria estrutura da cadeia significante: os significantes S2 que fazem cadeia com S1, que representa o sujeito. No discurso do mestre, há a escrita de um impossível que vai de S1 a S2, “e isso quer dizer, a despeito de Freud, que lá onde estava o saber inconsciente, eu não poderia advir, eu não advenho” (Soler, 2009, p. 18). Quando falou do ato, disse: *o inconsciente, saber sem sujeito*, inscrevendo um impossível.

No *Seminário 15*, Lacan (1967-1968/2025) questionou: o que acontece com o sujeito suposto saber quando nos deparamos com “essa espécie de impensável que no inconsciente nos situa um saber sem sujeito” (p. 95)? O significante recalcado no inconsciente que retorna está recalcado “pelo fato de que não implica sujeito, de que não é mais o que representa um sujeito para outro significante, de que se articula com outro significante sem, contudo, representar o sujeito” (p. 95). E que consequências isso tem para o sujeito suposto saber? “Seguramente ele cai” (p. 96), culminando em um esvaziamento da posição do analista. “O objeto pequeno a é a realização dessa espécie de des-ser que atinge o sujeito suposto saber” (p. 96)

A ideia do inconsciente como saber sem sujeito entra em ressonância com o gozo, pois implica que “não sou sujeito desse inconsciente, porque esse saber está alojado em outro lugar” (Soler, 2009, p. 18), alojado na substância gozante do corpo, atestando que os significantes

³³ Neologismo de Lacan que aparece, dentre outros, em *Televisão*, amálgama entre *bonheur* (felicidade) e *bon* (bom) *heur* (hora): boa hora, bom encontro, feliz acaso.

articulados ao sintoma não têm morada só na linguagem, mas também na substância gozante. Isso alude ao inconsciente como saber articulado a partir de lalíngua.

A reformulação do inconsciente remete ao gozo e à noção de lalíngua que lhe é solidária, que alargam o campo da linguagem. Há significantes que não pertencem à linguagem do sujeito, mas que podem estar em lalíngua, pois lalíngua parasita a fala, presentificando o que não foi integrado no discurso. O inconsciente real surge para sustentar algo que não é da linguagem, mas de lalíngua, de onde vêm os significantes que estão no real, no campo do gozo, situados na interseção entre simbólico e real no nó borromeano (Soler, 2009). O inconsciente-saber se divide, havendo uma parte decifrada, uma elucubração, pois sempre hipotético, e uma parte que concerne à lalíngua. Lalíngua “é, no fundo, o lugar de um saber que ultrapassa o sujeito” (p. 19), e vai muito mais longe do que se pode articular a nível da linguagem.

“Existem, portanto, dois saberes: o saber decifrado, que pode se constituir como linguagem; e o saber falado de alíngua, que não é linguagem” (Soler, 2009, p. 19). Nos termos de Freud, há mais de um tipo de ignorância, havendo algo da ordem do enigma, que pede solução, e algo que não passa pela interpretação, que não pode ser dissipado pela resolução do enigma. Os significantes que regulam o gozo do sintoma, significantes de lalíngua, não representam o sujeito, vindos de S2, “que podemos chamar de signo ou letra, tanto faz, é um significante que é causa e também objeto de gozo” (p. 19).

Ao lado da decifração – colocação em linguagem de alguma coisa que concerne ao inconsciente –, persiste algo que permanece inapreensível. Isso porque “alíngua surge como a grande reserva de onde a decifração extrai fiapos, fragmentos, tiquinhos, mas o inconsciente alíngua continua real, permanece inapreensível” (Soler, 2009, p. 20). A lalação é o som, sons ouvidos, sem-sentido, mas ligados a um estado de contentamento, pois o bebê balbucia quando está contente, havendo ligação com o gozo. Em lalíngua, não há sentido nem ordem, e ela não

é nem um conjunto, nem uma estrutura de linguagem ou de discurso. Mas tem efeitos, embora sempre orientada por um princípio de incerteza.

Lalíngua vem de uma impregnação, resultado da chuva da língua materna, da qual a criança recebe uma marca. Dos sons fora de sentido ouvidos, detritos se depositam, “Uns reais fora de sentido” (Soler, 2009, p. 21). Em um segundo momento, estes Uns se conectam ao gozo, especialmente ao gozo fálico. Lalíngua é falada e ouvida, recolhida de forma singular, e algo disso se imprime nos lapsos e nos tropeços, Uns erráticos conectados ao gozo corporal.

O inconsciente real ou inconsciente-lalíngua, fora da cadeia e do sentido, é anterior ao inconsciente-linguagem, ao que pode ser articulado e do discurso organizado. Haveria então o inconsciente freudiano, decifrável, e o inconsciente lacaniano, real, inconsciente-lalíngua? Soler (2009) respondeu:

Poderíamos dizer diferentes coisas sobre esse ponto, mas, em todo caso, lembro como Lacan o comenta. Ele não conclui absolutamente que há dois inconscientes, e o diz de uma forma muito bonita. Ele diz: ‘o inconsciente foi Freud que inventou, e isso se inventou de um só golpe’. Mas, depois da invenção, ele diz que a invenção pode tornar-se o inventário. O inventário que ele se atribui quer dizer que talvez haja partes que não tinham aparecido. Não seria excessivo dizer que o nó borromeano apresenta o enodamento da invenção freudiana completada pelo inventário lacaniano. (p. 22)

O inconsciente real incide sobre o *status* da fala, colocando o gozo no centro da questão. Há algo da fala que concerne ao gozo e não se dirige a ninguém, não é uma fala de troca (Soler, 2009). Que concerne ao gozo de lalíngua, anterior à linguagem. E que, como tal, não passa à decifração simbólica. Nessa esteira, Lacan propõe a interpretação poética, “para tocar, fazer ressoarem, ecoarem as palavras que contam” (p. 23), que têm peso particular para cada sujeito.

Nisso entra a mudança de *status* do sintoma, entendido como acontecimento de corpo, mais do que uma formação languageira. O *sinthoma* é uma *fixação* incalculável, contingente. Não

faz laço social, está situado entre simbólico e real. De um lado, o domínio do inconsciente real, aquele em que se está quando o lapso não tem mais valor de sentido, emergência do real. De outro, a análise por decifração, na qual há produção de sentido. Para Soler (2009), trata-se de uma “oscilação entre sentido e emergência de real, (...) báscula entre verdade e real” (p. 24). Não se está sempre no inconsciente real; por isso, a análise não dispensa o sentido. Essas elaborações, portanto, não são um convite a prescindir do simbólico, longe disso, pois é nele que intervimos. Mas trata-se de considerá-lo como um simbólico que faz furo. No *Seminário 24*, Lacan (1976-1977/1999) reiterou: “O sintoma é real. É mesmo a única coisa verdadeiramente real, quer dizer, que conserva um sentido no real. É bem por essa razão que a psicanálise pode, se existe a chance, intervir simbolicamente para dissolvê-lo no real” (p. 17).

4.5. O Ato Analítico

Os primeiros levantamentos que compuseram o arcabouço teórico deste trabalho levaram a uma intuição em duas direções, como formulado nas hipóteses. A primeira, já comentada, refere-se à dupla vertente da interpretação. A segunda, que pretendo desdobrar agora, partiu da ideia de que o avanço do pensamento de Lacan o levou a sucessivas retomadas de seus conceitos e teses centrais, passando pelo remanejamento dos três registros e pelo deslocamento do *SIR* ao *RSI*. Intuí que os desenvolvimentos dos últimos anos repercutiram de modo ainda mais profundo na concepção da interpretação analítica – que Lacan jamais tratou sem reservas – e culminaram na formulação do ato analítico, que surgiu a partir de 1967, no *Seminário 14*, e o acompanhou até os últimos momentos (Krutzen, 2022), alargando o campo da intervenção analítica.

O ato analítico vem responder, ao que parece, a uma reconfiguração da intervenção analítica, colocando a simbolização e a inscrição significante em segundo plano, instaurando uma destituição do sujeito. Adami et al. (2021) desenvolveram a questão do ato em artigo intitulado *Ato analítico e a potência clínica do indeterminado*, sugerindo que a ato tem a

potencialidade de ressituar a condição desejante do sujeito, que padece com cristalizações narrativas e identificações que o alienam aos desígnios do Outro. Rompendo com o instituído, o ato inaugura uma nova cadeia significativa, mobilizando uma força transformativa.

A questão do ato é tão interessante que mereceria um capítulo inteiro, mas me deterei em alguns aspectos. O primeiro deles é que é preciso dois para executar um trabalho analítico, que pode ser lido como uma conjunção entre ato e tarefa. Sem o ato do analista, o analisante não leva a cabo sua tarefa, a de associar livremente. O trabalho que o analisante empenha é indicado pela dimensão ativa do termo, escrita no gerúndio: *analisante*, e não *analizado*, pois não há um tipo ideal atingido ao término. Do lado do analista, está o ato, a instituição da operação analítica. Do lado do analisante, podemos indicar uma espécie de circuito que vai da transferência e alienação ao Outro à destituição do analista do lugar de saber, decorrente de um desinvestimento no sentido.

O ato analítico carrega uma dimensão de imprevisível, incalculável, qualidade que Lacan estendeu à interpretação no *Seminário 21*, onde afirmou que tal dimensão se deve ao fato de que a interpretação se refere ao gozo, e não é possível calcular o que diz respeito ao gozo, sendo da ordem do contingente (Lacan, 1973-1974/2018, p. 41). Isso parece sugerir que toda intervenção analítica é, mesmo que planejada, incerta em seus efeitos, retirando qualquer pretensão pautada na crença de que “o saber já está ali à nossa espera antes que o façamos surgir” (Lacan, 1967-1968/2025, p. 25), pretensão que chamou de superficial.

Nessa mesma lição do *Seminário 15*, Lacan (1967-1968/2025) apontou para a condição paradoxal do ato: o fato de que alguém possa “basear uma experiência em pressupostos que ele mesmo ignora profundamente” (pp. 25-26), ignorância “em relação aos pressupostos estruturais da instauração da experiência” (p. 26). Este é um aspecto radical, inteiramente avesso ao reinado da consciência e da racionalidade da ciência moderna, e que carrega consigo a parte intransmissível da experiência, ao qual só se pode ter acesso a partir do próprio percurso

como analisante. Sobre isso, Adami et al. (2021) comentaram: “Fundar uma experiência naquilo que se desconhece implica uma condição de descentramento tal, só passível de ser posta em ato se o próprio analista decantou de seu percurso uma experiência de destituição subjetiva” (pp. 547-548). Disso que ele desconhece, o indeterminado da experiência, o analista tem horror. Ele carrega consigo a marca de sua própria experiência de destituição, tendo “verificado a inconsistência do Outro” (p. 548), do que resulta a dissolução da transferência.

A questão da destituição subjetiva no ato implica, como afirmou a psicanalista Ida Freitas (2003), em uma passagem do sujeito faltante e demandante de sentido ao sujeito destituído, passando por uma operação de perda, com a qual se deve consentir. Advertido de sua castração, ao sujeito destituído resta um mais-além das armadilhas do imaginário, do excesso de determinação das identificações, devendo inventar para si uma nova posição. Para Freitas, “cabe a cada um suportar-se a si mesmo com sua incompletude e criar sua maneira particular de estar, dizer, ser no mundo com seu sintoma” (p. 121).

A entrada em análise constitui um ato, que institui a operação a partir da qual a suposição de saber da transferência possibilita o trabalho e instaura o discurso analítico. Não há ato sem transferência (Lacan, 1967-1968/2025), pois é esta que “carrega a força do saber depositado no analista e precisamente quando essa esperança se torna decepção é que o ato de passagem se efetiva” (Adami et al., 2021, p. 547). É a transferência que suporta os efeitos potencialmente devastadores, se não fosse a sustentação pelo vínculo amoroso. O final da análise também constitui um ato, que faz cair o saber suposto ao analista, derrubando as ilusões de completude e consistência do Outro, fazendo a passagem do analisante a analista. Ato sem sujeito, sem saber, sem previsão ou certeza do tempo exato. No começo era o ato, mas também no meio e no fim.

Para encerrar, importa indicar uma dimensão que envolve o ato e retoma as questões iniciais esboçadas na introdução. No seminário sobre o tema, Lacan (1967-1968/2025)

afirmou: “É na medida em que o ato psicanalítico é desconhecido que se registram os efeitos negativos quanto ao progresso do que de saber a análise pode totalizar” (p. 60). Ele situou assim o ato no campo do desconhecido e apontou para o déficit em relação ao que a análise pode armazenar de saber. No limite, o mais radical da experiência se situa no campo do inefável, do desconhecido, não podendo ser todo transmitido. Lacan foi diligente em formalizar o campo do impossível, a ponto de tornar a técnica integralmente subordinada à ética do desejo, perspectiva que se sobrepõe a qualquer diretriz ou convenção técnica que, no fundo, tampona o imponderável e mascara a impossibilidade de antecipação.

O ato radicaliza algo da experiência – incluindo em seu perímetro a escuta, a resposta e a ação – que passa por fora, mais-além do simbolizável, do articulável a nível do significante. Não é o caso, claro, de prescindir disto, mas de colocar o impossível no centro da experiência, colocando-o ao alcance de nosso fazer a possibilidade de fazer algo com isso – mesmo que sempre tateando, em alguma medida, no desconhecido.

Não caberia então estender o neologismo de Lacan para pensarmos na dimensão po-ética da clínica, para incluir o ato, mas também po-ética, pois se orienta fundamentalmente pela ética da psicanálise?

Fins

Conjugando a função poética, o ato e a ética, é possível ir ainda muito mais longe. Restringirei-me a traçar algumas considerações finais, resto a concluir.

Aquilo que designei como dupla vertente da interpretação parece ter se esboçado desde o início em Lacan, tomando contornos cada vez mais bem definidos. O ano de 1958, com os *Seminários 5 e 6* e *A direção do tratamento*, é decisivo para colocar o real no horizonte, propondo um dizer que aponta sem elucidar e uma interpretação que deixa marcas pela introdução de um significante. Estabeleceu-se assim uma direção da intervenção analítica que coexiste àquela que tenta responder, ao fazer vacilar a significação da fala, ao que isso quer dizer e que o sujeito não tem acesso, restaurando o desejo ao determinar o significado latente da cadeia pelo efeito do cruzamento entre imaginário e simbólico. Fixa-se a coexistência da parte que pode ser decifrada/elucubrada à parte que concerne ao sem-sentido de lalíngua.

Se pudermos de fato trabalhar com tal distinção, é preciso dizer que elas não são excludentes. Isso porque uma análise não caminha sem o real do gozo, tampouco sem a palavra e a língua ou sem a imagem do corpo – essa é a *hérésie* (RSI) de Lacan, que é também a nossa, reavivada sempre que criamos e reinventamos a psicanálise com cada caso clínico. Qualquer tentativa de conduzir uma análise orientando-se de modo exclusivo por um dos três registros foi levada fatalmente ao fracasso.

Há sempre algo no raio de ação do analista que lhe permanece desconhecido. Trabalhamos com conjecturas, e de modo sempre arriscado. Mas isso não deve nos desencorajar. Pode ser que ajude a desmontar alguns ideais de que haveria sempre uma interpretação melhor, mais justa, mais certa, mais “lacaniana” virando à esquina. Pode também contrariar as cristalizações e vícios de conduta, a busca por simbologias edipianas universais, as leituras pré-fixadas do sintoma, levando-nos a suportar o horror, as resistências suscitadas, a destituição de nossa pessoa. Nesse sentido, não há “A” interpretação, como

também não há “A” ou “O” psicanalista – e se colocamos aí artigos definidos, é para designar um/uma em particular, em diferença absoluta em relação a todos os outros, mas talvez seja o caso de barrá-los: *A* e \emptyset .

Devo dizer ainda que o percurso aqui empreendido colocou a concepção de escuta decididamente de pernas para o ar. É claro que a estrutura do inconsciente freudiano induz a isso, ao vislumbre de que a soberania da racionalidade não se sustenta tanto assim. Mas torço para que o leitor tenha avistado como eu o quanto isso pode ir longe. O equívoco faz com que, em nossa escuta, o que foi dito possa ser ouvido de outro modo. Ouvir o significante é isso. E passa também por ouvir por trás do dito, ouvir o dizer singular que fica esquecido, o que se quer esquecer, o que a escuta não alcança. Escutar é sentido, mas também letra e som.

O analista faz um *forçamento*, um po-ato po-ético, para fazer ressoar outra coisa que o sentido. O sentido fica em primeiro plano, é altivo, impõe-se. E tampona, impede que algo novo possa surgir. Se podemos ir além disso em nossa prática, é porque Lacan escutou Jakobson, e escutou mais do que ele quis dizer. Porém, não dispensemos o sentido, é preciso usá-lo, pois só por seu desgaste ele perde seu peso e o peso se desloca para o real, esvaziando esse gozo de que se alimenta o sintoma.

Nossa interpretação não tem caráter educativo, pedagógico ou teórico, não tem o objetivo de sugerir ou de ser imperativa, não é feita para ser compreendida, é feita para *produzir ondas*, disse Lacan. Na física, onda é uma “perturbação que se repete regularmente no espaço e no tempo, transmitida de um lugar a outro sem que haja transporte de matéria [mas sim de energia]” (Faria & Silva, 2019, p. 163). Repetição regular, transmissão, perturbação. Perturbações que se repetem no tempo, que reverberam. Que não se encerram no instante em que são proferidas.

Não gostaria de forçar demais minhas analogias, nem ser tão preciosista com meu apreço e afeição ao rio, e em particular à Amazônia, onde cresci. Mas você, leitor, conhece a pororoca?

A pororoca é um fenômeno natural produzido pelo encontro entre as águas fluviais e as correntes do oceano. São ondas que se formam no rio, e podem até mesmo ser surfadas. Em tupi, o termo designa explodir, rebentar, estrondar (“Pororoca”, 2025). É um estrondo, arrasta, explode, invade, transporta. Perturba. Depois, passa, impelindo a reorganizações e à homeostase. A interpretação como onda, quando chega, irrompe. Abre fendas, desloca o curso habitual das águas. Produz um choque irrepitível e deixa sua marca por onde passou. Outras vezes, porém, apenas se insinua, mistura-se ao fluxo habitual sem produzir grandes alterações. Não há como saber. Na impossibilidade de dizer mais, deixo essa imagem reverberar.

Referências Bibliográficas

- Adami, F. S., Kessler, C. H., & Dunker, C. I. L. (2021). Ato analítico e a potência clínica do indeterminado. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 24(4), 543-569. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n4p543.4>
- Alegretti, L. (2022, 21 Dezembro). “Linhas de desejo”: Os caminhos inventados por pedestres na cidade feita para carros. BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64038880>
- Allouch, J. (2007). *A clínica do escrito*. Companhia de Freud.
- Andrade, C. D. (2016). *Farewell*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1996)
- Askofaré, S. (2019). Considerações sobre o corpo em sua relação com a estrutura e os discursos. In D. S. Chatelard & M. C. Maesso (Orgs.), *O corpo no discurso psicanalítico* (pp. 35-42). Appris.
- Azevedo, A. M. V. (2007). As bordas da letra: Questões de escrita na psicanálise e na literatura. In A. Costa & D. Rinaldi (Orgs.), *Escrita e psicanálise* (pp. 37-54). Companhia de Freud.
- Barros, M. (2010). *Poesia completa*. Leya.
- Barthes, R. (2004). *O rumor da língua*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984)
- Battista, J. L. (2024). A função da leitura e da escrita na construção de casos clínicos. In In F. Zacharewicz (Ed.), *O saber não-todo e a escrita* (pp. 39-54). Aller.
- Braunstein, N. (2007). *Gozo*. Escuta.
- Conte, A. G. A., & Maesso, M. C. (2023). O delírio e o poema na psicanálise. *Humanidades & Inovação*, 10(4), 39-54. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8669>
- Conte, A. G. A., & Maesso, M. C. (no prelo). *O saber-fazer na errância da língua*. Revista Tempo Psicanalítico.
- Dalgalarrodo, P. (2019). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais* (3ª ed.). Artmed.
- Didier-Weill, A. (1997). *Os três tempos da lei: O mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical*. Jorge Zahar.
- Dunker, C. (2012). O dever de dizer e o dever de calar. *Stylus*, (94), 93-102. <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/793>

- Dunker, C. (2017, 6 Agosto). *Grafo do desejo* | Christian Dunker | *Falando n'isso 133* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=xD_tg-bY1yM&ab_channel=ChristianDunker
- Elia, L. (2007). A letra: De instância no inconsciente à escrita do gozo no corpo. In A. Costa & D. Rinaldi (Orgs.), *Escrita e psicanálise* (pp. 129-137). Companhia de Freud.
- Elia, L. (2016). Lalingua na clínica. *Linguas e Instrumentos Linguísticos*, (38), 219-226. <http://www.revistalinguas.com/edicao38/edicao38.html>
- Faria, M. R. (2015). Do significante da falta à falta de significante. A dimensão da causa no fundamento do desejo e do objeto na passagem do Seminário 8 ao Seminário 9. *Stylus*, (31), 63-70. <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/655>
- Faria, A. C. T. C., & Silva, Í. B. (2019). *Glossário etimológico de física*. Editora IFRN. <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1770>
- Fernandes, A. H. (2012). Interpretação: Arte poética com alíngua. *Stylus*, (24), 57-64. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2012000100006#n*
- Fingermann, D. (2003). “A psicoterapia reconduz ao pior”. A demanda e o ato. In A. Teixeira, I. Freitas, & S. Magalhães (Eds.), *O ato psicanalítico* (pp. 27-43). Campo Psicanalítico.
- Freitas, I. (2003). Final de análise: Decisão ou ato? In. A. Teixeira, I. Freitas, & S. Magalhães (Eds.), *O ato psicanalítico* (pp. 115-122). Campo Psicanalítico.
- Freud, S. (2010). Novas conferências introdutórias à psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 18. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (pp. 124-354). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933)
- Freud, S. (2010a). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paranoides) relatado em autobiografia (“o caso Schreber”, 1911). In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 10. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“o caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (pp. 13-107). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (2010a). Observações sobre o amor de transferência. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 10. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“o caso Schreber”), artigos sobre*

- técnica e outros textos (1911-1913)* (pp. 210-228). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2010b). O inconsciente. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 12. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)* (pp. 99-150). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2010b). O uso da interpretação dos sonhos na psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 10. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“o caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (pp. 122-132). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (2010). Princípios básicos da psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 10. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“o caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (pp. 268-276). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (2010). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 10. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“o caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (pp. 147-162). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (2010). Uma dificuldade da psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 14. História de uma neurose infantil (“o homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (pp. 240-251). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917)
- Freud, S. (2011a). Alguns complementos à interpretação dos sonhos. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 16. O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)* (pp. 318-334). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (2011). Resumo da psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 16. O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)* (pp. 222-251). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1924)
- Freud, S. (2011a). O eu e o id. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas,*

- volume 16. O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)* (pp. 13-74). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (2011b). "Autobiografia". In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 16. O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)* (pp. 75-167). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (2011b). "Psicanálise" e "teoria da libido" (Dois verbetes para um dicionário de sexologia, 1923). In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 15. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (pp. 273-308). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (2012). O interesse da psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 11. Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* (pp. 328-363). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (2012). Totem e tabu. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 11. Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* (pp. 13-244). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912-1913)
- Freud, S. (2013a). Cinco lições de psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 9. Observações sobre um caso de neurose obsessiva ["o homem dos ratos"], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910)* (pp. 220-286). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910)
- Freud, S. (2013b). Sobre psicanálise "selvagem". In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 9. Observações sobre um caso de neurose obsessiva ["o homem dos ratos"], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910)* (pp. 324-333). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910)
- Freud, S. (2014). A questão da análise leiga: Diálogo com um interlocutor imparcial. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 17. Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)* (pp. 124-230). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (2014). Conferências introdutórias à psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund*

- Freud: Obras completas, volume 13. Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)* (pp. 14-613). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1916-1917)
- Freud, S. (2015). Considerações gerais sobre o ataque histérico. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 8. O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)* (pp. 412-418). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (2015). O delírio e os sonhos na Gradiva de W. Jensen. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 8. O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)* (pp. 13-122). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1907)
- Freud, S. (2016). A negação. In M. R. S. Moraes (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Neurose, psicose e perversão* (pp. 305-310). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (2016). Análise fragmentária de uma histeria (“o caso Dora”). In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: obras completas, volume 6. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“o caso Dora”) e outros textos (1901-1905)* (pp. 173-320). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905[1901])
- Freud, S. (2016). Cartas e manuscritos dirigidos a Fliess: Carta 112 [52], de 6 de dezembro de 1896. In M. R. S. Moraes (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Neurose, psicose, perversão* (pp. 35-46). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1896)
- Freud, S. (2016). Estudos sobre a histeria. In L. Barreto (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 2. Estudos sobre a histeria (1893-1895)* (pp. 18-427). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Freud, S. (2016). O método psicanalítico de Freud. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 6. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“o caso Dora”) e outros textos (1901-1905)* (pp. 322-330). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1904)
- Freud, S. (2016). Psicoterapia. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 6. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“o caso Dora”) e outros textos (1901-1905)* (pp. 331-347). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (2018a). Algumas lições elementares de psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.),

- Sigmund Freud: Obras completas, volume 19. Moisés e o monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)* (pp. 351-360). Companhia das Letras.
(Trabalho original publicado em 1940[1938])
- Freud, S. (2018). Análise terminável e interminável. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 19. Moisés e o monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)* (pp. 274-326). Companhia das Letras.
(Trabalho original publicado em 1937)
- Freud, S. (2018b). Compêndio de psicanálise. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 19. Moisés e o monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)* (pp. 189-273). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1940[1938])
- Freud, S. (2019). A interpretação dos sonhos. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 4. A interpretação dos sonhos (1900)* (pp. 13-675). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (2021). Psicopatologia da vida cotidiana. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 5. Psicopatologia da vida cotidiana e sobre os sonhos (1901)* (pp. 13-376). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1901)
- Freud, S. (2021). Sobre os sonhos. In P. C. de Souza (Trad.), *Sigmund Freud: Obras completas, volume 5. Psicopatologia da vida cotidiana e sobre os sonhos (1901)* (pp. 377-446). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1901)
- Freud, S. (2023). Construções na análise. In C. Dornbusch (Ed.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 365-382). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1937)
- Freud, S. (2023). Psicopatologia da vida cotidiana. In E. Brose (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Psicopatologia da vida cotidiana* (pp. 19-378). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1901)
- Freud, S. (2023). Lembrar, repetir e perlaborar. In C. Dornbusch (Ed.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 151-164). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2023). Observações sobre o amor transferencial. In C. Dornbusch (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 165-182). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1915[1914])
- Freud, S. (2023). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In C. Dornbusch

- (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 93-106). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, (2023). Tratamento psíquico (tratamento anímico). In C. Dornbusch (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 19-46). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1890)
- Freud, S. (2024). Além do princípio de prazer. In M. R. S. Moraes (Trad.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Além do princípio de prazer [Jenseits des Lustprinzips]* (pp. 57-220). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1920)
- Garcia-Roza, L. A. (2019). A função significativa da palavra: Lacan e Santo Agostinho. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 53(3), 89-94.
- Guerra, A. T. (1993). *Dicionário geológico-geomorfológico*. IBGE.
- Iannini, G., & Tavares, P. H. (2023). Apresentação: “A ordinária desordem do sujeito comum”. In G. Iannini (Ed.), *Obras incompletas de Sigmund Freud: Psicopatologia da vida cotidiana* (pp. 7-17). Autêntica.
- Izcovich, L. (2012). As marcas da interpretação. *Stylus*, (25), 69-73.
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2012000200007
- Jakobson, R. (2013). *Linguística e comunicação*. Cultrix. (Trabalho original publicado em 1960)
- Krutzen, H. (2005). *Jacques Lacan, Séminaire 1952-1980: Index référentiel* (3ª ed.). Economica.
- Krutzen, H. (2022). *Índex de referências dos seminários de Jacques Lacan: 1952 a 1980*. Toro editora.
- Lacan, J. (1962-1963). *L'Angoisse*. <http://staferla.free.fr/S10/S10.htm>
- Lacan, J. (1965-1966). *L'objet de la psychanalyse*. <http://staferla.free.fr/S13/S13.htm>
- Lacan, J. (1972-1973). *Encore*. <http://staferla.free.fr/S20/S20.htm>
- Lacan, J. (1974-1975). *RSI*. <http://staferla.free.fr/S22/S22.htm>
- Lacan, J. (1976-1977). *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*.
<http://staferla.free.fr/S24/S24.htm>
- Lacan, J. (1979-1980). *Dissolution*. <http://staferla.free.fr/S27/S27.htm>
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 3: As psicoses*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1955-1956)
- Lacan, J. (1986). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954)

- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1959-1960)
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970)
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: A relação de objeto*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1956-1957)
- Lacan, J. (1997). *O saber do psicanalista: Seminário 1971-1972*. Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1971-1972)
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 591-652). Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 496-533). Zahar. (Trabalho original publicado em 1957)
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 537-590). Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958)
- Lacan, J. (1998). Do sujeito enfim em questão. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 229-237). Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 238-324). Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998). Intervenção sobre a transferência. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 214-225). Zahar. (Trabalho original publicado em 1951)
- Lacan, J. (1998). Para-além do “Princípio de realidade”. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 77-95). Zahar. (Trabalho original publicado em 1936)
- Lacan, J. (1998a). Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 843-864). Zahar. (Trabalho original publicado em 1960)
- Lacan, J. (1998). Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 383-401). Zahar. (Trabalho original publicado em 1954)
- Lacan, J. (1998). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 461-496). Zahar. (Trabalho original publicado em 1956)
- Lacan, J. (1998b). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 807-842). Zahar. (Trabalho original publicado em 1960)
- Lacan, (1998). Variantes do tratamento-padrão. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 325-364).

- Zahar. (Trabalho original publicado em 1955)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958)
- Lacan, J. (1999). *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre* (J. Gerbase, Trad.). [Manuscrito não publicado]. (Trabalho original publicado em 1976-1977)
- Lacan, J. (2000). *Seminário 25: O momento de concluir*. (J. Gerbase, Trad.). [Manuscrito não publicado]. (Trabalho original publicado em 1977-1978)
- Lacan, J. (2003). *A identificação. Seminário 1961-1962*. Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1961-1962)
- Lacan, J. (2003a). Apresentação das *Memórias de um doente dos nervos*. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 219-223). Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)
- Lacan, J. (2003). Discurso de Roma. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 139-172). Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (2003a). Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros escritos* (pp. 550-556). Zahar. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (2003). Joyce, o Sintoma. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros escritos* (pp. 560-566). Zahar. (Trabalho original publicado em 1975)
- Lacan, J. (2003b) Nota italiana. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros escritos* (pp. 311-315). Zahar. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (2003c). O aturdido. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros escritos* (pp. 448-497). Zahar. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (2003d). Posfácio ao *Seminário 11*. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros escritos* (pp. 503-507). Zahar. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (2003). Prefácio à edição inglesa do *Seminário 11*. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros escritos* (pp. 567-569). (Trabalho original publicado em 1976)
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros escritos* (pp. 248-264). (Trabalho original publicado em 1967)
- Lacan, J. (2003b). Respostas a estudantes de filosofia. In V. Ribeiro (Trad.), *Escritos* (pp. 210-218). Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)
- Lacan, J. (2003). Televisão. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros escritos* (pp. 508-543). Zahar. (Trabalho original publicado em 1974)
- Lacan, J. (2003). ...Ou pior. In V. Ribeiro (Trad.), *Outros escritos* (pp. 544-549). Zahar. (Trabalho original publicado em 1971-1972)
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: A angústia*. Zahar. (Trabalho original publicado em

- 1962-1962)
- Lacan, J. (2006). *Problemas cruciais para a psicanálise: Seminário 1964-1965* [Publicação para circulação interna]. Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1964-1965)
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23: O sinthoma*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1975-1976)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1968-1969)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 20: Mais, ainda*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1972-1973)
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1971)
- Lacan, J. (2010). *Encore (1972-1973)*. Escola Letra Freudiana.
- Lacan, J. (2010). *O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1954-1955)
- Lacan, J. (2010). *O seminário, livro 8: A transferência*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1960-1961)
- Lacan, J. (2012). *O seminário, livro 19: ...Ou pior*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1971-1972)
- Lacan, J. (2016). *Lacan in North America*. Editora Fi. (Trabalho original publicado em 1975)
- Lacan, J. (2016). *O seminário, livro 6: O desejo e sua interpretação*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1958-1959)
- Lacan, J. (2018). *Os não-tolos erram / Os nomes do pai: Seminário entre 1973-1974*. Editora Fi. (Trabalho original publicado em 1973-1974)
- Lacan, J. (2022). *A terceira; Teoria de lalíngua*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1974)
- Lacan, J. (2024). *O seminário, livro 14: A lógica do fantasma*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1966-1967)
- Lacan, J. (2025). *O seminário, livro 15: O ato psicanalítico*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1967-1968)
- Latour, M.-J. (2024). Ler Lacan, lendo. In C. Soler (Org.), *2021: Lacan no presente* (pp. 62-

- 77). Atos e Divãs.
- Lima, A. A. (2024). O saber, a verdade e o real. In F. Zacharewicz (Ed.), *O saber não-todo e a escrita* (pp. 55-61). Aller.
- Longo, L. (2006). *Linguagem e psicanálise*. Jorge Zahar.
- Maesso, M. C., Lazzarini, E. R., & Chatelard, D. S. (2019). Psicanálise e universidade: Encontros e desencontros na pesquisa, ensino e extensão. In C. Antloga, K. T. Brasil, S. R. Lordello, M. Neubern, & E. Queiroz (Orgs.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea 4* (pp. 113-130). Technopolitik.
- Martinho, M. H. (2012). A interpretação psicanalítica: “Um dizer nada”. *Stylus*, (24), 77-84.
<https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/791>
- Milner, J.-C. (2010). Linguística e psicanálise. *Revistas Estudos Lacanianos*, 3(4), 1-9.
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-07692010000100002&script=sci_abstract
- Milner, J.-C. (2012). Da linguística à linguística. In J. Aubert, F. Cheng, J.-C. Milner, F. Regnault, G. Wajcman (Orgs.), *Lacan: O escrito, a imagem* (pp. 33-52). Autêntica.
- Miragem. (2023, 28 Novembro). In *Wikipédia*. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Miragem>
- Mucida, A. (2012). Espaço da interpretação e inconsciente real. *Stylus*, (25), 143-154.
<https://doi.org/10.31683/stylus.vi25.779>
- Nagem, G. (2024a). As sereias de Joyce nas letras de Saussure. In L. M. A. Sousa, G. Nagem & L. Baldini (Orgs.), *As palavras de Saussure* (pp. 59-76). Pedro & João Editores.
- Nagem, G. (2024b). Nós de linguagem. In F. Zacharewicz (Ed.), *O saber não-todo e a escrita* (pp. 102-116). Aller.
- Pacheco, A. L. P. (2012). Por uma prática sem valor: A suficiência e a conveniência poética do psicanalista. *Stylus*, (25), 43-51. <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/769>
- Pacheco, A. L. P. (2013). O forçamento por onde o psicanalista pode fazer ressoar outra coisa. *Stylus*, (27), 13-21. <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/734>
- Paz, O. (1982). *O arco e a lira*. Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1956)
- Porge, E. (2006). *Jacques Lacan, um psicanalista: Percurso de um ensino*. Editora UnB.
- Pororoca. (2025, 10 Outubro). In *Wikipédia*. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pororoca>
- Quinet, A. (2012). A interpretação: Uma arte com ética. *Stylus*, (25), 53-58.
<https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/770>
- Quinet, A. (2016). Lalíngua e sinthoma. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, (38), 243-261.
<http://www.revistalinguas.com/edicao38/edicao38.html>
- Quinet, A. (2022). *O desejo do analista: Final de análise e passe*. Atos e Divãs.

- Rabinovich, D. (2000). *O desejo do psicanalista: Liberdade e determinação em psicanálise*. Companhia de Freud.
- Ramos, C. (2013). A interpretação como valor de verdade e como função poética. *Stylus*, (26), 45-50. <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/751>
- Saussure, F. (2006). Natureza do signo linguístico. In C. Bally, A. Sechehaye (Orgs.), *Curso de linguística geral* (pp. 79-84). Cultrix. (Trabalho original publicado em 1916)
- Soler, C. (1991). As regras da interpretação. In E. L. Cólb (Trad.), *Artigos clínicos* (pp. 74-81). Editora Fator.
- Soler, C. (1997). O sujeito e o Outro I. In R. Feldstein, B. Fink, & M. Jaanus (Orgs.), *Para ler o Seminário 11 de Lacan* (pp. 52-57). Jorge Zahar Editor.
- Soler, C. (2009). De que modo o real comanda a verdade. *Stylus*, (19), 13-26. <https://doi.org/10.31683/stylus.vi19.850>
- Soler, C. (2012a). *Lacan, o inconsciente reinventado*. Companhia de Freud.
- Soler, C. (2012b). Uma interpretação que leve em conta o real. *Stylus*, (24), 25-40. <https://doi.org/10.31683/stylus.vi24.786>
- Soler, C. (2018). *A querela dos diagnósticos*. Blucher.
- Strauss, M. (2012). Desmitificar a interpretação. *Stylus*, (24), 15-24. <https://doi.org/10.31683/stylus.vi24.785>
- Teixeira, M. R. (2014). *Vestígios do gozo*. Ágalma.
- Torres, R. (2021). *Dimensões do ato em psicanálise*. Fantasma Editora.